

MARINEIDE MARIA WIECZYNSKI

**O SIGNIFICADO DA OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA NAS
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: UMA QUESTÃO EM DEBATE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof^ª. Maria Ester Menegasso, Dra.

Florianópolis 2003

WIECZYNSKI, Marineide Maria.

A ocupação pós-aposentadoria nas organizações sociais: uma questão em debate/ Marineide Maria Wieczynski; orientada por Maria Ester Menegasso. – Florianópolis, 2003, 237p.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

1. Trabalho 2. Emprego 3. Ocupação 4. Organizações Sociais

MARINEIDE MARIA WIECZYNSKI

**O SIGNIFICADO DA OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA NAS
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: UMA QUESTÃO EM DEBATE**

**Essa dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social pela Comissão Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.**

Florianópolis, 30 de junho de 2003.

Profa. REGINA CELIA MIOTO, Dra.

Coordenadora do P.P.G.S.S

BANCA EXAMINADORA

Profa. Maria Ester Menegasso, Dra.

ORIENTADORA

Profa. Maria da Graça dos Santos Dias, Dra.

UFSC

Prof. José Francisco Salm, PhD

UDESC/ESAG

AGRADECIMENTOS

Àqueles de quem herdei acima de tudo a força de vontade e a capacidade de ver no trabalho uma forma de enobrecer a existência humana: meus pais: **Atílio e Amélia**.

À minha orientadora, Professora **Maria Ester Menegasso**, com quem venho aprendendo a cada dia e que soube como ninguém, conduzir esta dissertação de maneira sábia, serena e com grande competência. Meu perene agradecimento às oportunidades que me foram dadas e à confiança em mim depositada em realizar esta importante etapa em minha vida.

À Professora **Maria da Graça dos Santos Dias**, pelas recomendações feitas a esta dissertação e pelos momentos de discussão em sala de aula, que muito contribuíram para o enriquecimento deste estudo.

Ao Professor **José Francisco Salm**, pela sua dedicação e sabedoria quanto às considerações feitas a esta dissertação e cuja presença em minha banca muito me orgulha.

Aos meus irmãos: **Margarete e Marlon** e ao meu esposo **Gelso**, por terem compreendido a minha ausência durante a realização desta dissertação.

Às organizações pesquisadas, que abriram suas portas para que este estudo pudesse ser concretizado, e principalmente, às pessoas que aceitaram participar desse estudo, os **aposentados**, que como eu, sonham por um mundo mais justo e digno à todas as pessoas.

À **CAPES**, pelo apoio financeiro que me foi concedido, possibilitando que me dedicasse única e exclusivamente para a realização desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação objetiva pesquisar as atividades que as pessoas aposentadas desenvolvem nas organizações sociais que prestam serviços públicos na Grande Florianópolis, identificando o significado atribuído ao trabalho que realizam. A metodologia de pesquisa utilizada foi de caráter quali-quantitativo, composta por uma parte descritiva, que teve como base uma pesquisa teórico-documental, e uma parte exploratória, na qual foram usadas as técnicas de coleta de dados a partir de questionários, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. A amostra selecionada foi intencional, sendo composta por 19 organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade e possuem em seu interior pessoas aposentadas trabalhando. Os principais resultados da pesquisa mostram que as atividades desenvolvidas pelos aposentados direcionam-se para a gestão da organização e para o auxílio na elaboração e implantação de projetos sociais. Os dados revelam também que o sentido que os indivíduos pesquisados atribuem ao trabalho relaciona-se à satisfação pessoal e profissional, aliada à continuidade do aprimoramento de seus conhecimentos. Com base nos dados sistematizados pela pesquisa, foi proposto o desenvolvimento de uma política pública, especialmente na área da gerontologia, que trabalhe a ocupação pós-aposentadoria a partir de valores de autodesenvolvimento e emancipação desse segmento social, tendo entre os gestores de tais projetos o assistente social.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, emprego, ocupação, organizações sociais.

ABSTRACT

The aim of this study is to check the activities that retired people develop in social organizations of the metropolitan area of Florianópolis - Santa Catarina State - that carry out public services to community, in order to identify the meaning of those activities. The research was conducted using a quali-quantitative methodology and is composed by a descriptive chapter containing a literature review, and an exploratory study in which questionnaires, interviews and participating observation were used to collect data from the organizations. The sample selection was intentional and included 19 social organizations that carry out public services to community. The main findings of the study show that the principal activities retired people develop are the management of the organizations and the help in developing social projects. The study also shows that the meaning of these activities, for the investigated group of retired people, is professional and personal self-realization, allied to an improvement of their general knowledge. Based on the results of the investigation, a public policy on gerontology, focusing habitual occupation after retirement was proposed, with emphasis on emancipation and self-development of that social segment, including the suggestion that the social assistance professional should assume the projects of that policy.

KEY WORDS: labor, work, occupation, social organizations

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	11
1.2 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS	15
1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	17
1.4 DISCUSSÃO DO TEMA E DO PROBLEMA	19
1.5 OBJETIVOS	26
1.5.1 Geral	26
1.5.2 Específicos	26
1.6 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA	27
1.7 LIMITAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	30
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	32
2 DO TRABALHO À OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA.....	32
2.1 O TRABALHO, A OCUPAÇÃO E O EMPREGO	32
2.1.1 O trabalho do Feudalismo ao regime industrial	32
2.1.2 O trabalho e o emprego na sociedade industrial	41
2.1.3 A organização do trabalho na sociedade contemporânea	46
2.1.4 A ocupação humana: retomando o debate	53
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS GERONTOLÓGICAS NO NOVO MILÊNIO.....	61
2.2.1 Definição de política	61
2.2.2 Os modelos de elaboração das políticas públicas	66
2.2.3 Tendências das políticas sociais diante da reforma do Estado	78
2.3 AS POLÍTICAS GERONTOLÓGICAS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO E EMPREGO	90
2.3.1 Assistência social	90
2.3.1.1 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	91
2.3.1.2 Política Nacional do Idoso (PNI)	92
2.3.2 Trabalho e emprego	96
2.3.3 As políticas sociais gerontológicas da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família do Estado de Santa Catarina	99

2.4 OS ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA: AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – SEUS CONCEITOS E FORMAS	105
2.4.1 As organizações privadas	109
2.4.2 As organizações públicas estatais	112
2.4.3 As organizações públicas não-estatais	117
2.5 OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO INTERIOR DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	122
2.5.1 O assistente social na gestão de projetos de ocupação pós-aposentadoria.	130
3 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	143
3.1 A NATUREZA DA PESQUISA	144
3.1.1 As técnicas e os métodos adotados na coleta de dados.....	145
3.1.2 Da análise dos dados	149
3.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	151
3.2.1 A pesquisa teórico-documental	151
3.2.2 A pesquisa empírica	154
3.2.2.1 O período de levantamento da pesquisa	155
3.2.2.2 Condições gerais da pesquisa	155
3.2.2.3 Contextualização do universo e dos sujeitos da pesquisa	155
3.2.2.4 Questionário	158
3.2.2.5 Entrevista semi-estruturada	160
3.2.2.6 Observação participante	162
3.2.2.7 Procedimentos de coleta	163
3.3 LIMITES DA PESQUISA	166
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	168
4.1 A OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA	170
4.1.1 As tipologias das organizações sociais pesquisadas	170
4.1.2 Tempo de fundação e público-alvo	171
4.1.3 Objetivos e ações das organizações sociais pesquisadas	173
4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA	179
4.3 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	184
4.3.1 O trabalho e o emprego como elementos da trajetória profissional	184
4.3.2 O significado do trabalho antes da aposentadoria	187
4.4. A OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E SEU SIGNIFICADO.....	192

4.4.1 Contextualizando das atividades ocupacionais pós-aposentadoria	194
4.4.2 Os valores éticos e políticos da ocupação pós-aposentadoria	202
5 ELEMENTOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA.....	210
5.1 AS AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA GESTÃO DE PROJETOS PÓS-APOSENTADORIA.....	214
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229

“Civilizar a terra, transformar a espécie humana em humanidade, esta deve vir a ser um estratégia global de toda a política que aspire não somente o progresso, mas à sobrevivência da humanidade.” (MORIN, 1993, p. 33)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O tema a ser desenvolvido nesta dissertação de mestrado privilegia a discussão sobre a ocupação de pessoas aposentadas, que estão inseridas em organizações sociais pertencentes à Grande Florianópolis e prestam serviços públicos à comunidade em geral.

Estudos sobre as formas e o sentido que os povos atribuem ao trabalho, especialmente desde o advento da sociedade industrial, surgida em meados do século XVIII na Europa, mostram que os espaços produtivos sempre estiveram em constante movimento.

No período inicial da Revolução Industrial, nas sociedades ocidentais, os processos de produção e reprodução foram comandados por revoluções científicas, que privilegiavam o pensamento racional em praticamente todas as ações humanas. A organização do trabalho, dessa forma, foi guiada, fundamentalmente, pela instrumentalização, visando a aprimorar a organização econômica do sistema capitalista. Assim sendo, os sentimentos incorporados pelo homem, em relação ao seu trabalho, começaram a direcionar-se para a acumulação de capital e de lucros, características principais de um sistema de mercado.

Na atualidade o trabalho transformou-se em emprego, e para o homem, dependendo da atividade que exerce, este é sinônimo de status social, principalmente se a remuneração que recebe é suficiente para ser um potencial consumista.

Porém, muitas destas atividades profissionais desenvolvidas pelo homem, nas sociedades contemporâneas assumem proporções desumanas, transformando as pessoas em escravos das novas formas de produção econômica e social, instauradas a partir de valores do

mercado capitalista e pautadas exclusivamente pela competitividade e pelo extremo individualismo.

Com isso, a forma como o trabalho se apropriou do homem não permitiu que este parasse para pensar e instituísse seu autodesenvolvimento e sua emancipação. Por outro lado, desencadeou em seu cotidiano, tanto profissional como social, sentimentos de sofrimento em vez do crescimento pessoal.

Esse conjunto de situações, aliado às dificuldades que os indivíduos encontram para se manter através do trabalho, contribuem para a instalação de um caos que provoca rupturas no tecido social. Acima de tudo, o ser humano vai perdendo o verdadeiro sentido do trabalho, que possivelmente estaria pautado no desenvolvimento das potencialidades humanas; estas, por sua vez, deveriam ser apropriadas pelos indivíduos de forma autônoma, possibilitando a sua emancipação do trabalho e restaurando algumas das características básicas da ocupação humana. Dessa forma, as pessoas estariam se apropriando do trabalho e não deixando-se apropriar por ele.

Por isso, para aqueles sujeitos que sempre planejaram suas vidas em torno exclusivamente do trabalho, a aposentadoria e o afastamento das atividades produtivas representa, para a grande maioria, a diminuição de ganhos financeiros. Mas, por outro lado, para um grande número de aposentados com renda adequada para sanar as suas necessidades básicas, a interrupção produtiva revela uma outra situação: a necessidade de sentir-se útil, de saber que seus conhecimentos ainda são prestigiados e respeitados pela sociedade de um modo geral. E quando eles não se preparam para dar continuidade a sua vida produtiva, há a perda de um certo ritmo de vida, o que pode levar muitos ao desenvolvimento de doenças psicopatológicas, ao uso de álcool e de drogas, culminando inclusive com uma morte prematura.

Como a expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando cada vez mais, segundo dados de 2000 do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)- que mostra que na Região Sul, por exemplo, as pessoas têm chegado a mais de 70 anos de idade e o número de pessoas centenárias vem-se ampliando no momento da aposentadoria (que acontece, em média, entre os 50 e 60 anos), muitos destes trabalhadores ainda possuem condições físicas e psicológicas e querem dar continuidade a sua vida produtiva, uma vez que têm pela frente entre 20 e 30 anos para dedicar a outras atividades. Porém, para a grande maioria, as atividades que desejam desenvolver não estão ligadas ao mercado econômico, que prioriza a competitividade e o lucro nas relações sociais. O que buscam, na verdade, é a retomada da ocupação humana. Ou seja, as atividades ocupacionais estão direcionadas com mais ênfase nas necessidades de autodesenvolvimento e de emancipação; pautadas em valores como ética, respeito e solidariedade.

É neste contexto, onde o perfil demográfico da população brasileira vem tomando novas formas, que as pessoas pós-aposentadas vêm redesenhando seus espaços produtivos. Estes espaços, na sua grande maioria, têm se caracterizado a partir da ocupação, e não do emprego. Segundo o banco de dados do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais – Gerasol/UFSC, esta modalidade de atividade se materializa no âmbito das organizações sociais da grande Florianópolis, que tanto podem estar vinculadas ao aparato estatal quanto aos vários movimentos da sociedade civil, e que buscam resgatar valores mais humanitários, entre os quais se destacam as possibilidades de autodesenvolvimento, de emancipação e de solidariedade social, além da ética nas relações sociais.

Muitas destas organizações sociais desenvolvem ações que tratam da defesa da biosfera (animais, florestas, conservação de rios, mares, etc.), atuam no âmbito da defesa e ampliação dos direitos sociais e políticos ou prestam serviços públicos à comunidade em geral (educação, saúde, lazer, trabalho, geração de trabalho e renda, etc.). Tais serviços atendem aos

vários segmentos da sociedade: crianças e adolescentes, mulheres, minorias étnicas e de cor, idosos, jovens, comunidades rurais e urbanas, entre outros.

A pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Gerasol/UFSC constatou que, em muitas dessas organizações, especialmente aquelas que prestam serviços públicos à comunidade e que são formadas por iniciativa da sociedade civil, há pessoas aposentadas que se dedicam a um novo fazer profissional, por meio de ações que vêm ao encontro de atividades tidas como ocupacionais. Entre estas ocupações, podem-se citar, por exemplo: dar continuidade à formação educacional, prestar serviços públicos à comunidade em geral (contar histórias para crianças em idade escolar, participar voluntariamente de projetos sociais, lutar em defesa dos direitos sociais e na garantia da cidadania, etc.), promover atividades culturais, físicas e artísticas no sentido de preservar a memória cultural da região em que vivem, etc.

Portanto, a partir das constatações disponíveis a respeito da forma como a organização do trabalho foi implantada na sociedade e na vida dos indivíduos, bem como da nova consolidação socioetária que vem se estruturando na sociedade do século XXI, esta dissertação busca levantar quais são as atividades que as pessoas aposentadas desenvolvem nas organizações que prestam serviços públicos na Grande Florianópolis e qual é o sentido que elas atribuem ao trabalho que realizam.

Diante do objetivo proposto neste estudo, é importante discutir o tema da ocupação pós-aposentadoria, já que o conhecimento a respeito dessa temática ainda não está suficientemente explorado, especialmente pela área do Serviço Social. É preciso levar em consideração que, com o predomínio desta nova definição demográfica, esta situação se converte em uma demanda crescente para o assistente social, já que historicamente este sempre atuou junto a estes sujeitos sociais, desenvolvendo, na maioria das vezes, atividades de cunho assistencial (saúde, previdência, assistência social, etc.).

Vale destacar que o tema desta dissertação é complexo, uma vez que os valores que influenciam diretamente a vida dos indivíduos são paradoxais. Isto é, por um lado, sente-se a necessidade de redimensionar as relações sociais, torná-las mais verdadeiras e afetivas; por outro lado, o sistema produtivo centrado numa sociedade de mercado influencia outras esferas de comportamento dos indivíduos, enfatizando a competitividade e o individualismo, que contrariam as relações que conduzem o ser humano a uma vida de compartilhamento. Mesmo assim, o profissional de Serviço Social, que está diretamente envolvido com as mais diversas manifestações da vida social, acredita e sente-se compelido, juntamente com os vários segmentos da sociedade brasileira, a dar sua contribuição por meio de seus conhecimentos teóricos e técnicos, no sentido de repensar as políticas públicas e construir modelos comprometidos com o resgate das potencialidades verdadeiramente humanas, em conformidade com aquilo que, historicamente, caracterizou sua luta política e ideológica. Para isso, este estudo se fundamenta em categorias de análise que propiciam um corpo teórico compatível com as ideologias e visões de mundo que norteiam as discussões desse assunto.

1.2 DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS

A exposição ora desenvolvida requer apresentar os conceitos elementares que fundamentarão o corpo teórico desta dissertação. Por isso, a caracterização e a definição dos termos têm como objetivo principal dar clareza ao significado das palavras-chave que orientam esta dissertação, assim como contribuir para o entendimento dos argumentos expressos até o momento.

Emprego: é o trabalho realizado por uma pessoa que está ligada formalmente a outras pessoas ou organizações tanto de caráter privado como público. Esta formalidade é expressa por contratos legais de trabalho que estabelecem o vínculo empregatício, pelo exercício de

uma determinada atividade profissional e mediante o pagamento de um salário. Esta é uma relação de trabalho que está subordinada à sociedade capitalista (MENEGASSO, 1998, p. 82).

Trabalho: relaciona-se com a capacidade que uma pessoa tem de satisfazer suas necessidades básicas, inerentes ao processo de produção (RAMOS, 1987, p. 130). Na perspectiva marxista, o trabalho é abordado sob dois ângulos: *o material*, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material; e o ângulo *subjetivo*, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas (MARX & ENGEL, 1977, p. 29).

Ocupação: caracteriza-se por ser uma atividade produzida livremente por uma pessoa e está voltada para as realizações pessoais e não para o sistema produtivo (RAMOS, 1987, p. 130).

Emancipação: diz respeito à libertação do indivíduo do sistema racional de produção e reprodução da vida social. Portanto, a partir do momento em que o indivíduo está livre para fazer suas escolhas produtivas, estas podem estimular suas potencialidades, sua auto-reflexão e sua autonomia. A emancipação é sinônimo de liberdade para o desenvolvimento das relações subjetivas entre os seres humanos; ela não permite que a lógica racional das sociedades industriais controle a vida humana em geral (RAMOS, 1987, p. 141-142).

Autodesenvolvimento: o indivíduo concentra seus esforços no sentido de atender às suas próprias necessidades, especificamente aquelas relacionadas com a sua atualização pessoal. Assim, todas as atividades que desempenha estão direcionadas para suas escolhas pessoais, em vez de comportar-se de acordo com a padronização imposta pela sociedade de mercado (RAMOS, 1987, p. 197).

Envelhecimento: é um fenômeno multidimensional que compreende alterações de caráter biológico, psicológico, social, econômico, cultural, espiritual, antropológico, etc. (RODRIGUES, 2001, p. 59).

Direitos sociais: surgem no século XX e são denominados direitos de segunda geração. Os direitos sociais estão associados aos carecimentos humanos em termos de saúde, educação, trabalho e vida digna. Tais direitos estão ligados ao Estado de bem-estar social. Dentro dessa perspectiva, é imprescindível a presença de um Estado ampliado e fortalecido para melhorar as condições de vida da população e reduzir as desigualdades (BOBBIO, 1992, p. 5-6).

Cidadania: a cidadania nasceu com o mundo moderno. Seu processo organizacional implica um movimento dinâmico e heterogêneo da democracia, onde os atores sociais responsáveis pela sua construção atuam diante de fortes tensões políticas e sociais. O exercício da cidadania deve estar associado à liberdade e à igualdade de participação política (NOGUEIRA, 2001, p.83-94).

Organizações sociais: são definidas pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado como um modelo de organização pública não-estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica. (BRASIL, 1998, p. 13).

Gestão social: A gestão social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A Política Social, os programas sociais e projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas. (CARVALHO, 1999, p. 19).

Políticas públicas: um conjunto de formulações e uma organização de vários programas e serviços que contemplem ações nas áreas econômicas, sociais, ambientais, culturais, etc. (SEIFFERT, 2001, p.79).

1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é composto pela apresentação do tema, na qual são definidos os principais termos, e a discussão do tema e do problema a ser abordado. Neste capítulo também são descritos os objetivos geral e específicos, e a justificativa para a escolha do tema, e apontam-se os limites da dissertação.

O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica que norteou as discussões centrais desta dissertação. Para isso o tema em estudo, “ocupação pós aposentadoria”, foi exposto a partir de um resgate histórico das categorias trabalho, emprego e ocupação desde o período do regime feudal até a sociedade contemporânea, tendo como objetivo principal mostrar as diferentes concepções atribuídas ao trabalho, pelo homem, ao longo das sociedades. Ainda nesse capítulo descreveram-se as políticas sociais gerontológicas na área da assistência social e do trabalho existentes na atualidade, visando a demonstrar que estas ainda não estão direcionadas para o desenvolvimento da ocupação pós-aposentadoria, sob os enfoques do autodesenvolvimento e da emancipação do homem em relação ao trabalho. Para finalizar este segundo capítulo apontam-se os principais conceitos e formas das organizações sociais, sendo estas um dos espaços de ocupação encontrados pelas pessoas aposentadas na contemporaneidade. Trabalham-se também alguns exemplos de atividades que podem ser consideradas de ocupação, os desafios do Assistente Social no interior das organizações sociais e o seu papel como gestor de ocupação pós-aposentadoria.

No terceiro capítulo traçam-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa empírica, os quais englobam, inicialmente, a natureza da pesquisa, as técnicas e os métodos adotados na coleta de dados e a análise dos dados. Dando continuidade a este capítulo, apresentou-se a trajetória da pesquisa, descrevendo-se os diversos momentos e ações adotados para a elaboração e coleta das informações necessárias para este estudo. Finalizou-se este

capítulo com a contextualização dos sujeitos da pesquisa e as delimitações do universo pesquisado, bem como dos próprios limites da pesquisa.

O quarto capítulo contempla a apresentação e a análise dos resultados da pesquisa de campo, por meio dos quais se busca levantar quais as atividades ocupacionais desenvolvidas pelos aposentados no interior das organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade da Grande Florianópolis, e qual o sentido que dão para as atividades que realizam. Ao descrever tais atividades ocupacionais desenvolvidas pelos aposentados, neste capítulo, busca-se, também, relacionar a fundamentação teórica exposta no segundo capítulo com os resultados da pesquisa de campo.

As considerações e recomendações acerca do desenvolvimento de projetos de vida para pessoas aposentadas, na perspectiva da ocupação humana, tendo como um dos gestores de tais projetos o profissional assistente social, fazem parte do capítulo cinco. Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de uma política pública, especialmente na área da gerontologia, que trabalhe a ocupação pós-aposentadoria a partir de valores de autodesenvolvimento e emancipação desde segmento social.

A forma como foi apresentado esse documento visa a facilitar o entendimento do assunto em estudo, procurando dar maior coerência e mais facilidade na compreensão do tema ora discutido. Os trabalhos acadêmicos devem buscar uma determinação metodológica que dê clareza à exposição e, acima de tudo, garantir que o problema de pesquisa possa ser respondido com o auxílio dos objetivos propostos. Na seqüência, iniciam-se estes assuntos.

1.4 DISCUSSÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A partir das considerações precedentes, pode-se apresentar o tema de estudo: a ocupação de pessoas aposentadas que estão inseridas em organizações sociais que prestam serviços públicos e que pertencem à Grande Florianópolis.

Pensar a forma e o sentido que os povos atribuem ao trabalho é, acima de tudo, um ato de desvelamento da própria transformação econômica, política, social e cultural da história da humanidade.

Na Idade Média, a organização do trabalho se processava por meio do regime feudal. Huberman (1981) e Menegasso (1998) relatam que esse sistema de produção valorizava as mercadorias e os produtos apenas a partir da sua utilidade. Os vestígios de uma sociedade comercial surgiram em meados da Idade Média, provocando significativas mudanças nos modos de produção e, conseqüentemente, na maneira de o homem perceber o sentido do trabalho para sua vida. Foi com o crescimento da classe comercial que os valores do trabalho, até então vistos como uma ação vocacional e como virtude, passaram para uma noção de emprego, embutida aí, a venda do trabalho humano.

As considerações feitas pelos autores Arendt (2001), Finley (1980), Hirschman (2000), Huberman (1981) e Polanyi (1980), afirmam que nos séculos XI e XII, houve um acentuado crescimento do comércio. Ocorre com isso uma reorganização no que se refere às transações de negócios. Ou seja, os negócios que antes eram feitos em âmbito local, passaram a ser feitos em grandes feiras, com uma intensa disseminação de mercadorias. Este fato favoreceu a agilização e o intercâmbio entre as mercadorias, havendo o incentivo e o fortalecimento do comércio. Surgiu, assim, a negociação sob forma de dinheiro. Apesar de todas as transformações econômicas que estavam ocorrendo, a imagem do trabalho que predominava nesse período era de realização pessoal. Ao instaurar maquinários na produção de artigos, a Idade Média não deixou de valorizar as habilidades manuais dos seus trabalhadores.

A intensificação do desenvolvimento da técnica e da manufatura ocorreu no período do Renascimento, por volta do século XVI. Com isso, segundo Huberman (1981) surgiram os assalariados, tornando-se totalmente dependentes do capitalista-mercador-intermediário-empresendedor. Neste momento, os pressupostos ideológicos da organização do trabalho eram:

a instrumentalização e a organização econômica do sistema capitalista. Para Polanyi (1980), citado por Menegasso (1998), o trabalho se transformou em emprego; e a ocupação, em mão-de-obra.

Nesse sentido, pode-se observar que, com o advento da Modernidade, as fábricas já não pensavam suas funções a partir das necessidades humanas, mas sim do que a acumulação capitalista poderia trazer para os detentores do capital. Assim, o homem foi levado a conceber o trabalho como um processo alienante, e não como algo que pudesse desenvolver suas potencialidades humanas. Ao tratar deste assunto, Frankl (1991), Marx (1989) e Ramos (1987) e ([199?], p.54 apud Hypolite 1955); em que o último autor citado, trabalha com a categoria alienação na perspectiva de Hegel; eles entendem que a alienação favorece a perda da identidade própria, não permitindo ao homem liberdade para escolher qual sentido queria dar ao trabalho.

Diante dessa situação, percebe-se que o novo estilo do trabalho, com o avanço do capitalismo e a ascensão da sociedade industrial, instaurou o assalariamento na vida dos trabalhadores, como condição predominante de reprodução do trabalho e do capital. Esta situação inibiu o ser humano em dar uma nova concepção ao trabalho, incorporando, mesmo, a idéia de ocupação, fator essencial à existência humana, como consideram os autores Menegasso e Salm (1995).

O trabalho voltado exclusivamente para o capital ganhou mais força na sociedade do século XX. Isso decorreu em função da ascensão da indústria e com o emprego no setor produtivo. Neste momento, a partir das constatações de Arendt, (2001), Menegasso (1998) e Ramos (1987), o trabalho é constituído por valores centrados na sociedade de mercado. Visa apenas ao consumo em que a individualidade e a competitividade são marcas das relações sociais e de produção na atualidade. Esta nova redefinição do trabalho provocou mudanças

profundas na mentalidade dos indivíduos, uma vez que, com o trabalho os mesmos podem obter sucesso e independência econômica.

Diante dessa situação, sente-se a necessidade de resgatar o debate sobre a ocupação humana, já que o seu termo, nos dias atuais, está intimamente ligado ao conceito de trabalho. As ocupações devem ser entendidas como atividades desenvolvidas por escolha própria, tendo como objetivos a satisfação pessoal, o autodesenvolvimento das potencialidades humanas e a emancipação do homem, como salienta Ramos (1987).

Devido ao aparecimento da economia monetária, a ocupação foi perdendo o seu significado. Em seu lugar, as atividades começam a ser comandadas pelo status quo que o dinheiro pode oferecer às pessoas. Este status social, na maioria das vezes, está ligado à aquisição de bens materiais. Bridges (1995), Dejours (2001), Forrester (1997), Iamamoto (2001), Mattoso (1995) e Rifkin (1995) afirmam que, para aqueles indivíduos que não puderem acessar ao mundo puramente material proporcionado pelo emprego, ocorrem sentimentos negativos como o sofrimento, o medo, a angústia e uma sensação de impotência e fragilidade, no sentido de manter a própria preservação da vida humana, diante da perversidade provocada pela sociedade de mercado, instaurando uma verdadeira anarquia da economia mundial e a desordem do trabalho.

Além do ganho financeiro proporcionado pelo emprego, bem como do sentimento de sociabilidade que ele instaura na vida dos indivíduos; pode-se afirmar que estes recorrem a duas dimensões vitais que funcionam como fontes de equilíbrio: o mundo familiar e o do trabalho. Frias (1999) ressalta que, quando um sujeito perde o senso de pertencimento em relação a algum grupo ou célula familiar e deixa de se sentir útil ou produtivo no contexto de suas relações sociais, o sentimento de perda de status e os desequilíbrios emocionais podem inclusive ocasionar o isolamento social.

Nesta perspectiva, Frankl (1991, p. 8) considera que as neuroses humanas estão relacionadas à incapacidade do homem de “encontrar um sentido e um senso de responsabilidade em sua existência.” A busca do sentido de vida, principal idéia desenvolvida por este autor, tem seu referencial na existência humana. Por isso, segundo suas palavras, o ser humano encontra sentido para viver quando possui os sentimentos de valor próprio, permitindo às pessoas terem dignidade, garantindo, assim, o espírito de liberdade para fazer suas próprias escolhas, sejam elas no campo pessoal, ou sejam no profissional. Outro sentido de vida está relacionado à liberdade que as pessoas têm de sonhar por dias melhores; isso as fortalece para conduzir o seu destino.

Ainda, a partir destas considerações, Ramos ([199?] p.16 apud Voegelin, 1960) entendem que a vida humana é dotada de uma racionalidade, no sentido substantivo, em que ela “nunca poderá ser um atributo definitivo da sociedade, pois é diretamente apreendida pela consciência humana , não pela mediação social. Ela impele o indivíduo na direção de um esforço contínuo, responsável e, penoso para dominar suas paixões e suas inclinações inferiores”.

Nesse sentido, percebe-se que a falta de sentido de vida e do desenvolvimento de uma racionalidade substantiva são facilmente detectados naquelas pessoas já aposentadas, que não conseguiram construir um projeto de vida pós-aposentadoria. E uma das formas de construir tal projeto está na continuidade de atividades profissionais.

A continuidade do trabalho para as pessoas aposentadas, nestas condições, pode constituir, por um lado, fonte de sobrevivência, devido às necessidades básicas que precisam ser satisfeitas. Mas, por outro lado, conforme salienta França (1999), pode significar uma fonte de motivação, uma vez que elas gostam do que fazem, da empresa à qual estão vinculadas e das relações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho. Estes sentimentos são apontados por Heller (1986) como necessidades “fundamentais e radicais”. Tais necessidades

apresentam-se como algo intrínseco à existência humana; extrapolam os ideais impostos pelo sistema de mercado. A autora afirma que as pessoas, ao procurarem sanar suas necessidades “fundamentais e radicais”, buscam construir relações mais humanas, como amizades, convívios, respeito, ética, solidariedade, entre outros sentimentos.

No entanto, elas têm encontrado muitas barreiras no sentido de permanecer com suas atividades profissionais, devido a inúmeros estereótipos criados pela sociedade de mercado a respeito de suas capacidades produtivas e intelectuais, bem como devido ao próprio direcionamento do significado atribuído ao trabalho humano, visto apenas para atender às necessidades puramente materiais.

Por outro lado, percebe-se que as políticas sociais na área da gerontologia e da assistência social apresentam limites quanto à formulação de propostas de ocupação pós-aposentadoria, que visem o autodesenvolvimento e à emancipação das pessoas; sentimentos estes ligados às necessidades não materiais.

Mas o que parece imutável nas relações sociais e de produção econômica tem dado sinais de transformações. Inicialmente, porque ao longo do século XX, as sociedades foram percebendo gradualmente que a forma como o sistema capitalista de produção vem se estruturando não conseguiu trazer a felicidade aos povos do mundo todo, como este havia prometido nos seus primórdios. Vários são os sinais dessas transformações: os questionamentos sobre o domínio das nações ricas diante das pobres, a preocupação com as questões ambientais, o repúdio ao uso de armas, etc.

Além disso, há outro elemento que tem contribuído para as sociedades repensarem suas formas de produção e reprodução social; trata-se do novo perfil socioetário que vem predominando no mundo. Aliar as novas configurações existentes no mundo do trabalho com o crescimento de pessoas aposentadas requer, inicialmente, perceber como este segmento

social pensa e, principalmente, qual a nova dimensão que está dando para sua vida produtiva a partir do contexto econômico, social e político em que está inserido.

Uma das estratégias encontradas pelos aposentados que ainda podem e querem dar continuidade em suas atividades profissionais é a sua inserção em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade. A forma como conduzem o seu trabalho, segundo Ramos (1987, p.169), só pode se estabelecer em “processos isonômicos e de aculturação, que possuem o seu significado no exercício da convivência, onde os relacionamentos demonstram um maior grau de qualidade”, já que os indivíduos se vêem libertos das pressões exigidas pelo mercado de consumo.

O fato de os aposentados buscarem trabalho sob a perspectiva da ocupação humana, procurando, assim, auxiliar nas mais diversas áreas que compõem a sociedade brasileira, é decorrente dos momentos bons e ruins com que suas vidas foram construídas. Ou seja, Ramos (1987, p. 171) afirma que o “ser humano passa por um estado de espírito, onde vivencia uma mistura de sofrimentos e alegrias”. E estes sentimentos são suportados quando o indivíduo busca formas criativas para superá-los; neste caso, eles podem ser encarados como experiências gratificantes. Para Frankl (1998 p. 13), esse comportamento expressa o amadurecimento espiritual do homem: “significa que a pessoa não se limita genericamente ao que lhe dizem os ideais e os valores tradicionais, mas tem a coragem de lutar por um sentido pessoal, de procurá-lo por conta própria, com autonomia.”

Sob este ponto de vista, os aposentados que ainda mantêm atividades ocupacionais têm condições de se tornarem aliados na construção de uma sociedade capaz de definir novos valores para o mundo do trabalho e para as relações sociais na sociedade contemporânea. Pressupõe-se que estes valores possam ser evidenciados a partir da emancipação, do autodesenvolvimento, da vida cooperativa, da solidariedade social e da luta para a ampliação e manutenção dos direitos sociais e da cidadania nos processos políticos de nossa sociedade.

Diante deste fato, pode-se dizer que este reordenamento produtivo, pautado na ocupação de aposentados que estão inseridos em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade, tende a ser uma das perspectivas para o mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Tais informações vêm ao encontro do que enfatiza Draibe (1988) sobre os novos processos de construção das políticas sociais para o futuro. Eles tendem a desenvolver possibilidades de trabalho fora da economia, em atividades que não contemplem exclusivamente o fator econômico.

A presente dissertação, parte do pressuposto de que existem pessoas aposentadas atuando em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade. Elas desenvolvem suas atividades ocupacionais buscando algo que vai muito além do ganho financeiro, tal como foi disseminado pelo sistema capitalista contemporâneo. Procuram, acima de tudo, o crescimento pessoal, conforme salienta Drucker (2001a). Porém, estas informações ainda não foram devidamente esclarecidas. O que existe são relatos informais de pessoas que estão de alguma forma, envolvidas com estas organizações, mas não há um estudo científico que comprove essas afirmações.

Estes argumentos conduzem a pergunta que orienta o desenvolvimento deste estudo e da pesquisa que lhe dá aprofundamento. Assim buscou-se responder ao seguinte problema: *quais são as atividades desenvolvidas pelos aposentados no interior das organizações sociais que prestam serviços públicos na Grande Florianópolis e qual é o significado que eles atribuem ao trabalho que realizam, bem como, qual é a relação profissional com o assistente social da organização social a qual estão inseridos?*

A dissertação aqui apresentada discute a ocupação de pessoas aposentadas que estão inseridas em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade. Ela é desenvolvida a partir do relato de aposentados, que expressaram qual é o sentido de sua atual ocupação nesta fase de suas vidas. Este estudo busca chamar a atenção a respeito da

importância do debate da ocupação pós-aposentadoria diante das transformações demográficas que o Brasil está enfrentando. Acima de tudo, pretende-se mostrar a necessidade de envolvimento do Serviço Social nesta questão, visto que a ocupação pós-aposentadoria constitui-se como uma demanda social na contemporaneidade. Assim, o assistente social, ao encontrar-se neste espaço, deve propor ações ágeis, criativas e que contribuam efetivamente para essa dinamicidade social.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Geral

Levantar as atividades que as pessoas aposentadas desenvolvem nas organizações sociais que prestam serviços públicos na Grande Florianópolis, identificando o significado atribuído ao trabalho que realizam, bem como, perceber como se estabelece a relação profissional entre elas e a assistente social da organização a qual estão inseridos.

1.5.2 Específicos

- Resgatar, junto à literatura especializada, as abordagens concernentes a trabalho, emprego, ocupação e organizações sociais.
- Levantar e descrever as políticas gerontológicas na área da Assistência Social e de trabalho e emprego.
- Identificar as organizações sociais que serão pesquisadas e que tipo de atividades desenvolvem para a sociedade.
- Investigar e relatar quais os motivos que levaram as pessoas aposentadas a se inserirem nas organizações sociais e quais as atividades ocupacionais que exercem no interior das mesmas;

- Conhecer e relatar qual o sentido que as pessoas aposentadas dão para o trabalho que desenvolvem nas organizações sociais e perceber se este trabalho é conduzido por valores como a solidariedade social, a ética e o respeito a vida.
- Correlacionar a base teórica com os resultados obtidos na pesquisa de campo, extraindo-se inferências sobre a ocupação pós-aposentadoria e como o profissional de Serviço Social pode contribuir nesse processo.

1.6 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA

O tema proposto nesta dissertação versa sobre o estudo das atividades ocupacionais das pessoas aposentadas inseridas em organizações sociais que prestam serviço público e que pertencem à Grande Florianópolis.

A importância de estudar essa temática se deve, inicialmente, aos dilemas que a sociedade contemporânea vem enfrentando, especialmente no que se refere ao modo de produção econômica edificada ao longo da história da sociedade Moderna. Este, por sua vez, embutiu o trabalho do homem apenas no nível material, esquecendo-se de que o ser humano também possui necessidades não materiais que fazem parte do seu desenvolvimento pessoal e profissional. Desse modo, esse estudo se justifica, pois, além de fazer uma reflexão sobre os valores que permeiam a vida cotidiana do ser humano na atualidade, também discute as alternativas que podem ser vislumbradas diante da problemática que se aborda neste estudo.

Em meio a este cenário social, segundo Giddens (1997), Harman e Horman (1995), Ramos (1987) e Santos (1998), surgem inúmeros movimentos sociais que estão se articulando por meio de organizações sociais e desenvolvendo ações em prol de uma vida humana mais digna. A partir do surgimento dessas organizações sociais, é fundamental estudá-las no seu interior, decifrando seus ideais de mundo. Cabe, especialmente ao Serviço Social, apropriar-se dessas manifestações sociais já que, historicamente, a profissão sempre prestigiou e apoiou

esses espaços populares, vendo-os como um dos atores sociais principais no processo de redefinição política e na conquista de justiça social. Vale destacar que o estudo dessas organizações também é importante para perceber qual é o papel que desempenham na sociedade e a relação que estabelecem com o Estado, indagando inclusive se há efetivamente o afastamento do Estado nesse processo ou se há uma nova configuração de forças entre ele e a sociedade civil.

Essas organizações sociais são motivadas pelas mais diversas manifestações das necessidades humanas, bem como pelos mais diferentes segmentos sociais. Um desses segmentos sociais é representado por pessoas aposentadas, que emergem com grande força e determinação para serem um dos principais atores nessa redefinição produtiva e social. Estes sujeitos, que sempre ficaram à mercê do sistema produtivo e econômico por serem considerados improdutivos e inválidos, não podendo contribuir com a acumulação incontrolada das riquezas necessárias à manutenção do sistema capitalista vigente, agora vêm suas possibilidades serem renovadas e fortalecidas.

Por isso, ao estudar a ocupação humana por meio da inserção social dos aposentados em organizações sociais da Grande Florianópolis, pode-se refletir se esse movimento social é uma das estratégias encontradas na atualidade para um novo sentido para o trabalho. O que também se busca com esse estudo é saber se os sentimentos de sofrimento e incerteza, apontados por Dejours (2001), Forrester (1997) e Yamamoto (2001), que estiveram presentes ao longo da vida desses novos atores sociais e, conseqüentemente, marcaram sua representação do mundo do trabalho, agora são substituídos por outros que, como comenta Giddens (1997), sejam mais humanitários e que expressem justiça social (quais sejam, a solidariedade social, a ética, o respeito a vida e o retorno à convivência em comunidade).

Mais do que isso, estudar este novo arranjo de inserção social e produtiva, pautado na ocupação pós-aposentadoria, é primordial para dar continuidade à própria existência do ser

humano. Com a perda de flexibilidade numa sociedade em desintegração, corre-se o risco de perder-se a harmonia entre os seus elementos, desencadeando com isso discórdias e rupturas do tecido social.

Por estudar o fenômeno do envelhecimento populacional desde o ano de 1998, identifiquei outra grande questão, que deve exigir ações por parte não só do Brasil, mas de todas as nações mundiais. Trata-se de redefinir uma estrutura para o mundo do trabalho na nossa sociedade que esteja ao mesmo tempo aliada a essa nova e crescente configuração socioetária. Portanto, um outro motivo defendido para a realização deste estudo é perceber se a ocupação dos aposentados nas organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade pode ser um novo espaço produtivo para este segmento social.

Esta informação deve ser investigada em virtude de no município de Florianópolis, existirem 20.433 indivíduos com mais de 60 anos, representando um percentual de 8,4% do total da população. O acesso à renda, para este segmento social, se consolida em 70,89% via aposentadorias e pensões. Enquanto 20,09% não possuem renda, segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social.

É também imprescindível para o Serviço Social estudar a ocupação pós-aposentadoria, para descobrir se a forma como eles trabalham no interior das organizações sociais pode fortalecer e ampliar oportunidades de inserção social para outros segmentos sociais que também necessitam de oportunidades para se autodesenvolverem na sociedade atual.

Cabe ao Serviço Social estudar a dinamicidade socioetária da atualidade, a partir da ocupação pós-aposentadoria, objetivando proporcionar ao profissional assistente social uma visão multidimensional do ser humano. Esta questão é trabalhada por Ramos (1989), enfatizando que o homem é um ser único e multidimensional, e seus comportamentos são condicionados pelas seguintes dimensões: política, social e biológica.

Esta visão multidimensional pode ser instituída com o aprimoramento das políticas públicas existentes na área da gerontologia e que possuem seu marco legal nas Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Idoso, bem como na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Pois o que se percebe é que estes mecanismos legais são planejados a partir de programas e projetos sociais que atendem, com mais ênfase, às necessidades deste segmento social no plano material.

Por fim, com o estudo da ocupação pós-aposentadoria pretende-se que o assistente social possa aperfeiçoar sua atuação nos aspectos teóricos, técnicos e políticos no que se refere a este novo perfil socioetário. Com o aprofundamento dos conhecimentos sobre essa nova demanda social, este profissional poderá ser um agente propositor, articulador e gestor de políticas públicas que estejam voltadas para a construção de projetos de vida após a aposentadoria, embasados fundamentalmente na ocupação humana. Pois, como já foi mencionado, até o momento a grande maioria destas políticas são construídas sob a ótica do mercado econômico e financeiro, com ênfase no incentivo à seletividade, à marginalização e à degradação das relações humanas.

1.7 LIMITAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

As principais limitações de uma dissertação deste porte residem em aspectos como, por exemplo, o grande número de obras versando sobre o tema as transformações do trabalho e o seu significado ao longo da história da humanidade.

Este arsenal bibliográfico-documental sobre o assunto pode ensejar que algumas obras de determinados autores acabem não sendo devidamente aproveitadas, o que requer uma redução criteriosa do assunto a ser abordado.

Nesse sentido, esta dissertação se refere única e exclusivamente à observação do significado do trabalho para as pessoas aposentadas que estão inseridas em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade da Grande Florianópolis.

Desta forma, os resultados apresentados neste trabalho, representados pelas respectivas considerações finais, não deverão ser generalizados, sendo afetos unicamente às organizações e aos sujeitos participantes desta pesquisa.

Já quanto à limitação das técnicas de coleta e tratamento de dados, cumpre afirmar que, como análises pessoais da pesquisadora junto à documentação e a bibliografia, têm, inevitavelmente, a inferência direta desta a partir de sua visão de mundo.

Outro limite desta dissertação, se refere ao processo de amadurecimento teórico da própria pesquisadora, que, apesar de realizar inúmeras leituras sobre a temática proposta, ainda necessita de aprofundamento no que se refere ao aprofundamento do tema de estudo.

Feitas as considerações acerca do tema e da pesquisa que aqui se inicia, neste momento se apresenta cada capítulo deste trabalho. Cumpre destacar que ele não tem caráter conclusivo, pela complexidade, pelo ineditismo e pela originalidade com que foi construído, bem como pela própria limitação temática.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2 DO TRABALHO À OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA

2.1 O TRABALHO, A OCUPAÇÃO E O EMPREGO

As teorias que tratam do contexto histórico do trabalho estão datadas desde o período pré-histórico, quando as atividades estavam voltadas especificamente para garantir a vida e a sobrevivência do indivíduo e da espécie. “As características de mercado, como agora é dado ao mesmo, não existiam.” (MENEGASSO, 1998, p. 35). Porém, para abordar de maneira mais aprofundada o eixo teórico que norteia essa discussão, optou-se por priorizar os elementos constitutivos do trabalho, ao longo da sociedade, somente a partir da Idade Média. Nesse período a característica do sistema político e econômico se baseava no regime feudal. Havia também uma influência marcante da Igreja nas relações sociais e de produção, bem como começaram os primeiros vestígios comerciais que desencadearam as grandes revoluções de produção econômica na Idade Moderna.

O marco inicial dessas revoluções foi a Revolução Industrial, que veio remodelar o significado do trabalho na vida humana, e este, por sua vez, ainda continua a sofrer profundas alterações na sociedade contemporânea.

2.1.1 O trabalho do Feudalismo ao regime industrial

Na Idade Média, na Europa ocidental e central, a grande maioria das terras agrícolas eram denominadas de “feudos”. A característica básica destes feudos consistia de uma aldeia e de várias centenas de acres de terras produtivas; estas formavam todo o território geográfico onde o povo da aldeia trabalhava. Os feudos eram rodeados por bosques, terrenos, pastos, etc.,

variando assim de tamanho, o que significava que as relações sociais no seu interior também poderiam ser diferentes entre um feudo e outro. Mas, de um modo geral, estes tinham algumas particularidades que os assemelhavam. Entre estas particularidades podemos citar as mais relevantes, por exemplo: havia no seu interior castelos que eram habitados pelo senhor (o dono das terras) e por sua família, e os empregados que lá residiam realizavam todos os cuidados domésticos e administrativos desta propriedade.

Já os bosques eram utilizados por todos os habitantes do feudo, mas a terra produtiva era dividida em duas partes: uma parte, geralmente a terça parte do todo, tinha como proprietário o senhor, conhecida por todos como as terras de seus “domínios”, e a outra parte era trabalhada pelos seus arrendatários: “no período feudal, não havia ‘senhor sem terra, nem terra sem senhor’. Cada propriedade tinha um senhor que arrendava suas terras aos camponeses, possuía servos e escravos” (MENEGASSO, 1998, p. 48).

Nessa época os arrendatários poderiam exercer suas funções tanto nas suas terras, como também na propriedade do senhor. Nota-se que o regime feudal era um sistema de produção para uso, por isso a natureza da produção não tinha como objetivo exercer um trabalho excedente e, por conseqüência, não gerava um acúmulo de produção, tampouco, poderia manifestar nos indivíduos sentimentos insaciáveis de aquisição de bens materiais.

O regime feudal traz alguns elementos quanto a sua formação hierárquica de produção, como Huberman (1981) aponta; a vassalagem, o benefício e o senhorio. Ainda segundo o autor, havia vários graus de servidão: 1º) servos domínios: que estavam em contato direto com o seu senhor. Tinham uma relação de dependência total ao seu senhor, pois não tinham terras para morar e plantar, destinavam uma parte da sua produção para o dono da terra, portanto sua força de trabalho não era livre; 2º) camponês: era muito pobre, trabalhava para o senhor apenas para poder comer; e 3º) vilões: eram os servos com maior prestígio diante do senhor, gozavam de maiores benefícios e menores deveres para com este. Nesse sistema

“nunca se pensou em construir uma relação de igualdade entre senhor e servo. O servo trabalhava a terra e o senhor manejava o servo. O senhor mantinha uma relação de dominação e de exploração do trabalho do camponês” (MENEGASSO, 1998, p. 50).

As principais atividades desenvolvidas nos regimes feudais era a agricultura. Tudo que era necessário para a sobrevivência dos habitantes dos feudos era produzido no seu interior, por meio do rodízio das terras produtivas. Com isso os feudos eram auto-suficientes, não havendo o comércio, nem estruturas políticas como um governo central. A única forma de organização que existia neste período era a organização do trabalho, e o valor social que predominava, segundo Hirschman (2000), era a legitimidade da virtude, em vez da sociedade de interesses.

As classes sociais existentes no regime feudal eram compostas pelos sacerdotes, pelos guerreiros e pelos trabalhadores (camponeses e servos). Huberman (1981) relata que, nesse período, a riqueza dos homens provinha do acúmulo de terras, já que estas proporcionavam as mercadorias que os feudos necessitavam. A Igreja também gozava de grande prestígio político e econômico a partir da aquisição de terras, consolidando, assim, seu poder e sua fortuna. Seu papel principal, via os sacerdotes, era prestar ajuda espiritual. Quanto aos guerreiros, eram militares, defendiam a nobreza por meio de ações nas guerras. Já os trabalhadores, em troca de proteção espiritual e militar, tinham como obrigações produzir para o sustento, tanto dos sacerdotes como dos guerreiros. Tais sustentos expressavam-se especialmente por meio de gêneros alimentícios, cultivados nas terras que arrendavam.

É possível perceber, diante do exposto, que o Feudalismo tem suas premissas básicas na coerção direta na vida do trabalhador, principalmente para os camponeses e servos. Estes concretizavam suas funções na área agrícola e, ao mesmo tempo, tinham dependência social e jurídica em relação aos senhores feudais, que eram os proprietários das terras que aqueles utilizavam para desenvolver suas atividades. Além disso, os servos assumiam compromissos

de lealdade e respeito ao senhor da terra; isso permitia ao senhor domínio absoluto sobre suas vidas.

Com o surgimento do Feudalismo, as ações humanas começaram a ser submetidas à esfera privada, o que “repercutiu significativamente na organização medieval do trabalho”. (ARENDR, 2000, p. 41). Ou seja, o regime feudal foi o grande precursor do sistema de produção econômica pautado na vida rural.

Uma das grandes instituições que contribuíram para o desenvolvimento do regime feudal foram as Igrejas, predominantemente aquelas que pregavam o cristianismo, já que, segundo os historiadores, nesse período, os proprietários de terras preocupavam-se em assegurar uma vida pós-morte, ao lado de Deus. Estes doavam suas propriedades à igreja, que, por sua vez, exercia uma função espiritual, no sentido de zelar pelo bom encaminhamento de suas almas junto a Deus. A igreja também possuía muitas terras devido às batalhas e guerras vencidas pelos nobres ou reis, que, ao se apoderarem das terras dos inimigos, lhe doavam parte delas. Huberman (1981) afirma que, como resultado dessas doações, a igreja tornou-se proprietária entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental.

No entanto, em meados da Idade Média, surgiram os primeiros vestígios de uma sociedade comercial, provocando significativas mudanças nos modos de produção. Automaticamente essa situação atingia a vida das pessoas, e das cidades e o poder da Igreja começava a ser questionado. Pois, até então, esta era a única que possuía o controle da educação, podendo, com isso, conduzir seus ensinamentos em favor dos seus próprios negócios e do Estado. Porém, com uma nova classe surgindo, a dos comerciantes, estes invertem o processo educacional a favor de uma sociedade comercial; e com isso os soberanos aliam-se a este novo movimento de produção. Eles, proclamavam a necessidade do comércio e da indústria. Nestas condições, Menegasso (1998, p. 52) argumenta: “começa aqui

o embrião de uma nova percepção do que viria a ser o trabalho e o emprego na atividade mercantil.”

Assim sendo, para que a classe mercantil pudesse ganhar mais espaço nesse período, deveria atacar seu grande entrave: a Igreja, que era a principal âncora do regime feudal. Os primeiros passos para eliminar seus domínios econômicos e suas ideologias, que eram fundamentadas em ações espirituais, aconteceram com o advento da Reforma Protestante. Esta pregava que o trabalho deveria ser realizado de forma digna, proporcionando aos trabalhadores sua salvação; já que, era por meio dele que se serviria a Deus. Nesse momento, as profissões passaram a ser vistas como uma vocação, e, segundo Huberman (1981) para a ética do trabalho protestante de Martinho Lutero os valores que permeavam o ato de trabalhar centravam-se na forma árdua, diligente e abnegada, o que equívale ao cultivo de virtudes.

Aproveitando este novo sentido atribuído ao trabalho, as instituições comerciais e fabris desenvolveram um foco mais aprimorado das ações humanas, desencadeando a venda do trabalho em forma de emprego.

Paradoxalmente, o exercício do trabalho, que teve em seus primórdios um significado negativo, visto como um castigo devido aos pecados dos homens em relação a Deus agora, com a Reforma Protestante, bem como com o apoio da própria igreja, o trabalho tem uma nova conotação. Foram atribuídos sentidos positivos ao trabalho, e os trabalhadores eram vistos como criaturas de Deus. Eram cidadãos corretos e dignos de respeito, já que as ações que desenvolviam também serviam ao poder divino. Este movimento em prol do trabalho ocorreu também em função do aumento significativo da população mundial tendo como consequência a necessidade de aumento na produção de excedentes.

Esse período, é marcado também, pelo uso acentuado da tecnologia, indispensável para facilitar a realização do trabalho e, acima de tudo, aumentar a velocidade empregada nele. Estabeleceram-se, a partir desse momento, novas e complexas relações econômicas e

políticas. Os homens passaram a se fixar, na sua grande maioria, nas cidades, surgindo então uma divisão entre política e moral.

Nos séculos XI e XII, houve um acentuado crescimento do comércio, fazendo com que o poder da Igreja diminuísse ainda mais. Aliado a este fator, intensificou-se a procura por mercadorias estrangeiras, e desenvolveu-se o comércio nas regiões do Mediterrâneo, estreitando ainda mais os laços comerciais entre o Oriente e o Ocidente. Desse modo, houve uma reorganização no que se refere às transações de negócios. Ou seja, nos primórdios da Idade Média, os mercados atuavam apenas em âmbitos locais e com uma periodicidade semanal. Agora disseminaram-se as grandes feiras, especialmente a partir dos séculos XII a XV. A característica dos mercados pequenos era negociar apenas com produtos locais, em sua maioria agrícolas, enquanto as feiras eram imensas, suas mercadorias eram negociadas em grande escala e tinham procedência de várias partes do mundo conhecido.

Timidamente, porém em processo constante, a simples troca de mercadorias passou a ser efetivada com a utilização do dinheiro. Essa situação proporcionou uma transação dupla; ao mesmo tempo em que instaurava a agilização do intercâmbio entre mercadorias, incentivou o fortalecimento do comércio. Esse fato gerou um aumento do trabalho, atingindo cada vez mais as pessoas. Estas, para conseguirem ingressar nesse novo sistema produtivo, deveriam abandonar suas terras e/ou aldeias em que residiam, deslocando-se para as cidades.

Com um número cada vez maior de pessoas construindo suas vidas nas cidades, aos poucos a população começou a questionar as regras e as leis dos feudos. Esse posicionamento teve maior ênfase entre os comerciantes, uma vez que a dinâmica das atividades comerciais eram contrárias à legislação e à justiça feudal. Dentre as dificuldades impostas aos comerciantes pelos feudos, ressaltam-se: o não acesso a determinadas áreas de comércio via estradas ou mares já que os feudos mantinham uma extensão territorial que englobava estas áreas. As estratégias encontradas pelos comerciantes eram aliar-se tanto aos salteadores

(quando necessitavam utilizar as estradas), quanto aos piratas (quando precisavam chegar a outras terras via mar).

No entanto, essas restrições não perduraram por muito tempo. No momento em que os comerciantes se deram conta dos inúmeros prejuízos que estavam tendo, devido aos controles dos feudos para com seus negócios, uniram-se em associações chamadas “corporações” ou “ligas”. Tinham como objetivos principais tornar suas cidades livres deste domínio e expandir o comércio.

Esse fato gerou também uma outra situação. À medida que as cidades prosperavam, diante do fortalecimento do comércio e do uso do dinheiro, cada vez mais os trabalhadores servis da área da agricultura abandonavam suas funções e iniciavam outros ofícios. Porém, tais ofícios já não eram realizados para satisfazer suas necessidades pessoais, mas sim para atender à demanda criada pelo sistema comercial. Vale ressaltar que, até este período, a economia ainda caminhava de forma limitada, o consumo era realizado apenas para atender às necessidades físicas do ser humano.

A emancipação dos servos deu-se a partir da organização do trabalho urbano. Estes começaram a se unir por intermédio de corporações de ofícios ou guildas, associações profissionais (padeiros, sapateiros, tecelões, etc.). Defendiam seus interesses próprios por meio da monopolização do trabalho de cada gênero da cidade.

Diante de todas estas questões, o trabalho artesanal, típico desta época, não obedecia nenhuma regra. A confecção dos materiais estava calcada na liberdade de criação, e assim: “o trabalho artesanal não era apenas uma atividade útil, trazia em si, além disso, uma profunda satisfação, pois, em sua realização, os artífices aperfeiçoavam sua capacidade” (MENEGASSO, 1998, p. 57).

Os locais onde se realizavam as produções industriais e comerciais no final da Idade Média eram pequenas oficinas, comandadas pelo mestre, que era o empregador, e trabalhava lado a lado de seus ajudantes.

Tanto o processo de produção, como a matéria-prima e a ferramenta utilizada para a fabricação dos artigos eram de domínio dos trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo em que se dedicavam ao seu fazer profissional, também comercializavam os produtos acabados. Estes produtos, por sua vez, aos poucos foram tomando uma outra dimensão. Antes eram utilizados para atender às expectativas dos moradores das cidades, e agora começam a ser vendidos num mercado externo.

Um espírito de solidariedade social e ajuda mútua era característica destas corporações, já que se preocupavam com o bem-estar de seus membros. Na opinião de Hirschman (2000), muitas das corporações surgidas no período de ascensão comercial tinham como objetivo a ajuda mútua, principalmente quando os trabalhadores enfrentavam períodos difíceis como guerras ou catástrofes naturais. O sentimento que imperava era o interesse coletivo sobre o interesse individual.

A partir do desenvolvimento das corporações, a imagem do trabalho primitivo e de sofrimento foi substituída pela de realização pessoal. Pois elas estavam implementando técnicas para melhorar a formação de novas estruturas econômicas e sociais. Algumas destas técnicas recorriam à divisão técnica do trabalho. Porém, ao instaurar maquinários na produção de artigos, a Idade Média não deixou de valorizar as habilidades manuais dos seus trabalhadores.

No período do Renascimento, ocorrido a partir do século XVI, houve uma intensificação do desenvolvimento da técnica por meio das manufaturas, que criaram uma centena de diferentes ofícios. Iniciaram-se, com isso, novos modos de organização de trabalho. No século seguinte (XVII), surgem as grandes empresas, que detêm uma grande

concentração de capital. Elas conseguiram agrupar um elevado número de operários, que estavam organizados em corporações ou em comunidades. Como resultado desse processo, as corporações começaram a se enfraquecer, e junto com elas o poder das cidades livres também decaiu.

O espírito do capitalismo, segundo Hirschman (2000, p. 18) “na Idade Média e na Renascença é marcado pelos ensinamentos de Santo Agostinho. Pois, ao perceber a tendência das atitudes humanas para o acúmulo de riquezas, preconizou a honra e a glória como uma virtude e grandeza do homem”. Porém, a teoria que Agostinho tencionou conferir quanto à substituição do dinheiro, do anseio pelo poder e pela glória pelo amor, esvaziou-se ao longo dos séculos, uma vez que o impulso do homem era infinitamente maior em querer conquistar sua felicidade plena, por meio de atividades, comerciais, bancárias e por fim o modo de produção industrial.

Assim, com os passar dos anos, nas sociedades médias, os indivíduos detinham o poder a partir de seus valores e de suas honras. Hobbes (1979), famoso filósofo da época, apresenta, o conceito de mercado possessivo, alegando que o trabalho do indivíduo é uma mercadoria, e seus esforços empregados, por via das atividades desenvolvidas por ele, são sua propriedade.

Os artesãos independentes da Idade Média começaram a desaparecer do século XVI ao século XVIII, e, segundo Huberman (1981), em seu lugar surgiram os assalariados, tornando-se totalmente dependentes do capitalista-mercador-intermediário-empendedor.

Mais do que isso, Menegasso (1998, p. 59) afirma que “esse é o marco de uma nova relação no trabalho, que veio a constituir-se no **emprego**.” Os valores que estavam atrelados ao movimento das grandes fábricas impulsionaram um enorme e novo desenvolvimento nas relações econômicas e sociais, atingindo diretamente a natureza do trabalho. Polanyi (1980) diz que este é o alvorecer da Modernidade, embutido com suas crenças e valores, permitindo um reordenamento das relações entre capital e trabalho.

2.1.2 O trabalho e o emprego na sociedade industrial

O crescimento da sociedade industrial é, tradicionalmente, considerado uma transição do modo de produção agrícola para o industrial. Com a utilização de novas fontes de energia e de novas técnicas de fabricação ainda na Idade Média, houve um excedente de produtos gerados pela agricultura, que, por sua vez, fomentou matéria-prima para a indústria artesanal. Iniciou-se aqui o comércio nas áreas têxteis, na construção e na pecuária. Como consequência, o regime feudal declinou, e instituiu-se um novo modo de produção, proporcionando uma variedade de atividades de trabalho.

Sem dúvida, com as invenções do maquinismo no final da Idade Média, deu-se o início da “revolução técnica”, especialmente com a expansão do moinho, do aperfeiçoamento do torno, do aparecimento da roda d’água, e das prensas e parafusos. Menegasso (1998) considera esse o primeiro momento do declínio do homem operacional.

Esse foi o tempo da era Galileu e Newton, como aponta Capra (1988). As revoluções científicas, feitas por estes dois cientistas, começaram a comandar a vida dos indivíduos. Todos os atos humanos deveriam ser analisados com um critério de cientificidade tão grande que, na maioria das vezes, esquecia-se que tais experiências estavam, no fundo, lidando com o futuro da humanidade. Mas nada disso se levou em conta, o que interessava mesmo era o pensamento racional. Sentimentos mais emotivos, bem como as ações que não poderiam ser comprovadas dentro dos critérios rigorosos da ciência, eram totalmente desprezados. Esse período também foi marcado pelas revoluções liberal-democráticas, interferindo diretamente na maioria dos governos no mundo. Fundamentou-se a filosofia das instituições capitalistas; houve contradições entre as teorias religiosas, filosóficas e sociais, servindo, por fim, como base para o pensamento moderno.

A Era Moderna surgiu no curso dessas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Os pressupostos ideológicos da organização do trabalho são: a instrumentalização e

a organização econômica do sistema capitalista. Criou-se com isso uma nova situação mental: ganhar tempo, economizar espaço, aumentar energia, adquirir e multiplicar bens, desprezar as leis naturais da vida por intermédio do seu prolongamento e substituindo organismos vivos por sistemas mecânicos que os simulem e ampliem. Assim sendo, “essa paixão capitalista em prol de um nova ordem repetitiva minou o equilíbrio qualitativo entre o operário e a sua débil instrumentalização” (ILLICH, 1976, p. 50). Foi por meio dessas condições, conforme afirma Polanyi (1980), que o trabalho se transformou em emprego e a ocupação, em mão mão-de-obra. Este foi o início da Modernidade.

O verdadeiro marco inicial da Modernidade ainda causa muitas contradições entre os autores. De um lado, segundo estudos de Arendt (2000, p.260), o que determina o caráter da Modernidade é o “duplo processo de expropriação individual e o acúmulo de riqueza social; e a invenção do telescópio, ensejando o desenvolvimento de uma nova ciência, que considera a natureza da terra do ponto de vista do universo.” Por outro lado, existem autores que afirmam que a Modernidade já foi efetivada, e agora nos encontramos na “paramodernidade”, como acredita Ramos (1987).

No entanto, o que se tem de concreto são algumas de suas características no âmbito das inovações. Como explicita Menegasso (1998), tais inovações podem ser tanto artísticas como científicas. Apontam-se, como exemplo, as mais marcantes: as grandes viagens de descobrimento, desde Colombo, as idéias protestantes sobre o trabalho e as comprovações científicas adotadas pelos calvinistas, a invenção da máquina a vapor e o tear mecânico. Especificamente, neste estudo, optou-se, a partir das considerações de Polanyi (1980), por tomar como ponto de partida da Modernidade o final do século XVII e o início do século XVIII.

É na Era Moderna que, inexplicavelmente, exceto à preguiça, todos os sete pecados mortais foram transformados em virtudes. Harman e Horman (1990, p. 55) descrevem que “a

cobiça, a avareza, a inveja, a gula, a luxúria e o orgulho tornaram-se às forças motrizes da nova economia. Um poder desenfreado está desde então atrelado as forças motrizes igualmente desenfreadas.”

Este é o princípio da ligação entre a preguiça e o emprego, visto exclusivamente como uma categoria econômica. Ou seja, disseminou-se a idéia de que o homem que não estiver acompanhando a revolução das máquinas, atuando de maneira ágil e competente nos novos e dinâmicos processos de produção e aceitando com naturalidade os acontecimentos científicos, é considerado um trabalhador preguiçoso, e por isso não é merecedor de uma vaga de emprego.

São estes os ideais marcantes do final do século XVIII, que culminou com a Revolução Industrial e consolidando o capitalismo no mundo ocidental. Na Revolução Industrial a maioria do trabalho manual foi substituído pela ação das máquinas e das ferramentas, do atelier ou manufatura à fábrica. E lentamente, porém de forma gradativa, o trabalho, a forma de pensar das pessoas e a cultura foram sendo atingidos e transformados. Um dos grandes impulsionadores desta revolução foi a “modificação profunda da mentalidade em relação ao dinheiro, a seu manejo, ao lucro possível e a seu valor social” (MENEGASSO, 1998, p. 65). Ou seja, neste período as fábricas já não pensavam suas funções a partir das necessidades humanas, mas sim do que a acumulação capitalista poderia trazer para os detentores do capital. Agora, quem comandava a organização do trabalho eram as máquinas, e o homem foi levado a conceber o trabalho como um processo alienante e não como algo que pudesse desenvolver suas potencialidades humanas e acima de tudo emancipar-se diante de sua operacionalização.

Os progressos dos meios de produção durante a Revolução Industrial são expressados por Polanyi (1980) como “moinho satânico”, já que se fizeram acompanhar pela destruição da vida das pessoas comuns. E ele ainda salienta: “neste momento [...] se inicia o processo cujo

ápice é julgar os fenômenos sociais em geral do ponto de vista meramente econômico” (p. 51-55). Assim sendo, o trabalho também foi estabelecendo-se em meio às relações sociais, políticas, econômicas e culturais como um instrumento do mercado.

Aliado a essa nova lógica dada ao trabalho, no século XIX, o racionalismo toma conta de praticamente todas as áreas da vida humana. Polanyi (1980) descreve que os campos afetados são das Ciências Físicas, Matemáticas e Sociais; na ação política, com a vitória do sistema liberal capitalista; e no campo do Direito, com o aparecimento dos Estados Constitucionais.

O resultado dessa evolução histórica do processo de trabalho é que, no século XX, a sua racionalização ganha formas ainda mais desumanas; a partir, especialmente, das considerações feitas por Taylor, Ferreira (2002 p. 05) comenta: “[...] não restam dúvidas de que o taylorismo propiciou um desenvolvimento da eficácia e eficiência que acompanha a evolução da racionalidade instrumental do capitalismo”. Este processo, por sua vez, condicionou um tratamento diferenciado, para formas diferenciadas de pagamento do trabalho humano. Atrelado a este fator, o liberalismo econômico agilizou a ascensão da economia capitalista. Agora os critérios dados ao trabalho são o individualismo e a livre concorrência.

Algumas décadas mais tarde, com a implantação do fordismo, que visava à montagem de produtos em cadeia, a parcelização e a especialização do trabalho, tornaram-se ainda mais intensas. Esse fato representou um aprofundamento da racionalidade instrumental do capitalismo, dando origem ao modelo de produção e consumo em massa. Agora o capital não andava mais sozinho, o Estado, o mercado e os donos do capital uniram-se para regular as atividades econômicas, políticas, sociais e culturais.

O novo estilo do trabalho, com o avanço do capitalismo e a ascensão da sociedade industrial, instaurou o assalariamento na vida dos trabalhadores como condição predominante de reprodução do trabalho e do capital. Menegasso (1998, p. 67) enfatiza: “ocorreu nesse

momento, uma das mais importantes mudanças no que diz respeito à ocupação humana: o trabalho livre foi trocado por um contrato de trabalho e um salário em dinheiro”.

Essa situação orientou a sociedade para o mercado, tendo como prioridade a produção de bens. Automaticamente, esse processo favoreceu a busca incessante pela eficiência dos modos de ação, visando maximizar resultados. Os arranjos produtivos também foram guiados para tornar o homem um trabalhador, porém seu trabalho deveria ser organizado com o máximo de eficiência e funcionalidade.

Com o trabalho assalariado os indivíduos não estavam mais ligados ao sistema de produção corporativo, como ocorreu no regime feudal. Esta nova redefinição do trabalho provocou mudanças profundas na mentalidade dos indivíduos, uma vez que com o trabalho eles poderiam obter sucesso e independência econômica. O dinheiro tornou-se o grande meio de igualdade entre os homens, e também de desigualdade. Diante disso, os trabalhadores sentiam uma necessidade intensa em querer trabalhar e produzir cada vez mais. Pode-se afirmar que esse ato humano contribuiu imensamente, tanto quanto a máquina a vapor e/ou a eletricidade, para a evolução do capitalismo.

A mutação do sentido negativo do trabalho para o sentido positivo fez parte da vida da maioria dos trabalhadores. Eles se sentiram agradecidos e estruturalmente fortalecidos nos planos social, econômico e cultural, por conseguir ingressar em uma fábrica, em função de o trabalho fazer parte integralmente da vida dos indivíduos. Marx (1987) reflete que o desenvolvimento do assalariado obrigou as organizações a repensarem o verdadeiro sentido do trabalho. Fundamentalmente, as organizações passaram a dominar o significado e o conteúdo do trabalho pelo qual o homem produz, e com isso sua verdadeira existência se transforma. Ou seja, qual é a finalidade do trabalho?. Como ele pode contribuir para o crescimento e o desenvolvimento igualitário da humanidade e por que não há tratamento justo para todas as funções?

Na verdade, o processo de trabalho no século XX é produto de uma ação humana consciente. Ele se materializa a partir da exploração, cabendo para alguns “ planejar, ordenar e usufruir da tarefa executada por outros” (MENEGASSO, 1998, p. 69). E o pior disso tudo é que ele se tornou central na vida dos indivíduos, sua ausência não permite a eles condições para se desenvolverem integralmente. O trabalho, acima de tudo, passou a ser uma questão de sobrevivência. Harman e Hormann (1995, p. 55) afirmam: “a produção econômica veio a ser (exceto em tempos de guerra) a preocupação central da sociedade, e o crescimento econômico passou a ser a medida principal pela qual as sociedades julgam o seu progresso”.

No final do século XX e início do século XXI, a força de trabalho do homem foi comercializada como se fosse uma mera mercadoria. Os reais valores e o respeito à vida humana desapareceram. O sentido atribuído ao trabalho foi valorizado por ideais que preconizam a prevalência da livre concorrência e o individualismo extremo nas relações sociais. Todas essas questões fazem parte da sociedade contemporânea.

2.1.3 A organização do trabalho na sociedade contemporânea

Paradoxalmente, na sociedade do século XX, com a ascensão da indústria e com o emprego no setor produtivo, o trabalho representa o status quo para a vida humana. Seus valores são moldados pelos produtos e serviços que puder oferecer para uma sociedade centrada no mercado consumista. Menegasso (1998, apud RAMOS, 1983, p. 129-130) chama a atenção para o fato de que “historicamente nas sociedades pré-mercado, sempre existiram distinções entre atividades ou ocupações consideradas superiores (por escolha ou significado) e aquelas tidas como inferiores (apenas para garantir a sobrevivência)”. Mas nos dias atuais os trabalhos realizados pelas pessoas não visam mais a sua realização pessoal, mas sim buscam sanar os bens materiais que a vida humana instituiu. Situação ainda mais decadente, na exposição de Ramos (1989, p. 99), é quando o ser humano, por meio do trabalho assalariado,

permite que a organização na qual ele está inserido se torne a referência primordial de sua existência, fazendo-o perder o contato com sua verdadeira individualidade. Esse fato gera uma adaptação a uma realidade fabricada.

Para Arendt (2001, p. 147), “a sociedade de mercado molda os trabalhadores para serem *animais laborans*”. O trabalhador deve desempenhar suas funções profissionais incessantemente, para atender a uma economia de desperdício, na qual todos os produtos devem ser devorados e abandonados, assim que não servirem mais para os padrões da sociedade de consumo. E o dever de consumir está associado ao direito de permanecer vivo, de ser aceito e, fundamentalmente, conseguir manter-se no mercado de trabalho, segundo a lógica capitalista contemporânea. As pessoas desempregadas, ou então, aquelas que não se moldarem a esse sistema perverso, não podem permanecer vivas. Daí o que Forrester (1997) menciona sobre o fato de os indivíduos serem levados da exploração à exclusão, da exclusão à eliminação. Comenta a autora que:

[...] o trabalho continua necessário de maneira muito lógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas, precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar, e para os quais o trabalho seria a única salvação (FORRESTER, 1997, p.112).

Nas condições em que o trabalho é o grande propulsor de garantias econômicas e sociais para o homem na atualidade, e sabendo dos inúmeros elementos que podem dismantelá-lo, o psiquiatra francês Dejours (2001) afirma que esta situação desencadeia nos indivíduos perturbações de ordem psicopatológica. Sentimentos como o sofrimento e o medo podem instalar-se no cotidiano desses trabalhadores e prejudicarão a sua produtividade.

Além dessas perturbações de ordem psicológica, esses trabalhadores produzem com baixos salários, condições insalubres de trabalho e uma carga horária de até doze horas por dia; “o trabalho na sociedade atual assume a forma de denúncia da prisão da vida pelo

trabalho, como cativo, forjado pela disciplina e pelo horário de trabalho” (IAMAMOTO, 2001, p.23).

Estas questões não deixam dúvidas de que o trabalho na contemporaneidade não reflete mais o autodesenvolvimento humano, e nas últimas décadas vem sofrendo inúmeras transformações.

A nova roupagem do trabalho agora é estabelecida por novos e sutis meios de escravizar o ser humano. Citam-se alguns exemplos: desmonte dos direitos trabalhistas, exploração da mão-de-obra com baixos salários, condições de trabalhos insalubres, globalização das finanças, taxas elevadas de desemprego; deslocamento geográfico de organismos produtivos e absorvedores de mão-de-obra; e eliminação dos postos de trabalho na indústria.

Nas palavras de Marx (1989, p. 718), isso decorre em função de o processo de trabalho, não satisfazer as necessidades pessoais, mas sim atender ao modo de produção capitalista, que perdeu todo e qualquer respeito pela a vida humana.

[...] em menos de um século o trabalho “em massa” será eliminado em todas as nações do mundo. O homem será substituído por máquinas inteligentes”. Toda essa situação provoca sentimentos de aflição e desespero nos indivíduos. As mulheres e os homens estão preocupados com o futuro; os jovens sentem-se frustrados em relação à incerteza de suas vidas, podendo desencadear comportamentos agressivos; os indivíduos com mais de 60 anos de idade estão confusos e resignados frente a lembranças de um passado próspero e um futuro sombrio (RIFKIN, 1995, p. 3-5).

Essa realidade instituída pelo capitalismo contemporâneo é o resultado, de um lado, da substituição da ocupação humana. Esta atividade deve ser desenvolvida a partir de pressupostos que valorizam a liberdade de escolha de uma ação profissional, desencadeando com isso o autodesenvolvimento e a emancipação do homem. Além do mais, o trabalho na atualidade está agregado somente à subsistência material, que é o emprego. Por outro lado, há as permanentes mudanças nos modos de produção econômica, impostas pelo sistema neoliberal. Esse processo cria ao mesmo tempo uma divisão internacional do trabalho, na

qual as grandes corporações econômicas e financeiras ultrapassam as fronteiras de seus países para fazer seus negócios prosperarem, para implantar novas informações, além de mobilizar recursos tecnológicos, científicos e econômicos visando apenas a sua inserção e manutenção na economia transnacional.

Diante dessa prática, eles geram novos espaços de ação, novas formas de poder são disseminadas, ocorrendo novas modalidades de dependência; criam-se outras esferas de monopólio quanto ao modo produtivo, solidificam-se novas camadas de usuários, como afirma De Masi.

A esta altura, as empresas reagem não mais intensificando a exploração da força de trabalho (o que seria praticamente impossível), mas substituindo radicalmente os trabalhadores pela tecnologia, recorrendo à desregulamentação, transferindo a localização das próprias instalações sempre que isto seja mais conveniente, jogando com a diversidade dos fornecedores e dos respectivos países (2000, p. 91).

No início da industrialização dos países, os proprietários, donos dos modos de produção, tomavam suas decisões baseadas numa realidade concreta e sólida. Agora, vivem num mundo de negócios também virtual, no qual o capital volátil se investe em meios de produção, cuja rentabilidade proporciona melhores retornos de lucratividade.

Esses mercados não desembocam em nenhuma “criação de riquezas”, em nenhuma produção real. Não necessitam sequer de endereços imobiliários. Não utilizam pessoal, já que bastam alguns telefones e computadores para atingir mercados virtuais. Ora, nesses mercados, que não implicam o trabalho de outras pessoas, que não são produtores de bens reais, as empresas (entre outros) investem com mais frequência, e cada vez mais, parcelas de seus ganhos em outros lugares, permitindo o fortalecimento de “jogos neofinanceiros, muito mais rentáveis, que chegam muitas vezes às subvenções, às vantagens concedidas a fim de que essas mesmas empresas criem empregos!” Forrester (1997, p. 88).

Todas essas transformações do mercado de trabalho vieram acompanhadas do desmantelamento do Estado de Bem-Estar-Social. Embasada em uma política de cunho

desenvolvimentista, a proposta feita por Keynes no período pós-guerra visava a recuperar a capacidade de expansão e dar vigor ao sistema capitalista do século XIX; vencer os problemas da massa dos desempregados e melhorar as condições sociais para a maioria da população. Além de fazer um regime político democrático compatível com o capitalismo. Portanto, a política de Keynes dava ênfase “no crescimento econômico interno, na intensa industrialização, na geração de muitos empregos, no crescimento da produção e uma maior extensão da distribuição de renda” (SUNKEL, 1988, p. 2).

O desmantelamento do Estado, se deu nos anos 70, em muitos países da Europa e nos Estados Unidos da América. No Brasil este processo somente ocorreu, no início dos anos 90, e todos passaram a enfrentar um novo problema: a crise do padrão de desenvolvimento nacional. Na opinião de Mattoso (1995, p. 151), “neste processo instável de transformações que ocorre em nível mundial e tem como consequências: um novo paradigma industrial, crescente anarquia da economia mundial e desordem do trabalho.” Um dos elementos dessa desordem do trabalho é o trabalho temporário, por tempo determinado e de meio período, fazendo com que haja salários mais baixos. Na maioria das vezes, os benefícios sociais não existem, causando insegurança e medo nos trabalhadores sobre o futuro de suas vidas.

Para agravar ainda mais essas questões, há autores como Bridges (1995) e Rifkin (1995) que preconizam uma sociedade sem empregos em função das poderosas e intensas revoluções tecnológicas. Estas buscam construir uma forma de trabalho que utilize o menos possível a mão-de-obra humana. Destacam-se algumas destas tecnologias: a) os softwares: programas de computadores que prometem substituir a própria mente humana; b) a cultura das máquinas: 5% das empresas no mundo estão adotando um parque industrial com o objetivo de diminuir 75% da força de trabalho nas nações altamente industrializadas; c) a reengenharia: é a eliminação dos empregos em níveis de gerência, diminuindo cargos, criando equipes de trabalho e treinando funcionários em várias habilidades. O objetivo principal dessas ações é

simplificar os processos de produção e de distribuição, bem como melhorar as ações administrativas.

Estas revoluções tecnológicas são tão intensas e complexas, que nunca na história da humanidade se ouviu falar em tamanha audácia do capitalismo. Contudo, estas revoluções consistem em um grande dilema. De um lado, a alta tecnologia significa, na sua grande maioria, o bem-estar para os trabalhadores. Libertando-os do trabalho árduo, pelo menos teoricamente, estes estariam livres para se dedicarem às atividades que propiciassem o seu autodesenvolvimento. Por outro lado, o crescente desemprego leva a uma depressão global. Porque, ao contrário do que se disseminou, as máquinas não aliviaram os processos produtivos, pelo contrário, no limiar do século XXI, o ser humano vivencia uma outra forma de escravidão: sua sobrevivência está totalmente condicionada ao acesso ao mundo do trabalho, e quando este consegue se manter trabalhando, a exploração de sua mão-de-obra é insuportável e desumana. Com isso, a vida dos trabalhadores se resume a “[...] viver e trabalhar para viver passam a ser a mesma coisa, e a vida já não começará para (o trabalhador) onde (a atividade do trabalho) cessa”; (ARENDETT, 2001, apud MARX, 1950, p. 77).

Outro grande problema desencadeado pelo não acesso ao trabalho diz respeito ao abismo social pelo qual a sociedade vem caminhando. Segundo relatório do Banco Mundial, (2000), entre as décadas de 80 e 90, período mais triunfante das políticas neoliberais, sendo estas uma das principais responsáveis pela falta de emprego nas sociedades, o número de pessoas pobres contabilizou 2,8 bilhões. Há, também, 1,2 bilhões que vivem com US\$ 2,00 por dia. Na América Latina, 15% da população vive na pobreza absoluta, e em dez anos o número de indigentes passará de 67,7 milhões para 78,2 milhões de pessoas. No Brasil há mais de 30 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Essa situação é insustentável.

Além destes dados desanimadores, da forma como o trabalho foi instaurado na vida das pessoas, as sociedades mundiais não se cansam de criar mais situações que agravam a continuidade da vida humana. Tais situações estão ligadas à conservação do meio ambiente. Capra (1982) afirma que, desde as revoluções da Física, das Ciências Biológicas e por fim das Ciências Econômicas, e com menos intensidade, as Ciências Sociais, o capitalismo, por meio das ações humanas, nunca se preocupou em devolver à natureza tudo que dela extraiu para fazer prosperar o acúmulo de sua riqueza. Como resultado dessa exploração incontrolada dos recursos naturais, o homem conseguiu provocar mudanças climáticas em todo o planeta. Com a destruição da camada de ozônio, um filtro que protege a Terra dos raios solares que são nocivos à saúde humana, muitos povos estão sendo devastados por meio de grandes catástrofes naturais (enchentes, secas, terremotos, chuvas ácidas, disseminações de epidemias, etc.), atingindo em grande parte, é claro, a população pobre, pois não possui recursos suficientes para proteger-se das “respostas dadas pela mãe Terra” ao seus habitantes. Os autores Harman e Hormann (1995, p. 41) enfatizam: “na verdade não sabemos se seremos assados ou tostados, ou se sofreremos outra Era Glacial”.

Mas os problemas na biosfera não se encontram somente no aquecimento global. Há ainda cerca de 20 bilhões de toneladas de partículas de matéria de lixo industrial espalhadas pelo mundo todo. Muitas dessas toneladas chegam aos rios e mares por meio dos esgotos e das condições inadequadas de armazenamento. As florestas mundiais também sofrem com a fúria humana em querer garantir e gerar mais rendimentos, e adquirir poder econômico e político. Harman e Hormann (1995) afirmam que mais da metade das florestas tropicais que existiam há alguns séculos já foi destruída. Dizem também que, se o trabalho humano continuar caminhando em conjunto com os processos industriais do capitalismo globalizado, nos quais eles se apropriam de tudo para serem mais competitivos no mercado, não valorizando a natureza e todos os seres vivos que dependem dela, muito em breve haverá

escassez de alimentos, já que grandes áreas agrícolas tendem a desaparecer, causando tensões e instabilidade internacional.

É neste cenário caótico que o homem vai perdendo sentido para sua vida, pois a partir do momento em que o homem se torna mero objeto e brinquedo do destino, há também a perda da sensação de ser sujeito humano. “O sentimento predominante de ser mero brinquedo, e o princípio de não assumir o papel do destino, mas de deixar o destino a seu livre curso [...] gera uma profunda apatia [...] e evita qualquer tipo de iniciativa [...] (FRANKL, 1999, p. 59).

Diante dessas complexidades que assolam os seres humanos na contemporaneidade, cabe aos povos repensarem qual será o destino da humanidade, a fim de que ela consiga sobreviver e superar as turbulências que o próprio homem criou. Com o fim do trabalho como o conhecemos (que é o emprego que preconiza o individualismo e a competitividade extrema), torna-se necessário, reconceituá-lo nas várias instâncias da sociedade.

Acredita-se que, a partir das considerações apontadas que um dos caminhos que sinaliza este processo diz respeito à ocupação humana. Esta deve ser debatida para ser melhor compreendida, não permitindo com isso que possa ser utilizada de forma errônea pelos vários segmentos da sociedade atual. Ela deve, acima de tudo, focar o autodesenvolvimento das potencialidades humanas e a emancipação do homem em relação ao trabalho.

2.1.4 A ocupação humana: retomando o debate

Nos dias atuais, o termo ocupação está intimamente ligado ao conceito de trabalho. Entretanto, faz-se necessário desmistificar as diferenças entre estas duas categorias, uma vez que desde o início desta fundamentação teórica, tais palavras sempre foram enfatizadas com sentidos distintos. Até porque, como pode-se observar ao longo da história, desde o início da Idade Moderna o sentido atribuído ao trabalho se diferenciava do sentido de ocupação.

A ocupação, para as pessoas da Antigüidade, era sinônimo de liberdade. Na concepção dos gregos, havia ocupações de caráter inferior e de caráter superior. As atividades superiores se relacionavam à participação do homem na polis. Arendt (2001) argumenta que a polis significava a esfera da liberdade. Aristóteles, seguindo as idéias de Platão, percebeu que a origem histórica da *polis*, está calcada nas necessidades da vida. Ou seja, de pertencer e participar ativamente de todos os processos sociais, culturais e econômicos existentes na comunidade. Assim pode-se afirmar que a polis, deve possuir seus fundamentos ideológicos a partir da igualdade entre os povos.

Portanto, as ocupações, que se originam a partir da polis, devem ser entendidas como atividades desenvolvidas por escolha própria, tendo como objetivos, a satisfação pessoal, o autodesenvolvimento das potencialidades humanas e a emancipação do homem.

No entanto, com o aparecimento da economia monetária a ocupação vai perdendo o seu significado. Em seu lugar, as atividades começam a ser comandadas pelo “status quo” que o dinheiro pode oferecer às pessoas. Este status social, na maioria das vezes, está ligado à aquisição de bens materiais. Isso ocorre, na concepção de Menegasso (1998, p. 79), porque “cada sociedade, na sua dinâmica estrutural e conjuntural, cria e recria a ocupação humana. Ela faz parte da multidimensionalidade do ser humano”.

Pode-se afirmar, então, que a estrutura das ocupações, especialmente nas sociedades modernas, foi influenciada pelo avanço e pela aplicação da ciência ao processo de produção, ou seja, devido ao desenvolvimento da tecnologia, da divisão e da organização do trabalho, da expansão dos mercados e do alargamento de pólos comerciais e industriais entre as nações mundiais. É por este motivo que, segundo Menegasso (1998), há de se fazer diferenciações entre as ocupações nas sociedades tradicionais e nas modernas. Nas primeiras, elas eram mais estabilizadas e cíclicas. Já nas segundas o ritmo de mudanças é extremamente rápido; elas aparecem, se maturam e tornam-se obsoletas.

Vale ressaltar que, nas Ciências Sociais, o termo ocupação é utilizado para dar sentido de emprego, negócio ou profissão. Mas “a ocupação de uma pessoa é a espécie de trabalho feito por ela, independe da indústria em que esse trabalho é realizado e do status do emprego do indivíduo (International Labour Office. International standart classification of occupations; 1949. Geneva, 1949, p. 14)” (Dicionário de Ciências Sociais, 1986, p. 829).

Visualiza-se, com isso, que o termo trabalho não é a mesma coisa que o termo ocupação. O que caracteriza o operário, ou o trabalhador, é que ele presta seus serviços para uma outra pessoa. E estes serviços, por sua vez, estão interligados a um determinado sistema político, econômico e social, que determina quais são os mais importantes para uma sociedade, quais devem ser melhor remunerados, e assim por diante.

É a partir desta concepção que o trabalho humano foi condicionado na Idade Moderna. É neste período que a ocupação se distinguiu do trabalho. Ramos (1989) reflete sobre essa diferença (prática de esforço ou mera atividade subordinada às necessidades do processo de produção) e de carreira (seqüência ou graduações de posições dentro da mesma ocupação, que levam de um status inferior a um status superior).

Esse entendimento se torna um pouco mais esclarecido, a partir do censo demográfico britânico de 1951, descrito por Menegasso (1998, apud General Register Office. Classification of Occupations, 1950. London, HMSO, 1951 p. 9): a ocupação de uma pessoa é a espécie de trabalho que ela faz, dando-se a devida atenção às condições em que esse trabalho é feito; só estas condições é que determinam o grupo específico numa classificação da ocupação que será atribuída. A natureza da fábrica, negócio ou serviço onde uma pessoa é empregada tem relação com a classificação de sua ocupação, a não ser que permita definir mais claramente a natureza de seus deveres. Com essa informação, verifica-se que as ocupações são classificadas não apenas por meio da titulação, como também em termos do

grau de habilitação necessária para se desenvolver uma determinada ação (qualificada, semiquificada, e não-qualificada).

Nas sociedades modernas, com mais ênfase na contemporânea, devido à expansão das atividades produtivas, preocupou-se fundamentalmente com a classificação hierárquica das ocupações, conforme suas complexidades. Assim, as ocupações foram classificadas em profissões técnicas, gerenciais, administrativas, comerciais, qualificadas, semiquificadas e não qualificadas, estas últimas, consideradas também como braçais. Tais qualificações podem estar interligadas com várias atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio e, atualmente a informática). Elas também estão subdivididas em unidades específicas.

Um dos aspectos relevantes desta classificação é que ela permite que se comparem períodos históricos e sociedades diversos. Contudo, essa comparação só é possível para aquelas que experienciaram os processos produtivos da Revolução Industrial, instaurando uma estrutura econômica pautada nos moldes desta revolução. É por este motivo que surgem tantas denominações confusas e discrepantes a respeito do verdadeiro sentido da ocupação. Estas confusões contribuem também para que as políticas sociais sejam inspiradas em ações administrativas ineficientes, principalmente em relação às questões sociais de caráter nacional.

Essa situação é perfeitamente detectável quando se identificam as classificações de ocupações utilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, em 1999, conforme exposto na figura a seguir.

ATIVIDADE/RAMO	CLASSES
Agrícola	Agricultura, silvicultura e pecuária; atividades de extração vegetal; pesca e piscicultura
Indústria de transformação	
Indústria de construção	
Outras atividades industriais	Extração mineral e serviços industriais de utilidade pública
Comércio de mercadorias	
Prestação de serviços	Serviços de alojamento, e alimentação; de reparação e conservação; serviços pessoais; serviços domiciliares; serviços de diversões, radiodifusão e televisão
Serviços auxiliares das atividades econômicas	Serviços técnico-profissionais
Transporte e comunicação social	Serviços comunitários e sociais; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino
Administração pública	Administração pública; defesa nacional e segurança pública
Outras atividades	Atividades mal definidas ou não declaradas: instituições de crédito, de seguros e de capitalização; comércio e administração de imóveis e valores imobiliários; organizações financeiras e representações estrangeiras; atividades não compreendidas nos demais ramos de atividades mal definidas e não declaradas

Figura 1- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Fonte: PNAD – IBGE, 1999.

Além destas classificações, existem mais oito categorias que são consideradas de ocupação por este instituto de pesquisa: a) empregado; b) trabalhador doméstico; c) conta própria; d) empregador; e) trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar; f) outro trabalhador não remunerado. Este ainda considera empregados aqueles que possuam carteira assinada; os militares e os funcionários públicos estatutários; e outros.

Com esta classificação identifica-se que as ocupações sempre estiveram sujeitas a uma posição de “prestígio”. Pois a validade e o respeito dado a uma determinada ocupação refletem a dinamicidade da sociedade e a evolução do sistema produtivo empregada por ela ao longo do seu desenvolvimento.

Por isso, Menegasso (1998, p. 81) afirma que “a ocupação humana numa dada sociedade leva em conta as crenças e valores que perpassam a vida humana associada, e não é por acaso que a lógica subjacente às relações sociais reduziu e circunscreveu a ocupação em trabalho e em emprego na sociedade atual.” Na verdade, o emprego é um fenômeno da Modernidade, já que, esta busca sua sustentação apenas nos valores centrados no mercado. As pessoas já não são mais chamadas de “cidadãos”, mas sim de consumidores. Como também, elas somente são respeitadas e aceitas pela sociedade atual quando comprovam seus rendimentos financeiros. Antes do advento da sociedade centrada no mercado, os recursos econômicos conquistados pelo emprego não eram como salienta Ramos (1989, p. 101), “o critério principal para definir a significação social do indivíduo, e nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem, necessariamente, detentoras de empregos”.

Um outro fator agravante, no que se refere à transformação da ocupação em emprego, é refletido por Harman e Hormann (1995), quando afirmam que, paralelo à sociedade de mercado, desenvolveu-se uma sociedade industrial virtual. É a indústria financeira, que emprega muita gente nos serviços que executa, mas contribuiu de maneira insignificante em termos de bens e serviços básicos necessários para o desenvolvimento das nações. Efetivamente, a indústria financeira pode ser considerada um setor que gera “pseudo-empregos”.

Quando a sociedade contemporânea fortaleceu a noção de emprego na vida dos indivíduos e deixou as características principais da ocupação humana (autodesenvolvimento social e profissional e emancipação) serem banidas das relações sociais, surgiram, nesse processo, a instauração da banalização do ser humano. Entre os elementos que constituem essa banalização humana, alguns autores Dejours (2001), Forrester (1997) e Iamamoto (2001), citam como exemplo: a exclusão social, que nos dias atuais é uma exclusão

econômica, e o sofrimento humano, fruto do fato de as relações de produção estarem embasadas na precarização das condições de trabalho. Tudo isso gera medo, angústia e uma sensação de impotência e fragilidade, no sentido de manter a própria preservação da vida humana diante da perversidade provocada pela sociedade de mercado.

Por fim, há um outro ponto quanto às incertezas e instabilidades do presente: refere-se ao fato de o ser humano precisar encontrar um sentido para sua vida. Nas circunstâncias presentes, “é necessário que o ser humano estabeleça a vontade do sentido para que o trabalho integre a vida, dando-lhe significado” (FRANKL, 1991, p. 87-97).

O sentido da vida, incluindo o significado para o trabalho, fundamenta-se pelo valor da criação, do dar algo. Situação esta expressa pela criatividade intelectual, artística e profissional. Menegasso e Salm (1995) comentam que esse é um caminho no qual o homem supera a sua condição de mero ser biológico para conduzir sua vida de forma plena, buscando assim sua auto-realização.

Além dessas questões, que envolvem o mundo do trabalho na atualidade, no limiar do século XXI, as sociedades mundiais também se deparam com uma realidade social, política e econômica nunca antes imaginada. Ou seja, na atualidade, as nações presenciam uma profunda alteração do perfil demográfico de sua população. O rápido envelhecimento dos povos indica novos pressupostos no que tange ao mundo do trabalho e às relações sociais.

No mundo, em 2050, um quinto da população será composta por indivíduos com mais de 60 anos. Nos próximos 20 anos, no Brasil, a população pertencente a esta faixa etária poderá ultrapassar os 30 milhões de pessoas, e deverá representar quase 13% do total da população.

Diante desses dados demográficos, acredita-se que os aposentados poderão ser um dos segmentos sociais responsáveis pelo resgate da reconceitualização da ocupação humana, já que, em uma pesquisa feita pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais –

Gerasol/UFSC no ano de 2001, constatou-se que há aproximadamente 54 organizações que possuem em seu interior aposentados desempenhando ações de caráter ocupacional. Este número expressa um universo de 166 organizações sociais da Grande Florianópolis que prestam serviços públicos à comunidade. Elas estão cadastradas no sistema de informação deste grupo via on-line: (www.portalsocial.ufsc.br).

Desse modo, é de suma importância estabelecer uma correlação entre as ações desempenhadas por estes sujeitos sociais com as políticas sociais existentes para este reordenamento socioetário pois estudiosos sobre as políticas públicas para o novo milênio (DRAIBE, 1988; ESPING-ANDERSEN, 1995) têm chamado a atenção para os problemas sociais e econômicos do futuro, entre eles: aumento da população idosa e mudanças no mundo trabalho; estes dois fenômenos devem estar interligados, ao mesmo tempo, com o desenvolvido econômico das sociedades.

No entanto, para conseguir visualizar essa questão, faz-se necessário, neste momento da dissertação, descrever como as políticas públicas¹ na área da gerontologia têm sido elaboradas ao longo da década de 90 no Brasil, especialmente após a Constituição de 1988. É a partir desta carta constitucional que se criam a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional do Idoso. Estes dois marcos legais, são considerados os precursores das políticas sociais para o segmento idoso em nosso país.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS GERONTOLÓGICAS NO NOVO MILÊNIO

Antes de particularizar as políticas gerontológicas, é imprescindível estabelecer alguns apontamentos sobre os conceitos de política, políticas públicas e políticas sociais.

¹ Vale ressaltar que a Política de Assistência ao Idoso (PAI) existe desde o ano de 1975. Em 1979 houve a implantação desta política por meio da Portaria nº 25 via ação da Secretaria de Assistência Social. Porém, neste estudo, optou-se por descrever as políticas gerontológicas apenas a partir da década de 90, com a implantação da Constituição de 1988.

2.2.1 Definição de política

O termo política tem suas origens clássicas com a cultura grega. Aristóteles (1985) relacionou a política à virtude, na qual o homem estaria condicionado à noção do ser social: comunicar-se e conviver. Para que esse ser social se concretize, há a necessidade de existir uma cidade. Daí o surgimento da palavra polis (políticos) que representa viver em comunidade, estabelecer relações sociais, econômicas, políticas e culturais com todos os membros que fazem parte dela.

Portanto, o viver em comunidade remete à noção de fundação de uma cidade-Estado, possibilitando ao homem decidir mediante palavras e persuasão, e não por meio da violência física ou psicológica.

Corroborando a informação expressa acima, a autora Arendt (2001, p. 34) afirma que a polis possibilita “aos homens passar toda sua vida na esfera pública, em ação e em discurso, com a convicção de que estas duas capacidades humanas são afins uma da outra [...]”. Pode-se afirmar com isso que a noção de política está relacionada à vida ativa, visto que, as atividades humanas se inter-relacionam com o mundo, com a cidade-Estado. Vida ativa é estar em permanente ação, fazendo coisas para o próprio desenvolvimento da sociedade. Por isso, a ação e a vida, são palavras que se conectam com a noção de zoon politikon (comunicação) de Aristóteles, que considerava o homem um animal “socialis”.

A política, nas palavras de Weber (1996), está relacionada a contradições, e os segmentos que a dominam são embalados por forças tão distantes quanto o céu e o inferno. O mesmo autor argumenta que o indivíduo que se envolvesse com a política, especialmente com “os instrumentos do poder e da violência”, estaria fechando um pacto com potências diabólicas. Esta situação levaria o indivíduo a perceber que, nesta esfera, nem sempre o bem produz apenas o bem, assim como o mal produz somente o mal; mas em muitos momentos há uma certa inversão destes valores, feitos pelo próprio homem, para atingir seus objetivos,

sejam eles no plano material, sejam no social ou espiritual. “O gênio ou o demônio da política, vive em estado de tensão extrema com o Deus do amor e também com o Deus dos cristãos e essa contradição pode, a qualquer tempo, explodir em conflito ou impasse (NOGUEIRA, 2001, apud WEBER, 1996, p.116).

Mas a política pode estar associada à dominação, expressas via coação, repressão e obediência. Para afirmar esta informação, Nogueira (2001) cita Rosseau (1973, p. 278), “ao jugo que o homem civilizado carrega sem murmurar e preferiam a mais tempestuosa liberdade a uma tranqüila dominação” . Era assim, na Idade Média e mesmo na Idade Moderna, quando Maquiavel (1993, p. 44) destacou: “o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo”.

O significado de política, na concepção de Seiffert (2001, p. 53), está relacionado a “tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social”.

O que todos os filósofos gregos tinham em comum era que a polis representava a liberdade. E esta somente poderia ser exercida na esfera da vida pública, bem como deveria ser contemplada na esfera política. Mais do que isso, Arendt (2001) afirma que a “polis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade.”

Mas é na área de estudo da Sociologia Política que a palavra política, aparece com uma gama de concepções e não apenas como o estudo da sociedade. Seiffert (2001) relata que isso ocorre em função de a disciplina, Ciência Política enfrentar conflitos entre abordagens éticas e factuais quanto ao seu conteúdo.

Em nossa sociedade contemporânea a autora ainda expõe que a política perpassa pelas instituições: o Estado, o governo, os recursos que utiliza, o poder ou autoridade que possui para influenciar os indivíduos na formulação e tomada de decisões; sempre com base numa

noção de coletividade. A política nesta situação tem uma função de resolver problemas, da maneira mais pacífica possível. [...] “a política é o conflito entre atores, para determinações de linhas de conduta (policies) coletivas, dentro de um quadro de cooperação/integração reciprocamente reconhecidos” (SEIFFERT, 2001, p. 54).

Diante das complexidades econômicas, políticas e sociais pelas quais as sociedades vêm passando, a política também pode ser sinônimo de poder. O termo poder pode ser considerado como uma relação entre dois sujeitos, segundo considerações de Bobbio (1992). Um indivíduo sempre tentará se sobrepor a outro, impondo algumas regras ou normas de comportamento, visando de alguma maneira, a obter vantagens próprias. Tais vantagens tanto podem ser de caráter econômico como para alcançar algo desejado, que esteja fora do plano material.

É neste aspecto que Bobbio (1992) afirma a existência do poder político, no qual há a dominação de um homem sobre outro homem, e não em relação à natureza. O poder político se instaura na vida das pessoas de várias maneiras; por meio da linguagem, das relações de poder entre governante e governados, entre o Estado e o cidadão e entre a autoridade e a obediência.

Assim, ao analisar o poder intencional sobre as pessoas, Seiffert (2001, apud TOFFLER, 1993) expõe que existem vários níveis de poder, em graus diferenciados de qualidade. No primeiro nível encontra-se a força; na qual os atos humanos são impostos pela coerção violenta (cumprimento de leis, decretos, contratos comerciais, etc.). No segundo nível o poder é manifestado pela riqueza, sendo um poder mais flexível, porém não deixa de causar tanto danos positivos, como negativos (subornos, pagamentos, recompensas, etc.). O terceiro nível de poder é composto pelo conhecimento. É considerado um poder de alta qualidade. Geralmente é utilizado por alguém para persuadir as ações de uma outra pessoa, visando a expandir ainda mais sua força ou riqueza material. O poder do conhecimento também pode

trabalhar, no sentido de não deixar recursos necessários para atingir algum objetivo. Enfim, “a política refere-se a toda a atividade dos membros de uma sociedade, na medida em que intervém ou trata de intervir nos processos que permitem chegar a decisões de governo e planos governamentais, condições pelas quais podem ser exercidas a liberdade individual, justiça e a cidadania” (SEIFFERT, 2001, p. 57).

A realidade social, econômica e cultural brasileira, com mais ênfase a partir da década de 90, imprime uma dinâmica política representada pela interlocução dos vários movimentos de organização da sociedade civil. Tais movimentos são representados pelos grupos de interesse, os grupos de pressão, as organizações não-governamentais, as associações civis, os movimentos sociais, o terceiro setor – voluntariado e até mesmo os partidos políticos, segundo Seiffert (2001). O papel político que desempenham, se concentra nas mais variadas formas de pressão e de mobilização. Muitas vezes, tais mobilizações são pacíficas e conseguem estabelecer um entendimento com a esfera estatal. Outras vezes, suas ações se tornam agressivas, já que o poder do Estado não propiciou soluções favoráveis as suas demandas. Suas lutas se processam, especialmente, em prol da manutenção de seus interesses sejam eles privados, sejam coletivos (melhorias de questões ambientais, saúde, defesa de direitos humanos, etc.).

É neste jogo de interesses e intrigas que a política está inserida. Nogueira (2001) aponta não uma, mas três tipos de políticas existentes no bojo das relações sociais da sociedade contemporânea. Primeira; “a política dos políticos”: consiste em uma política que pouco tem de política. Ela é utilizada para atingir um certo poder pessoal, que automaticamente possibilitará ao seu detentor conquistar, conservar, destruir e construir qualquer coisa que traga vantagem para si próprio. Segunda; “a política dos cidadãos”: concentra-se na busca do bem comum. Prioriza o diálogo, o consenso, a comunicação, a defesa da crítica e da participação, da transparência e da integridade nas relações entre os

homens. “Na política dos cidadãos prevalecem o debate público e a participação democrática, caminhos pelos quais os cidadãos interferem em suas comunidades e deliberam a respeito de temas e problemas que não podem, nem devem, ser equacionados tecnicamente [...]” (NOGUEIRA, 2001, p. 61). Note-se que a concepção de “a política dos cidadãos” se refere à idéia grega de política, que é o viver com comunidade e estabelecer uma ação comunicativa entre os homens (zoon politikon). A terceira, “a política dos técnicos”: ela é conduzida na hipervalorização da técnica, no sentido de apontar caminhos de como gerenciar, administrar, governar e articular as diferentes necessidades da sociedade. Os adeptos dessa política se interessam apenas por propostas que possam ser efetivamente realizadas. São pragmáticos, pontuais, focalizam suas ações e querem ver resultados. O lado negativo dessa política é a sua antipolítica, uma vez que ela não prevê ações democráticas no que se refere a sua operacionalização. “Essa forma de política não precisa muito de povo ou cidadãos: concentra-se basicamente com eleitores, cidadãos diminuídos e rebaixados à condição de homologadores de decisões” (NOGUEIRA, 2001, p.63).

Como pode-se observar, fazer política nos dias de hoje exige habilidades que transcendem, em muitos momentos, o modo de pensar de um determinado grupo político, econômico e social. Pois, na sua essência, ela está submetida a várias concepções ideológicas e filosóficas, que inevitavelmente vão influenciar a elaboração de modelos de políticas públicas. Estas, por sua vez, poderão facilitar ou até mesmo dificultar a resolução de muitos conflitos vivenciados pelas sociedades. É necessário, então, apresentar alguns modelos de políticas públicas.

2.2.2 Modelos de elaboração de Políticas Públicas

Para Seiffert (2001, p. 79), “em seu sentido mais amplo, a política pública trata da alocação de recursos para a sociedade. Isto ocorre em um ambiente de disputa por recursos

escassos, que precisam ser rateados pelo governo, para atender as inúmeras demandas e prioridades.” A partir desse enfoque de análise, entende-se por Política Pública um conjunto de formulações e uma organização de vários programas e serviços que contemplem ações nas áreas econômicas, sociais, ambientais, culturais, etc.

No campo social as políticas públicas são expressas por um conjunto de políticas sociais. Vários são os autores que trabalham a definição de política nesta esfera, citam-se alguns: Arrecht (1995), Draibe (1988), Esping-Andersen (1980), Fleury (1994), Marshall, (1965) e Titmus (1974). Estes autores defendem a idéia de que as políticas públicas na área social são construídas sob dois ângulos. Primeiro: com a industrialização surge a divisão social do trabalho, isto implica um crescimento individual em relação à sociedade. Desse modo, as políticas públicas são elaboradas a partir da prestação de serviços sociais; estes surgem para dar respostas às dificuldades individuais, visando a garantir a sobrevivência das sociedades. Segundo: as políticas públicas, transformadas em políticas sociais, são fruto das lutas de classes, ou, mais amplamente, são uma articulação das políticas de redistribuição, sendo esta uma reprodução de uma ordem social.

Diante dessas considerações, Seiffert (2001, apud MORAES, 1999, p. 107-126) descreve que a palavra política representa um projeto para a sociedade. Assim, os seus programas e serviços são orientados por princípios e diretrizes que condizem com uma dada realidade política. Desse modo, a política pública tende a se identificar a partir de quatro dimensões: a) temporalidade: inclui localização histórica (passado e presente) e direcionamento (futuro); b) interligação com direitos: as políticas sociais devem ser contempladas dentro de uma ótica de Direito, nunca como benesse; c) caráter público: todas as ações na área das políticas públicas precisam ser guiadas para o atendimento das necessidades dos cidadãos, mesmo nos casos em que elas são implementadas por iniciativas

privadas; d) sentido político: concretiza-se como o posicionamento da própria ação. Por isso, as políticas públicas nunca serão neutras, desprovidas de valores ou intenções.

Um estudo feito pelo cientista político Thomas R. Dye (1995), da Florida State University, aponta uma série de modelos que ajudam a entender a vida política. Em suas análises o autor procura verificar se estes modelos têm alguma utilidade para o estudo das políticas públicas. O autor explica que nenhum desses modelos foi formulado com a finalidade de estudar a política pública, no entanto, cada um oferece elementos importantes para pensar sobre política.

Dye (1995) propõe nove modelos conceituais de análise sobre as políticas públicas: 1) institucionalismo: a política como produto institucional; 2) processo: política como atividade política; 3) teoria dos grupos: política como equilíbrio entre grupos; 4) teoria da elite: políticas como preferências das elites; 5) racionalismo: política como máximo ganho social; 6) incrementalismo: política como variações sobre o passado; 7) teoria dos jogos: política como escolha racional em situações competitivas; 8) teoria da escolha política: como deliberação coletiva de indivíduos movidos pelo auto-interesse e 9) teoria sistêmica: política como produto do sistema. Descrevem-se a seguir os principais elementos constitutivos de cada um desses modelos.

- 1) Institucionalismo: política como produto institucional: as atividades políticas giram em torno de instituições da esfera governamental específicas, como o Congresso, a Presidência, os Tribunais, os Estados, os Municípios e assim por diante. As políticas sociais ficam assim atreladas às instituições governamentais e possuem três características distintas:
 - o governo proporciona legitimidade às políticas, desse modo, elas são consideradas, em geral, obrigações legais que cobram lealdade dos cidadãos;
 - são universalistas, dizem respeito a todas as pessoas na sociedade;

- o governo monopoliza a coerção na sociedade: somente o governo tem poder legal para prender os violadores de suas políticas.

As instituições governamentais impõem padrões de comportamento aos indivíduos e grupos. Esses padrões de comportamento podem contribuir para que as políticas públicas não atendam, na sua essência, as características dadas a elas. Por exemplo: algumas instituições podem ser criadas para favorecer alguns grupos de interesses na sociedade em detrimento de outros alguns indivíduos ou grupos podem ter um tratamento mais diferenciado no que se refere ao acesso aos serviços prestados pelo poder governamental do que os outros, etc.

Este modelo de política pública, na opinião do autor, em muitos momentos não contempla de forma eficaz uma rede de serviços que causem impacto na vida dos cidadãos, pois, projetos e programas que são importantes para a esfera estadual podem não ser para a esfera municipal.

2) Processo: política como atividade política: as políticas públicas neste modelo são elaboradas a partir dos seguintes passos:

- identificar os problemas existentes na sociedade por meio de um estudo socioeconômico do país, da região ou do município;
- organizar a agenda de ações de acordo com os problemas mais importantes que foram identificados no estudo da realidade;
- formular propostas políticas para resolver as questões e os problemas;
- legitimar as políticas, primeiro selecionando uma proposta, depois articulando apoio político para que ela possa ser desenvolvida, e por fim, a transformá-la em lei;
- implementar as políticas por meio da organização de processos burocráticos. Estes vão auxiliar na prestação de serviços, promover pagamentos ou cobrar impostos;
- avaliar as políticas; é o último passo. Após terem sido implantados os programas eles devem passar por um feedback, começando pelo estudo, pelo relato pela avaliação dos

programas, tendo sempre como objetivo perceber quais foram os impactos sentidos com eles, além de propor mudanças ou ajustes, para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Apesar de este modelo ter um enfoque estreito, acredita-se que possa contribuir com os formuladores de políticas públicas no sentido de entender as várias atividades envolvidas na formulação de políticas.

O entendimento de todo o processo de edificação de uma política pública deve fazer parte de um sistema político, no qual cada um tenha a oportunidade de expor sua opinião a respeito dos problemas que a comunidade vivencia, além de propor soluções criativas e eficazes. Na verdade, esse é um atributo da vida humana pautada na polis (homo politikos)

3) Teoria dos grupos: política como equilíbrio entre grupos: a política de grupos está fundamentada na união de indivíduos com interesses ou problemáticas comuns. A reivindicação de um indivíduo não é tão representativa como quando este se aliava a vários outros sujeitos que se encontravam na mesma situação que ele. A partir do momento em que há uma articulação de interesses entre os grupos, e estes, por sua vez, conseguem administrar suas aspirações e seus conflitos no âmbito da própria dinâmica deste movimento, o que ocorre é um fortalecimento e amadurecimento de seus ideais.

Vale ressaltar que a influência dos grupos é determinada por seu tamanho, condições financeiras, poder organizacional, perfil do líder do grupo, contatos e acesso aos formuladores de políticas. Daí a importância de os grupos criarem, ampliarem e cultivarem uma rede de relações com os diversos atores sociais influentes na sociedade.

Mas as políticas públicas, construídas a partir da ação dos grupos, nem sempre são feitas de maneira homogênea e sem conflitos. Dentro do próprio sistema de grupos podem ser encontrados outros grupos que possuem forças antagônicas. Com isso, o que se observa é que, na maioria dos casos, vai haver disputa por recursos públicos dentro desse sistema. É o que o

autor Dye (1995) vai chamar de “checking and balancing” (pesos e contrapesos). Outra característica do sistema de grupos é que eles, apesar de algumas divergências de idéias, procuram estabelecer alguns valores comuns. Esse fato equilibra as demandas dos grupos e evita comportamentos indesejáveis de alguns membros dos grupos.

4) Teoria da elite: políticas sociais como preferências das elites: Dye (1995) lembra que a frase: “política pública representa as demandas do povo” é um mito. Nesse sentido, a política pública pode ser vista como o resultado das preferências e valores da elite governante.

A teoria da elite parte do pressuposto de que o “povo” é apático, pouco esclarecido quanto aos reais atributos das políticas públicas. Para conseguir fazer com que as políticas públicas sejam direcionadas ao interesses da elite governante, há um grande envolvimento deste segmento social no sentido de controlar e manipular a opinião das massas em relação às questões políticas. Efetivamente, Dye (1995) afirma que as políticas fluem de cima para baixo. Seus principais aspectos são:

- a sociedade está dividida entre poucos que detêm uma grande riqueza e muitos que possuem muito pouco. Portanto, somente a elite consegue contribuir para a alocação de valores na sociedade;
- os poucos que governam não representam as verdadeiras necessidades da grande maioria;
- o acesso à aquisição de bens deve ser feita de forma lenta e cuidadosa, para manter a estabilidade da elite e evitar uma revolução social;
- as elites possuem um consenso quanto aos valores básicos que devem predominar na sociedade, que são o respeito à propriedade privada, a delimitação do governo e a liberdade individual, visando à preservação do sistema;
- as políticas públicas devem refletir apenas os valores ditados pela elite;
- as elites não são influenciadas pelas massas, pelo contrário, são elas que influenciam o comportamento do “povo”.

5) Racionalismo: política como o máximo ganho social: neste modelo de política a racionalidade nas ações é o ponto-chave na elaboração de políticas públicas. O racionalismo é orientado em primeiro lugar: não se adotam políticas caso os custos extrapolem os seus benefícios. Em segundo lugar: ao selecionar uma política pública, esta deverá atender a um único critério: produzir maior benefício em relação a seus custos. Este modelo utiliza o cálculo em todos os valores sociais, políticos e econômicos. Avalia minuciosamente todas as variáveis possíveis, no que se refere à mensuração dos resultados, em prol dos termos monetários utilizados na execução de políticas públicas.

Como salienta Dye (1995), este modelo preconiza, acima de tudo, o máximo ganho social, além de ser utilizado, em larga escala, pelos órgãos públicos, para analisar as decisões dos gastos emitidos por eles.

Os formuladores de uma política racional adotam os seguintes critérios quanto à concessão de recursos para as políticas públicas: 1) conhecer todos os valores que fazem parte da sociedade, bem como quais possuem maior credibilidade; 2) conhecer todas as propostas disponíveis de políticas; 3) conhecer todas as conseqüências de cada proposta alternativa; 4) calcular o custo/benefício de cada proposta; e 5) selecionar a proposta mais eficiente.

6) Incrementalismo: política como variações sobre o passado: as políticas públicas elaboradas na visão deste modelo procuram dar uma continuação às atividades de governos anteriores, com apenas algumas modificações incrementais.

No incrementalismo não há uma revisão anual do conjunto de políticas existentes, visando a implementar novos ideais. Os formuladores de políticas públicas que adotam esse modelo não se preocupam em identificar as demandas societárias, nem pesquisam os benefícios e custos das propostas alternativas, que visam a alcançar os objetivos estabelecidos por elas. Também não faz parte das práticas destes técnicos selecionar e avaliar quais as

políticas públicas podem oferecer os benefícios necessários à população com custos mais baixos.

Percebe-se que o modelo de política pública centrada no incrementalismo é conservador, pois os programas, as políticas e as despesas são os primeiros eixos de discussão, e a atenção dos formuladores das políticas, se concentra basicamente, sobre os novos programas e políticas, e sobre acréscimos, decréscimos ou modificações nos programas que já estão funcionando.

No entanto, geralmente, eles não deixam de aceitar os programas efetivados em gestões públicas passadas, feitas por partidos políticos adversários. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque eles não dispõem de tempo, informações ou recursos financeiros para pesquisar outras alternativas às políticas em vigor. Dye (1995) afirma também que os formuladores de políticas que se pautam no incrementalismo não possuem capacidade técnica suficiente para prever todas as conseqüências de cada proposta, além de não conseguirem trabalhar numa perspectiva mais racional, avaliando os custos x benefícios de outras propostas políticas, já que estão em jogo, nesse cenário, valores políticos, sociais, econômicos e culturais que se divergem na sua totalidade.

Em segundo lugar, em função da falta de preparo dos formuladores e da falta de tempo para revisar novas propostas, é mais seguro e cômodo para eles, manter as políticas ou programas anteriores, tenham eles comprovado ou não sua eficácia.

Em terceiro lugar, os formuladores preferem dar continuidade às atuais políticas, porque talvez já tenham sido feitas inversões gigantescas nos programas vigentes (é aqui que eles se defrontam com o fator custo); com isso, percebem que qualquer mudança mais radical não seria viável. Em quarto lugar, pode-se afirmar que o incrementalismo é politicamente conveniente, uma vez que existe uma tensão política eminente quando se envolve uma aprovação efetiva de novos programas e políticas a cada ano. O critério adotado nesse caso, é:

mantêm-se nos anos seguintes os programas e as políticas que realmente proporcionaram algum resultado positivo à comunidade, e descartam-se os outros, que são vistos de forma negativa pelos vários segmentos da sociedade. Aliando essas duas questões se constrói um realinhamento político em torno das propostas. Com isso, o incrementalismo evita a eclosão de grandes conflitos entre os seus aliados, mantém a estabilidade e preserva o próprio sistema político.

Ressalta-se que os indivíduos que fazem parte dessa linha de raciocínio (o incrementalismo), quanto à elaboração de políticas públicas são na maioria das vezes pragmáticos e raramente procuram outras alternativas que visem à melhoria dos programas e das políticas. Dye (1995) esclarece também que, na maior parte dos casos, as modificações em programas existentes atendem às demandas particulares, e as mudanças políticas mais essenciais, que são importantes para a maximização de custos, são negligenciadas.

7) Teoria dos jogos: política como escolha racional em situações competitivas: neste caso as políticas públicas são formuladas a partir do estudo de decisões racionais, envolvendo dois ou mais participantes (pode ser uma só pessoa, um grupo ou um governo nacional). A implementação das políticas é feita por outras pessoas, e não necessariamente, pelo seu idealizador.

Assim, as escolhas das políticas são feitas de forma interdependente, em que cada participante deve ajustar seu comportamento de modo a refletir não só seus anseios próprios, mas também suas expectativas a respeito de todo o processo de construção das políticas públicas.

As políticas públicas que estão relacionadas à teoria dos jogos são aplicadas em situações que envolvem guerra e paz, uso de armas nucleares, diplomacia internacional, negociação e articulação de coalizões no Congresso e na Nações Unidas, e a outras importantes situações políticas.

Na verdade, a teoria dos jogos é um modelo abstrato e dedutivo de formulação de políticas. A racionalidade aplicada desde o seu planejamento até a execução e a avaliação dos impactos que produziu é característica básica de situações competitivas, nas quais o resultado depende das estratégias que os atores envolvidos nesse processo adotaram para implementar seus planos.

Dye (1995) afirma que um elemento-chave na teoria dos jogos é a estratégia. A estratégia, neste caso, refere-se à tomada de decisão racional em que um conjunto de movimentos visa a alcançar o melhor prêmio, ou o melhor resultado. Os formuladores de políticas que se utilizam da teoria dos jogos usam em suas relações o termo “minimax”, em que este objetiva proteger os formuladores contra a melhor jogada de seu adversário político.

Essa discussão deixa claros alguns aspectos. O primeiro deles é que o modelo da teoria dos jogos incorpora idéias complexas e idéias simples quanto a sua operacionalização. Ela é um instrumento de análise para a formulação de política, utilizadas pelos funcionários do governo, sendo este o segundo aspecto. Além disso, a teoria dos jogos poucas vezes se aproxima das reais condições e necessidades dos seus beneficiários; este é o quarto aspecto. Por fim, como quinto aspecto, a teoria dos jogos pode ser uma maneira interessante de analisar as políticas no presente, principalmente quando se deseja e/ou se necessita mudar a elaboração de políticas em situações de conflito.

8) Teoria da escolha pública: política como deliberação coletiva de indivíduos movidos pelo auto-interesse: as políticas públicas implementadas na perspectiva dessa teoria, estão embasadas unicamente no fator econômico, fora do âmbito do mercado.

A idéia central que pressupõe as políticas no âmbito da escolha pública é a procura por maximizar benefícios pessoais. Dye (1995) esclarece que a teoria da escolha pública parte da premissa de que todos os sujeitos (políticos, eleitores, contribuintes, candidatos, legisladores, burocratas, grupos de interesse, partidos, burocracias e governos) somente pensam na

construção de políticas públicas quando podem beneficiar-se ao máximo tanto na esfera da política como no ambiente de mercado. Seus interesses privados tomam forma de interesses coletivos.

Um aspecto interessante da teoria da escolha pública é que ela reconhece a importância da intervenção do Estado na sociedade. Os formuladores adeptos desta teoria admitem que o mercado não consegue desempenhar sozinho certas funções. Entre estas funções pode-se apontar a promoção de bens públicos (serviços na área da saúde, educação, previdência, assistência social, etc.), pois a aquisição privada de tais serviços remete à necessidade de desenvolver um padrão de renda alta a todos os trabalhadores, uma vez que, para usufruir de serviços particulares, o seu custo, em geral, é elevado.

Outro ponto importante, levantado pelos teóricos adeptos da escolha pública, quanto à ação estatal, diz respeito às “externalidades”. Nesse sentido, Dye (1995) expõe que as “externalidades” se configuram na sociedade, quando a atividade de um indivíduo, de uma empresa ou governo local impõe custos não compensados tanto para a sociedade como para o próprio mercado. Os exemplos mais comuns, apontados pelo autor, são a poluição do ar, da água e a emissão de gases tóxicos. Por isso, é primordial para os governos intervir por meio da regulamentação das atividades que produzem as “externalidades, ou por via de aplicação de penalidades (multas, cassação de registros de funcionamento, etc.) sobre aqueles que provocam as “externalidades”. Os pontos positivos da teoria da escolha pública, na opinião do autor, são:

- ajuda a explicar por que os partidos políticos e os candidatos, em geral, não conseguem apresentar propostas claras nas campanhas eleitorais, pois o interesse que predomina neste momento é a articulação política para ganhar as eleições e não para formular políticas públicas;

- a teoria da escolha política reconhece que os interesses dos políticos e dos burocratas são distintos dos interesses dos eleitores;
- auxilia no entendimento das correlações de forças entre os grupos de interesse e seus efeitos sobre as políticas, já que a grande maioria das políticas públicas oferecem bens e serviços “semipúblicos”, por que tais atividades beneficiam mais alguns grupos na sociedade do que a outros. Com isso cria-se um sistema de “grupos de pressão que buscam homogeneizar propostas de interesses coletivos, além de primar pela qualidade e boa organização dos bens e serviços.

9) Teoria sistêmica: política como produto do sistema: neste modelo as políticas públicas são encaradas como respostas de um sistema político a forças que o afetam a partir do meio ambiente. O conceito de sistema pode ser visto como um conjunto identificável de instituições e atividades na sociedade que trabalham no sentido de transformar demandas em decisões oficiais, com o apoio e a ampla participação da sociedade. A noção de sistema, na opinião de Dye (1995), implica também que seus elementos se inter-relacionem, propiciando assim, responder às forças em seu meio ambiente. Tais respostas têm como objetivo principal auto-preservar os poderes do sistema.

As forças geradas no meio ambiente são chamadas por Dye (1995) de inputs, que serão recebidas no sistema político tanto sob a forma de demandas como de apoio. As demandas surgem com os indivíduos ou grupos que se articulam para influenciar a política pública referenciada pelo autor como output. Tais demandas são absorvidas em parte pelo sistema político, algumas das quais são conflitantes entre si. Por isso, cabe ao sistema político promover acordos para cumprir as políticas apontadas pelos sujeitos sociais. O autor enfatiza que os outputs (políticas públicas) podem exercer um efeito modificador sobre o ambiente e sobre as demandas dele procedentes, vindo a influenciar boa parte dos valores do sistema político.

Já o apoio ao sistema político se processa quando os indivíduos aceitam o resultado das eleições, obedecem às leis, pagam seus impostos e se conformam de maneira geral às diversas decisões políticas.

O modelo de política pública que se utiliza da teoria sistêmica se sustenta a partir dos seguintes elementos, segundo Dye (1995): 1) produção de outputs razoavelmente satisfatórios; 2) submissão a suas próprias e profundas vinculações internas; e 3) uso, ou ameaça de uso, da força coercitiva.

Em resumo, a teoria sistêmica representa uma teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais. E estas relações, em determinados momentos históricos, podem proporcionar intensos conflitos e lutas pelo poder entre os indivíduos e grupos de interesses. Em outras épocas, estes mesmos indivíduos e grupos poderão aliar-se, visando a edificar políticas públicas que venham ao encontro das demandas criadas socialmente.

Os principais modelos de elaboração das políticas públicas, aqui apresentados, na verdade, servem para analisar e compreender todo o processo de consolidação das políticas sociais. Portanto, torna-se imprescindível, neste momento da dissertação, apresentar as discussões teóricas e conceituais que caracterizam as políticas sociais no Brasil. Esta apresentação deve focar especialmente os contextos político, econômico e social, nas quais elas estão inscritas na atualidade. Trata-se então, de visualizá-las diante da Reforma do Estado.

2.2.3 Tendências das Políticas Sociais diante da Reforma do Estado

As políticas sociais são tratadas por vários estudiosos. Fleury (1994, p.59) diz que a política social se expressa “como uma relação social que se estabelece entre Estado e as classes sociais, em relação à reprodução das classes dominadas, e se traduz em uma relação de cidadania, isto é, um conjunto de direitos positivos que vincula o cidadão ao seu Estado”.

Com isso, os três atores envolvidos nesse processo são: a burocracia estatal, a burguesia industrial e os trabalhadores urbanos.

Ainda para a autora, a política social aparece como solução para superar a desigualdade entre os indivíduos. Esta desigualdade é fruto do processo de desenvolvimento da industrialização e urbanização, ocorrida com mais intensidade a partir da Revolução Industrial. Esta, por sua vez, no início da sua edificação contribuiu para que as relações sociais e econômicas desencadeassem impactos negativos quanto ao desenvolvimento da vida humana (aumento da pobreza, violência urbana, exploração da mão-de-obra, falta de saneamento básico, etc.). Por isso, ela, considera a intervenção estatal na elaboração e execução de políticas sociais uma função intrínseca do Estado moderno. O papel do Estado é mediar os interesses entre o sistema capitalista e os trabalhadores, por meio da implementação, da ampliação e da defesa dos direitos sociais.

Os direitos sociais estão associados aos carecimentos humanos em termos de saúde, educação, trabalho, vida digna, etc. Tais direitos, como relata Bobbio (1992, p. 5-6), estão ligados ao Estado de Bem-Estar Social. Nesse conceito, é imprescindível a presença de um Estado ampliado e fortalecido para melhorar as condições de vida da população e reduzir as desigualdades.

Draibe (1988) também acredita que as políticas sociais servem para atender à manutenção de uma vida mais digna aos indivíduos, e por isso a sociedade necessita de um Estado de Bem-Estar Social. Segundo a autora, este sistema surgiu nos países europeus devido à expansão do capitalismo após a Revolução Industrial e a um movimento da própria sociedade, em prol de um Estado Nacional que visasse à democracia. “Seu início efetivo dá-se exatamente com a superação dos absolutismos e a emergência das democracias de massa.” (DRAIBE: 1988, p. 21).

O Estado de Bem-Estar Social no Brasil, como aponta Draibe (1988), surge entre as décadas de 30 e 70 e possui as seguintes fases:

- 1930/1943: criação de institutos de aposentadorias e pensões, legislação trabalhista, regulação de políticas nas áreas de saúde e educação. Há uma centralização dos recursos na esfera federal;
- 1945-1964: inovações nos campos de educação, saúde, assistência social e habitação popular. Estas ações estavam guiadas sob a forma seletiva, heterogênea (benefícios) e fragmentada (institucional e financeiro quanto à intervenção social do Estado);
- década de 60 até meados da década de 70: supera-se a forma fragmentada e socialmente seletiva, há um espaço para a universalização (educação, saúde, assistência social, previdência e habitação). Este período segue alguns elementos importantes, tais como:
 - a) 1965-77: há uma organização no interior do Estado quanto ao financiamento do Estado de Bem-Estar Social;
 - b) 1977-81: expansão massiva;
 - c) 1981-85: reestruturação conservadora;
 - d) 1985-88: reestruturação progressista;
 - e) 1988: definição do novo perfil (Constituição Federal).

Além deste levantamento histórico sobre as políticas sociais no Brasil, Draibe (1988) também expõe alguns princípios que conduziram a sua efetivação: 1) centralização política e financeira no governo federal e nas ações sociais; 2) fragmentação institucional; 3) exclusão da população da participação política; 4) autofinanciamento social; 5) privatização e clientelismo, que ainda persistem em muitos segmentos sociais.

Tais princípios, na opinião de Raiquelis (1998), estão embasados especialmente na forma como o Brasil construiu sua relação com o sistema de produção econômica. Ou seja, o País, ao longo de sua trajetória histórica, foi comandado por um capitalismo monopolista que

deixou lacunas externas na vida dos trabalhadores. Estas se expressam em questões sociais, que são um conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos na formação da própria classe operária. Assim sendo, a política social, conforme relata Raiqueles (1998, p. 38) “é convertida em políticas setoriais que recortam as expressões da questão social em problemáticas particulares e fragmentadas e se configuram como mecanismos de questão do Estado na modificação dos conflitos sociais”.

Foi em função de todo esse processo de elaboração e execução das políticas sociais no Brasil que elas começaram a apresentar seus primeiros sintomas de crise ainda na década de 70. Draibe e Henrique (1998) acreditam que esta crise surgiu da parceria entre política social e política econômica (keynesiana), pois o Estado de Bem-Estar-Social, por meio das políticas sociais, deveria regular e estimular o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, solucionar conflitos sociais.

Analisando vários documentos e produções teóricas que explicitam os problemas de legitimação das políticas sociais, estes autores descrevem alguns motivos que mais contribuíram para o aprofundamento da crise do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social).

- A crise do Welfare State no trato econômico: o Welfare não está passando por uma verdadeira crise; está apenas sofrendo mutações em sua natureza administrativa. Visto dessa maneira, os programas sociais necessitam de uma maior efetividade, por isso ele precisa mudar sua forma de organização. A autogestão dos programas sociais é a saída, sendo assim deve-se repensar o seu financiamento.
- O Welfare State corresponde à falência do Estado: a expansão dos gastos públicos com a área social provoca déficit público, provocando a inflação e o desemprego. Os programas sociais são os responsáveis pelo desequilíbrio da competitividade entre os indivíduos no mundo do trabalho. “A solução passa pela redução dos programas tanto quanto possível,

redução dos benefícios, controle do acesso a fraudes, austeridade no fornecimento de bens, privatização dos serviços, etc.” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988, p. 58)

- A crise do Welfare State é sobretudo uma crise de caráter financeiro-fiscal: com a diminuição das receitas públicas devido à crise econômica, ocorre a diminuição dos financiamentos para os programas sociais. Os programas sociais, por sua vez, não podem ser feitos através da imposição de impostos para as massas, já que estão economicamente desequilibradas. Portanto, a crise fiscal do Estado se expressa nos gastos sociais que aumentam cada vez mais, e o seu financiamento torna-se algo moroso.
- Burocratização e centralização excessiva: a burocracia estatal é fragmentada, aumentando a ineficiência dos programas sociais. Por sua vez, para manter-se no aparelho estatal a burocracia prolifera irracionalmente programas sociais para atender a grupos lobistas. Desse modo, o seu controle através da participação política das massas e da construção efetiva de políticas sociais não é permitido. Já a centralização desencadeia mecanismos de autoritarismo quanto à imposição de políticas e distribuição de recursos.
- Perda de eficácia social: na visão conservadora a ineficácia dos programas sociais desencadeia um Estado não distributivo. A solução é “assistir” financeiramente aqueles que são pobres e excluir os “vagabundos/os falsos desempregados”.
- É uma crise de legitimidade e de baixa capacidade de resistência da opinião pública: essa argumentação central diz respeito à incapacidade das instituições estatais de gerar um sistema de legitimidade auto-sustentada, havendo, assim, um aumento de conflitos socio-políticos.
- Colapso do pacto político do pós-guerra sob o qual o Welfare State se ergueu: depois do pós-guerra, há autores que defendem a teoria de que os programas de políticas sociais surgiram para cobrir os riscos aos quais estariam expostos os trabalhadores, reforçando assim as atividades econômicas. Porém, com a crise econômica iniciada dos anos 70 o

Welfare State esgotou sua forma básica entre a regulação estatal fundamentada na política econômica de Keynes com a articulação das políticas sociais.

- A opacidade de responder aos novos valores predeterminantes nas sociedades pós-industriais: o mundo industrializado substituiu rapidamente valores materiais por valores pós-materiais, o que estaria gerando novas demandas para as instituições políticas e sociais, e estas não estão devidamente preparadas para atendê-las. Exemplo: questão ecológica, lazer, etc.

Todos esses apontamentos referentes às políticas sociais foram fortalecidos, no início dos anos 90, pelos ideais neoliberais. Tais ideais propõem o afastamento do Estado no trato das questões sociais em detrimento dos valores de mercado. Estes valores preconizam a globalização financeira e comercial, fazendo com que os mercados nacionais sejam altamente competitivos, visando a ingressar no cenário econômico internacional.

A partir dessas questões, a política neoliberal, segundo relatório do Banco Mundial (1997), impõe novas ações para o Estado na atualidade.

- trabalhar em parceria com o mercado e a sociedade civil;
- o Estado deve se envolver nas seguintes questões: o que fazer e como fazer;
- os serviços básicos – educação, saúde e infra-estrutura deverão ser protegidos a partir das vantagens relativas dos mercados, da sociedade civil e dos órgãos do governo;
- o Estado não será o único segmento a intervir da sociedade, há uma ênfase à responsabilidade pessoal.

Pode-se afirmar que estes são os fundamentos da reforma do Estado. Para Pereira (1999) a reforma do Estado é incontestável e inadiável, pois o capitalismo contemporâneo impõe uma parceria entre o Estado e a sociedade civil. Estes atores sociais formarão um Estado Social-Liberal, que veio para substituir o Estado Social-Burocático. O autor enfatiza que em vez de o segundo modelo de Estado contratar profissionais nas áreas social, educação

e saúde para executar os serviços sociais aos cidadãos, o primeiro modelo contratará organizações públicas não-estatais para defenderem os direitos dos cidadãos, introduzindo assim competição e flexibilidade na provisão desses serviços. O autor ainda salienta que “o público não-estatal contribui para assinalar a importância da sociedade como fonte de poder político [...] implica também atribuir à sociedade uma responsabilidade na satisfação de necessidades coletivas, mostrando que também nesse campo o Estado e o mercado não são as únicas opções válidas” (PEREIRA, 1999, p.30).

Desse modo, o autor propõe uma tríplice reforma do Estado, conforme exposto na figura 2.

Classificação das atividades	Atividades do Estado	Serviço Social e científico	Produção de bens e serviços para o mercado
Atividades principais	Estado, como pessoal	Entidades públicas não-estatais	Empresas privatizadas
Atividades auxiliares	Empresas terceirizadas	Empresas terceirizadas	Empresas terceirizadas

Figura n 2 - Proposta da reforma do Estado

Este tipo de operacionalização das políticas sociais demonstra com clareza a participação da sociedade civil na elaboração, na execução e na avaliação dos programas sociais. Com uma participação comunitária mais ampla, a esfera pública pode tornar-se um espaço de disputa na cena política, havendo múltiplos confrontos de interesses dos atores sociais. Para Raiquelis (1998), esse movimento político tende a concretizar um fortalecimento da sociedade civil por meio das organizações sociais. Estas organizações devem ter como objetivo a concretização do controle público sobre as ações do Estado.

Uma das formas de se exercer o controle público, como já se abordou, é a participação da sociedade em todo o processo de instauração das políticas sociais. Mas, para se pensar quais políticas sociais são necessárias à comunidade, é necessário identificar quais serão as diretrizes para a sua efetivação. Assim, Kameyama [2001?] relata que, diante do processo de

intensificação da globalização e a revolução tecnológica, resultado de uma nova fase do capitalismo, as novas tendências das políticas sociais são: 1) descentralização; 2) privatização; 3) renda mínima, e 4) conjugação dos esforços públicos e privados. Ainda segundo a autora, estas tendências refletem as novas configurações das demandas sociais na contemporaneidade: a pobreza, o desemprego, a exclusão social e as desigualdades sociais.

1) Descentralização: Arrecht (2000) e Conh (1994) apontam a descentralização como uma das principais características do processo de democratização. Seu surgimento se concretiza, pelos setores progressistas, visando à valorização e à criação de novos espaços institucionais de participação nos vários âmbitos do poder deliberativo. A estratégia política da descentralização é ampliar, no espaço social, as possibilidades de acesso ao poder. Vale destacar que os principais órgãos financeiros internacionais (Banco Mundial e FMI) também recomendam a descentralização como um instrumento de saneamento fiscal e social. O apoio desses organismos à proposta de descentralização é em função de esta buscar a racionalidade administrativa e econômica, tão necessárias na visão deles quanto à implementação das políticas sociais.

Assim, nas palavras de Kameyama [2001? p.02], “a descentralização pode ser entendida como a transferência de atribuições do governo federal para os estados e municípios”. Mas a autora adverte que esse processo não é simples e requer uma política clara, coordenada e contínua, tendo como eixo fundamental uma adequada e qualificada competência administrativa daqueles que a operacionalizam, bem como deve haver execução de sistemas de comunicação ágeis, visando uma avaliação e uma circulação de informações a respeito dos programas desenvolvidos. Os sistemas de informação não permitem a centralização das funções redistributivas, podem corrigir desigualdades regionais e individuais, e permitem a participação da população.

2) Privatização: de forma geral a privatização é uma “articulação entre o aparelho do Estado e o setor privado, produtor de serviços (hospitais) ou fornecedor de produtos sociais (empreiteira de construção civil), criando uma divisão de trabalho entre o Estado, que estabelece as regras e transfere recursos, e o setor privado, que se encarrega de produção de bens e distribuição de serviços” [KAMEYAMA, 2001? p. 03].

São várias as formas de realizar a privatização dos serviços sociais públicos: a) transferência (e até venda) para propriedade privada de estabelecimentos públicos; b) corte de programas públicos, desresponsabilizando o governo por suas ações. Estas reduções podem se dar tanto em quantidade, como capacidade e qualidade de serviços que antes eram produzidos pelo Estado e agora são produzidos pelo setor privado; c) terceirização dos serviços, quando o governo adquire serviços e produtos da iniciativa privada (tickets e vales, limpeza, segurança, etc.), realizando o pagamento por tais atividades direto aos provedores privados e d) entrada de empresas privadas em serviços monopolizados pelo governo.

As propostas de privatização foram definidas e concretizadas pelos governos Collor e FHC, pois no período destes dois governos houve um aprofundamento de crise, desemprego e queda de renda, aumentando a pobreza e a desigualdade social. Kayemana [2001?] enfatiza que a privatização no âmbito dos serviços e benefícios sociais tem como objetivo econômico conquistar um novo espaço para o desenvolvimento dos investimentos privados, efetivando-se assim o lucro. Portanto, os serviços que proporcionarão maior rendimento para as empresas terão prioridade no que se refere ao processo de privatização (saúde, educação, previdência, etc.). Essa situação tende a gerar alguns problemas. Primeiro: cria-se na mentalidade da sociedade que serviços pagos são melhores, enquanto serviços públicos terão uma qualidade ruim. Segundo: os serviços pagos são oferecidos à classe com poder econômico, já os serviços públicos ficam para os pobres. Terceiro: há um aprofundamento do abismo social, uma vez que boa parte dos recursos públicos serão encaminhados para o setor privado, podendo faltar

investimentos na área pública que propiciem o pleno desenvolvimento social, político, econômico e cultural dos cidadãos mais empobrecidos. Quarto: a privatização força os indivíduos a não verem as políticas sociais como política pública e como um direito social, mas sim como uma política de mercado/consumo.

3) Renda mínima: a renda mínima tem sido tema de debate de muitas filiações teóricas e ideológicas. No cenário internacional ela vem se consolidando via distribuição monetária: “segundo cheque, renda básica, renda de existência, renda social – como alternativas para o combate à pobreza, velha e nova, e ao desemprego de longa duração”(SOUZA e FONSECA, 1997, p. 24).

Na Conferência Européia de Renda Mínima, ocorrida em Londres em novembro de 1989, foi estabelecida uma política de ingresso mínimo para todos os indivíduos, seja qual for o seu nível de vida e de sua atividade. No âmbito desse debate, a França, já um ano antes dessa conferência, em dezembro de 1989, estabeleceu um duplo sentido para a renda mínima (*Revenu Minimum d' Insertion*). Esta deve estar atrelada à inserção laboral e social do cidadão. Nota-se que essa proposta reconhece a multidimensionalidade da vida humana, veiculando a esfera pública com a esfera social de cada indivíduo, contrapondo-se à idéia puramente econômica da pobreza. Porém, nos anos 90, o programa *Revenu Minimum d' Insertion* foi reavaliado, e atualmente a renda mínima na França tornou-se incondicional. Mas a inserção laboral não é obrigatória.

No Brasil o debate sobre a renda mínima ocorreu de forma muito restrita na década de 70. Em 1991, o senador Eduardo Suplicy apresentou um projeto lei junto ao Senado Federal, propondo a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), sob a forma de imposto regressivo de abrangência nacional. Esta proposta visava a atender 38 milhões de pessoas, além de ser um programa de caráter universal. No entanto, na sua essência, ele nunca decolou. Sofreu várias emendas no ano de 1995, entre elas a que vinculou a renda à educação

por meio da obrigatoriedade de comprovação de matrícula das crianças e adolescentes. Além disso, nesse mesmo ano, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores deviam apresentar um relatório de impacto dos programas em execução. Com isso disseminaram-se programas de renda mínima que se conjugavam à educação.

Em 3 de dezembro de 1996, após muitas manobras para dificultar a tramitação do projeto Suplicy no Congresso, a Câmara dos Deputados aprovou, com algumas modificações, o projeto renda mínima de autoria do deputado Nelson Marchezan. Este projeto de lei foi aprovado em novembro de 1997 e sancionado pelo presidente da República em 10 de dezembro de 1997. Neste projeto, a União deve apoiar os municípios a implantarem programas de renda mínima, associados a ações socioeducativas, financiando 50% de seus custos. Porém, este financiamento foi encaminhado apenas para os municípios que possuem arrecadação per capita inferior à média do Estado, o que excluiria cerca de 40% dos municípios em cada Estado, mesmo que tenham maior número de famílias carentes.

Por fim, com o governo de FHC, através da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001 e do Decreto 3.823 de maio de 2001, há uma ampliação do programa renda mínima, por meio da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola – MEC, abrangendo 11 milhões de pessoas. Kameyama [2001?] argumenta que o atual programa de renda mínima não proporciona uma proposta orgânica de combate à pobreza, a partir de uma parceria entre Estado e sociedade, como previa a proposta de Suplicy. Pelo contrário, os programas de renda mínima, atualmente, são políticas de caráter emergencial, não conseguindo retirar os seus beneficiários da situação de pobreza em que se encontram.

4) Conjugação dos esforços públicos e privados: nos últimos anos a crise econômica mundial e o aumento dos gastos públicos levaram os governos dos países industrializados a repensar o papel do Estado na provisão dos serviços públicos. Há também uma outra explicação para esta situação; trata-se do fenômeno da globalização. Ou seja, a globalização nada mais é do que a

expansão dos mercados econômicos, comerciais e financeiros, visando a aumentar o poder econômico e político de alguns grupos capitalistas.

Nesse sentido, a estratégia utilizada por este movimento econômico é aumentar o comércio mundial, por meio de financiamentos internacionais e investimentos diretos nas empresas estrangeiras. Esse processo gera um aumento na competição internacional, bem como faz com que o mercado ganhe mais espaço em todo mundo.

Porém, historicamente os países industrializados sempre assumiram um posicionamento protecionista em relação ao seu parque industrial e comercial, visando a manter o seu desenvolvimento interno. Contudo, com a expansão comercial ditada pela globalização há um movimento em escala mundial pela reforma do Estado. Tal reforma prevê um Estado aberto, pronto para colaborar com todas as exigências do mercado econômico.

É neste cenário político, econômico e cultural que os serviços sociais começam a se reorganizar, já que um dos elementos da reforma do Estado objetiva a transferência das responsabilidades públicas na prestação de serviços para as comunidades, famílias e associações não-governamentais de cunho filantrópico tradicional ou moderno. As organizações não-governamentais, segundo Lapassade (1982) e Menegasso (2001), têm sua origem a partir do movimento da sociedade civil. São as organizações ditas do terceiro setor, que, para fins legais, são denominadas entidades sem fins lucrativos. Nessas categorias também se encontram as associações e as fundações.

No trato das políticas sociais, Kameyama [2001?] explicita que a emergência das organizações sociais representa uma mudança significativa e profunda no Brasil, no que diz respeito ao papel do Estado e do mercado, e principalmente na forma como se efetiva a participação do cidadão na esfera pública.

Assim, um dos pontos que mais devem ser observados nesse processo é o tipo de relação política que a sociedade civil, por meio das organizações sociais, construirá em

relação ao Estado. Ou seja, dependendo do caminho que eles adotarem diante da elaboração de políticas sociais, se poderá verificar o afastamento ou não do Estado das questões sociais.

No limiar do século XXI, entre as questões sociais que se colocam para as sociedades estão o envelhecimento populacional e o emprego. Estas duas questões, segundo Esping-Andersen (1995), serão um grande desafio para a humanidade, pois se deverão aliar políticas sociais que atendam, ao mesmo tempo, às complexidades que envolvem as transformações demográficas, efetivamente, nas áreas de saúde, previdência e assistência social, bem como deverão ser instituídas políticas sociais que atendam às exigências do mundo do trabalho na contemporaneidade, pautadas na produtividade e na competitividade. Resta saber se isso será possível, já que as projeções estatísticas do IBGE indicam que no mundo, em 2050, um quinto da população será composta por pessoas com mais de 60 anos de idade.

Diante dessa situação se acredita que um dos critérios que devem ser levados em conta quando se planejam políticas sociais para uma população idosa, são os padrões de desenvolvimento econômico que vão permear na sociedade. De um modo geral, as sociedades possuem dificuldades para reconhecer que as novas tendências demográficas impõem um novo meio de pensar o sistema produtivo e, conseqüentemente as políticas sociais no âmbito da gerontologia. Essas situações podem ser melhor constatadas partir do item seguinte, no qual são descritas as políticas sociais gerontológicas.

2.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS GERONTOLÓGICAS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DO TRABALHO E DO EMPREGO

Apesar dos avanços que a sociedade civil tem dado por meio das organizações sociais, no sentido de expressar suas vontades políticas, econômicas e sociais, pressionando os órgãos públicos para atender às demandas sociais, inevitavelmente cabe ao Estado a regulamentação

social das políticas públicas. É precisamente nesta capacidade do governo em adotar políticas que governam toda a sociedade que ele pode monopolizar o uso legítimo da força, que estimula os indivíduos e grupos a trabalharem para que as políticas traduzam suas preferências.

As políticas sociais na área da gerontologia, na opinião de Rodrigues (2000), devem atender às necessidades de uma população com mais de 60 anos de idade. Elas precisam contemplar programas, projetos e ações na área da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e em outras áreas como habitação, educação, trabalho, cultura e lazer.

Apesar de as transformações no perfil socioetário estarem em constate movimento, é interessante observar que até 1994 ainda não existia uma política social para a velhice. Na verdade, o que existia até então era um conjunto de iniciativas privadas muito antigas, que surgiram na década de 70 para atender idosos carentes. “Era mais uma ação assistencial ‘em favor’ deles do que uma política que lhes proporcionasse serviços e ações preventivas e reabilitadoras” (RODRIGUES, 2000, p.68). É somente com a carta constitucional, em 1988, que estas ações são transformadas em Direito. Neste documento se constroem a Lei Orgânica da Assistência Social e a Política Nacional do Idoso, as quais se destacam a seguir.

2.3.1 Assistência social

As políticas sociais gerontológicas efetivadas pelo Estado brasileiro se consolidam em dois momentos distintos: o primeiro momento contempla as políticas de Previdência Social, possui um caráter mais de proteção social. O segundo momento tem seu marco inicial com a Constituição de 1988, trabalhando na perspectiva da seguridade social (saúde, previdência e assistência social). A Constituição de 1988 permite a implementação de duas leis: 1) a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)/Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tratando o tema do envelhecimento na ótica do Direito; 2) a Política Nacional do Idoso (PNI)/ Lei nº

8.842, de 4 de janeiro de 1994, discutindo a questão do envelhecimento como um problema que deve ser abordado por todos os segmentos da sociedade.

É a partir da LOAS e da PNI, que pretende-se discutir as políticas sociais gerontológicas, na esfera governamental/ da previdência e assistência social.

2.3.1.1 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

Antes da Constituição de 1988, as ações desenvolvidas na área da assistência social tinham um cunho filantrópico e assistencialista. Após a Constituição de 1988, as atividades governamentais na área da assistência social ganharam merecidamente status de política pública, e a noção de direito passou a fazer parte do seu processo de construção e legitimação junto à sociedade. Seiffert (2001, p. 99) considera que a conquista expressa na LOAS “representa um marco na história da justiça social e da evolução política dos reconhecimento dos direitos sociais e humanos. Pela primeira vez, o cidadão é invocado como titular de direitos”.

As ações governamentais na área da assistência social, que inserem as questões do envelhecimento, estão expostas no Título VIII, artigo 203, da Constituição de 1988:

Art. 203 – Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, tem por objetivos: I- a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e a velhice; II- a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O capítulo II, que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, é assim apresentado:

Art. 229 – Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230 – A família, a sociedade e o Estado, têm o dever de amparar pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar, garantindo-lhes direito à vida. Parágrafo 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. Parágrafo 2º- Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade do transporte coletivo urbano.

Quanto às ações que devem ser desempenhadas a partir da LOAS, destacam-se os seguintes artigos:

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º - A assistência social tem por objetivos, I, a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e a velhice.

Art. 20º - O benefício de prestação continuada é a garantia de um (1) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência com setenta anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

2.3.1.2 Política Nacional do Idoso (PNI)

Quanto à Política Nacional do Idoso (PNI), representa uma passo inicial no sentido de reconhecer a importância desse segmento social. Esta política foi construída a partir do movimento da sociedade civil, e, na expressão de Barroso (1999), foi o momento mágico de esperança cidadã. Para a elaboração da PNI, a Associação Nacional de Gerontologia (AGN) promoveu três seminários regionais e um nacional, ouviram-se todos os idosos, aposentados, pensionistas, profissionais, voluntários e dirigentes de instituições, que trabalham nesta área, para, enfim, traçar sua proposta política. Segundo Mendonça (1999), os especialistas que estudam esse tema afirmam que essa lei é reconhecida como uma das mais avançadas do mundo. Orienta-se pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e também pelos princípios nas Nações Unidas: independência, participação, assistência, auto-realização e dignidade. A partir do Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, esta se rege pelos seguintes princípios:

I – A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida;

II- O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objetivo de reconhecimento e informação para todos;

III- As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e urbano no Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação desta lei.

As políticas sociais asseguradas nesta lei visam a atender a várias modalidades: família natural, família acolhedora, residência temporária, cento-dia, centro de convivência, casa-lar, república, atendimento integral institucional, e assistência domiciliar/atendimento domiciliar. Seiffert (2001, p. 88-91) explicita cada uma dessas modalidades.

- Família natural: é um conjunto delimitado de relações sociais baseadas em elos de sangue, adoção e aliança, onde há definição de filiação, limitação do parentesco e outros.
- Família acolhedora: é aquela que proporciona condições adequadas para o idoso viver. As famílias que se dedicarem a esta ação deverão ser cadastradas e capacitadas para acolher e dar abrigo às pessoas em situação de abandono familiar ou que estão impossibilitadas de conviver com seus familiares.
- Residência temporária: este tipo de residência oferece serviço em regime de internação temporária, sob caráter público ou privado. Atende ao idoso dependente ou independente, que necessite de cuidados biopsicossociais sistematizados, no período máximo de 60 dias.
- Centro-dia: é um espaço para atender o idoso que possui limitações para a realização de “atividades da vida diária” (AVD). Estes convivem com suas famílias, porém não dispõem de cuidados em tempo integral em suas residências. Os centros-dia podem funcionar em espaço especificamente construído para esse fim, em espaço adaptado ou como um programa de um Centro de Convivência, desde que ofereça condições técnicas (recursos humanos, materiais e equipamentos) adequadas para o atendimento dos idosos.

- Centro de convivência: entendido como um espaço destinado à freqüência dos idosos e seus familiares, onde são desenvolvidas, planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, buscando elevar a qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional;
- Casa-lar: entendida como residência participativa, destinada a idosos que estão sós ou afastados do convívio familiar e com renda insuficiente para sua sobrevivência. Trata-se de uma modalidade de atendimento que vem romper com práticas tutelares e paternalistas, visando ao fortalecimento da participação, organização e autonomia dos idosos.
- República: vista como uma alternativa de residência para os idosos independentes. É organizada em grupos, conforme o número de usuários, e financiada com recursos da aposentadoria, do benefício de prestação continuada, da renda mensal vitalícia e outras. A república também pode ser viabilizada a partir de um sistema de gestão.
- Atendimento integral institucional: caracteriza-se como um atendimento prestado por uma instituição asilar. Destinam-se aos idosos sem famílias, em situações de vulnerabilidade, oferecendo-lhes serviços nas áreas sociais, psicológicas, médica, de fisioterapia, de terapia ocupacional e outros. O atendimento integral institucional deve ter espaços físicos adequados para as pessoas com 60 anos ou mais. Funcionam sob regime de internato, mediante pagamento ou não dos serviços prestados. Devem dispor de um quadro funcional para atender às necessidades dos idosos, garantindo cuidados assistenciais ou atendimento que propicie a qualidade de vida.
- Assistência domiciliar/atendimento domiciliar: este tipo de atendimento é realizado ao idoso que possui algum nível de dependência, com vistas à promoção da sua autonomia, em seu próprio domicílio. É um serviço que tanto pode ser realizado pelo setor público como pelo setor privado. É individualizado, tem caráter preventivo e reabilitador, no qual se articula uma rede de serviços e técnicas de intervenção profissional, vindo a

proporcionar atenção à saúde, ao trato pessoal, ao apoio psicossocial e familiar, e à interação com a comunidade. Pode ser de natureza permanente ou provisória e funcionar durante o dia ou a noite.

Como pode-se verificar, a Política Nacional do Idoso visa ao atendimento integral às necessidades deste segmento social. Tem contado, teoricamente, com o apoio, desde a sua regulamentação, de comissões representadas pelas esferas governamental e não-governamental, que instituíram o Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso. Ele abrange de maneira articulada os seguintes ministérios: o da Previdência e Assistência Social, sendo este o coordenador do plano através da Secretaria de Estado da Assistência Social, incluindo também os Ministérios da Saúde, da Educação e Desporto, da Cultura, do Planejamento e Orçamento, da Indústria, Comércio e Turismo, da Justiça e o Extraordinário dos Esportes (Indesp), que foi extinto no ano passado, transferido para o Ministério da Educação.

Vale lembrar que esse plano foi implantando no ano de 1997, e até o presente momento continua atuando nos âmbitos estadual e municipal. A dificuldade em se efetivar, na sua integridade, a Política Nacional do Idoso (PNI), na concepção de Barroso (1999), se deve a que a sociedade brasileira ainda não possui uma consciência social de participação nas questões sociais; ela permanece ainda desatenta e embasada em preconceitos, mitos e estereótipos. E estas questões se tornam ainda mais problemáticas e complexas quando se trata de trabalhar o envelhecimento X acesso ao mercado de trabalho. Nesse sentido, discutem-se no próximo item as políticas sociais que o Ministério do Trabalho e Emprego está desenvolvendo na área da Gerontologia.

2.3.2 Trabalho e emprego

Questões que tratam da continuidade do trabalho, tanto para as pessoas que ainda não se aposentaram como para aquelas já aposentadas, são discutidas há muito tempo. Em 1982, na “Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento”, ocorrida em Viena – Áustria, foi traçado o “Plan de acción internacional de Viena sobre el envejecimiento”. Neste plano, se apresentaram formas de como os aposentados poderiam contribuir com a vida comunitária, beneficiando assim a sociedade como num todo. Apontaram-se várias recomendações, apresentadas a seguir.

- Ações governamentais: o governo e os sindicatos de trabalhadores e empresários devem tomar medidas para que os trabalhadores permaneçam por mais tempo empregados. Deve haver melhores condições de trabalho e melhorar a política de seguridade social.

Há também necessidade de eliminar todo o tipo de discriminação instaurado no mercado de trabalho, no que se refere à continuidade das atividades profissionais para as pessoas já aposentadas. Assim como tais trabalhadores precisam ter garantias de participarem de cursos, capacitação profissional e colocação no mercado de trabalho. Esse processo vai colaborar para a aquisição de novas atividades de trabalho para este segmento social.

Para que estas questões se efetivem, este mesmo documento propõe a criação de medidas que trabalhem na perspectiva de preparação para a aposentadoria, bem como na manutenção dos vínculos familiares. Destacam-se tais medidas:

- ações privadas: as organizações possuem um papel importante nesse processo. Devem proporcionar condições adequadas de trabalho, nos aspectos estruturais (equipamentos, reorganização das tarefas e ambiente físico) e psicológicos (satisfação no trabalho e uma medicina do trabalho específica para trabalhadores idosos).

Nessa mesma linha de raciocínio, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da “Oficina Internacional del Trabajo – La OIT y las personas de edad avanzada”,

ocorrida no ano de 1992 em Genebra, determinou algumas recomendações para que seus Estados membros adotem medidas para facilitar a continuidade do trabalho para as pessoas que estejam em vias de se aposentar e para as que já estão aposentadas. Estas medidas têm como objetivos assegurar a continuidade dos seus empregos em condições satisfatórias, bem como proporcionar uma transição da vida produtiva com vínculo formal de trabalho para uma vida produtiva livre de vínculo formal de trabalho. Esse processo deve ser feito de maneira gradual e voluntária.

As recomendações, que tratam de preparar as sociedades para assegurar um mercado de trabalho, para as pessoas aposentadas ou não, passam pelos seguintes elementos de discussão:

1) condições de trabalho: devem ser desenvolvidas de maneira que não os prejudiquem no seu estado físico e psicológico. Nos locais que possuem situações insalubres de trabalho, pode haver a aceleração do processo de envelhecimento. Portanto, as organizações que mantiverem em seu quadro funcional idosos devem realizar um novo processo de trabalho, que corresponde a: reorganização dos horários de trabalho, sempre respeitando as necessidades destes trabalhadores, e um novo ritmo de trabalho. Este ritmo não pode estar aliado à velocidade, a resultados e à forma de remuneração. Aliado a este processo de trabalho, é necessário às organizações adquirirem equipamentos ergonômicos, que contribuem para preservar a saúde, prevenir acidentes e manter a capacidade produtiva dos idosos. Por fim, sugere-se que os trabalhadores com mais de 60 anos possam realizar funções dentro de ocupações que já desenvolvam, visando a aumentar seus conhecimentos e sua experiência, além de uma adequada remuneração;

2) preparação para a aposentadoria: esta deve ser feita tanto por ações governamentais, como por empresas privadas, realizada de forma flexível, permitindo ao pré-aposentado fazer uma transição gradual da vida laboral para uma vida pós-aposentadoria. Esta deve propiciar a eles

condições de desenvolver novas atividades, que até então não haviam realizado; destacam-se nesse sentido ações junto às comunidades, a partir de várias atividades (prestação de informações, educação, cultura, lazer, esportes, etc.).

No Brasil estas ações ainda não se consolidaram, nem mesmo em documento. As políticas do Ministério do Trabalho e Emprego, que estão direcionadas às pessoas com mais de 60 anos, são as mesmas que são destinadas a toda a sociedade. Os programas existentes são o Programa de Geração de Trabalho e Renda - Proger, que financia pequenos empreendimentos (pequenos negócios, micro e pequenas empresas, associações, cooperativas e negócios familiares que estejam começando ou queiram se expandir), e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor, procura articular a capacidade do País em relação à educação profissional, via qualificação profissional em todas as áreas, para todas as pessoas e para todas as faixas etárias. Funciona em todos os âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal).

Embora o Planfor seja uma política do governo, a sociedade civil, por meio de comissões municipais e estaduais de empregos, participa na gestão de seus recursos. Elas decidem quais os projetos serão financiados, e se caracterizam por serem comissões paritárias e tripartites, tendo representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores.

O Ministério do Trabalho e Emprego, segundo Peppe (1999), está estudando a possibilidade de incentivar as associações de idosos em todo o território nacional, onde ainda existam idosos trabalhando na composição dessas comissões, para que elas também selecionem projetos que atendam a este segmento social. Também é exposto pelo Ministério, que há um protocolo de intenção, firmado ainda em 1997, entre o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Ação Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, no sentido de formar idosos que queiram dar continuidade a sua qualificação profissional, bem como

capacitar “cuidadores de idosos”, já que se sentem a necessidade de profissionalizar pessoas para trabalharem com idosos, especialmente nos cuidados de saúde.

Para finalizar, há o Programa de Seguro-Desemprego. Este é um sistema integrado de ações e recursos que paga de três a cinco salários para o desempregado em período de transição. Este recurso é proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. No ano de 1998, 5% dos beneficiários deste programa foram idosos.

2.3.3 As políticas sociais gerontológicas da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família do Estado de Santa Catarina

As políticas sociais na área da Gerontologia, tanto do poder público estadual, como do poder público municipal, pautam suas ações nas Políticas Municipais e Estaduais do Idoso, que seguem os mesmos princípios que a Política Nacional do Idoso. Muitos dos programas operacionalizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família do Estado de Santa Catarina também são feitos pela administração municipal de Florianópolis. Atualmente os programas desenvolvidos são os seguintes:

1) ESTADUAL:

- Disk-Idoso: (em implantação) caracteriza-se por ser um sistema de informações do governo onde se encontrarão dados gerais sobre a população idosa de Santa Catarina.

Os dados contidos neste programa estarão distribuídos por município, permitindo a cada município instalar seu “Disk-idoso”. Este sistema de informação vai facilitar para a Secretaria de Desenvolvimento Familiar um controle sobre a situação do idoso em várias questões (moradia, saúde, educação, lazer, etc.);

- Vô Sabe: este programa tem por objetivo valorizar a experiência, a sabedoria e a habilidade adquiridas pelos idosos, por meio do intercâmbio social, histórico e cultural com os mais jovens;

- Centro Alternativo Diário de Atendimento ao Idoso – Cadai (em implantação): visa a atender a pessoa idosa no âmbito psicossocial, sem romper os laços familiares. O Cadai é um serviço que se realizará durante o dia, e à noite o idoso volta para sua residência. Neste ambiente será servida alimentação balanceada e haverá descanso;
- Formação de Cuidadores para a Terceira Idade: este programa se destina a capacitar pessoas que atuam com a terceira idade em centros de convivência, casas asilares ou similares. A capacitação destes profissionais tem seu enfoque na formação técnica e prática, permitindo a eles desenvolverem trabalhos de qualidade junto aos idosos, seja de forma individual, ou seja em grupos;
- Apoio à Pessoa Idosa: o governo do Estado repassa recursos financeiros aos 293 municípios catarinenses para o desenvolvimento de ações voltadas à pessoa idosa, complementando o repasse anual do governo Federal;
- Capacitação Permanente – Sesaite: proporciona capacitação aos técnicos que atuam na área da Gerontologia (assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, etc.), por meio de Seminário Estadual, visando a uma maior articulação e sensibilização a respeito da temática;
- Jogos Permanentes para a Integração do Idoso – Jido: busca-se fornecer a integração do idoso através de atividades esportivas e socioculturais, visando a melhorar a qualidade de vida de todos os idosos de Santa Catarina;
- Fórum Permanente da Região Sul – PNI: tem como objetivo implementar as ações do Plano Nacional do Idoso em todos os municípios de Santa Catarina, com a articulação das Secretarias do Estado;
- Benefício de Prestação Continuada - BPC: é a revisão do Benefício de Prestação Continuada, prevista pela LOAS. Este programa é realizado em parceria com o INSS;

2) MUNICIPAL: o Programa de Atenção à Terceira Idade, desenvolvido pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, vinculado aos departamentos de Desenvolvimento Social/ Divisão de Assistência Pública e Cidadania, e Departamentos de Ações de Saúde, tem por objetivo proporcionar à população idosa de Florianópolis atenção à saúde, espaços de convívio, aprendizagem e lazer, contribuindo para sua conscientização, estimulando o idoso a participar de todas as etapas de sua vida como cidadão. Diante deste programa, são desenvolvidos os seguintes projetos:

- Organização e Dinamização de Grupos de Convivência para a Terceira Idade: são viabilizados grupos, na própria comunidade onde reside o idoso, com o desenvolvimento de atividades ocupacionais (artesanato), socioeducativas, físico-educativas e, na Policlínica II (Estreito), há grupos educativos de prevenção a diabetes, hipertensão arterial, osteoporose e outras doenças crônico-degenerativas, além de grupos de orientação nutricional;
- Organização e Apoio às Práticas Culturais e de Lazer para a Terceira Idade: este projeto atende todos os idosos de Florianópolis por meio de eventos socioculturais e de lazer. Algumas vezes, este projeto é desenvolvido em parceria com outras instituições em eventos classificados como fixos e eventuais, tais como: encontros, cinema, bailes, gincanas, teatros, festivais, concursos, palestras, viagens e Mostra de Ações Voltadas à Terceira Idade.

A Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família de Florianópolis ainda desenvolve outras atividades, tais como:

- organiza e participa, em parceria com outras instituições, em treinamentos e encontros de Dinamizadores de Grupos de Idosos (técnicos, coordenadores e voluntariado) no município de Florianópolis (SC);

- participa como representante do Município na Comissão Regional do Idoso (Florianópolis);
- coordena a Comissão Municipal do Idosos de Florianópolis, visando à criação do Conselho Municipal do Idoso;
- oportuniza a formação de recursos humanos, servindo de campo de estágio para os cursos de Serviço Social, Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição e Psicologia;
- viabiliza o aprimoramento teórico/prático da equipe técnica, através da participação em cursos, eventos, seminários, congressos e conferências;
- oportuniza campo para realização de estudos e pesquisa sobre questões voltadas à Terceira Idade;
- proporciona Cartilha: “Idoso: cidadão de direitos”: com informações a respeito de todas as questões que envolvem os direitos dos idosos;
- executa a ampliação de espaços asilares, visando a proporcionar um melhor atendimento à pessoa idosa;
- instalou a Central de Informações do Cidadão Idoso: esta central funciona como um controle sobre a situação do idoso em várias questões (moradia, saúde, educação, lazer, etc.);
- Idoso é Família: proporciona renda extra aos idosos (mais de 60 anos) que tenham um rendimento de até três salários mínimos e que estejam incapacitados devido a problemas de saúde. Este programa é amparado pelo Lei nº 53/80 de setembro de 2002. Foi lançado no dia 2 de setembro de 2002, na comemoração do mês do idoso. Atenderá num primeiro momento 71 idosos que possuem cadastro na Secretaria da Saúde. Os recursos para o pagamento desta renda extra são destinados em parceria com a Caixa Econômica Federal;
- Alfabetização para a Terceira Idade: visa a alfabetizar idosos. Possui parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Neste segundo bloco da dissertação apresentaram os principais elementos que constituem a formação das políticas sociais, evidenciando-se o conceito de política nas diferentes perspectivas teóricas, os principais modelos de políticas públicas, como um dos principais responsáveis em dar sentido e direção aos programas e serviços públicos.

Com a apresentação das políticas sociais, no âmbito da assistência social, do trabalho e do emprego nos níveis federal, estadual e municipal, pode-se perceber que ações que tratem da ocupação pós-aposentadoria, moldada a partir da emancipação e do autodesenvolvimento desde segmento social, ainda não foram plenamente desenvolvidas nas propostas apresentadas.

Acredita-se que a ocupação pós-aposentadoria, que visem a dar um redirecionamento aos valores do trabalho na contemporaneidade, pode estar sendo implementada, na sua grande maioria, pela sociedade civil por meio das organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade. Para Santos (1995, p. 259), o que move estas organizações sociais, é uma emancipação dos indivíduos que sofrem as mais diversas formas de opressão criadas pelos excessos de regulação da Modernidade. Esta emancipação deve estar voltada para a transformação do seu cotidiano e deve ser feita não num futuro longínquo.

Por isso, o próximo capítulo desta dissertação vai tratar das organizações sociais e suas tipologias (privada, pública-estatal e pública-não-estatal), além de apontar algumas atividades que se caracterizam como de ocupação pós-aposentadoria. Descrevem-se, também, os desafios enfrentados pelos profissionais assistentes sociais no interior destas organizações sociais e quais as competências técnicas que eles devem desenvolver no que tange à gestão de projetos que trabalhem com a ocupação pós-aposentadoria.

2.4 OS ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA: AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – SEUS CONCEITOS E FORMAS

Antes da abordagem sobre as organizações sociais, faz-se necessário apresentar alguns conceitos sobre organizações.

Conceituar o termo organizações não é tarefa fácil, simplista, já que existem inúmeras definições teóricas, ideológicas e políticas que o envolvem. Weber (1984) aponta uma abordagem mais sistemática, tomando como eixo norteador de estudo a organização formal-burocrática – como um sistema de dominação que se legitima pela lei da razão instrumental.

Para Menegasso (2001), o fenômeno organizacional é um elemento imprescindível para a sociedade, especialmente para a sustentação e o desenvolvimento do mercado moderno. Mas há também outras formas de organizações que, são aparentemente fenômenos recentes, porém elas existem há milênios, como por exemplo, aquelas que são ordenadas pelo Código de Hamurábi e as responsáveis pela construção das pirâmides do Egito. As igrejas, os exércitos, as escolas e outros podem ser vistos como outros exemplos, e que serviram de modelo para a edificação de inúmeras empresas e organismos governamentais, principalmente nos últimos 300 anos.

Vale ressaltar que se encontram na literatura uma infinidade de conceitos sobre a forma e o funcionamento de organizações. Por isso, somente serão tratados neste trabalho conceitos básicos, evitando-se, assim, entrar no mérito de discussão mais aprofundada sobre o referido termo.

O termo organização tem suas origens na palavra grega *organon*, e significa instrumento. No **Dicionário Aurélio** organização tem ainda o significado de associação ou instituição com objetivos bem definidos, bem como se refere a um ato organizado, conformação, estrutura e planejamento. No **Dicionário de Economia** (1994) e no de **Administração e Finanças** (1996), organização é conceituada como um conjunto de relações

de ordem estrutural (direção, planejamento, operação e controle) que mantêm uma empresa funcionando. É, na verdade, segundo Menegasso (2001), um sistema que prevê a operacionalização e a coordenação do desempenho de pessoas, implicando, assim, o controle e a previsibilidade.

Ainda nas palavras de Menegasso (2001, apud ROBBINS, 2000, p.31), organização é entendida como um arranjo sistemático de duas ou mais pessoas, que realizam tarefas já predeterminadas e que compartilham objetivos comuns. É vista também como um agrupamento de pessoas e recursos (dinheiro, equipamentos, materiais, informação e tecnologia) com funções bem definidas: produzir bens e/ou prestar serviços (TENÓRIO, 1997). Já na concepção de Parsons (1974), as organizações são “unidades sociais” (ou agrupamentos humanos) construídas e reconstruídas intencionalmente, visando a atingir objetivos específicos, enquanto para Lapassade (1983, p.101), a organização é uma coletividade instituída com vistas a objetivos definidos, tais como a produção, a distribuição de bens e a formação de homens. A organização pode ser entendida, ainda, como uma estratégia de ação direcionada para a produção de bens ou de serviços.

O que se observa diante desses conceitos é que o termo organização é visto de maneira ampla, contemplando entidades que trabalham a partir de uma diversidade de objetivos, como exércitos, hospitais, escolas, igrejas, prisões e as organizações não-governamentais, além de outras que se denominam sem fins lucrativos. Tais organizações são sempre formais e possuem um caráter legal racional.

Diante dos diversos significados da palavra organização apresentados até aqui, devem-se destacar duas questões importantes. Primeiro: a idéia de organização se vincula à ordem e à sistematização, ao ato de organizar que é próprio delas; segundo: a organização sempre está aliada a pessoas que realizam um trabalho coordenado, reportando-se a uma realidade social e econômica da entidade que estão representando.

Verifica-se também, diante do exposto, que todas as organizações possuem características comuns: a primeira há um propósito distinto, expresso geralmente por meio de metas e termos. A segunda característica é que todas são compostas por pessoas. E a terceira diz respeito ao desenvolvimento de todas as organizações, que são sua estrutura sistemática, na qual há a definição de papéis formais limitando o comportamento de seus membros.

É por isso que Menegasso (2001, p. 3) afirma que “as organizações estão em toda a parte. Elas permeiam tão prodigamente a sociedade que é difícil uma pessoa trabalhar, defender os seus interesses e mesmo se divertir de forma isolada.” Efetivamente o ser humano está totalmente envolvido em organizações, depende delas para realizar seu trabalho, seu estudo, defender seus interesses e reivindicações. Enfim, é por meio das organizações que as pessoas realizam a sua participação na vida social, política e econômica.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que tanto o Estado, como o mercado possuem organizações que produzem bens e serviços. A diferença está em seus objetivos. As organizações que pertencem ao Estado produzem bens e serviços que atendem à esfera pública, já as organizações pertencentes ao mercado, desenvolvem todos os seus produtos e serviços para serem consumidos pela sociedade, especialmente sob a forma privada de acesso eles.

Mas, é bom lembrar que tanto as organizações públicas como as privadas, possuem características formais. Ou seja, elas são de natureza burocrática e regem-se por um conjunto de dimensões baseadas na racionalidade e na legalidade. Elas buscam constantemente uma relação dinâmica entre os meios e os recursos utilizados, visando a alcançar seus objetivos. A burocracia se constitui como um marco na sociedade contemporânea, pois está ligada intimamente ao desenvolvimento econômico, social e político de um País. Weber (1984), a concebe como um instrumento que visa a busca da eficiência por excelência. No entanto, para

conseguir atingir tal propósito a burocracia impõe aos membros pertencentes às organizações, um comportamento padronizado, de acordo com as normas e as regras estabelecida por ela.

Esta concepção de burocracia defendida por este autor, em que ele a percebe como um mecanismo perfeito e ideal para o funcionamento das organizações, pode não funcionar adequadamente. É o que Merton (1978), vai chamar de “as disfunções da burocracia”, sendo trabalhada também, pelo autor Ramos (1987). Ele descreve que a rígida adesão às regras e aos resultados predeterminados trazem conseqüências negativas para o ser humano, como a perda da capacidade crítica, a timidez, o conformismo, o conservadorismo, o tecnicismo, a incapacidade de adaptação, a resistência às mudanças, a defesa de interesses pessoais, o corporativismo e o conflito com o usuário ou a clientela.

Apesar de todas essas disfunções Menegasso (2001), afirma que seria utópico pensar viver sem a presença da burocracia, especialmente em uma sociedade de massa, como a que vive-se atualmente. Porém, Ramos (1987), destaca que se no futuro, os valores sociais forem outros, nada impedirá que as organizações apresentem outras características.

Independentemente da intensidade ou não da burocracia no interior das organizações, o fato é que na sociedade contemporânea, existem alguns tipos de organizações: as privadas, às públicas-estatais e as públicas não-estatais. Cada uma delas representa o movimento que a humanidade vem delineando ao longo de sua existência, tendo sempre como meta a sobrevivência de seus aportes ideológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Além disso, as organizações sejam elas públicas ou sejam privadas, sempre estarão direcionando suas ações para as seguintes dimensões: o ambiente macro-social, o ser humano e a organização formal.

Tais dimensões podem ser definidas, de acordo com a figura abaixo.

Dimensão I: Ambiente macrosocial	Dimensão II: Ser humano	Dimensão III: Organização formal
<p>Mudanças de grande impacto na sociedade em geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Mudanças nos valores e nas práticas no trabalho (ética, qualidade de vida, incerteza/competição, tecnologias (substituição da mão-de-obra humana, automação), globalização (desemprego, deslocamento da mão-de-obra e organismos produtivos) 	<p>O ser humano é único e multidimensional. Há uma dimensão política, social e biológica.</p> <p>O ser humano é constituído:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ pela razão (ética da convicção e ética da responsabilidade) ➤ por uma dimensão social: convivialidade e comportamento <ul style="list-style-type: none"> ➤ por uma dimensão biológica: (constituição e necessidades físicas) 	<p>As organizações formais possuem alma, que são as pessoas</p> <p>Nas organizações formais o ser humano deve cumprir normas e regras. O comportamento do homem em uma organização formal é guiada pelos padrões de comportamento que a regem</p> <p>As organizações na atualidade se expressam a partir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ da razão instrumental: é a calculabilidade; ➤ da razão substantiva: os valores subjetivos do homem são colocados em uma ação; ➤ da comunidade: resgata os valores de se viver em comunidade

Figura 3 - Fonte: Informações apresentadas pela Profa. Dra. Maria Ester Menegasso na disciplina Gestão de Serviços Sociais – Mestrado em Serviço Social – UFSC – maio/02

2.4.1 Organizações privadas

As organizações privadas são apenas uma parte do sistema produtivo de uma sociedade industrial. São regidas pela produção, pelo emprego, pelo consumo, pelo investimento e pelo volume de poupança em moeda. Ainda segundo Harman e Hormann (1995), seus resultados são medidos por estatísticas econômicas, contemplando unicamente a compreensão dos números.

Caracterizam-se por serem empresas que combinam os elementos: trabalho, natureza e capital. São formais portanto, possuem normas, regras e padrões de comportamento. Seus recursos não permitem que elas se liguem ao governo de forma institucional. Além disso, os lucros provenientes de suas atividades são apropriados pelo dono da empresa, e este investe

tais lucros onde quiser ou precisar. Ou seja, os lucros de uma empresa privada podem ser destinados tanto para consumo particular (o dono do capital), como para melhorias na própria organização (equipamentos, infra-estrutura, mão-de-obra, etc.).

As empresas privadas possuem uma única finalidade: “criar um consumidor”. Drucker (2001b), afirma que os mercados não são criados por Deus, pela natureza ou pelas forças econômicas, mas sim pelos homens de negócios. Observando o cotidiano das ações humanas, as organizações privadas transformam as necessidades do homem em objetos ou serviços para serem consumidos, satisfazendo, assim, os desejos da sociedade. Efetivamente, é uma ação empresarial que cria o consumidor.

Com isso, para este mesmo autor, a criação de consumidores, implica para as organizações privadas duas funções básicas: o marketing e a inovação. Drucker (2001b, p.36-37) acrescenta:

A meta do marketing é tornar a venda supérflua, é conhecer e entender tão bem o consumidor que o produto ou o serviço se adapte a ele e se venda sozinho. Enquanto que a inovação pode ser definida como a tarefa que adota os recursos humanos e materiais de novas e maiores capacidades de produzir riquezas.

Verifica-se, com essa informação, que as organizações privadas conseguem existir em economias de expansão, considerando as mudanças na sociedade como aceitáveis e naturais. Sentem-se co-responsáveis pelas transformações de seus produtos e/ou serviços. São competitivas, voltam-se para o mercado e, na sua grande maioria, estão interessadas apenas nos seus potenciais consumidores, já que estes são os que definem seus negócios. “Um negócio não é definido pelo nome, estatutos ou instrumento de constituição. É definido pelo desejo que o consumidor satisfaz ao comprar um produto ou serviço” (DRUCKER, 2001b, p. 39).

Para que haja esta ação empresarial, o proprietário da organização privada, geralmente, conta com o trabalho de outras pessoas, que nos dias atuais tanto pode ser feito

via contrato formal de trabalho, por terceirização ou por contrato temporário de trabalho (assessoria e consultoria). O fato é que, diante das transformações do mundo do trabalho (precarização das relações de trabalho, subemprego, desemprego em massa, etc.) as organizações privadas, especialmente, somente percebem um único meio para conseguirem manter seus produtos e serviços “criar mais necessidades”, para então fazerem com que as pessoas se tornem obcecadas pelo consumo. Conseqüentemente, gerando mais necessidades, também se abrirão (teoricamente) mais postos de trabalho, já que o mercado precisará de mais pessoas para trabalhar nas “necessidades criadas” pelo capital.

Mas na visão de Harman e Hormann (1995, p. 27) essa saída em nada vai contribuir para o crescimento econômico: “trata-se, na verdade, de respostas inadequadas que surgem de um conceito inadequado do papel do trabalho: elas não consideram a verdadeira questão humana”. Pode-se afirmar, com isso, que as pessoas somente trabalharão para atender a uma necessidade do capital, e não para atender as suas expectativas profissionais e pessoais. A ocupação humana, que visa ao autodesenvolvimento e à emancipação do homem, diante disso não poderá ser manifestada.

Também a organização privada necessita de recursos naturais para desenvolver seus produtos e serviços (madeira, água potável, recursos minerais, etc.). Porém, esses recursos, na atualidade, estão cada vez mais escassos, devido à forma como o setor industrial utilizou-os. Harman e Hormann (1995, p. 47) explicam que “a economia industrial é extrativista: ela toma, faz, uso e descarta; seu processo vai da exaustão à poluição.” Por isso, hoje, mais do que nunca, é urgente repensar outras alternativas para o capital poder se desenvolver, tendo sempre em mente um desenvolvimento econômico comprometido com a vida humana e com a biodiversidade do planeta. Esse comportamento em relação aos novos processos produtivos é uma questão de sobrevivência do próprio homem.

2.4.2 As organizações sociais públicas-estatais

Os últimos 400 anos da história mundial foram marcados pelo Estado-nação. “Esses foram os séculos em que surgiram e sucumbiram os grandes impérios coloniais” (DRUCKER, 2001a, p.128). No século XVI, os impérios espanhol e português, do século XVII ao século XX, os impérios inglês, holandês, francês e russo. E, por fim, ainda no século XX, na década de 30, os Estados Unidos da América e o Japão.

Mas é nos últimos cem anos, principalmente nas últimas duas décadas do século XIX, fundamentalmente, na Europa ocidental, que o Estado passou de um agente político a um agente social. Nas décadas de 20 e 30, as medidas tomadas por ele visavam ao bem-estar social – seguro-saúde, seguro contra acidentes de trabalho e pensão para idosos. Foi a partir desse momento que o Estado criou as primeiras organizações para prestar serviços públicos à sociedade (hospitais, escolas, institutos previdenciários, etc.).

Após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos anos 60, o Estado nos países desenvolvidos assumiu o papel de ser o agente mais apropriado para tratar de todos os problemas e tarefas sociais. Vários autores corroboram a informação de que a intervenção estatal nas questões sociais é fruto de um determinado momento histórico do desenvolvimento capitalista, quando este sistema não conseguiu dar respostas às necessidades sociais dos indivíduos. (ARECHT, 1995; FLEURY, 1994; DRAIBE, 1988; ESPING-ANDERSEN, 1995 e GIDDENS, 1996). Estes autores afirmam também que o Estado teve que agir por meio de políticas sociais, implantando o Welfare State. “Uma vez que a pobreza, o desemprego e a doença são elementos que também foram construídos pelo Estado, através de ‘conflitos e batalhas entre agências oficiais e outras organizações e grupos” (GIDDENS, 1996, p. 154).

Para a concretização das políticas sociais, na Europa ocidental, criaram-se estruturas organizacionais como o mercado, as associações (organização da sociedade civil) e as burocracias estatais, visando a regulamentar os serviços e produtos oferecidos por estas

políticas. Surgiram, enfim, as organizações públicas-estatais, que são consideradas as associações e instituições pertencentes ao governo com objetivos bem definidos para o atendimento da população. Com isso, o Estado passou a desenvolver as mais variadas ações sociais, políticas e econômicas num plano nacional, visando a desenvolver o bem comum a todos os cidadãos por meio dos serviços públicos. Assim, as organizações público-estatais estão subordinadas ao aparato do Estado por meio de leis e decretos. As atividades de cada servidor público são estabelecidas de acordo com um aparelho burocrático rígido e normatizado.

A noção de que o Estado deveria atuar mais intensamente na sociedade, por meio de suas organizações sociais, tornou-se ainda mais forte em 1910, quando ocorreu a “Grande Depressão”. Neste período, o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) foi o primeiro a afirmar que a economia nacional estava isolada da mundial. E esta economia deveria ser defendida totalmente por uma política governamental, na qual o governo fosse o soberano da economia nacional e o controlador de suas oscilações econômicas. Na verdade, a teoria keynesiana foi tomada como o novo modo de regulação social dos países europeus e dos Estados Unidos da América especialmente para as políticas de previdência social e de seguro-desemprego.

Viana (1998) afirma que os parâmetros do Welfare State keynesiano se configuram sob dois processos: o primeiro é o “boom econômico”, que atenderia a todas as necessidades das economias capitalistas; o segundo é a transformação do padrão do conflito industrial e das classes trabalhadores, em que se conduziria a uma distribuição e igualdade das riquezas produzidas pelo sistema capitalista.

Nesse momento houve uma corrida dos Estados em fortalecer suas economias nacionais. Cresceu substancialmente o número de organizações sociais estatais, no sentido de impulsionar a quantidade de serviços públicos à sociedade. A estatização de empresas tornou-

se o grande propulsor desse processo. Bancos, ferrovias, energia elétrica, telefonia, escolas, hospitais e um sistema previdenciário então, na sua grande maioria, eram controlados pelo Estado.

No Brasil, teoricamente, as organizações públicas-estatais que atuam na área social sempre existiram. Mas, na prática o sistema de proteção social em nosso país nunca conseguiu se efetivar de forma redistributiva, mesmo após a sua reformulação, pois, historicamente, sabe-se que os atores que fazem parte do cenário político não são canais reivindicatórios de igualdade, mas, sim, representam um segmento político de apenas alguns grupos econômicos. Com isso, o Estado possui um papel de benfeitor, paternalista e clientelista.

Diante do exposto, para a teoria política as organizações incorporam muitas propriedades e características de organismos produtivos e comerciais. Porém, no que se refere às organizações públicas estatais, estas assumem uma função mais política, desenvolvida pela administração pública. Assim, na concepção de Bobbio (1998, p. 869-870) as organizações públicas-estatais “são estritamente marcadas pela racionalidade e legalidade (no sentido weberiano)”. Pode-se afirmar com isso que as organizações públicas-estatais possuem um caráter formal, em que “estabelece uma designação rígida de funcionários e departamentos individuais, com uma clara delimitação de autoridade e responsabilidade, ao lado de delegação específica e atribuição de deveres”(BENN, 1964, p. 145).

As organizações públicas-estatais, segundo informações de Graham (1994, p. 80), estudioso da área de administração de organizações públicas, adotam o sistema organizacional formal, dentro da burocracia de Weber, por considerarem um tipo ideal para a administração pública. Os pressupostos que delineiam tal sistema são: 1) divisão do trabalho e especialidades de funções; 2) há uma hierarquia e uma autoridade; 3) existe ênfase nas normas e nos procedimentos; 4) preferem manter a impessoalidade; 5) há um sistema de carreira.

O **Diccionario Enciclopédico de Derecho** (1981, p. 715) também expõe que os órgãos públicos estatais devem ser os agentes embrionários de políticas sociais. Sua estrutura administrativa é formal e hierárquica. Essas empresas “são comandadas pelos chefes de Estados e pelos governos, que tendem a centralizar os planos de gestão das políticas sociais por meio de ministros, secretários, órgãos consultivos e executivos como conselhos, institutos, etc.”.

Mas, apesar das informações prestadas pelos autores até o presente momento sobre os conceitos e os objetivos da existência das organizações públicas-estatais, ainda nos anos 40, nos países desenvolvidos, o foco do Estado começou a mudar. Sua função se conectou com a integração global das economias e com a expansão da democracia, reduzindo suas ações, principalmente na área social.

Estas são as primeiras medidas tomadas pelo sistema político neoliberal, que, para acumular ainda mais riquezas dos grandes grupos econômicos internacionais, reiteram uma globalização econômica e financeira.

Este sistema acredita que um Estado-nação fortalecido, soberano e defensor de seus ideais políticos e econômicos nacionais, é uma ameaça grave, no sentido de estimular os negócios das grandes corporações econômicas. Assim, os Estados são “convidados” a se retirar do cenário político e econômico, pois nos tempos da globalização dos mercados é o poder financeiro quem dita as regras no que tange no comportamento dos aparatos estatais.

As relações comerciais destes grandes grupos privados conseguem movimentar diariamente transações financeiras intercambiais puramente especulativas, chegando a um volume de US\$ 1,3 bilhão – cinquenta vezes mais que o volume de troca comerciais. Esses números podem ser equiparados à mesma soma das reservas de todos os “bancos centrais” do mundo, que é de 1,5 bilhão, segundo Bauman (1999, p.74). É evidente que nenhum Estado consegue suportar as pressões dos mercados, pois estes não possuem recursos, nem liberdade

estratégica para controlar esse sistema, pela simples razão de que, bastam alguns minutos para que empresas e até Estados decretem sua falência e mergulhem num verdadeiro colapso.

Dessa forma, o Banco Mundial (1997), aliado direto da economia de mercado, por meio de relatórios preconiza algumas ações para o Estado primeiro: ações coletivas entre os Estados, promovendo a redução de seu papel e fazendo com que os cidadãos participem da prestação de serviços dos bens coletivos essenciais; segundo: fazer com que as instituições do Estado funcionem melhor, sejam mais eficientes. Para que essas ações se concretizem, o Estado deve fazer uma regulamentação efetiva, contando com uma boa estrutura normativa; deve incentivar o desenvolvimento de mercados; deve haver uma intensa privatização e uma terceirização das organizações públicas estatais que não funcionam, que são ineficientes para as finanças do Estado. É a chamada “reforma do Estado”.

A “reforma do Estado”, segundo o relatório do Banco Mundial (1997), pressupõe uma parceria entre o Estado, o mercado e a sociedade civil no que se refere à implementação de políticas públicas, especialmente na área social.

Sendo assim, o ajuste no papel do Estado deve envolver os questionamentos: o que fazer e como fazer?. Os serviços básicos (educação, saúde e infra-estrutura) deverão ser providos a partir das vantagens relativas dos mercados, da sociedade civil e dos órgãos do governo, e por fim, o Estado não deverá ser o único segmento a intervir na sociedade, há uma ênfase na responsabilidade pessoal. Incentiva-se, então, o fortalecimento do setor público não-estatal, conforme salienta Pereira e Grau (1999).

O setor produtivo público não-estatal é também conhecido por ‘terceiro setor’, ‘setor não governamental’ ou ‘setor sem fins lucrativos’. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos. (PEREIRA e GRAU, 1999, p.16).

Estes autores também consideram que a participação cidadã se efetivará pela sociedade civil politizada, o que envolve um espaço de luta de poder. E esse poder é

estabelecido a partir de posses econômicas, do conhecimento e da capacidade organizadora das próprias organizações sociais, corporativas, entidades públicas e outras denominações que estarão desenvolvendo ações de caráter social em parceria com o Estado. Ressaltam, contudo, que este novo enfoque de operacionalização de projetos e programas sociais não desresponsabilizará o Estado de suas obrigações. “Pelo contrário, todas as evidências apontam para a conclusão de que o financiamento público-estatal será cada vez mais necessário.” (PEREIRA e GRAU, 1999, p.34).

Para que não haja um quadro intenso de desresponsabilização do Estado diante da sociedade, Nogueira (1998) alega que é necessário um projeto abrangente, convertendo as ações estatais em ações públicas e, ao mesmo tempo, fazendo com que a sociedade participe mais ativamente de todas as questões que envolvem as ações democráticas do Estado.

Aliado a esses fatores, ocorre no Brasil, a partir da década de 60, e com mais intensidade, no início dos anos 90, uma expansão de organizações oriundas da iniciativa dos diversos espaços de que se compõem a sociedade. São as organizações públicas não estatais.

2.4.3 As organizações sociais públicas não-estatais

As organizações sociais públicas não-estatais caracterizam-se por adotarem uma lógica de funcionamento que vai além do que é usualmente típico das organizações formais. Estão voltadas para o interesse público, mas não têm fins lucrativos, ainda que sejam regidas pelo direito privado. O público não-estatal existe para servir ao bem público e não para acumular riquezas. Pereira e Grau (1999) enfatizam que as organizações sociais que caracterizam-se por serem públicas não estatais devem atender aos cidadãos privados, voluntários, e não políticos eleitos. São também responsáveis por criar suas agências, adotar suas políticas e selecionar seu pessoal.

Estas organizações vêm se distinguindo como nova estratégia para prestar serviços, promover o desenvolvimento econômico, impedir a degradação ambiental e

defender os direitos civis e os direitos sociais. Também, vêm atuando na produção de serviços sociais e na execução de políticas sociais. Possuem ao mesmo tempo funções políticas, sociais e econômicas e se apresentam sob a pluralidade e formas jurídicas e de nomenclaturas. (MENEGASSO, 2001, p.7).

Além do termo “organizações públicas não-estatais”, elas são convencionalmente chamadas de organizações sem fins lucrativos, terceiro setor, economia social, economia solidária e outras denominações que ainda não foram formalizadas. Por isso, pretende-se elucidar alguns desses termos, porém somente com uma abrangência conceitual.

As organizações que não pertencem ao Estado, nem ao setor privado, são consideradas organizações do terceiro setor. Legalmente as organizações do terceiro setor são denominadas de *entidades sem fins lucrativos*, e o termo organização não-governamental não existe juridicamente. Para fins de registro, recebem o nome de *sociedades sem fins lucrativos*. Landim (1993) diz que elas se parecem mais com as associações, já que estão diretamente envolvidas com grupos da sociedade civil organizada.

As organizações do terceiro setor não pertencem ao aparelho burocrático do Estado, muito menos ao conjunto de empresas privadas e demais instituições que compõem a economia de mercado. É interessante notar que, em cada país, há diferentes denominações para estas organizações. Na França são conhecidas como economia social. Nos Estados Unidos é também utilizada a expressão terceiro setor, no qual se encontram as cooperativas, as organizações sem fins lucrativas e as organizações voluntárias em geral. Na Europa continental veicula-se mais a expressão “organizações não-governamentais”. Tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, são mais conhecidas como “organizações da sociedade civil²”.

No Brasil, nas últimas décadas, as organizações públicas-estatais, como já foi dito, também conhecidas como terceiro setor, se configuraram como um “espaço de valores ligados às formas integradoras de sociabilidade, do voluntariado, da autonomia em relação

ao Estado, ao mercado e a religiões e sua atuação na esfera pública” (MENEGASSO, 2001, p. 8).

Juridicamente, as organizações sem fins lucrativos no Brasil foram reconhecidas em 1916, no Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.017, de janeiro de 1916). Nos anos noventa, houve uma “invasão” dessas organizações em todos os segmentos da sociedade brasileira. Ganham visibilidade na mídia e no espaço político. E, segundo informações da Rede do Terceiro Setor (www.rits.org.br), atualmente o Brasil conta com cerca de 250 mil organizações, movimentando aproximadamente 1,5% do PIB, e prevê-se que, num futuro muito próximo, estes valores cheguem a equivalência de outros países, cerca de 5% do PIB.

É em função desses números e da visibilidade que essas organizações vem ganhando no cenário nacional e internacional que surge a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Essa lei qualifica as organizações do terceiro setor, como parte da sociedade civil e do interesse público. Contudo, ela não revogou as qualificações de utilidade pública (Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935) e de fins filantrópicos (Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998). Mas é bom lembrar que os projetos sociais surgiram muito antes da intervenção do Estado, por meio das organizações da Igreja Católica. Têm-se como exemplo a “Ação Social Arquidiocesana”, uma organização social originária da Alemanha, e as “Santas Casas de Misericórdia”, que abrigavam as crianças abandonadas. Efetivamente, no Brasil, o Estado só começou a atuar com mais ênfase na área social a partir dos anos 60.

Na atualidade, estas organizações se agrupam a partir de três subconjuntos, que são: as organizações dos tipos beneficentes, filantrópicos ou assistenciais; as ONGs, que surgiram

² Para maiores informações consultar a obra de Norberto Bobbio, **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

no bojo dos ideais de promoção de cidadania e democracia, e as fundações e os institutos, cujas funções pautam-se em doações de recursos às entidades que investem na área social.

Por determinação legal de constituição, as organizações sem fins lucrativos estão proibidas de distribuir lucros decorrentes das atividades que desenvolvem entre os seus diretores e associados. Quanto a sua forma de gestão, alguns autores (DRUCKER, 1997; FERNANDES, 1997; RIFKIN, 1997; SALAMON, 1998) expõem que elas são autogovernadas, adotam várias estratégias no que tange à operacionalização de seu trabalho e contam com um número significativo de voluntários.

Mas a utilização de mão-de-obra voluntária não é a única fonte de recursos humanos que possuem. Estes autores afirmam ainda que as organizações sociais têm capacidade de gerar empregos e movimentar renda. “Enquanto o Estado cria capitais e empregos no Governo e as empresas privadas criam capitais e empregos de mercado, a sociedade civil cria capital social e empregos”. (RIFKIN, 1997, p. 20). Este autor também relata que o terceiro setor tem um papel social e econômico importante para a sociedade, porque pode empregar trabalhadores que antes trabalhavam nas indústrias, e agora estão desempregados, além de gerarem novas oportunidades na área da informática. É a mesma situação que ocorreu com os trabalhadores rurais, quando houve uma intensa mecanização da agricultura, levando-os para as indústrias.

Uma pesquisa feita por ³Johns Hepkins (1997) assinala que, nos dias atuais, existem 1,12 milhões de pessoas remuneradas nas organizações do terceiro setor, e 333 mil são voluntárias. Contudo, não se pode esperar que o terceiro setor absorva o elevado número de mão-de-obra ociosa existente na atualidade, ele somente atenderá uma parte dos trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho.

³ O referido estudo foi apresentado pela Professora, Dra. Maria Ester Menegasso na disciplina Gestão de Serviços Sociais – Mestrado em Serviço Social – UFSC /maio-02.

Acredita-se que um dos motivos pelos quais se disseminaram as organizações do terceiro setor se deve à necessidade de ocupar os espaços deixados tanto pelo Estado (devido à reforma do Estado e à globalização) e pelo mercado, no provimento de políticas públicas e de produção do bem público. Na verdade, o que se deve ter muito claro é que as ações destas organizações jamais poderão substituir o papel do Estado na implementação de políticas sociais. Pelo contrário, o que se deve buscar é uma articulação política e técnica entre estes dois setores, no sentido de desenvolver redes de co-produção dos serviços sociais e na execução de políticas sociais.

Tal articulação pode ser comprovada, principalmente no Brasil, a partir da eleição presidencial ocorrida no dia 15 de outubro de 2002. O atual presidente da república, sr. Luis Inácio Lula da Silva, representando o Partido dos Trabalhadores (PT), que sempre preconizou ideais de cunho social, já sinaliza abertamente a sua intenção em desenvolver uma ampla articulação com as organizações sociais, formadas a partir do movimento da sociedade civil, visando a dar andamento aos projetos sociais propostos por este partido durante a sua campanha eleitoral.

Acima de tudo, essa articulação entre as organizações do terceiro setor com o aparato estatal deve ser melhor discutida, para definir com mais transparência quais são os deveres e direitos de um e de outro neste movimento de intensa e complexa transformação na sociedade brasileira.

2.5 OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO INTERIOR DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A trajetória histórica das ações profissionais do assistente social, sempre foi marcada pela constante luta, no sentido de lidar com as diversas manifestações das questões sociais, que levam o ser humano à exclusão social. Na década de noventa, e com mais intensidade, no

início do século XXI, as questões sociais tornam-se o fio condutor do exercício profissional do assistente social. Por questão social entende-se um “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...]” (IAMAMOTO, 1997, p. 13). Ou seja, o sistema capitalista instaura um processo de produção cada vez mais coletivo, porém o acesso à distribuição de riquezas está cada vez mais privado.

Porém, vale ressaltar que as múltiplas manifestações da questão social não podem ser reduzidas exclusivamente ao processo de pauperização dos indivíduos. A questão social na contemporaneidade vai além disso. Ela implica perceber qual é o movimento realizado pelas dimensões econômicas, políticas e sociais da nossa sociedade, no que tange, especialmente, ao modo de organização do trabalho e ao significado que lhe é atribuído no processo de construção das relações sociais. Resumindo, na sociedade capitalista o recurso mais aceito pela grande maioria das pessoas para se relacionarem é por meio do acesso à aquisição de bens materiais.

Com o predomínio do homem monetário sobre o homem humanitário, os indivíduos possuem credibilidade e espaço para se desenvolverem apenas se possuírem acesso livre ao mercado. Assim, o homem torna-se totalmente vulnerável e subordinado às coisas materiais, não conseguindo se autodesenvolver e emancipar-se diante do seu trabalho. A descrição a seguir corrobora esta situação:

A forma assumida pelo caráter social do trabalho. O trabalho como valor e da forma de expressão desse valor que é a forma dinheiro, a forma do valor de troca, ou seja, o nexo entre os indivíduos na nossa sociedade se autonomiza e passa pela mercadoria, pelo dinheiro, pela troca de produtos que têm embutido as relações entre os indivíduos (IAMAMOTO, 2002, p.9).

As questões sociais, na atualidade, mostram o mais perverso de todos os fenômenos da exclusão social, é a banalização do homem diante da própria vida humana. Os valores mais humanitários, como justiça e igualdade social, ética, respeito aos direitos sociais, garantia de desenvolvimento da cidadania, entre outros, parecem ter sido abandonados pela grande

maioria das pessoas. Assim, qualquer manifestação em prol da vida pode incomodar e irritar aqueles que já não acreditam mais no ser humano, que não acreditam mais no bom senso e no respeito mútuo. Todas as ações direcionadas para o ser humano parecem se tornarem banais e supérfluas. E para os sujeitos que não puderem se ajustar a esse sistema, a eliminação é uma questão de tempo.

O que se percebe diante dessas situações é que as diversas manifestações das questões sociais que têm levado o ser humano, na atualidade, ao limite da exclusão social ocorrem com a mesma intensidade no interior das organizações sociais, sejam elas pertencentes ao terceiro setor, sejam às esferas governamentais e privadas. Vale lembrar que tais organizações são os espaços de atuação profissional do assistente social. Por isso, mais do que nunca é imprescindível repensar o papel deste profissional nos espaços das diversas formas organizacionais.

Desde a década de 80, Maria Luiza de Souza já se mostrava preocupada com a inserção do Serviço Social nas instituições e/ou organizações. Ela enfatizava que era necessário entender as instituições a partir de um processo histórico que as edificou. “As instituições surgem sempre a partir de determinadas demandas. É por isso que este carácter formal e de neutralidade precisa ser penetrado para que as reais determinações das instituições sejam conhecidas.” (SOUZA, 1982, p. 42).

A exposição feita pela autora ainda se mostra bastante pertinente duas décadas mais tarde. É de extrema relevância apreender o processo social em curso, em meio as suas contradições e respostas que vêm sendo dadas à população demandatária por serviços sociais. É fundamental para o Serviço Social integrar-se de forma ética e com compromisso junto às ações desempenhadas pelas organizações do terceiro setor, evitando, assim, o aprofundamento de uma situação que preocupa Menegasso (2001, p. 14):“ [...] parece que há uma elite

(econômica, política) que vem delas se apossando para institucionalizar os seus valores e defender os seus interesses, com a ausência da postura crítica do Serviço Social”.

Sendo assim, é bom lembrar que a complexidade e os desafios lançados ao assistente social não se fundamentam apenas na compreensão da realidade social, mas, acima de tudo, na compreensão de como se efetivam a inserção, a manutenção e os projetos que desenvolve nos contextos organizacionais.

É em função das profundas mudanças na estrutura das organizações que Sarmiento(2000, p.101) alerta para um forte direcionamento das funções socioinstitucionais do Serviço Social, “[...] não mais para a execução de políticas sociais, mas para uma base organizacional situada na função gerencial, seja das próprias políticas sociais, seja de seus serviços ou ainda de pessoas no interior das organizações públicas, privadas e não-governamentais”.

Nesta perspectiva, cabe ao assistente social, além de competências técnicas na temática, possuir competências técnicas gerenciais, contribuindo no gerenciamento e desenvolvimento da organização em que atua. Menegasso (2001) reitera que esta competência gerencial, necessariamente, deve ser buscada a partir da assimilação de novos conhecimentos técnicos e ideopolíticos. Daí a importância em conhecer minimamente os enfoques teóricos dos modelos de gestão.

Os modelos de gestão tradicionalmente mais utilizados pelas organizações, sejam elas pertencentes ao setor público, sejam ao setor privado ou ao setor não-governamental, são reiteradamente assinalados pelas teorias administrativas, são eles:

^{41º}) Método de Gestão Tayloriano e Neotayloriano: suas características básicas são a divisão do trabalho muito fragmentada, produção sob premência de tempo, tarefas repetidas, remuneração por rendimento, rigidez de horários, separação e direitos de expressão muito reduzidos (até nulos), divisão entre a concepção e a execução, e sistemas de controle muito

elaborados. O ser humano é encarado como uma pessoa dotada de energia física e muscular, e movido unicamente por motivação de ordem econômica. Os princípios seguem um universo que contempla a excelência do cálculo, da medida e da padronização das tarefas com a finalidade de reduzir os custos, aumentar os lucros e controlar o processo de trabalho.

2º) Método de Gestão Tecnburocrático: caracteriza-se por ser um modelo que trabalha a partir de uma pirâmide hierárquica desenvolvida, divisão do trabalho parcelada, regulamentação escrita, onipresente, grande importância conferida aos especialistas e técnicos, controles muito sofisticados, comunicação difícil entre os escalões da empresa, centralização do poder, autonomia relativamente fraca para os patamares inferiores e um direito de expressão muito limitado. O ser humano está sempre submetido ao império da norma e aos limites que ela fixa para as suas atividades. Os princípios que fundamentam esse modelo são a organização burocrática que controla a incerteza e reduz o arbítrio, na qual prevalece uma empresa como máquina, todavia racional e não unicamente mecânica.

3º) Método de Gestão Baseado na Excelência: tem como características, o êxito, a supervalorização da ação, a obrigação de ser forte, a adaptabilidade, a canalização da energia individual nas atividades coletivas e de desafio permanente, a autonomia no trabalho, a forte responsabilização e as recompensas materiais e simbólicas individualizadas. As relações hierárquicas são mais igualitárias, há flexibilidade e polivalência da mão-de-obra e um recrutamento seletivo. O fator humano é trabalhado nesse modelo de gestão a partir da mobilização total do indivíduo a serviço da organização, com o uso das energias física, afetiva, psíquica e a razão, sendo visto como uma pessoa consagrada aos desafios e à superação de si mesma. Os princípios regem-se pela formação de equipes, pela qualidade, pelo devotamento total e pela conquista dos mercados em longo prazo.

4 Os quatro Modelos de Gestão aqui expostos, constam em Jean-Francois Chanlat. Modo de Gestão, Saúde e Segurança no Trabalho. In: **Recursos Humanos e Subjetividade**. Petrópolis, 1995. Foram trabalhados pela Profa. Dra. Maria Ester Menegasso no mestrado em Serviço Social-UFSC/ maio de 2002.

4º) Método de Gestão Participativa: a participação na gestão de todas as pessoas em todos os níveis é a característica marcante deste modelo de gestão. O ser humano é considerado uma pessoa responsável, à qual se deve conceder toda a autonomia necessária para a realização da tarefa para integrá-la na gestão global da empresa. Os princípios são a reestruturação de tarefas, como também as modificações técnicas do processo da fabricação ou ainda as formas de co-gestão sindical-patronal.

Entre os quatro modelos de gestão, o Método de Gestão Participativa é o que mais se aproxima de uma postura ético-profissional do Serviço Social, uma vez que, com a implementação deste modelo, acredita-se que o assistente social possa trabalhar também na perspectiva da gestão social, pois é nesta, que estão os melhores instrumentos para acompanhar todo o processo de implementação de projetos e programas sociais nas organizações sociais. Segundo Tenório (1997, p. 9), a gestão social permite trabalhar com um “conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo seu caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política”.

Acredita-se que os elementos que compõem a gestão social, são construídos a partir da ação racional substantiva, enfocada por Ramos (1987) e Serva (1997), na qual apontam-se:

- a) auto-realização: é a concretização do potencial inato do indivíduo, complementado pela satisfação;
- b) entendimento: são as ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediados pela comunicação livre, e que coordenam atividades comuns sob a ótica da responsabilidade e da satisfação sociais;
- c) julgamento ético: os atos são praticados em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado, etc.), que se estabelece por meio do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações;
- d) autenticidade: tem suas premissas na integridade, na honestidade e na franqueza dos indivíduos nas interações;
- e) valores emancipatórios: são valores que visam à mudança e ao

aperfeiçoamento do social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do compromisso dos indivíduos para com o contexto normativo do grupo; f) autonomia: é a condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações.

Percebe-se que a racionalidade substantiva é totalmente contrária à racionalidade instrumental, que está embasada em uma ação calculista, “orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis” Serva (1997, p.22). A razão instrumental, na opinião de Ramos (1987), é preponderante nas organizações produtivas, em função destas, edificarem totalmente suas ações em favor de uma sociedade centrada no mercado. O resultado desse processo de gestão administrativa implica, ainda, segundo o autor, a insegurança psicológica dos indivíduos, a degradação da qualidade de vida causada pela poluição, pelo mau uso dos recursos naturais do planeta, bem como por produzir uma teoria organizacional incapaz de criar espaços sociais gratificantes aos indivíduos.

Diante do exposto, nos dias atuais, pode-se afirmar que o grande desafio posto para o assistente social, no interior das organizações sociais está em redefinir seu exercício profissional. Ou seja, conseguir interligar ações de caráter executivo de projetos e programas sociais (sendo esta uma prática constante do seu exercício profissional) com as ações de um gestor social.

O trabalho do assistente social como gestor social implica inicialmente que ele reconheça os limites e as possibilidades que possui diante da sua atuação profissional. Os limites se concretizam diante de normas, leis, decretos, recursos financeiros, e pessoais e inclusive o próprio Código de Ética Profissional, que regulamenta as ações do assistente social. Enquanto as possibilidades, se consolidam dentro do próprio espaço organizacional, já que é neste espaço que se encontram as demandas postas à profissão.

Para conquistar mais possibilidades na organização, o assistente social deve fazer uma análise da demanda que se coloca para o seu cotidiano de trabalho. Essa análise se faz por meio do estudo do diagnóstico da realidade interna e externa à organização.

O diagnóstico da realidade é um instrumento técnico valioso para o assistente social. Ele pode sistematizar informações de caráter social, econômico, político e cultural da comunidade onde o está atuando. Corullón (2002) expõe que o objetivo principal de um diagnóstico é enumerar os elementos fundamentais que explicam uma determinada realidade para poder programar, a seguir, uma ação transformadora coerente e mais eficiente.

A autora aponta, ainda, um roteiro para se elaborar um diagnóstico, composto por cinco “momentos”, descritos a seguir.

Primeiro: Descrição: trata-se de descrever o que existe de concreto na comunidade no que se refere a ações sociais. Este momento descritivo se desenvolve de duas maneiras: 1) descrição do que existe: verificar os recursos existentes na comunidade (associações, infra-estrutura, fonte de riquezas, canais de comunicações, etc.); 2) descrição do que não existe: esta fase permite constatar quais são as carências e as necessidades da comunidade, os problemas existentes e as dificuldades que a população enfrenta.

Segundo: Percepção Social: é conhecer os valores, crenças e opiniões da comunidade sobre os fatos que cercam suas vidas. Quais os significados que as pessoas atribuem às questões sociais e como trabalham com as estas no seu dia-a-dia.

Terceiro: Explicação e interpretação: cabe neste momento investigar as causas, os condicionamentos e as estruturas da realidade. É importante recolher o máximo de informação possível sobre os diferentes fenômenos observados, questionando-os de forma incisiva, visando a extrair respostas que estão implícitas no bojo da dinâmica social de uma determinada comunidade.

Quarto: Alternativas: após a realização do mapeamento dos problemas, das necessidades e carências e as possíveis explicações, necessariamente devem-se apontar alternativas para modificar essa realidade encontrada. Mas, antes de propor saídas, é preciso fazer dois questionamentos: quais aspectos podem ser modificados? Quais as áreas possíveis de progredir?

Quinto: Ajustes: esta é a última etapa do diagnóstico. Tem como objetivo ordenar as informações recolhidas, conforme o estudo da realidade. Este ordenamento das informações se constitui em: 1) ordenar as necessidades, priorizando-as segundo sua importância, urgência e expectativas de êxito para sua solução; 2) ordenar as possibilidades, atendendo aos recursos disponíveis, em termos de consciência coletiva, de dificuldades das tarefas, etc.

O ato técnico de construir um diagnóstico da realidade leva o assistente social a descobrir e redescobrir informações pertinentes sobre o cenário político, econômico, social e cultural pelo qual suas ações estão centradas. Certamente, esse processo contribui para que ele elabore propostas condizentes com as necessidades da população demandatária por serviços sociais.

E é com vistas a este reconhecimento constante da realidade social, que se pode afirmar que um dos grandes papéis do assistente social para o futuro, no interior das organizações sociais, sejam elas públicas, sejam privadas ou públicas não estatais, é trabalhar com a gestão de projetos de ocupação pós-aposentadoria, a qual será discutida no próximo item.

2.5.1 A assistente social na gestão de projetos de ocupação pós-aposentadoria

O rápido crescimento do número de pessoas aposentadas é uma realidade eminente para todas as sociedades. Paralelo a essa transformação demográfica e social, há o decréscimo das taxas de natalidade. França (1999) alerta para o fato de a população

economicamente ativa brasileira (15 a 59 anos) não aumentar proporcionalmente em relação à população idosa (60 anos ou mais). Esta situação deixa os países, inclusive o Brasil, numa situação bastante preocupante, especialmente no que se refere à continuidade do crescimento econômico, pois o fato é que a sociedade estabelece para todos os indivíduos, independentemente de sua raça, crença ou posição social, períodos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. A figura 4 expõe melhor essa informação.

Idade: 0-18 anos	Idade: 18-30 anos	Idade: 30-50 anos	Idade: mais de 50 anos
Destinado à alfabetização	É o momento de preparação e o início da entrada para o mercado de trabalho	Este é marcado pela intensidade da vida produtiva	É o momento de retraimento das atividades produtivas. Os trabalhadores encaminham-se para a aposentadoria.

Figura n. 4 - Fonte: SOBRAL, Begnino, 1999⁵

O que se observa com este quadro é que boa parte da vida dos indivíduos está centrada no trabalho e/ou emprego, definida por Sobral (1999) como o “ciclo da vida” e reiterada pela sociedade contemporânea. Essa situação gera uma “massa de aposentados, em nossa sociedade, que não sabe o que fazer consigo mesmo, quando perde a condição de detentora de emprego.” (RAMOS, 1987, p. 169).

No entanto, as sociedades não conseguem criar soluções no que se refere a outras formas produtivas para os indivíduos que se encontram no limiar da aposentadoria, e muito menos para aqueles que já estão aposentados.

Muitas sociedades ainda não se deram conta do “exército” de pessoas aposentadas que estão formando, ou simplesmente não querem tomar conhecimento, já que esta situação implica um redirecionamento das organizações produtivas, e com mais ênfase no sistema previdenciário, como é o caso do Brasil. A verdade é que eles existem. Não são uma

⁵ Os períodos apontados pelo autor foram adaptados pela pesquisadora deste estudo a partir de outras referências teóricas que versam sobre o trabalho e o emprego nas sociedades centradas no mercado. Tais referências fazem parte do primeiro capítulo desta dissertação.

invenção numérica dos institutos estatísticos (IBGE e IPEA), são sujeitos concretos que ocupam da cada vez mais as praças, as ruas, os comércios, os bancos de praticamente todas as cidades brasileiras.

Alguns se denominam idosos e não se ressentem por isso. Outros não aceitam de forma alguma essa denominação, pois se consideram ainda com ampla capacidade de produzir e de conquistar cada vez mais espaços na sociedade. Então, se pergunta: que tipo de atividade eles poderão desempenhar, uma vez que a estimativa de vida tem chegado até os 75 anos, especialmente nos Estados do Sul do Brasil? Para os aposentados que querem e possuem condições físicas, uma das alternativas de trabalho está no desenvolvimento de atividades em setores onde existe uma maior flexibilidade e plasticidade na execução e no planejamento das atividades. “E aqui o trabalho pode exigir habilidades e concepção de tarefas exatamente potencializadas no sujeito com maior experiência profissional.” (SOBRAL, 1999, p.212).

Embora existam exemplos concretos de aposentados que estão desenvolvendo atividades ocupacionais que não estão atreladas ao mercado, Ramos (1987, p. 168) chama a atenção para o fato de que “a participação em cenários sociais que não sejam economias exige propensões psicológicas que, muito freqüentemente, muitos indivíduos deixam de desenvolver.” O motivo principal pelo qual essa situação ocorre é porque a vida humana está centrada no desenvolvimento de atividades produtivas calcadas exclusivamente para a obtenção de bens materiais, e não na satisfação pessoal e profissional.

Entende-se, assim, que as atividades ocupacionais que não possuem ênfase no mercado tendem a ser executadas a partir da flexibilidade, das habilidades pessoais e da experiência profissional. Estes elementos tendem a fortalecer a ocupação pós-aposentadoria, que tem como premissa básica o autodesenvolvimento e a emancipação do homem. A ocupação pós-aposentadoria já é uma realidade que vem sendo desenvolvida em espaços

produtivos alternativos à sociedade de mercado. São as organizações sociais que prestam serviços sociais públicos à comunidade em geral.

Diante disso, pode-se afirmar que projetos de ocupação pós-aposentadoria são uma demanda emergente para o Serviço Social fazendo, inclusive, com que o profissional assistente social possa contribuir para desmistificar alguns estereótipos criados pela sociedade ao longo dos anos, a respeito da pessoa aposentada (improdutiva, lenta, senil, etc.).

É a partir da intervenção do assistente social que se poderá estabelecer uma articulação entre a ocupação pós-aposentadoria com novos formatos produtivos, já que este é um dos profissionais que tradicionalmente mais atuam com este segmento social. Portanto, é sua obrigação perceber as mudanças na dinâmica social junto aos aposentados, exigindo, com isso, novos e audaciosos projetos sociais para essa demanda social.

Pensar em projetos de ocupação pós-aposentadoria implica necessariamente trabalhar a ocupação humana a partir de dois elementos: o autodesenvolvimento pessoal e profissional e a emancipação do homem diante das organizações produtivas.

No ato de autodesenvolver-se pessoalmente está implícita a idéia de crescimento de valores como a ética, o respeito à vida e a solidariedade nas relações sociais. O autodesenvolvimento profissional permite ao ser humano produzir produtos e serviços, visando ao bem-estar da sociedade, com respeito às diferenças entre os homens e principalmente respeitando os recursos naturais, tão escassos nos dias atuais. Acima de tudo, para os indivíduos que puderem se autodesenvolver profissionalmente, as ações realizadas por eles no seu cotidiano não serão representadas pelo sofrimento, pela angústia e pela insatisfação profissional, situações estas expressas pelos autores Dejours (2001), Forrester (1997), e Iamamoto (2001). Pelo contrário, serão ações que primam pela qualidade e pelo comprometimento com a vida humana.

Emancipar-se significa livrar-se de um sistema produtivo que impõe regras e valores calcados no mercado. O homem não pode estar ligado a um modo de produção que o transforme em um prisioneiro, que o aliene, não o deixando refletir sobre sua própria existência. Por isso, a emancipação deve priorizar a noção de liberdade, para que o ser humano possa escolher quais as atividades que mais lhe proporcionam satisfação e prazer no seu dia-a-dia profissional. Sem emancipação o trabalhador não cria, não inova. Sem inovação não há desenvolvimento. Não havendo desenvolvimento, não existem melhoras na qualidade de vida dos povos. Sem qualidade de vida, não há motivos para viver. O ser humano começa a não ver sentido na sua própria existência. E quando os indivíduos não vêem sentido em suas vidas, é porque a humanidade chegou ao seu limite; como afirma Frankl (1991, p. 10), esta é “uma expressão da miséria dos nossos tempos”.

Miséria, esta, expressa fundamentalmente devido à forma como os processos produtivos foram sendo incorporados na sociedade (competitividade, individualismo e, por fim, a automação em grande escala), que fizeram com que a vida do ser humano se transformasse em um vazio existencial. E para as pessoas que já estão aposentadas, esse vazio se torna ainda mais real, pois, nas palavras de Frankl (1991), todos os homens possuem uma vocação ou missão própria. Daí a necessidade de executar tarefas e/ou atividades ocupacionais que visem à realização pessoal e profissional.

Vários autores da área da Gerontologia corroboram a importância de os aposentados continuarem mantendo suas atividades profissionais (MORAGAS, 1991; RODRIGUES, 1999 e SALGADO, 1980). Termos como vida ativa, envelhecimento saudável e tempo livre são expressões usualmente trabalhadas por eles quanto à continuidade produtiva. Contudo, o que se defende nesse estudo é o termo ocupação pós-aposentadoria, que incorpora um novo sentido para a própria organização do trabalho na contemporaneidade, já discutido no primeiro capítulo.

Assim sendo, neste momento o Serviço Social propõe algumas atividades que podem ser incorporadas como de ocupação pós-aposentadoria⁶. Vale lembrar que muitas delas já vêm sendo realizadas pelos aposentados, especialmente por aqueles que se encontram inseridos em grupos de terceira idade, tendo como gestor principal as Secretarias de Desenvolvimento Social e Familiar de muitos municípios brasileiros. Mas poucas têm conseguido trabalhar na perspectiva da ocupação pós-aposentadoria, regida pelos elementos: autodesenvolvimento e emancipação deste segmento social, faz parte dos pressupostos teóricos e metodológicos quanto ao planejamento e à execução das atividades existentes nesses grupos. Nesse sentido, citam-se a seguir atividades tidas como ocupacionais.

- a) Atividades ocupacionais de desenvolvimento psíquico: têm como objetivo a auto-realização, a criatividade e a expressividade de idéia que envolvam atividades pautadas em belas-artes como pintura, desenho, escultura, artesanato, fotografia, restauração de móveis, livros, etc. Enfim, atividades manuais em geral.
- b) Atividades ocupacionais de desenvolvimento social: implicam o desenvolvimento das relações em grupo. Devem proporcionar também a satisfação das necessidades de associação e de fortalecimento da vida comunitária. Estas relações sociais devem ser fontes de equilíbrio pessoal, de identificação social e desenvolvimento de atitudes em relação ao próprio ambiente social em que o idoso se encontra. As formas de comunicação neste processo de desenvolvimento social precisam ser efetivadas pela transparência das informações, tendo sempre a solidariedade social como um valor que rege esse processo comunicativo.

A estrutura organizacional deve ser informal, com regras e normas que primem pelo desenvolvimento e respeito às culturas existentes na comunidade local, para que todos os membros se identifiquem com o grupo que estão freqüentando. Este tipo de atividade

⁶ Estas atividades têm como referência os estudos de Moragas (1991). Porém, para fins deste trabalho, a pesquisadora adaptou as atividades de ocupação pós-aposentadoria de acordo com a temática aqui exposta.

pode ser trabalhado em associações, clubes, centros recreativos, grupos de idosos, grupos de intercâmbios e grupos familiares.

- c) Atividades ocupacionais de desenvolvimento recreativo: o lazer e o descanso são elementos importantes para manter o equilíbrio psicológico de todos os seres humanos. Por isso, as atividades recreativas para as pessoas aposentadas devem ser vistas como uma continuidade para o seu desenvolvimento pessoal e até profissional. Não podem estar atreladas a tarefas rotineiras e impostas, mas sim devem absorver os próprios interesses deste segmento social. Assim, a tarefa de torná-los co-espectadores e formuladores de atividades artísticas é tão importante quanto fazer parte de tais atividades. Citam-se como exemplos destas atividades: cinema, teatro, música, danças, jogos, viagens, participação em grupos de literatura, etc.

Na verdade, a recreação é algo individual. As atividades recreativas possuem um significado subjetivo para cada pessoa. Daí a importância de elas, não serem impostas pela família, nem pela organização social na qual as pessoas aposentadas estão inseridas. Elas devem, acima de tudo, ser despertadas pelo profissional que está atuando com elas, fazendo com que os aposentados percebam a importância de uma determinada recreação para a sua realização individual e coletiva.

- d) Atividades ocupacionais de desenvolvimento físico: são efetivamente todas as atividades consideradas esportivas. Devem ter como objetivo a manutenção da forma física, de acordo com as potencialidades físico-biológicas de cada um. Estas atividades devem elevar a auto-estima dos aposentados diante das transformações biológicas pelas quais o corpo humano passa, fazendo com que percebam que tais transformações fazem parte do curso natural da vida, promovendo com isso o respeito a sua própria existência.

As atividades esportivas podem ser tanto individuais como coletivas e necessitam ser trabalhadas dentro de uma lógica de satisfação e de fortalecimento das relações sociais, de

filiações e de identificação com os outros sujeitos. São várias as atividades deste caráter: ginástica, natação, caminhadas, ciclismo e atividades com bola (sempre respeitando os limites e as possibilidades físicas de cada um), etc.

Os exercícios físicos são cada vez mais recomendados pelos médicos, pois promovem o aumento da expectativa de vida, aliado com uma boa qualidade de vida.

- e) Atividades ocupacionais de desenvolvimento educacional e cultural: durante muito tempo, especialmente nas sociedades ocidentais, preconizou-se que os indivíduos tinham um tempo pré-fixado para adquirirem conhecimentos. Este tempo se esgotava quando as pessoas completavam 50 anos de idade. No entanto, as profundas alterações demográficas fizeram com que muitos povos começassem a rever tal postura.

O desenvolvimento educacional e cultural é um dos elementos mais importantes para a ocupação pós-aposentadoria. Ocupação, esta, que contribua para se construir espaços alternativos de produção econômica para a sociedade contemporânea.

A ocupação que trabalha na perspectiva do desenvolvimento educacional e cultural pode ser expressa no aprofundamento e desenvolvimento intelectual ou na aquisição de novos conhecimentos que visem à formação individual e social. Ela pode ser composta desde a alfabetização de pessoas aposentadas, com escolas e equipe técnica especializada para essa demanda, até a atividade voltada para os aposentados que queiram aperfeiçoar seus conhecimentos, participando das assim chamadas “Universidades da Terceira Idade”. Cursos de especialização, seminários, conferências e participação em grupos de estudos e pesquisas acadêmicas em nível de pós-graduação também fazem parte da ocupação pós-aposentadoria.

- f) Atividades ocupacionais de desenvolvimento do meio ambiente: são visíveis as transformações que estão ocorrendo com o meio ambiente. Muitos aposentados falam com um certo saudosismo das paisagens e dos recursos naturais que desfrutaram quando

jovens, e que hoje estão cada vez mais escassos. O contato e a apreciação com o meio ambiente devem, necessariamente, fazer com que os aposentados consigam participar de forma ativa e consciente em defesa do ecossistema existente, estabelecendo uma relação entre o ser humano com o meio em que vive tendo, além disso, uma atitude positiva e de solidariedade social com as gerações que virão e poderão não conseguir mais fazer uso de um ar mais limpo, de águas potáveis, de florestas com diversidade biológica, etc.

As ações ocupacionais dos aposentados que promovam o desenvolvimento do meio ambiente precisam estar atreladas aos conhecimentos adquiridos por eles ao longo de suas vidas. Podem-se dar como exemplos: cursos, palestras, seminários e outros eventos proferidos por eles, nos quais repassarão seus conhecimentos na área da saúde alternativa, chás medicinais, pomadas feitas com ervas, etc. Nas áreas de jardinagem e comercialização de hortaliças podem expor, também, sobre as formas tradicionais de conservação e reprodução de flores. Já os canteiros com legumes e verduras podem servir de fonte de alimentos para muitas famílias carentes ou até para grupos da terceira idade, creches comunitárias, etc., da comunidade que vivem. O fator mais importante é saber aliar os conhecimentos técnicos e científicos das áreas das Ciências Humanas e Agrárias (Biologia, Agronomia, etc.) com a sabedoria e a experiência profissional e de vida que possuem a respeito dos recursos naturais dos quais fizeram uso ao longo de suas vidas.

- g) Atividades ocupacionais de desenvolvimento ideopolítico: este é outro elemento de grande importância para a ocupação pós-aposentadoria. Tem como objetivo principal a manutenção e o desenvolvimento do bem comum, a partir de uma organização econômica e social que envolva as diversas organizações sociais, formadas pelo movimento político da sociedade civil e a esfera estatal. Trata-se, na verdade, de uma luta política que implique a garantia da manutenção de espaços democráticos, que visem ao

desenvolvimento da cidadania e respeitem os direitos sociais de todos os indivíduos. Tal luta se faz pela participação em partidos políticos, ocupando diversos postos e uma ação política por meio de grupos de pressão junto aos representantes políticos, da esferas federal, estadual ou municipal. Exemplos: acompanhar o processo de aprovação de leis que visem ao bem-estar da sociedade, apurar os processos de desvio de verbas públicas, fiscalizar se os órgãos públicos cumprem com seus deveres, etc.

- h) Atividades ocupacionais de desenvolvimento social e comunitário: esta é, sem dúvida, a atividade ocupacional que mais tem crescido nos últimos tempos, além de ser considerada de grande importância para muitas organizações sociais que prestam serviços sociais públicos à comunidade em geral.

As pessoas aposentadas que dedicam parte de suas vidas para atividades sociais buscam de forma incansável a satisfação das necessidades básicas, da ajuda mútua, da colaboração social em prol de uma comunidade. Estas pessoas possuem uma consciência ética individual que as fazem caminhar à procura de uma vida melhor e mais digna aos beneficiários que atendem. Não aceitam com naturalidade as desigualdades sociais. É, por meio de seus conhecimentos, sejam eles lapidados por um curso superior, sejam, simplesmente, lapidados pela experiência de vida que possuem, lutam diariamente para que a vida de muitas pessoas tenha um novo sentido. A satisfação de poder contribuir com um mundo com menos injustiças e com mais oportunidades é o que move estas pessoas. As áreas de atuação, preferencialmente, são as da educação, da saúde e de serviço social. Atendem famílias, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, enfim, atendem todos os indivíduos que necessitem de apoio e de oportunidades para se desenvolverem.

Geralmente as pessoas aposentadas que desenvolvem atividades ocupacionais na área social estão atrelados a organizações sociais, públicas ou privadas; estas últimas se denominam sem fins lucrativos. O vínculo com a organização pode ser de caráter voluntário

(com o contrato de trabalho voluntário) ou por emprego (contrato formal de trabalho). Vale lembrar que tais atividades existem muito antes da intervenção do Estado na área social; somente no final da década de 90 é que houve uma explosão de iniciativas voluntárias em todo o Brasil, a partir do programa social “Comunidade Solidária”, ocorrido durante o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002). Muitas são as críticas feitas por estudiosos da área social a respeito desse programa social. Eles alegam que o paternalismo, o clientelismo e a seletividade extrema dos projetos sociais aumentaram as mazelas de pobreza em nosso país.⁷

A inserção de pessoas aposentadas em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade torna-se a cada dia uma realidade palpável aos olhos de toda a sociedade. Por isso, o Serviço Social necessita urgentemente rever seus posicionamentos em relação a essa demanda que se coloca para a profissão. Ou seja, cabe ao profissional assistente social aliar a gestão de projetos sociais que visem à ocupação pós-aposentadoria com os novos formatos organizacionais existentes na sociedade. Este processo exige dele, um reordenamento técnico, político e ético no que tange à gestão de projetos sociais.

Ao se pensar a gestão de projetos sociais, esta deve ser feita a partir de um enfoque estratégico, pois tais projetos na opinião de Kliksberg (1999), se efetivam em função das profundas mudanças que envolvem as ações na área social. Ou seja, no passado os programas e projetos sociais limitavam-se a ser gerenciados dentro de um enfoque paternalista e clientelista. Mesmo com o apoio de técnicos contratados pelo Estado, a intervenção de alguns grupos políticos e econômicos na construção e execução de políticas públicas para o Brasil favoreceu a criação de uma imagem negativa dos projetos sociais. Estes não eram eficientes, nem eficazes. Não contribuíam para que houvesse mudanças na vida dos cidadãos brasileiros.

⁷ Para ver mais detalhes consultar as produções feitas pelos autores Arecht (2000), Cohn (1994) Fleury (1994) Raiquiles (1998) e outros, uma vez que esse assunto foge do tema em estudo.

Este mesmo autor diz que, atualmente, a gestão de projetos sociais ganhou um novo status. A sociedade civil, pressionando por meio de muitas organizações sociais brasileiras e de organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, BID, etc.), defende a idéia de que o tipo de gerência social deve obter eficiência na construção e na implementação de políticas sociais, e na gestão de programas sociais. Além disso, a gestão de projetos sociais precisa estar atenta às complexidades que existem no campo social, estabelecendo propostas e alcançando metas nessa área. Alcançando metas não é nada fácil, principalmente porque há uma imprevisibilidade dos problemas sociais, em função das correlações políticas e lutas pelo poder entre algumas elites políticas e econômicas. Essas situações obrigam o gestor social a se readaptar cotidianamente, comprometendo consideravelmente o resultado do seu trabalho.

Entende-se, diante disso, que o assistente social pode vir a ser um dos profissionais a assumir funções que exijam o cargo de gerência social devido ao fato de sua formação técnica e política ser compatível com esta área Kliksberg (1999) e Nogueira (1998) apontam o perfil de um gerente para um programa social:

- formação específica para atuar nessa área;
- a gerência deve ser constituída por pessoas capacitadas para lidar com a imprevisibilidade e a variabilidade da prática da gestão social;
- a gerência no campo social deve saber lidar com ações de caráter adaptativo, pronta para atuar em todos os processos de mudança que a realidade projeta. o gerente adaptativo deve pensar os problemas a partir de um enfoque múltiplo, ou seja, o pensamento do gerente social deve ser multicenário;
- o gerente social deve ter sensibilidade para lidar com o movimento da comunidade;
- deve ser um profissional articulado;
- negociar é a palavra-chave para o gestor social. portanto, ser negociador é uma boa saída para o enfrentamento das questões sociais;

- deve saber pesquisar, planejar, executar e avaliar ações de forma estratégica;
- deve saber pensar a crise, os movimentos da economia, da cultura e da economia política;
- deve ser ágil, inteligente e centrado nas pessoas e nos resultados;
- deve ser sensível para uma política social para compreender as demandas do estado e da sociedade.

Pode-se afirmar que um dos grandes desafios para o assistente social, à frente da gestão social está na flexibilidade que deve obter diante dessas situações, interpretando a realidade e adaptando-se aos fatos não previsíveis diante da rigidez burocrática, especialmente das estruturais estatais. Outro desafio diz respeito à inter-relação em nível macro dos problemas sociais e a coordenação interinstitucional de projetos sociais, tanto nas esferas governamentais como nas não-governamentais, uma vez que a tendência internacional pressupõe que o gerenciamento social deva estar pautado em ações sistemáticas e altamente planejadas, sempre enfocando as especificidades das questões sociais com as particularidades da gerência social.

Ou seja, cabe ao assistente social como um gestor de projetos sociais - citando-se, então, como um dos exemplos, projetos de ocupação pós-aposentadoria - ser um gestor social qualificado teórica e tecnicamente na totalidade dos elementos que contribuem para o aprofundamento das questões sociais. Deve ser um gestor social com compromisso ético, que respeite a vida humana, bem como ser capacitado politicamente, com amplo poder de articulação entre os diferentes atores sociais. É fundamental que esse poder de articulação contribua com propostas que promovam verdadeiramente profundas transformações na vida dos cidadãos brasileiros.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se que, para realizar uma investigação de uma dada realidade, é necessário escolher e utilizar procedimentos metodológicos que estabeleçam o caminho do pensamento e da prática. A metodologia envolve um conjunto de técnicas e concepções teóricas, bem como o “sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p. 16).

Assim, reportando-se à formulação do problema, seus objetivos gerais e específicos, como também os referenciais teórico e empírico já tratados, com os quais se norteia a presente dissertação, apresentam-se a seguir, organizados em três etapas, os procedimentos metodológicos utilizados para a sua consecução.

A primeira etapa descreve a caracterização da pesquisa, na qual se apresentam os aspectos pertinentes à natureza da pesquisa, as técnicas e os métodos adotados na coleta de dados e a análise dos dados obtidos. A segunda etapa contempla a trajetória da pesquisa, definindo os passos percorridos durante e para a realização da pesquisa. Na terceira e última etapa definem-se os limites da pesquisa empírica.

3.1 DA NATUREZA DA PESQUISA

A abordagem técnica que será utilizada é de natureza quali-quantitativa, pois também foi empregado instrumental estatístico na análise dos dados da pesquisa empírica. Na opinião de Chizzotti (1995, p. 69) a análise quantitativa é orientada por elementos estatísticos, mostrando “a relação entre variáveis por gráficos, classificados por categorias da pesquisa”. A parte qualitativa envolveu a obtenção de dados descritivos sobre lugares, pessoas e processos interativos pelo contado direto da pesquisadora com a situação estudada,

procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo GODOY (1995).

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser um tipo de abordagem que parte do pressuposto de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito entrevistado, há “uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

A pesquisa qualitativa busca compreender profundamente os fenômenos sociais a partir de pressupostos teóricos subjetivos da ação social, quando é impossível para a estatística pura lidar com estes fenômenos a partir de questionários e números já padronizados. Minayo (1996) a compreende como uma articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

Portanto, a descrição da pesquisa qualitativa, para Goldemberg (1999, p.50), pode estar “[...] relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a ‘descrição densa’ dos fenômenos estudados em seus contextos e não à expressividade numérica”.

A autora salienta, ainda, que os dados qualitativos permitem ao pesquisador ter flexibilidade, criatividade, intuição, experiência e sensibilidade para analisá-los, já que não dispõe de padrões e regras rígidas para seguir. A pesquisa qualitativa, segundo Silva (2000, p. 20), “é uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissolúvel entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Quanto ao seu caráter científico, no que se refere à representação numérica dos sujeitos entrevistados, em uma pesquisa qualitativa procura-se especialmente compreender profundamente os fenômenos sociais a partir de pressupostos teóricos subjetivos da ação social. Outras considerações a respeito da amostragem da pesquisa são discutidas por Minayo (1996), que afirma que a quantidade não é o mais importante em uma pesquisa qualitativa, mas sim a profundidade e a qualidade com que os seus elementos serão avaliados.

Todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas. Daí a possibilidade de se exercer na análise da prática social, o

efeito de universalização e de particularização, na medida em que eles se homogeneizam, distinguindo-se dos outros. (MINAYO, 1996, p. 111).

A pesquisa qualitativa deve possuir as seguintes características, segundo Triviños (1987): ter o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; ser descritiva; os pesquisadores preocupam-se mais com o processo de investigação e não tanto com os resultados e os produtos; avaliar os dados indutivamente e, por fim, a pesquisa deve ser feita mais com uma preocupação de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados, correlacionando-os com os diversos meios culturais existentes na sociedade.

3.1.1 As técnicas e os métodos adotados na coleta de dados

A pesquisa de caráter quali-quantitativo utilizada neste estudo visa a inter-relacionar os dados obtidos na pesquisa de campo, por meio de gráficos, com a fundamentação teórica já elaborada pela pesquisadora. Este processo contribuiu para que o resultado final deste estudo não tivesse um tratamento analítico a partir de visões isoladas, parceladas e estanques. A análise quantitativa “permite propor uma explicação do conjunto de dados reunidos a partir de uma conceitualização da realidade percebida ou observada”. (CHIZZOTTI, 1995, p.69). Por isso, a perspectiva qualitativa foi de extrema importância neste estudo, uma vez que, na opinião de Triviños (1987), deve ser desenvolvida a partir de uma interação dinâmica com a realidade a ser pesquisada, visando a sua retroalimentação e reformulando-a sempre que surgirem novas informações.

A pesquisa foi trabalhada percorrendo os seguintes passos:

- a) **abordagem teórico-documental** adotou-se o método histórico-interpretativo para analisar as categorias centrais que norteiam esta pesquisa: trabalho, emprego, ocupação e organizações sociais. Tais categorias visam a resgatar o tema na literatura pertinente, sendo contextualizadas a partir da construção do referencial teórico. Esta abordagem

utilizou-se principalmente de livros e artigos científicos. Na opinião de Minayo (1996), trata-se de um passo fundamental para o pesquisador compreender de forma ampla a pesquisa, para dar conta do “estado” do conhecimento atual sobre o assunto;

- b) **levantamento dos estudos já realizados** sobre a temática na região que compõe o universo da pesquisa (Grande Florianópolis) por meio de documentos, registros e outros projetos de pesquisa, visando a ampliar os dados secundários. Utilizou-se, também, a pesquisa via internet junto as principais universidades brasileiras, que possuem o curso de Pós-Graduação em Serviço Social, já consolidadas e com amplo respeito junto ao meio acadêmico (PUC – Porto Alegre, PUC-Curitiba, PUC-São Paulo e Universidades Federais do Rio de Janeiro e Minas Gerais);
- c) **levantamento das organizações que se enquadram no perfil da pesquisa**, ou seja, aquelas que prestam serviços públicos à comunidade em geral e cuja equipe inclua, como membros ativos, aposentados envolvidos ou na direção/gestão, ou na formulação ou execução de programas e projetos sociais de sua competência.

A coleta de dados utilizou outros instrumentos para desvendar informações mais complexas a respeito da realidade estudada, além de proporcionar uma visão mais abrangente e aprofundada do tema da ocupação humana, que tem como objeto de estudo a ocupação pós-aposentadoria. Para isso, adotaram-se como técnicas de investigação: os questionários, as entrevistas semi-estruturadas e a observação participante, conforme apresentado a seguir.

1º MOMENTO

- Questionário: “constitui-se como uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais” (GIL, 1994, p.124). Esta técnica de obtenção de dados é composta por um determinado número de questões apresentadas por escrito aos sujeitos de pesquisa e tem como principal objetivo conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas por eles, entre outras

questões. Chizzotti, 1995, p. 55) entende o questionário como “um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e seqüencialmente dispostas em itens que constituem o tema de pesquisa [...]. Encaminhou-se o questionário para ser respondido por um aposentado de cada organização selecionada, totalizando 19 entidades. A maioria das perguntas contidas neste instrumento de coleta de dados foram do tipo fechadas, visando a facilitar a tabulação de dados. Apenas duas questões foram abertas, possibilitando um estudo exploratório destas organizações sociais, com vistas a atender aos objetivos propostos neste estudo.

2º MOMENTO

- Entrevistas semi-estruturadas: esta técnica também se caracteriza como um dos principais meios que o pesquisador pode utilizar para coletar os dados. A entrevista semi-estruturada parte de questionamentos básicos, apoiados na fundamentação teórica que delineou o projeto de pesquisa, pois este processo, segundo Triviños (1987), oferece a possibilidade de uma ampliação das questões a serem propostas, desencadeando novas hipóteses à medida que o pesquisado vai disponibilizando as informações.

A entrevista semi-estruturada tem como objetivo aprofundar as informações coletadas com a aplicação do questionário, no sentido de desvendar todas as perspectivas possíveis para o problema de pesquisa proposto nesse estudo. A entrevista semi-estruturada, neste caso, deve se valer da espontaneidade dos sujeitos de pesquisa, oferecendo ao pesquisador informações que venham a enriquecer a investigação. Essa técnica é importante, na opinião de Triviniões (1987, p. 146), porque “desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração o conteúdo da pesquisa.”

Sendo assim, as entrevistas semi-estruturadas foram compostas por perguntas explicativas ou causais, que têm por “objetivo determinar razões imediatas ou mediatas”

(TRIVINÕS, 1987, p.150) sobre o significado do trabalho dos aposentados no interior das organizações sociais e suas formas de atuação ocupacional. Tais questões foram estruturadas a partir dos objetivos propostos para este estudo. As entrevistas foram aplicadas com 10 aposentados que atendem aos critérios mencionados no item anterior. Para a aplicação das entrevistas, foi estabelecido um contato prévio com eles, para agendar o dia, a hora e o local da entrevistas.

➤ Observação participante: esta técnica foi conjugada com as entrevistas semi-estruturadas, aplicadas com os aposentados. Na observação participante o pesquisador mantém um contato direto como o fenômeno observado, “para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e de seus pontos de vista”. (CHIZZOTTI, 1995, p. 90). Na observação participante capta-se “uma variedade de situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas [...]” (FERREIRA, 1994, p. 59-60). Porém, o ato de observar requer um olhar aguçado capaz de captar todo um conjunto de objetos, pessoas, situações, etc., que venham ao encontro do tema a ser pesquisado.

A observação participante nesta pesquisa utilizou anotações de campo, que são de natureza descritiva e cuja característica principal é enfatizar a observação dos fenômenos (comportamentos, ações, atitudes, palavras, etc.) que envolvem os sujeitos da pesquisa.

3.1.2 Da análise dos dados

Como a opção foi desenvolver uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, as técnicas empregadas foram a aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas para facilitar a tabulação de dados, a observação-participante e a entrevista semi-estruturada. A interpretação dos resultados obtidos permitiu a interlocução das informações reunidas na pesquisa. Este processo, na opinião de Triviños (1987, p. 170), serve “para o levantamento de novas hipóteses e nova busca de dados.”

Assim sendo, a análise dos dados coletados na pesquisa foi feita a partir de um estudo exploratório a respeito do tema **a ocupação pós-aposentadoria**. Esta forma de análise é primordial para esclarecer, entender e modificar idéias e conceitos vistos nas abordagens teóricas. Gil (1994, p. 45) considera que as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Ainda, o estudo exploratório permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema; Triviños (1987) argumenta que este estudo pode auxiliar o pesquisador a delimitar ou manejar, com mais segurança, uma teoria que possui elementos reflexivos demasiadamente amplos, em relação aos objetivos propostos na pesquisa. A sua cientificidade deve ser levada em conta, por isso o pesquisador que adotar essa forma de estudo não pode se eximir de realizar a revisão de literatura, as entrevistas e de empregar questionários, etc.

Para a análise dos dados coletados neste trabalho, também foram utilizados estudos descritivos. A descrição, neste caso, abordou as informações obtidas através da observação durante o processo de operacionalização das entrevistas e da observação participante, na qual enfocou como os sujeitos da pesquisa percebem sua ocupação nas organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade e qual o sentido que dão para as atividades que desenvolvem. Analisou-se, também como se processa sua atuação ocupacional em seu cotidiano (tipos de ocupação, os valores ético-políticos que conduzem suas ações e as condições organizacionais de sua ocupação).

Este tipo de estudo se faz necessário na pesquisa qualitativa, pois descreve todos os fatos apontados pelos pesquisados tais como serão coletados. A descrição dos fenômenos permite registrar a realidade tal como ela se mostra para o entrevistado. O alcance da pesquisa descritiva, segundo Best (apud Marconi e Lakatos, 1999, p.19), é estabelecido pelo fato de esta abordar aspectos relativos a descrição, registro, análise e interpretação de

fenômenos atuais, objetivando seu funcionamento no presente. “O estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 110).

Esta pesquisa adotou também uma perspectiva diacrônica, que apresenta a importante característica de analisar a evolução histórica dos fenômenos culturais, econômicos e sociais que envolveram os sujeitos da pesquisa. Assim sendo, foi abordado o processo evolutivo de como o sujeito entrevistado construiu sua vida laborativa e como ele vem redefinindo-a, após a sua situação de aposentado, no interior das organizações sociais da Grande Florianópolis que prestam serviços públicos à comunidade.

3.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A elaboração desta dissertação se deu com o desenvolvimento de providências e tarefas que exigiram da pesquisadora um envolvimento diário na busca dos resultados almejados. Para a realização de tais tarefas, este trabalho, de forma geral, foi dividido em dois grandes momentos – a pesquisa teórico-documental e a pesquisa empírica –, que não ocorreram de maneira linear, mas sim concomitantemente, devido à complexidade da temática proposta, bem como das várias considerações e concepções presentes com o desenvolvimento do trabalho.

3.2.1 A pesquisa teórico- documental

A pesquisa bibliográfica e documental resultou da contextualização da temática e do referencial teórico que fundamentou a dissertação, os quais foram apresentados em dois capítulos distintos.

No primeiro capítulo consta a temática e a problemática concernente ao assunto, no qual se descreve que o trabalho ao longo da história da humanidade, especialmente nos últimos

300 anos, com o advento da Revolução Industrial, foi construído apenas para atender às exigências do capital. Assim, o trabalho na sociedade contemporânea transformou-se em emprego, moldando a vida dos indivíduos a partir das leis do mercado capitalista.

O segundo capítulo, que trata da fundamentação teórica, seguiu passos semelhantes ao do capítulo anterior. Ou seja, se utilizou recursos científicos tradicionais, inter-relacionando os dados e a literatura obtidos por intermédio das demais fontes de informação, visando a assegurar a atualidade e a objetividade, tão importantes neste estudo. Nesse capítulo, se iniciou o resgate teórico das categorias centrais que norteiam o tema proposto, desenvolvido em três sessões.

Na primeira sessão apresentou-se a evolução do trabalho, emprego e da ocupação sob uma abordagem histórica. Os autores consultados foram: Heller (1986); Oliveira (1987); Marx (1989); Polanyi (1980); Finley (1980); Huberman (1981); Capra (1982); Ramos (1989); Frankl (1991 e 1998); Mattoso (1995); Rifkin (1995); Bridges (1995); Santos (1995); Harman e Hormann (1997); Forrester (1997); Menegasso (1998) e Menegasso e Salm (1995); Bauman (1998); Frias (1999); França (1999); De Masi (2000); Hirschman (2000); Drucker (2001); Arendt (2001); Dejours (2001) e Yamamoto (2001).

Na segunda sessão foram apresentadas as políticas públicas gerontológicas no novo milênio. O estudo dessas questões teve como base os autores: Aristóteles (1985); Draibe (1988); Draibe e Henrique (1998); Bobbio (1992); Maquiavel (1993); Fleury (1994); Dye (1995); Esping-Andersen (1995); Weber (1996); Fonseca (1997); Pereira (1999); Raiqueles (1999); Souza (1999); Barroso (1999); Mendonça (1999); Peppe (1999); Arecht (2000); Kameyama [2001?]; Rodrigues (2000); Nogueira (2001); Seiffert (2001) e Arendt (2001). Utilizou-se os relatórios do Banco Mundial (1997), da Organização Internacional do Trabalho –OIT (1992) e o “Plan de acción internacional de Viena sobre el envejecimiento” (1982).

Na terceira e última sessão, que contemplou a fundamentação teórica, apresentam-se os espaços de ocupação para aposentados, os quais são formados pelas organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade da Grande Florianópolis.

Aqui foram estudados os conceitos e formatos das organizações sociais (privadas, públicas estatais e públicas não estatais). Os autores que fundamentaram esta sessão foram: Benn (1964); Parsons (1974); Merton (1978); Weber (1978); Cabanellas (1981); Lapassade (1982); Ramos (1989); Bobbio (1998); Frankl (1991); Moragas (1991); Kliksberg (1994); Sandroni (1994 e 1996); Tenório (1997); Iamamoto (1997 e 2001); Serva (1997), Nogueira (1998); França (1999); Rodrigues (2000); Menegasso (2001); Arecht (1995); Fleury (1994); Draibe (1988); Esping-Andersen (1991 e 1995); Giddens (1996); Grahan (1994); Landim (1993); Salamon (1998); Sarmiento (2000); Drucker (2001) e Corullón (2002).

As categorias que foram trabalhadas nesta dissertação foram: o trabalho, o emprego, a ocupação e organização social. Tais categorias foram imprescindíveis para fundamentar a pesquisa de campo, uma vez que delinearão um caminho seguro para a construção dos instrumentos de coleta de dados, facilitando, assim, a captação de informações a serem sistematizadas neste estudo.

3.2.2 A pesquisa empírica

A busca de quais as atividades desenvolvidas pelos aposentados nas organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade e pertencem à Grande Florianópolis, visando a desvelar o sentido que eles dão às atividades que desempenham no seu interior, bem como, perceber como se estabelece a relação profissional entre elas e a assistente social da organização a qual estão inseridos levou à realização da pesquisa de campo, cujo detalhamento sobre os procedimentos adotados vem a seguir.

3.2.2.1 O período de levantamento da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de fevereiro, março e abril de 2003, por meio de questionário específico que foi respondido pelos sujeitos da pesquisa, completada por visitas da pesquisadora às organizações e aos respectivos participantes, para fazer a observação participante e a entrevista semi-estruturada dos fatos que o estudo apresenta.

3.2.2.2 Condições gerais da pesquisa

A proposta desta pesquisa foi levantar quais as atividades que as pessoas aposentadas desenvolvem nas organizações sociais que prestam serviços públicos na Grande Florianópolis, identificando o significado atribuído à atividade que realizam, bem como, perceber como se estabelece a relação profissional entre elas e a assistente social da organização a qual estão inseridos. Para tanto, foi necessário realizar um levantamento das organizações que se enquadram no perfil da pesquisa, permitindo, com isso, obter respostas à questão de pesquisa e ao objetivo geral deste estudo.

3.2.2.3 Contextualização do universo e dos sujeitos da pesquisa

As organizações sociais da Grande Florianópolis, que prestam serviços sociais públicos à comunidade em geral e que possuem em seu interior pessoas aposentadas desenvolvendo atividades ocupacionais compõem o universo desta pesquisa. Estas organizações estão cadastradas no Portal Social (www.portalsocial.ufsc.br). Este é um instrumento de coleta de dados disposto e organizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Organizações e Gestão em Políticas Sociais (Gerasol – UFSC).

Este grupo de estudo é coordenado pela Professora Dra. Maria Ester Menegasso, professora titular do departamento de Serviço Social da UFSC e dos cursos de Mestrado em Serviço Social e Mestrado e Doutorado em Engenharia de Produção desta instituição de

ensino superior. O grupo de estudo Gerasol é composto por professores e alunos de pós-graduação e graduação dos referidos cursos, além de alunos e professores de Administração e Ciências Contábeis desta mesma universidade.

O grupo de estudo Gerasol enfatiza em seus trabalhos uma das linhas de pesquisa do Mestrado em Serviço Social (Estado, Políticas Sociais e Sociedade Civil). Os estudos realizados por este grupo visam a aprofundar a reflexão sobre o Estado capitalista, as relações entre Estado e sociedade civil e a configuração das políticas públicas na contemporaneidade. Compreendem ainda o estudo das conexões existentes entre as políticas sociais e os processos de trabalho, as novas formas de gestão e a prestação de serviços sociais.

No levantamento das organizações sociais junto ao Portal Social foram identificadas 166 entidades cadastradas nesse sistema. A partir deste levantamento inicial, selecionaram-se apenas as instituições em que há aposentados desenvolvendo atividades que se caracterizam como ocupacionais, chegando a um total de 54 organizações. Após uma segunda seleção, obteve-se um total de 19 organizações para a pesquisa. Estas, por sua vez, foram selecionadas porque atenderam aos seguintes critérios:

- tempo de fundação: mais de cinco anos;
- organização que já teve ou, preferencialmente, que tenha um profissional do serviço social atuando;
- prestar atendimento na área de serviços sociais públicos à comunidade em geral;
- possuir pessoas aposentadas atuando na organização. sua atuação deve ser por meio da participação como um dos membros da diretoria ou na gestão da entidade, ou na elaboração e na execução de programas e projetos, e outras atividades operacionais que lidem diretamente com os usuários beneficiários;

- a participação das pessoas aposentadas pode ser tanto por meio de vínculo empregatício formal (via contrato formal de trabalho) como de forma voluntária, desde que sua atuação esteja legalizada por meio do contrato de prestação de serviço voluntário;
- a organização deve pertencer à grande Florianópolis.

Nesse sentido, o universo da pesquisa ficou assim delimitado:

QUANTIDADE	TIPOLOGIA
2	Organizações confessionais de cunho religioso
13	Independentes (associações, fundações, institutos, ONGs, organizações sem fins lucrativos)
4	Órgãos governamentais (Municipal/Estadual e Federal)

Figura n. 5 - Organizações Pesquisadas

Quanto aos sujeitos da pesquisa, estes foram representados por um aposentado de cada organização selecionada, totalizando 19 pessoas. Após análise das informações obtidas por meio de um questionário, o grupo inicial foi reduzido para dez aposentados, que prestaram informações mais detalhadas a respeito da problemática apontada pelo tema, por meio de entrevistas semi-estruturadas e pela observação participante. Os sujeitos de pesquisa a serem entrevistados devem estar constantemente envolvidos com as atividades da organização da qual participam, além de contemplarem os seguintes critérios:

- dedicar quatro horas semanais ou mais aos programas e projetos que a organização desenvolve;
- ter renda própria via aposentadoria ou pensão;
- a atividade que desenvolvem atualmente deve ter sido escolhida por opção própria e que venha a satisfazer suas necessidades pessoais, sociais, políticas e culturais;
- estar desenvolvendo a atividade há mais de um ano.

No caso desta pesquisa, percebe-se que a **amostra** para a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, ou seja, o questionário, a entrevista semi-estruturada e a observação

participante, **foi não-probabilística, do tipo intencional**, uma vez que os sujeitos escolhidos para a aplicação de tais instrumentos foram selecionados por determinados critérios, conforme salienta Richardson (1995), bem como sua seleção se efetivou por meio das informações do Portal Social – Gerasol/UFSC.

3.2.2.4 Questionário

Para responder à questão de pesquisa e aos objetivos propostos nesse estudo, optou-se como um dos instrumentos de coleta de dados, pelo questionário, garantindo atingir grande número de organizações pré-selecionadas. Esse procedimento permitiu aos aposentados, informantes da pesquisa, responderem da forma livre e no momento em que julgassem oportuno às questões contidas no documento, visando a preservar a identidade do depoente.

As informações de um questionário cumprem duas funções básicas, segundo Richardson (1985, p. 142) “descobrir as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”. Nesse sentido, grande parte das questões do questionário foram do tipo “fechada”, nas quais foi apresentado aos depoentes um conjunto de respostas alternativas para que fosse escolhida a que melhor represente sua situação. Gil (1994, p. 129-130) argumenta que os questionários que apresentam perguntas fechadas visam a “facilitar a tabulação dos dados e a agilização no processo de resposta”. Vale destacar que em todas as categorias foi colocado um campo para comentários, caso o entrevistado quisesse complementar suas respostas com mais algum dado, como também a pesquisadora deixou apenas duas perguntas abertas para reforçar a complementação de informações.

O pré-teste do questionário foi realizado com duas organizações já selecionadas para a pesquisa, uma de grande porte e outra de pequeno porte, visando a identificar se este instrumento de coleta de dados não necessitaria ser refeito. Chegou-se à conclusão de que não era preciso mudar as questões, pois se verificou que todas estavam adequadas ao assunto.

Antes de enviar os questionários, manteve-se um contato por telefone com a direção da organização pré-selecionada, no qual se explicou o objetivo do estudo, para em seguida receber sua autorização e a dos depoentes.

Das dezenove organizações pré-selecionadas, **apenas três** não concordaram em contribuir para a realização da pesquisa. Os motivos alegados, tanto pelos depoentes, como pelas organizações, foram a falta de tempo para responder às perguntas ou simplesmente por não quererem participar do estudo. Portanto, a análise foi feita com base nos dados de dezesseis organizações que prestam serviços públicos à comunidade e pertencem à Grande Florianópolis, a partir dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa, os aposentados. Registra-se, com isso, bom aproveitamento, com **84% de questionários respondidos**.

A pesquisadora optou por agendar um contato pessoal, tanto com as organizações que autorizaram o estudo proposto como com os depoentes, para entregar os questionários. Porém, a maioria dos entrevistados preferiram responder às perguntas no mesmo dia que se levou o material da pesquisa. Nesse sentido, a própria pesquisadora aplicou o questionário. Tal procedimento, nas palavras de Richardson (1985), caracteriza-se por ser “um contato direto”, no qual o pesquisador explica os objetivos da pesquisa e do questionário, responde às dúvidas do entrevistado e há menos chance de os entrevistados não responderem às perguntas.

Dos dezesseis entrevistados, apenas um preferiu levar o questionário e responder em casa. Estipulou-se um prazo de dez dias para a entrega, quando se retornou à organização para a retirada do material.

Diante da forma como os questionários foram respondidos, não houve dificuldades por parte da autora em obter as respostas da pesquisa nem por parte dos entrevistados em responder às perguntas. Sendo assim, a avaliação dos questionários ocorreu dentro do prazo estipulado pela pesquisadora.

Os dados obtidos dos entrevistados foram assinalados pelas seguintes categorias que nortearam o questionário: 1) identificação das organizações; 2) identificação dos sujeitos de pesquisa; 3) trajetória profissional (vínculo formal e informal); e 4) a inserção ocupacional na organização social. Após avaliação dos questionários realizaram-se entrevistas semi-estruturadas e observações participantes com dez aposentados que atenderam aos critérios de seleção já expressos na forma de amostragem.

3.2.2.5 Entrevista semi-estruturada

Tendo os questionários já respondidos pelos aposentados e avaliados acerca do objeto de estudo, que trata da ocupação pós-aposentadoria, a pesquisadora entrou novamente em contato com dez entrevistados para marcar um novo horário, tendo como objetivo obter informações mais detalhadas a respeito de sua ocupação no interior das organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade.

O elemento principal que levou a pesquisadora a realizar as entrevistas semi-estruturadas foi identificar como os entrevistados percebem a sua ocupação nos aspectos micro e macrosocial e qual é a importância dela para suas vidas, para os usuários atendidos e para a sociedade.

As informações foram registradas mediante anotações textuais, e quando os entrevistados autorizavam, utilizou-se gravação via fita cassete, tendo como meta captar o máximo possível da realidade vivenciada por eles no interior das organizações sociais.

De acordo com Trivinõs (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada “oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. Destaca-se também, que as perguntas elaboradas para a realização destas entrevistas semi-estruturadas não nasceram a priori. Elas são o resultado da teoria que fundamentou a ação da pesquisadora, assim como de todas as

informações que esta captou durante os contatos que fez com os entrevistados, sobre o tema em estudo.

Nesse sentido, as perguntas estabelecidas na entrevista semi-estruturada foram de natureza explicativa e causal (TRIVINÓS, 1987, p. 150), que tem por “objetivo responder questões imediatas e mediatas do fenômeno social”. Nesta técnica se verificaram as possibilidades e os limites que os aposentados enfrentam para o exercício de sua ocupação no interior das organizações sociais. Buscou-se identificar também quais os valores ético-políticos conduzem suas ações.

A contribuição dos depoentes possibilitou enriquecer este estudo com registro de questões que vão além das contempladas nos questionários.

Visando a preservar a identidade dos depoentes, eles serão denominados a partir de palavras-chave que eles próprios atribuíram durante as entrevistas semi-estruturadas. Ou seja, a pesquisadora, quando aplicou as entrevistas, solicitou aos entrevistados que expressassem em uma única palavra o principal sentimento que possuem em relação a sua ocupação no interior das organizações sociais. Com isso, pôde-se criar uma estratégia de identificação para cada entrevistado, sem, necessariamente, apontar seus nomes, conforme exposto na figura 6.

Quantidade de entrevistas em cada Organização	Tipologia	Organização/Denominação	
1	Independentes (associações, fundações, institutos, ONGs, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sabedoria ➤ Realização ➤ Amizade ➤ Vida 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Solidariedade ➤ Conhecimento ➤ Satisfação
1	Órgãos Governamentais (Municipal, Estadual e Federal)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agradecimento ➤ Doação ➤ Alegria 	

Figura n. 6 - Organizações sociais pesquisadas. Cada palavra representa o depoimento de um entrevistado, sendo esta a sua principal identificação no que se refere ao relatório da pesquisa.

3.2.2.6 Observação participante

Outro instrumento de coleta de dados utilizado pela pesquisadora para a obtenção das informações pertinentes a sua temática de estudo foi a observação participante. O motivo pelo qual se optou por desenvolver a observação participante se deu porque a pesquisadora, por meio dos contatos prévios com as organizações e os entrevistados para conseguir sua autorização na coleta de informações, construiu com a maioria laços de confiança e cumplicidade quanto à importância do seu estudo. Com isso, sentimentos de respeito e de cooperação foram estabelecidos entre os entrevistados e a pesquisadora.

Neste caso, a observação participante se consistiu, em muitos momentos, na participação real pela observadora da vida dos sujeitos de pesquisa, especialmente no acompanhamento e na condução de suas atividades ocupacionais no interior das organizações. Para Gil (1994, p. 108) com essa técnica o “observador assume, até certo ponto, o papel de um membro do grupo”.

Nas palavras de Chizzotti (1995, p. 90) esta técnica visa a “experenciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos e recolher informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos.” Na observação participante é fundamental o pesquisador articular o saber teórico-metodológico com a captação da realidade vivida. Por isso, as ações observadas foram feitas a partir da utilização de elementos identificados pela pesquisadora durante sua pesquisa teórico-documental com a realidade que se expressava na pesquisa de campo.

Essa forma de coleta de dados é defendida por Contandrioulos (1994, p. 76), quando afirma que a observação participante “pressupõe a utilização de uma tabela de observação que determine, antecipadamente, os aspectos que devem chamar atenção do observador”. Desse modo, a pesquisadora relacionou os principais elementos a serem observados durante esse

processo, atendendo sempre à questão principal deste estudo e seus objetivos, os quais se cita a seguir.

Os valores éticos-políticos que conduzem suas ações

- Comprometimento com a organização.
- Evidenciam-se os valores de solidariedade, ética e respeito aos usuários em relação às atividades ocupacionais desenvolvidas pelos depoentes.
- Visão política do sujeito de pesquisa.

Como conduz sua inserção ocupacional nas organizações sociais

- Ausência de competitividade no processo de trabalho.
- Aprimoramentos técnicos para o desenvolvimento ocupacional.
- O significado e a importância da sua ocupação para a organização, para os usuários e para a sociedade.

As ações do Serviço Social junto às atividades ocupacionais dos depoentes

O envolvimento do profissional assistente social na gestão de atividades ocupacionais dos depoentes foi abordado a partir dos seguintes itens:

- Critérios de seleção e treinamento das pessoas aposentadas para ingressar na organização;
- Formas de planejamento e avaliação das atividades ocupacionais dos aposentados;
- Construção de atividades e projetos em conjunto com os aposentados.

3.2.2.7 Procedimentos de coleta

Como o questionário trata de um tema complexo e novo para as organizações que prestam serviços públicos à comunidade e pertencem à Grande Florianópolis, bem como devido a algumas dificuldades encontradas para a obtenção de sua autorização para realizar a

pesquisa de campo, a pesquisadora desenvolveu alguns passos para chegar até os entrevistados:

- 1º reunião pré-agendada com algumas organizações mais resistentes, procurando manter contato pessoal com seus gestores e com os possíveis entrevistados, visando a repassar informações mais detalhadas sobre a pesquisa em andamento. Este diálogo foi intermediado e feito em algumas situações pelo gestor da organização ou pela assistente social;
- 2º contato por telefone com as organizações e os entrevistados para a entrega dos questionários, que foi feita pessoalmente;
- 3º mesmo com o contato já efetuado, algumas organizações solicitaram à pesquisadora um documento do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social-UFSC como comprovante da seriedade da pesquisa, enquanto uma solicitou por escrito (documento protocolado da própria organização) autorização para realizar a pesquisa. Com este último documento demorou cerca de 30 dias para a pesquisadora conseguir agendamento com a organização.

Vale ressaltar que o rigor apresentado por algumas organizações, quanto à autorização ou não desta pesquisa, se deve ao fato de elas alegarem que as universidades, em especial a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, em diversas ocasiões já terem extraído informações e nunca ter repassado o retorno dos referidos estudos. Tal situação, segundo relato das organizações, fez com que a UFSC perdesse credibilidade e espaço para o desenvolvimento de novas pesquisas com estas organizações.

Dos dezesseis questionários respondidos, apenas um foi entregue no dia estipulado pela pesquisadora (dez dias). Os demais entrevistados optaram por responder diretamente para a pesquisadora quando esta se dirigia à organização para entregar o referido instrumento de coleta de dados.

Quanto ao segundo passo para a coleta de dados, a pesquisadora não teve maiores dificuldades, uma vez que já havia mantido contatos anteriores com reuniões e entrega de questionários. Assim, as entrevistas puderam ser agendadas com tranquilidade. Alguns sujeitos pesquisados preferiram fazê-las em suas residências; mas a maioria foi realizada na própria organização em que estão inseridos. Cada entrevista demorou de 30 min a 1 hora, dependendo da motivação e do tempo do depoente.

Paralelo a esta coleta de dados, a pesquisadora também realizou a observação participante após a conclusão das entrevistas, conforme autorização e disponibilidade dos entrevistados. A maioria autorizou no mesmo dia da entrevista o acompanhamento de suas atividades.

O número de vezes que se acompanharam suas atividades foi de duas a três vezes com cada um. O tempo estimado em cada contato feito totalizou no mínimo quatro horas e no máximo 12 horas de acompanhamento das atividades. Observaram-se reuniões dos entrevistados com a equipe que compõe a organização e atividades específicas junto aos usuários que a organização atende.

Vale destacar que a observação participante feita pela pesquisadora iniciou-se antes mesmo de realizar-se a aplicação dos questionários e das entrevistas. Ou seja, durante a fase exploratória da temática, que tem como objeto de estudo a ocupação pós-aposentadoria, a pesquisadora participou nos meses de **agosto a outubro do ano de 2002 de encontros, fóruns, palestras e seminários** promovidos por algumas das organizações pesquisadas. Estas, por sua vez, contavam especialmente com o envolvimento direto e indireto dos aposentados, desde a preparação de tais eventos, até a sua participação como espectadores.

Concluído o processo de coleta dos dados, foram realizadas as tabulações do questionário e a sistematização das entrevistas e da observação participante, relacionadas com as categorias levantadas no referencial teórico.

A tarefa seguinte foi estabelecer a correlação entre a pesquisa teórica e a pesquisa de campo, extraindo-se inferências sobre os tipos de atividades ocupacionais que os aposentados desenvolvem nas organizações sociais e qual o sentido que dão a elas.

3.3 LIMITES DA PESQUISA

Devido à forma como a sociedade foi construindo os espaços de produção, o estudo do tema pesquisado “ocupação pós-aposentadoria” é confundido com trabalho e emprego, podendo gerar distorções quanto ao seu entendimento. Este fato pôde ser observado durante os depoimentos dos entrevistados, quando declararam que as ações que desenvolvem se referem à categoria trabalho e não à categoria ocupação.

Esta questão também é reforçada pelas próprias literaturas existentes na área de atuação tanto do Serviço Social, como da própria Gerontologia, em que não se encontra material que aborde o objeto de estudo desta pesquisa “ocupação pós-aposentadoria” como um novo significado para o trabalho na contemporaneidade.

Em função de o tempo para a realização da pesquisa ser limitado, alguns aspectos mais subjetivos e profundos não conseguiram ser detectados e melhor analisados pela pesquisadora durante a realização do estudo. Desta forma, elementos mais complexos a respeito da temática foram prejudicados quanto ao seu entendimento e detalhamento. Por isso, a pesquisadora optou por utilizar vários autores sem confrontá-los em suas diferenças conceituais, facilitando com isso a compreensão do fenômeno estudado.

Apesar de existirem inúmeras organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade na Grande Florianópolis, esta pesquisa mapeou tais organizações atendendo a critérios de amostragem bem definidos. Primeiramente, elas foram estipuladas por um referencial teórico que guiou a pesquisadora quanto à tipologia das organizações. O passo seguinte foi conferir as informações contidas no Portal Social/Gerasol – UFSC, onde já se

encontram cadastradas muitas organizações que também atendem a um rigoroso processo de informações como: tempo de fundação, nome do presidente/coordenador, público-alvo, principais projetos que desenvolvem, se possui profissional de Serviço Social, etc.

Outro limite desta pesquisa se refere ao seu universo, que contempla apenas as organizações sociais que estão no Portal Social/Gerasol – UFSC. Também se optou por realizar a pesquisa naquelas que contam com a existência de um profissional assistente social no seu quadro funcional. Vale ressaltar que devido a este critério, o número de organizações pesquisadas passou de 54 na primeira seleção, para 19, na segunda seleção. Verifica-se com isso que há um número muito reduzido de profissionais assistentes sociais, atuando nas organizações selecionadas para o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, outro fator importante que limitou esta pesquisa foi a existência ou não dos principais sujeitos para a operacionalização deste estudo. Ou seja, as organizações pesquisadas foram apenas aquelas que possuem a inserção de pessoas aposentadas no seu interior, desenvolvendo atividades ocupacionais, seja por vínculo formal (contrato de trabalho), seja informal (via contrato voluntariado). Porém, tal inserção deve ser feita por livre e espontânea vontade do aposentado, atendendo aos elementos-chave que compõem um novo sentido ao trabalho, já relatados no primeiro capítulo deste estudo.

Feitas as considerações acerca dos procedimentos metodológicos utilizados nesta dissertação, apresentam-se a seguir a descrição e a apresentação dos resultados da pesquisa de campo.

CAPÍTULO 4

DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

No presente capítulo busca-se apresentar as atividades desenvolvidas pelas pessoas aposentadas e qual o sentido que elas atribuem ao trabalho que realizam no interior das organizações sociais da Grande Florianópolis.

Inicialmente são apresentados os dados das organizações pesquisadas, constando a sua tipologia, totalizando dezesseis organizações: organizações governamentais, organizações não governamentais e organizações de cunho religioso, que prestam serviços públicos à comunidade em geral. A pesquisa foi feita com base na aplicação de questionários com todos os aposentados que estão inseridos nessas organizações e com entrevistas semi-estruturadas e observação participante com dez aposentados. O tempo de fundação e o público-alvo, assim como os objetivos e as ações desenvolvidas pelas organizações pesquisadas, também fazem parte da caracterização das organizações pesquisadas.

A identificação dos sujeitos pesquisados, envolvendo a idade, escolaridade, fonte de renda individual e familiar, bem como o valor da renda individual e familiar condições de moradia e situação de saúde são os aspectos principais desse segundo momento de apresentação dos dados pesquisados.

Em seguida, tendo-se como base as categorias levantadas na pesquisa teórica, são apresentados graficamente e analisados os resultados provenientes dos questionários aplicados, das entrevistas semi-estruturadas e da observação participante. Para manter a fidedignidade da realidade encontrada, optou-se por tabular as respostas obtidas mediante os instrumentos de coletas de dados.

Visando a aprofundar as categorias centrais que nortearam essa pesquisa, que são: trabalho, emprego, ocupação e organizações sociais, a utilização das entrevistas semi-estruturadas e da observação participante foi crucial nesse processo.

Tais instrumentos permitiram analisar a temática em estudo a partir de elementos intrínsecos e extrínsecos do significado do trabalho para cada depoente. Quanto aos elementos intrínsecos, observam-se os motivos da inserção profissional e o significado da profissão escolhida. Destacam-se ainda a inserção ocupacional nas organizações pesquisadas e o significado desta ocupação, além dos valores éticos e políticos que permeiam suas ações. Já quanto aos elementos extrínsecos, analisa-se como os aposentados pesquisados estabelecem a construção de sua ocupação com a própria organização e a sua relação com o profissional assistente social.

4.1 A OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA

4.1.1 As tipologias das organizações sociais pesquisadas

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa, constata-se que as organizações não-governamentais (associações, fundações, etc.), predominaram na amostra desta pesquisa, totalizando 68,75%. Este fato vem ao encontro das informações já evidenciadas no referencial teórico, quando se descreveu o processo de consolidação destas organizações no bojo da sociedade civil brasileira ao longo dos últimos anos, especialmente a partir da década de noventa. Tais organizações ganham a cada dia maior visibilidade na mídia e no espaço político, uma vez que existem cerca de 250 mil organizações no Brasil, além de contarem com uma legislação específica para poderem se legitimar ainda mais no cenário nacional e internacional (Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999).

As organizações de cunho religioso tiveram menor representação nesta pesquisa, com 6,25%. Acredita-se que isto ocorreu em função dos critérios impostos nos procedimentos metodológicos; um desses critérios foi a existência de um profissional assistente social, inserido na organização selecionada. Verifica-se, com isso, que são poucas as entidades religiosas que realizam atividades na área social, preocupadas com a profissionalização de suas ações. O que ainda predomina na grande maioria destas organizações é a continuidade e o fortalecimento da filantropia e da caridade e não a instituição de direito e justiça social, na esfera da assistência social.

A figura 7, expressa os dados a respeito das tipologias das organizações pesquisadas.

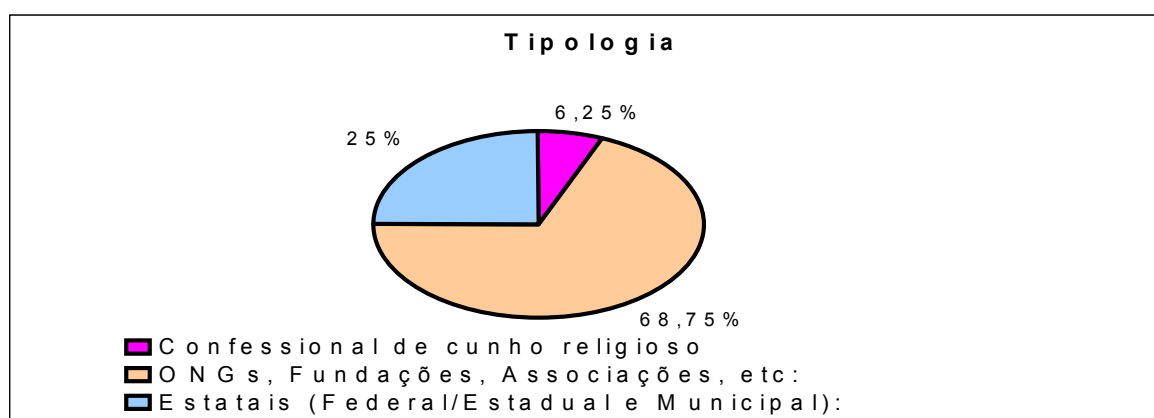


Figura n. 7 – Tipologia das organizações sociais

Quanto ao número de organizações governamentais, obteve-se nesta pesquisa um percentual de 25%, amostra relativamente baixa, se comparada ao percentual de ONGs. Esta situação não se deve pela ausência do profissional assistente social, mas sim pela limitação de aposentados inseridos nestas instituições. Tal fato é uma realidade das organizações públicas estatais, que têm como condução administrativa, um forte direcionamento da burocracia com normas, regimentos e estatutos, que muitas vezes impedem a manutenção de funcionários já aposentados e a inclusão de pessoas aposentadas em seu quadro administrativo, mesmo que seja via voluntariado.

4.1.2. Tempo de fundação e público- alvo

Evidencia-se, a partir da figura 8, que há um percentual significativo de organizações que existem há mais de 50 anos, totalizando 25% do total das organizações pesquisadas. Há também o predomínio de organizações cujo tempo de fundação se deu a partir da década de noventa. Juntas elas representam 50% do total da amostra, além de pertencerem à tipologia ONG (denominando-se como entidades sem fins lucrativos).

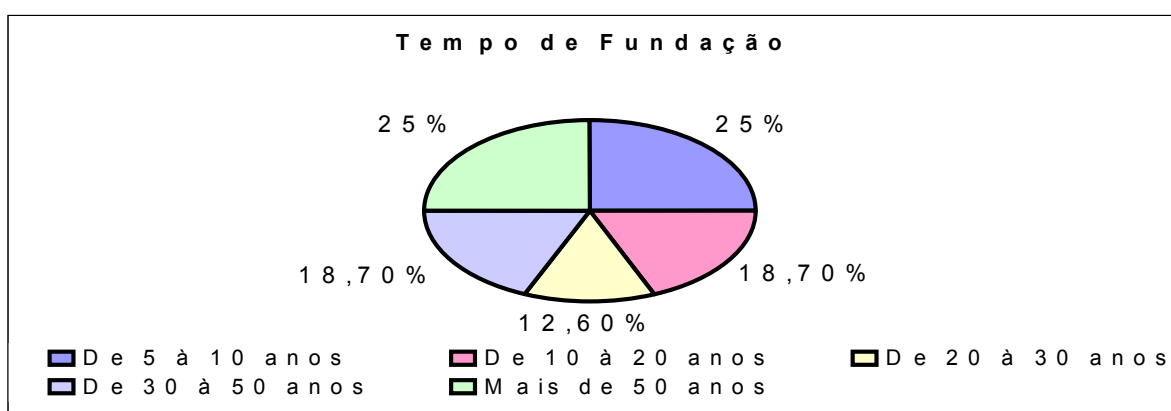


Figura n. 8 – Tempo de fundação

Essa informação mostra que a existência de ONGs no Brasil não é algo novo, nem é uma imposição do sistema neoliberal, que atua com mais intensidade por meio de suas agências internacionais, como tem se enfatizado em muitos documentos acadêmicos ou não. O que se percebe é que a sociedade civil sempre esteve em movimento, querendo envolver-se com as questões sociais da nossa sociedade. Porém, tais ações somente ganharam um pouco mais de credibilidade dentro dos aspectos legais, sociais e políticos, na última década, em função das transformações do próprio aparelho estatal, que em muitas situações vem se eximindo de suas obrigações, especialmente para com a área social.

Quanto aos segmentos sociais atendidos pelas organizações sociais, conforme os dados da Figura 9, estão em primeiro lugar as crianças/adolescentes, os jovens e adultos e os idosos, com 37,5%; e em segundo lugar, somente as crianças/adolescentes, chegando a 31,28%.

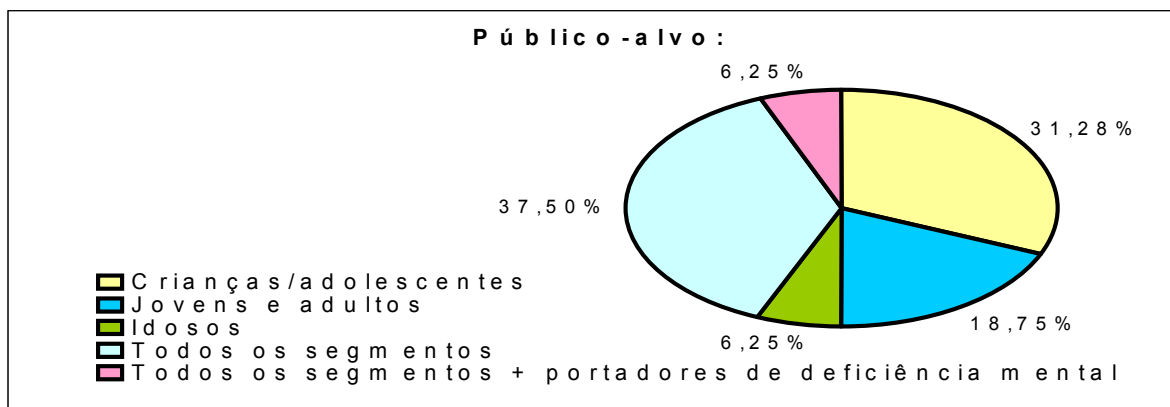


Figura n. 9 – Público alvo

A partir do contato com as organizações pesquisadas, o público-alvo atendido por elas, são os sujeitos com maior vulnerabilidade social, que passam inicialmente por um processo de exclusão econômica e em seguida chegam à exclusão social. Uma vez que se vive em uma sociedade onde há o predomínio econômico em todas as etapas da vida dos sujeitos, e quando uma dessas etapas não consegue se desenvolver adequadamente, em função da falta de recursos econômicos, certamente a sua vida será guiada com muito mais limites. Para muitos, a exclusão social é uma situação inevitável, manifestando-se em sua forma mais bárbara ou seja, o de não reconhecimento e não pertencimento à vida em sociedade.

4.1.3 Os objetivos e as ações das organizações sociais pesquisadas

A partir das informações referenciadas até o momento, sente-se a necessidade de descrever, resumidamente, os objetivos e as ações que as organizações sociais pesquisadas desenvolvem. Vale destacar que sua denominação, foi definida pelos próprios sujeitos que participaram desta pesquisa; representam seus sentimentos em relação à organização e à atividade que desenvolvem no seu interior.

1º Organização: “Amor”: segundo relato da depoente, esta organização tem por objetivo acolher e prestar assistência a idosos e crianças abandonadas ou vítimas de maus-tratos. Afirma, também, que seus fundadores e participantes são movidos por ações puramente caritativas, embasadas em uma perspectiva de religiosidade. As ações que desenvolvem são: distribuição de cestas básicas, visitas aos doentes, distribuição de remédios e material escolar, acolher e prestar assistência a idosos e crianças abandonadas vítimas de maus-tratos, defesa de direitos humanos, atendimento nas áreas da saúde (Fisioterapia, serviços médicos e terapia ocupacional), educação, Psicologia e atividades de educação física).

2º Organização: “Aprendizado”: a depoente expôs que o objetivo principal desta organização é levar educação, cultura, saúde e trabalho para a comunidade com espiritualidade. As principais ações realizadas são: atividades da área de assistência social, por meio de cursos profissionalizantes, atendimento às necessidades básicas, educação infantil com o projeto brinquedoteca, atendimento a grupo da terceira idade e de gestantes, e alfabetização de adultos.

3º Organização “Satisfação”: esta organização tem como principal objetivo promover e realizar a educação, a reabilitação e a profissionalização de pessoas portadoras de deficiência visual. As ações na área da assistência social concentram-se no atendimento das necessidades básicas desde segmento social, educação especial para portadores de deficiência visual, apoio psicológico, preparação, orientação e encaminhamento para escolas da rede pública e para o mercado de trabalho.

4º Organização: “Motivação”: realizar e colaborar em qualquer ação de controle e tratamento da hemofilia, promovendo campanhas, amparando clínica, moral e psicologicamente seus associados: estes são os objetivos desta organização. Sua atividade principal é a promoção de ações de pesquisa da condição social dos hemofílicos.

5º Organização: “Compromentimento”: esta tem por objetivo atuar na assistência de formação da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade, visando a promover a cidadania e o desenvolvimento social. Para atingir seus objetivos, desenvolve ações na defesa dos direitos humanos e na área da assistência social.

6º Organização: “Felicidade”: a recuperação de dependentes químicos, por uso de drogas lícitas ou ilícitas, é o grande objetivo desta organização. Atua por meio de internações dos dependentes químicos em centros de recuperação, onde desenvolvem reuniões de auto-ajuda, laboterapia (reprofissionalização dos internados), recreação, palestras educativas e informativas sobre a doença. Desenvolvem também atividades espirituais e ecumênicas.

7º Organização: “Gratificação”: seu principal objetivo é desencadear junto à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social um processo educacional visando a dinamizar a relação da educação com o mundo do trabalho. As ações desenvolvidas são o apoio psicológico e os cursos profissionalizantes.

8º Organização: “Sabedoria”: o objetivo desta organização, no início dos anos 40, época do seu surgimento, era a promoção de trabalhos assistencialistas, oferecendo auxílios alimentares, farmacêuticos, atividades educacionais e de saúde aos trabalhadores do comércio. Na década de 50, a classe empresarial, sua principal patrocinadora, buscou reorganizar e padronizar estas ações, por meio da “Conferência Nacional de Técnicos”, em Bertiooga, em São Paulo. Nesta conferência, se optou por desempenhar um trabalho na linha da educação social, visando a aprimorar o desenvolvimento da pessoa na sua totalidade.

9º Organização: “Alegria”: visa ao tratamento de pacientes de neoplasia maligna, menotologia, Oncologia e pacientes que necessitam de tratamento via cuidados paliativos. Desenvolvem ações em diversas áreas profissionais, sempre sob o enfoque multidisciplinar, pois entendem que seus usuários devem ser atendidos na sua multidimensionalidade. Por isso contam com serviços médicos, de enfermagem, de assistência social, de fonoaudiologia, de

nutrição e de farmácia. Atuam também em pesquisas científicas sobre a neoplasia maligna e criaram um centro de estudos permitindo o registro de todas as suas pesquisas, bem como recebem materiais científicos de vários centros oncológicos do Brasil e do exterior.

10º Organização: “Conhecimento”: seu objetivo é assegurar à criança e ao adolescente em condição de orfandade, abandono, negligência, violência doméstica e portadores de fracos vínculos afetivos condição de proteção e meios de participarem da vida social e cultural da comunidade. Nesse sentido, esta organização atua em processos de adoção e apadrinhamento afetivo. Na área da educação, proporciona reforço escolar aos órfãos, atividades esportivas e lúdicas, e faz parcerias com entidades privadas para viabilizar cursos de informática e de idiomas.

11º Organização: “Vida”: proporciona atendimento a crianças e adolescentes com idade entre seis e 17 anos. Suas ações estão voltadas fundamentalmente para as áreas da educação e assistência social, com atividades de reforço escolar, recreações educativas, orientação psicossocial às famílias e atendimento às suas necessidades básicas. A área da assistência social realiza encaminhamentos diversos para os seus usuários, especialmente no acompanhamento da saúde bucal e nos atendimentos médicos.

12º Organização: “Solidariedade”: atua visando a possibilidade de abrigo, em regime de internato, para crianças e adolescentes filhos de portadores do vírus HIV. Na área da saúde as ações concentram-se e no atendimento e no acompanhamento a todas as necessidades médicas dos usuários. As áreas da assistência social e psicologia atuam em conjunto, desenvolvendo diversas atividades como apoio pedagógico, oficinas de artes, dança e música. Realizam acompanhamento familiar, especialmente em processos de adoção e de reintegração familiar. O atendimento às necessidades básicas, como alimentação e vestuário, também faz parte de suas ações.

13º Organização: “Amizade”: esta organização tem como objetivo abrigar crianças, adultos, idosos e portadores de deficiência física e mental (estes últimos foram abandonados pelos familiares). Proporcionam diversos atendimentos, tanto na área da saúde (serviços médicos, odontológicos e fisioterapia), como nas áreas humanas e sociais (assistência social, psicologia e pedagogia). Atividades de terapia ocupacional (artesanato), bem como ações de caráter religioso, fazem parte da rede de serviços prestados por ela.

14º Organização: “Realização”: a prestação de serviços médico-hospitalares em todas as especialidades, sob caráter filantrópico, é o objetivo desta organização. Dessa forma, suas ações basicamente estão centradas nas áreas da saúde (cirurgias, consultas, exames, internações para tratamentos de saúde, etc.) e da assistência social (prestação de serviços sociais que facilitem e agilizem os encaminhamentos das atividades médicas, como acesso ao transporte, exames e medicamentos aos pacientes, além do atendimento às necessidades básicas (alimentação e vestuário).

15º Organização: “Doação”: o objetivo desta organização é prestar assistência integral à mulher e ao recém-nascido. Na área da Obstetrícia, as ações que desenvolve estão ligadas ao controle da gestação de alto risco, enquanto na área de Oncologia são realizados atendimentos clínicos e cirúrgicos, além de serviços de Mastologia; neste último há atividades de musicoterapia e assistência às mulheres mastomizadas, por meio de ações filantrópicas, visando a atender as necessidades básicas (alimentação e vestuário)

16º Organização: “Agradecimento”: a atuação desta organização visa a colocar o conhecimento da Gerontologia à disposição da comunidade, desenvolvendo estudos e pesquisas, inserindo e promovendo as pessoas da terceira idade no meio acadêmico, tornando-os sujeitos em transformação e transformadores da realidade que vivenciam. Para atender a estes objetivos, esta organização desenvolve cursos de especialização em Gerontologia, visando a capacitar profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e que estejam

interligadas ao campo da população idosa brasileira e comprometida a responder aos desafios futuros. Realizam, ainda, cursos de formação de monitores da ação gerontológica; promovem o desenvolvimento, a integração social e comunitária das pessoas da terceira idade, através da qualificação, estimulando a criação de novos conhecimentos. Além destas atividades, realiza outros projetos como: 1º) “Os avós na universidade”, no qual se procura evidenciar como se define atualmente o papel dos avós, na ótica de uma multiplicidade de aspectos que se relacionam a si mesmos, ao mesmo tempo e aos outros. 2º) “O grupo de crescimento pessoal I e II”, em que se reúnem pessoas para crescerem juntas; o idoso trabalha seus problemas existenciais, procurando descobrir sua própria maneira de construir soluções. 3º) “Intercâmbio comunitário”: contribui na implantação e implementação de programas gerontológicos juntos às prefeituras que aceitarem o programa.

O que se observa, diante dos relatos de alguns depoentes sobre os objetivos e as ações desempenhadas pelas organizações, é que a questão do direito e da justiça social, bem como a noção de política social não estão incorporadas na sua fala e nas suas atitudes, assim como os pesquisados não percebem os usuários atendidos pela organização que atuam como sujeitos políticos, participantes ativos de um processo de transformação social. Esta informação é contemplada com os seguintes depoimentos:

Agradeço a Deus pela força, a coragem e a oportunidade que tive em trabalhar, de fazer alguma coisa em benefícios desses velhinhos e dessas criancinhas.... coitadinhos!!!. Se a gente não ajudar eles, se a gente de fizer o bem para aqueles que necessitam, quem vai ajudar??!!”(SIC/AMOR).

Eu estava ainda trabalhando, mas também tava aposentada... Aí veio esse serviço aqui na nossa comunidade, e eu achei muito bom. Procurei o Padre e disse que gostaria de trabalhar aqui, de ajudar as pessoas que estão sofrendo... Porque eu sei o que é sofrer, o que é precisar de alguém e não receber ajuda. (SIC/AMIZADE)

Como a gente; eu e minha família sempre estivemos envolvidos com os trabalhos daqui, achei que poderia doar-me mais um pouco em benefício dessas crianças, tão sofridas e abandonadas. (SIC/GRATIFICAÇÃO).

Constata-se, ainda, que ações de caráter filantrópico e ações de caráter do direito social estão mescladas quanto às principais atividades desenvolvidas pelas organizações. Esse fato é decorrente das transformações que as organizações sociais, especialmente aquelas que atuam na área social, têm sofrido nas últimas décadas, com a sua disseminação em todas as esferas da sociedade. Há a necessidade de realizar um redirecionamento das suas ações sociais no sentido de profissionalizar as pessoas que atuam no seu interior, principalmente por meio de cursos que incrementem a gestão e a captação de recursos. Esta atitude é instituída com maior vigor pelos organismos internacionais (Banco Mundial, ONU, BID, etc.), acreditando que esta pode ser uma das estratégias para dinamizar as ações das ONGs e proporcionar resultados mais significativos para a população demandatária por serviços sociais públicos.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS PESQUISADOS

➤ Idade

Conforme os dados da figura 10, percebe-se um número significativo de pessoas aposentadas entre 60 e 70 anos de idade, que ainda estão ativos, cerca de 56,50% do total dos sujeitos pesquisados. Isso ocorre, entre outras questões, em função dos avanços da Medicina, como exames, medicamentos e novas descobertas científicas que auxiliaram de maneira muito positiva o prolongamento da vida das pessoas.

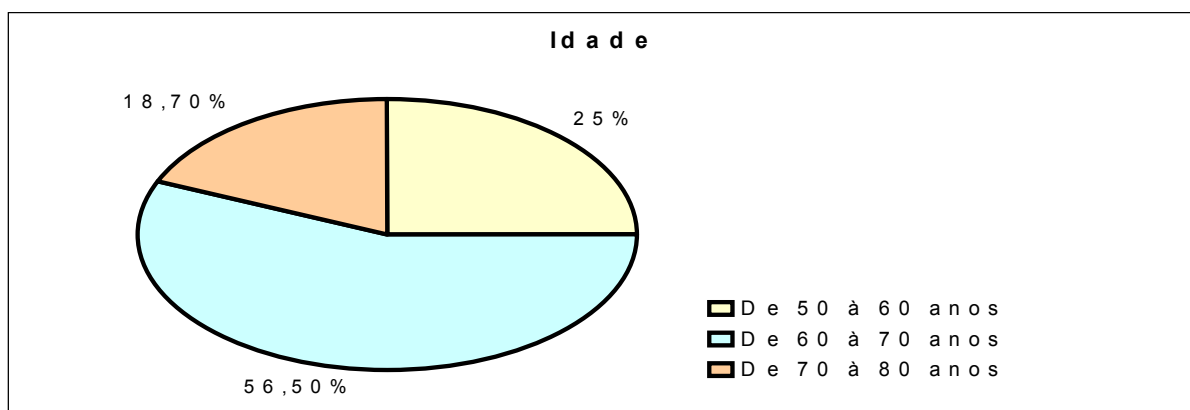


Figura n.10 - Idade dos pesquisados

➤ Sexo

Este estudo identificou ainda que o percentual de mulheres aposentadas que estão inseridas em organizações sociais desenvolvendo atividades ocupacionais é muito superior em relação aos homens aposentados, totalizando 79%, conforme exposto na figura 11.

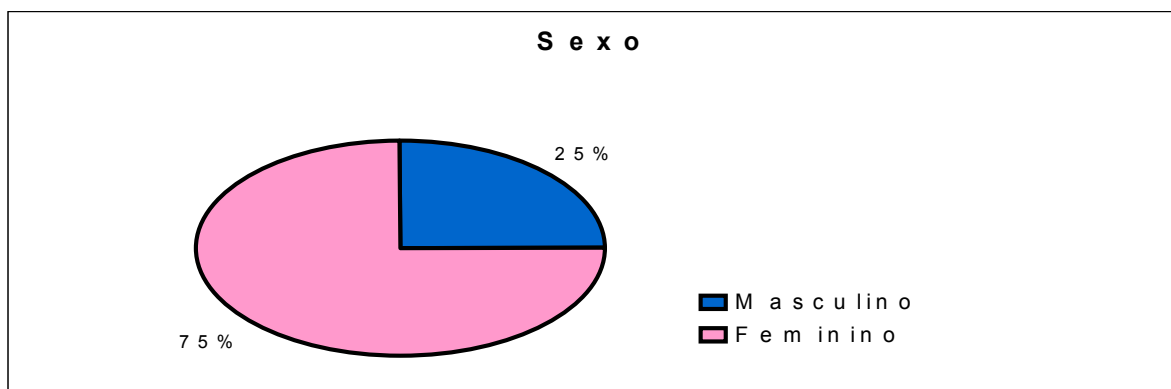


Figura n.11- Sexo dos aposentados

O predomínio de mulheres aposentadas é o resultado do processo educacional que a sociedade brasileira instituiu ao longo de sua história. Ou seja, cabia aos homens exercerem atividades profissionais ligadas exclusivamente ao mercado econômico, enquanto as mulheres, teoricamente, são “preparadas” para lidar com pessoas (crianças, idosos, portadores de deficiência, etc.).

Vale ressaltar que, durante a aplicação dos questionários e das entrevistas com os aposentados, cerca de 50% do total dos participantes deste estudo relataram ter acessado a previdência somente nos últimos cinco anos. Pois, até então, ainda estavam desenvolvendo suas atividades profissionais remuneradas. Isso demonstra a necessidade de se realizarem transformações na gestão do sistema previdenciário no Brasil, visando a garantir o ingresso do maior número possível de trabalhadores nesse sistema. Verifica-se esta informação nos relatos seguintes:

Se eu pudesse eu ainda estaria trabalhando, me sinto plenamente capacitado. Na verdade o que aconteceu foi que o mercado me excluiu, não foi minha opção me aposentar (SIC/MOTIVAÇÃO).

Eu mal me aposentei e já fui convidada por trabalhar aqui com estas crianças. Minha família disse que eu não deveria aceitar, afinal de contas, eu trabalhei durante tanto tempo... Achar que eu preciso de um tempo para mim. Mas eu não resisti, me envolvi com este trabalho de corpo e alma. Eu adoro o que faço!(SIC/VIDA)

➤ Escolaridade

A figura 12 expõe o nível de escolaridade dos entrevistados, podendo ser considerado bom. Somando aqueles que possuem curso superior com e sem especialização, obtém-se um percentual de 43,80%. Porém, dos quatro homens aposentados, três freqüentaram o curso superior, ou 75%; enquanto das doze mulheres aposentadas, apenas cinco, ou 41,67%, conseguiram ter acesso à universidade.

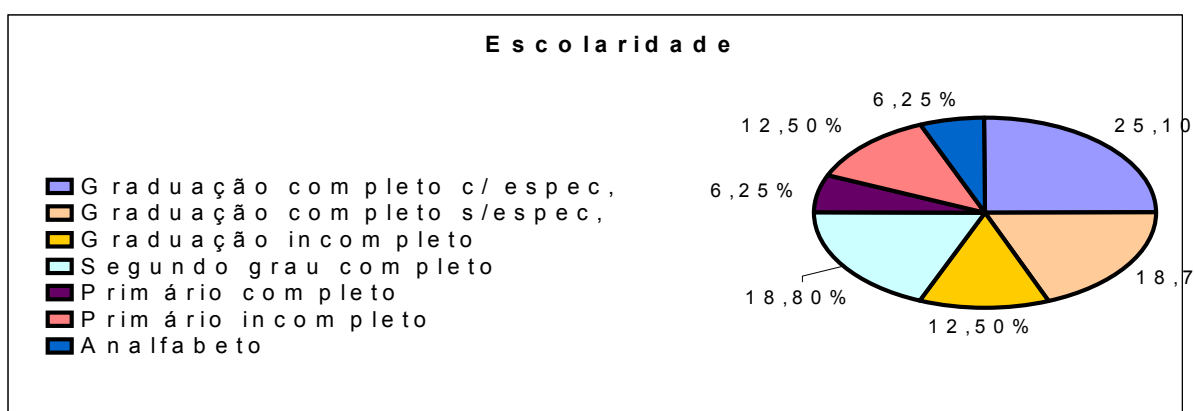


Figura n.12- Escolaridade dos pesquisados

Este dado revela mais uma vez a forma discriminatória pela qual a mulher foi tratada pela sociedade, fundamentalmente no acesso à educação e à profissionalização, assim como este dado também revela outra situação, a exclusão do acesso à escola pelo fator econômico.

Os depoimentos dos pesquisados sobre o acesso ao ensino corroboram a análise feita:

Eu não tive como estudar, meus pais eram pobres, tive que trabalhar desde cedo, para ajudar no sustento da família. [...] Eu sempre quis estudar, via as outras pessoas lendo e escrevendo, mas eu não tive essa chance...Fazer o quê!??(SIC/AMIZADE).

Ahh!!! Eu não consegui estudar, não. Naquele tempo, nós mulheres éramos preparadas para casar, ter filhos, cuidar da casa e do marido. Não podíamos nos envolver com nada, nem com trabalho fora, nem com a política. Eu gostava da política. Papai era uma pessoa bem conhecida nesse meio. Mas o máximo que a gente conseguia tirar proveito disso era ir em bailes e festas, eventos promovidos pelos políticos da cidade. (SIC/AMOR).

Meu pai era um italiano, daqueles...Guardava dinheiro para voltar para a Itália. Ele somente pagava os estudos para os meus irmãos, para mim e para minha irmã, isso nunca aconteceu. Então nós trabalhávamos de dia para poder pagar os estudos à noite. Olha só que coisa incrível... Naquele tempo, só tinha três mulheres que estudavam na escola técnica, minha irmã, minha miga e eu.(SIC/APRENDIZADO).

➤ Renda

A forma de acesso à renda da maioria dos entrevistados, conforme a figura 13 é proporcionada pela aposentadoria, 75%.

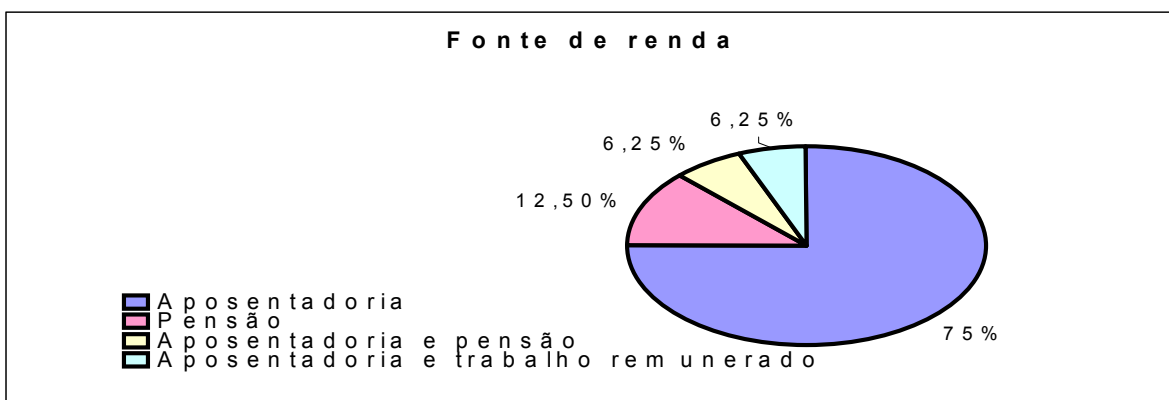


Figura n.13 – Renda dos pesquisados

É bom lembrar que 75% do total dos pesquisados, que declaram possuir renda acima dos dez salários mínimos, exerceram suas atividades profissionais sob vínculo formal, como funcionários públicos. Sua atuação profissional esteve relacionada tanto à esfera pública municipal, como estadual e federal.

Já quanto ao valor total da renda dos entrevistados, em nível individual, fica acima dos dez salários mínimos, 68,75%, de acordo com a figura 14.

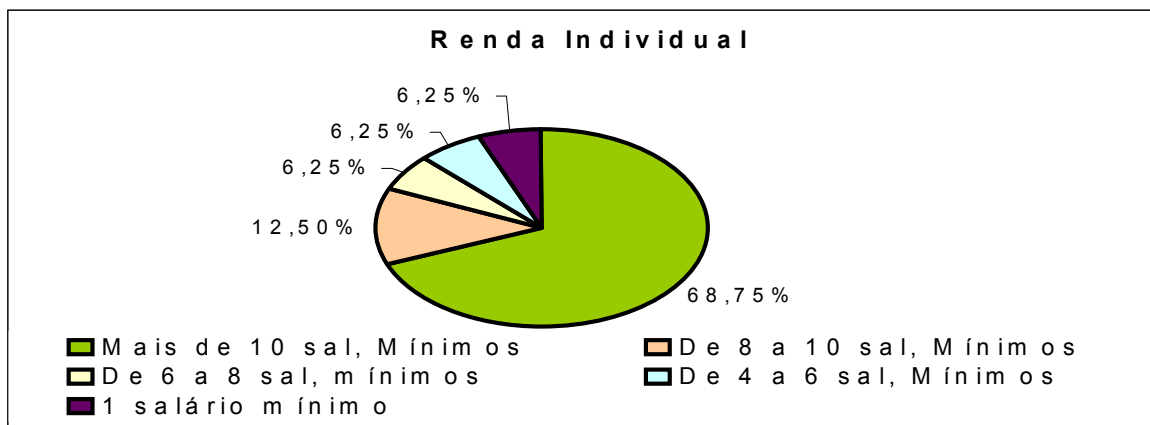


Figura n.14- Valor da renda individual

➤ Condições de moradia e de saúde

A situação econômica favorável para a grande maioria dos pesquisados, lhes permite usufruir de uma boa qualidade de vida. Um dos indicadores que comprova esta informação se refere ao acesso à moradia: 93,75% possuem seu imóvel próprio, de acordo com a figura 15.

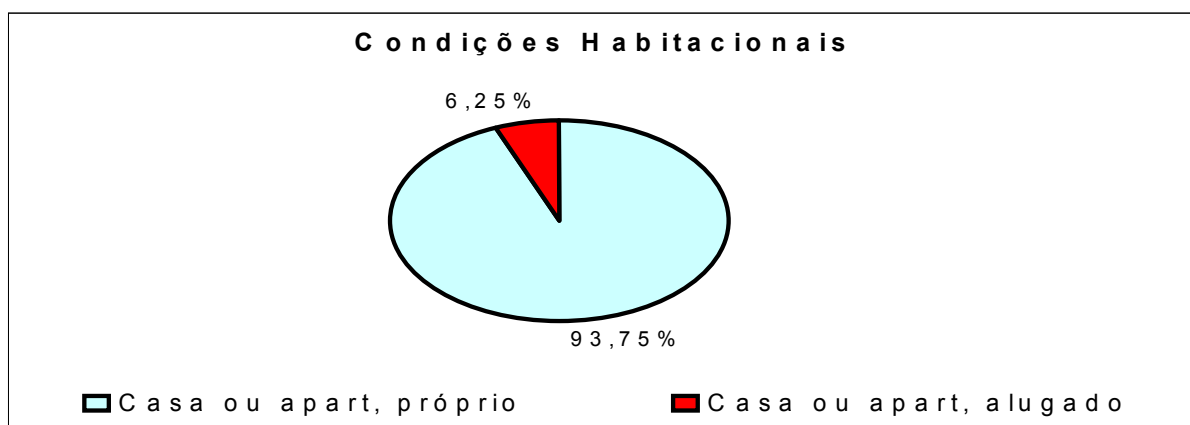


Figura n.15 – Condições habitacionais

Para 50% dos entrevistados o estado de saúde pode ser considerado bom, conforme demonstra a Figura 16. Aqueles que relataram possuir um estado de saúde regular, que também chegou a 50%, afirmaram que utilizam plano privado de saúde para a realização de

exames e consultas, somando 87,50%. As patologias mais tratadas, periodicamente, por eles estão relacionadas às especialidades médicas de Ortopedia, Urologia, Cardiologia e Endocrinologia.

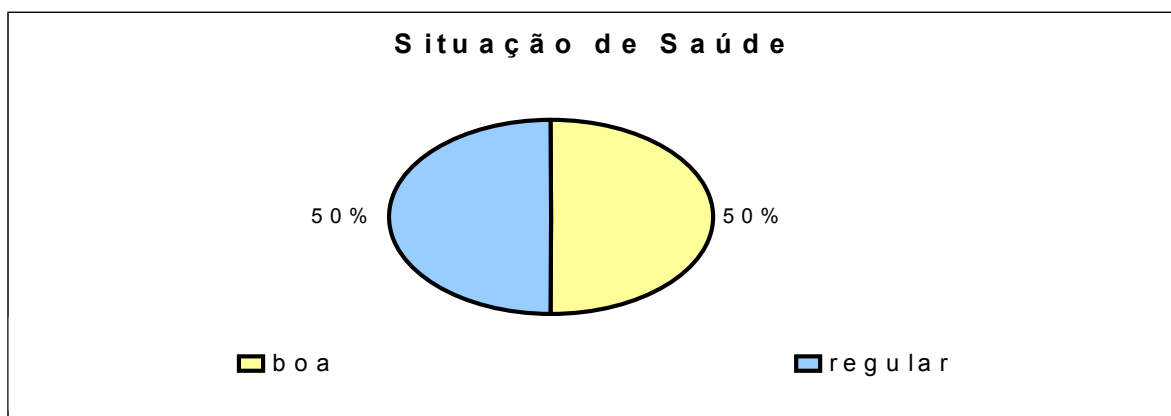


Figura n.16 - Condições de saúde

4.3 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

4.3.1 O trabalho e o emprego como elementos da trajetória profissional

A figura 17 mostra que o início da atividade profissional sob vínculo informal para 43,75% dos pesquisados se efetivou entre 10 e 15 anos de idade. Das doze mulheres participantes da pesquisa, nove afirmaram que as atividades principais que realizavam se destinavam aos cuidados da casa e dos irmãos menores. Percebe-se que apenas 18,75% das mulheres puderam fazer suas escolhas profissionais. Veja o depoimento abaixo.

Então naquele tempo as coisas eram muito diferentes de como é hoje. A nossa educação era muito rígida, e os ensinamentos que nós mulheres recebíamos era para constituirmos uma família. Por isso, desde cedo, eu e minhas irmãs e primas fazíamos o enxoval, bordávamos, aprendíamos a cozinhar; eu gostava muito de fazer doces; tortas principalmente... E faço até hoje. Também tínhamos que cuidar dos nossos irmãos mais novos..... Sabe.... Isso já era visto como os primeiros preparos para um dia assumirmos os nossos próprios filhos.” (SIC/AMOR).

As informações expressas na página anterior são corroboradas por meio da figura abaixo:

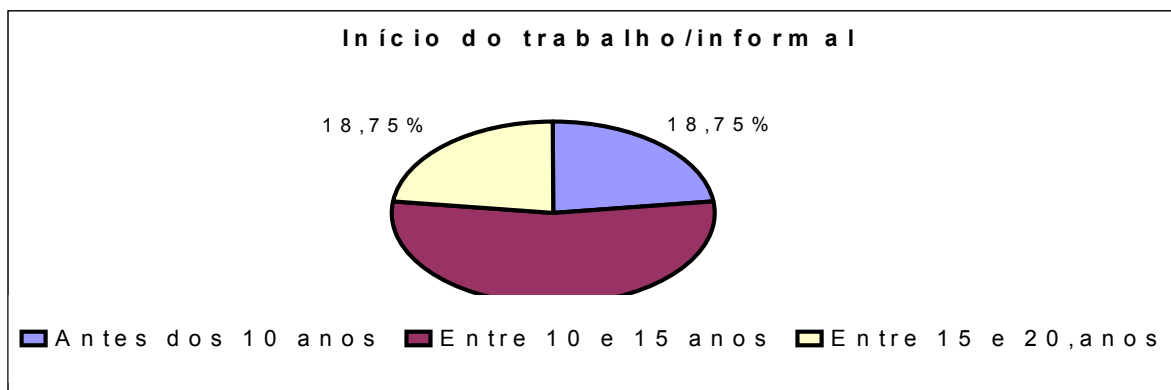


Figura n.17- Idade em que iniciou o trabalho informal

Quanto aos homens, a escolha profissional, mesmo que informal, se deu, fundamentalmente, por dois motivos. Primeiro: tradição na família uma vez que os homens, eram ensinados desde muito cedo a perceber o trabalho como algo que lhes proporcionaria respeito perante a sociedade. E segundo: apenas um participante afirmou que começou a trabalhar apenas por necessidade financeira.

As declarações a seguir, confirmam as informações descritas.

No meu tempo, um dos principais objetivos de um homem era trabalhar para ter uma renda adequada para depois conseguir formar uma família. O homem era preparado para trabalhar desde cedo, ele deveria ser o sustento da casa. Era assim, era costume na nossa família e em muitas também. (SIC/MOTIVAÇÃO).

Como o meu pai sempre trabalhou com medição de estradas, era topógrafo, ele sempre que podia me levava junto. Eu gostava do que ele fazia, achava uma profissão muito importante para todas as pessoas. Então eu fui aprendendo com ele desde cedo, e fui gostando da profissão, e assim eu mesmo escolhi o que queria trabalhar. (SIC/GRATIFICAÇÃO).

Além dos relatos expressos sobre o motivo da escolha profissional, eles também podem ser vistos via figura 18.

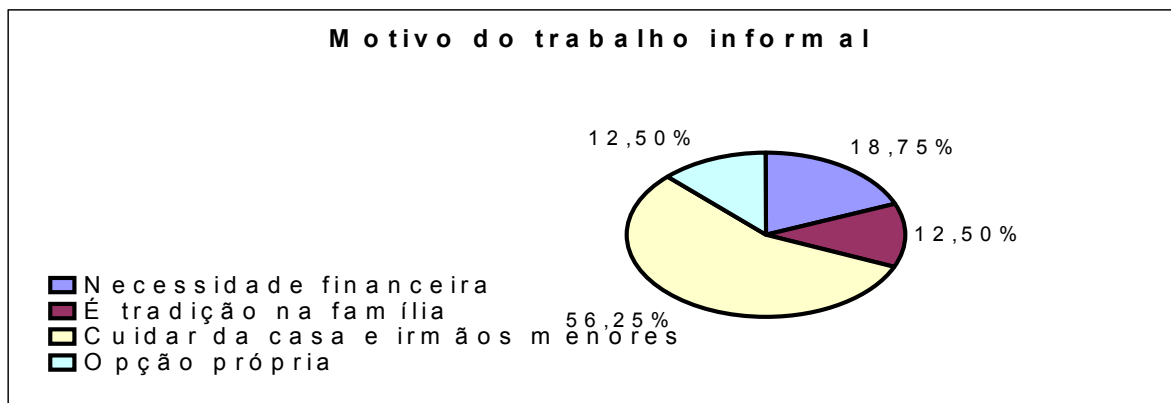


Figura n.18 - Motivos que os levaram ao trabalho informal

Já a entrada no mercado de trabalho com vínculo formal aconteceu para 56,25% dos pesquisados na faixa etária entre 15 e 20 anos de idade, e com mais de 20 anos de idade, atingindo 43,75% do total dos depoentes. Constatam-se estes dados na figura 19.

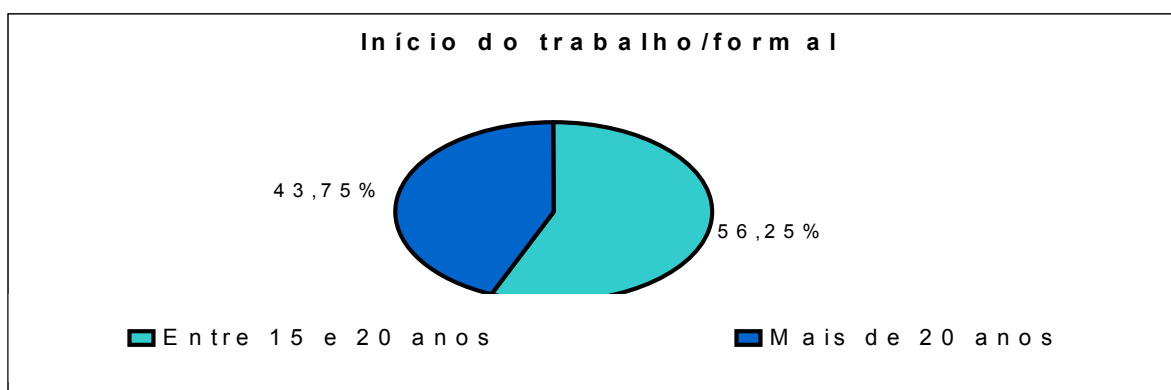


Figura n. 19 - Idade em que iniciou o trabalho com vínculo formal

É interessante notar que, apesar de o trabalho, ter um significado de respeito e honra para aqueles que o desempenhavam, o trabalho formal instituiu-se na vida dessas pessoas tardiamente. Isso se deve às transformações que ele foi sofrendo ao longo da evolução histórica da sociedade. Ou seja, a partir do século XX, devido à ascensão da Revolução Industrial, o processo de trabalho tornou-se inteiramente um instrumento do mercado. Assim,

com a entrada do homem no mercado de trabalho formal tais instrumentos favoreceram o desenvolvimento do trabalho a partir da racionalidade instrumental, que priorizava a eficiência e a eficácia no desenvolvimento do trabalho.

Esse novo direcionamento do sentido do trabalho estabeleceu novos critérios para o desenvolvimento das profissões. Esse fato é observável no resultado deste estudo, em que 43,75% dos entrevistados instituíram como valores fundamentais na escolha profissional a necessidade econômica e a satisfação financeira aliada ao prestígio social. Este é o estilo do trabalho que começa a delinear as relações sociais com a ascensão de uma sociedade industrial, na qual o assalariamento na vida dos trabalhadores é o grande propulsor da reprodução do capital pelo trabalho. Veja a informação na figura 20.

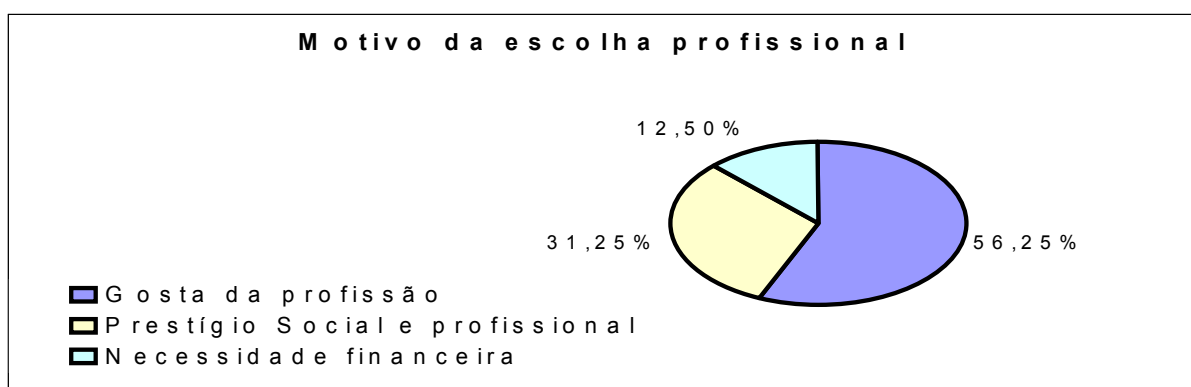


Figura n. 20 – Motivos do trabalho formal

Embora o fator econômico tenha tido um percentual importante na escolha profissional, este estudo mostrou também que 56,25% dos entrevistados escolheram sua carreira profissional a partir de suas habilidades pessoais ou por se identificarem com os objetivos propostos por ela.

4.3.2 O significado do trabalho antes da aposentadoria

Quanto ao **significado do trabalho antes da aposentadoria**, para 37,50% dos pesquisados o fator econômico e o prestígio social, aliados a satisfação pessoal e profissional

foram os grandes valores que guiaram suas escolhas profissionais. Contudo, para 50% dos entrevistados, representados única e exclusivamente pelo sexo feminino, ele tinha uma outra dimensão, a de realização pessoal e profissional, de acordo com a Figura 21.

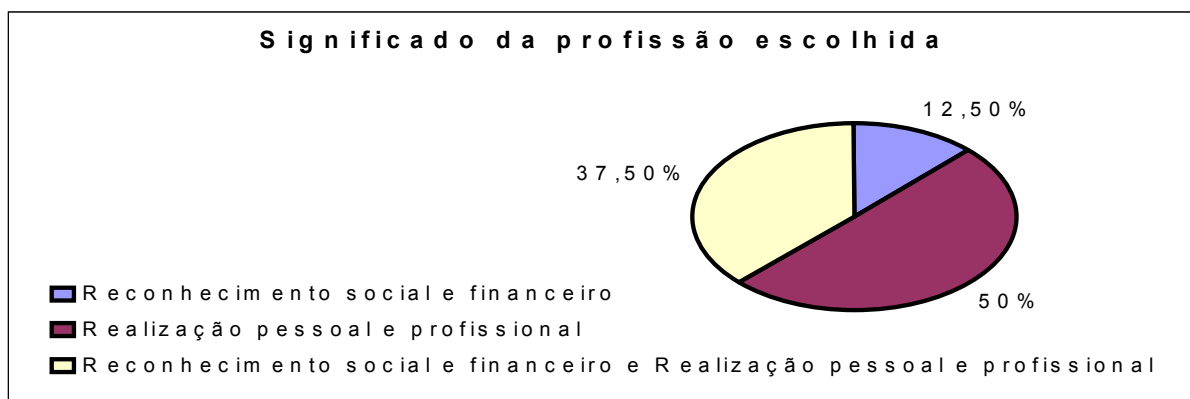


Figura n. 21 - Significado da escolha profissional para os pesquisados antes da aposentadoria

Para as pessoas que puderam escolher sua profissão, e em especial para as mulheres, a forma como a desenvolveram lhes proporcionou o autodesenvolvimento, já que gostavam do que faziam e sempre buscavam aperfeiçoar seus conhecimentos. Este fator se deve ao fato de elas terem enfrentado muitas dificuldades quanto à aceitação da sociedade, inclusive de suas próprias famílias, no que se refere à sua autonomia pessoal, conquistada, primordialmente, por meio da sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, a busca pelo aprendizado era constante, principalmente porque conseguiam se emancipar diante de suas escolhas profissionais. Ou seja, apesar de seus atos, em muitos momentos, atenderem somente aos novos processos de trabalho: racionalização, individualidade e competitividade sendo estes apenas uma estratégia de acúmulo do capital, a liberdade que possuíam em decidir o que fazer e como fazer permitiu que elas não se alienassem completamente pelo sistema econômico vigente. Para ilustrar estas informações, na seqüência apresentam-se as falas de duas entrevistadas sobre suas trajetórias profissionais.

➤ A trajetória profissional de “Aprendizado”:

Apesar do meu pai ser um homem de posses, nós tínhamos que nos virar, se quiséssemos ter um vestido melhor ou um chapéu... Sim, porque naquela época as mulheres andavam muito bem vestidas, usavam luvas, vestidos de seda, com bordados..... E tudo isso era caro. Por isso, nós, eu e minha irmã tínhamos que trabalhar para comprar nossas roupas e acessórios.

Mas eu sentia dentro de mim algo muito além disso, trabalhar para mim significava muito mais do que comprar coisas, significava independência, e a independência me realizava como pessoa, porque eu podia ser dona do meu nariz.

Então eu trabalhei desde muito cedo. Olha só, há 60 anos atrás eu já estava trabalhando. Com dez ou onze anos eu já estava trabalhando em uma mercearia que tinha perto de casa, fazendo rolhas para tapar as garrafas de cachaça. E tinha um mau cheiro que me deixava tonta. Até hoje eu não consigo beber nada de bebida alcoólica.

Mais tarde, quando eu já tava ficando mocinha, é claro, eu não queria mais ficar fazendo rolha, e como eu te disse, as mulheres andavam muito bem vestidas, e eu queria também ser assim. E mais uma vez tive que me virar sozinha. Meu pai não aceitava que eu e minha irmã estudássemos e muito menos trabalhássemos, porque, quando éramos crianças, ele até achava que fazer rolhas para as garrafas era algo que fazia a gente passar o tempo. Mas agora, que eu estava ficando moça, eu deveria me preparar para ser dona de casa, e não trabalhar fora.

Mas eu queria mesmo era trabalhar, queria aprender outras coisas sobre a vida, e não só ser dona de casa, como minha mãe foi. E à medida que o tempo ia passando, o trabalho foi representando liberdade, independência e conhecimento. Tudo isso me fascinava. Ter um trabalho me dava satisfação pessoal, me sentia realizada como pessoa e como mulher.

Mas para provar que eu também poderia ser uma boa trabalhadora, eu fui estudar. Fiz comércio, que era uma escola profissionalizante, e me formei em secretariado. E para conseguir pagar meus estudos, trabalhava de dia na Folha de São Paulo, como recepcionista.

Aí fui colocando em prática os ensinamentos do curso de secretariado na própria Folha.. O Editor- chefe do jornal percebeu que eu tinha facilidades para escrever e para se comunicar com as pessoas, e me encaminhou para fazer cursos dentro do próprio jornal.

Depois de um ano que eu estava no jornal, eu passei de recepcionista para secretária, e em seguida passei para vendedora de propaganda. Essa função era uma parte que o jornal tinha, para as empresas anunciarem seus negócios. Eu saía todos os dias vender estes espaços para essas empresas, as pessoas gostavam muito de mim, diziam que eu tinha muita habilidade para trabalhar com vendas, porque eu tinha que convencer as pessoas a anunciar as suas lojas, mercados, bares, e outras coisas assim, na Folha. E logo em seguida eu já estava como chefe de vendas do setor de propagandas.

Mas o que realmente me ajudou na minha carreira foi a minha persistência em fazer o que gostava e no que acreditava. Não fiz faculdade, mas consegui me manter no emprego porque não me acomodei nem um pouco, sempre fui em busca dos meus objetivos, sempre fui me aperfeiçoando. Mesmo depois de casada, meu marido sempre me apoiou. Afinal de contas, ele me conheceu trabalhando, portanto não pôde me impedir de continuar fazendo o que gostava.

Eu tenho uma opinião sobre o ser humano, nós não fomos feitos para ficar parados...O homem nasceu para progredir, para ir sempre em busca do conhecimento. Essa é a natureza humana.

Por isso, hoje, depois de aposentada, eu ainda me sinto com muita capacidade para aprender e para ensinar. Porque eu entendo que a aposentadoria liberta você para desenvolver várias coisas, porque a maior preocupação que você tem, quando é mais jovem, que é trabalhar para sustentar a família, tende a desaparecer. Aí você consegue se dedicar para seu aperfeiçoamento.

E felizmente para muitos aposentados que eu conheço, e também para mim, eu encontrei um lugar que eu posso ter esse aperfeiçoamento, que é aqui na (diz o nome da organização). Aqui eu me sinto uma pessoa realizada. Ajudar essas pessoas me gratifica, me faz sentir útil. Porque ali eu sei que eu sou bem- vinda, que meus conhecimentos servem para mudar a vida deles.

A minha entrada na (diz o nome da organização) aconteceu quando eu fui na associação dos voluntários. Lá eles me deram uma lista com as entidades que precisavam de voluntários, e escolhi aquela que eu mais poderia contribuir com meus conhecimentos.

Quando me apresentei na entidade, fui bem recebida, conheci como ela funciona, apesar de ainda ter algumas dúvidas sobre ela, principalmente sobre a parte dos recursos que ela arrecada.

Vi, então, que eu poderia ajudar na alfabetização de outras pessoas idosas, que nunca tiveram oportunidade de estudar e sofriam muito por isso.... Não conseguiam nem pegar um ônibus, porque não sabiam ler para onde ele iria desembarcar. Isso me tocou muito, porque eu também tive dificuldade para estudar, e sei o quanto isso é ruim para o nosso desenvolvimento como pessoa. Foi por isso que eu decidi trabalhar com a alfabetização dessas pessoas, apesar delas terem muita dificuldade para aprender.... Mas eu estou dando conta, todas elas já sabem escrever seus nomes, e algumas já sabem ler razoavelmente, não se apertam mais para pegar o ônibus.

Isso é uma vitória para mim, como pessoa e como profissional. Porque se eu, que estou com 76 anos, estou em plenas condições de contribuir com meus conhecimentos para melhorar a vida dessas pessoas, não tiver mais oportunidade, então não sei para que ainda sirvo.

Com o resultado do meu trabalho na (diz o nome da organização), eu provei que a idade mais avançada não impede ninguém de levar uma vida plenamente ativa e ainda muito útil para a sociedade.

Infelizmente, apesar de toda a tecnologia, de toda essa globalização do conhecimento como se vê, o homem está cada vez pior. Enquanto o mundo progride em tecnologia, o homem regride na convivência com outras pessoas.

➤ A trajetória profissional de “Gratificação”:

Olha, eu comecei a trabalhar bem cedo, antes dos dez anos de idade. Mas o meu trabalho era só com meus irmãos mais novos. Eu tinha uma irmã mais velha que ajudava meu pai e minha mãe na feira, e eu tinha que ficar em casa cuidando dos caçulas. Cuidei de três pequeninos, meu irmão (cita o nome), que tinha um ano menos que eu, e minhas irmãs (cita os nomes), que uma tinha seis anos, e a outra, quatro aninhos.

Na verdade, eu ficava brincando com eles, porque eu era pequenina, até hoje eu sou baixinha.

Minha mãe era uma mulher muito vaidosa, sempre se cuidava, ela tinha os cabelos compridos, meio ondulados, de cor castanha, e eu sempre a via penteando-se e cuidando muito dos cabelos.

Para passar o tempo eu ficava brincando com meus irmãos. Fazíamos de conta que eu era a mãe deles, tinha que cuidar dos cabelos deles. Minhas irmãs, assim como eu, tínhamos o cabelo comprido, da mais nova ainda não estava tão comprido, mas eu gostava muito de cuidar do cabelo das pessoas. Enquanto eu era mais novinha, tinha que fazer o que o pai mandava. Minha irmã se casou, e eu tive que ir para a feira. Mas eu não gostava de ir a feira. A única coisa que eu gostava era de conversar com as pessoas. Conversava mais do que vendia os produtos (ri).

Quando saíamos lá do Rio Vermelho, para vir para cá vender os produtos, eu sempre ficava de olho nas placas dos edifícios para ver se tinha cursos de cabeleireiro. Demorou algum tempo, mas eu, com a ajuda de minha mãezinha, convencemos meu pai a me deixar freqüentar um curso de cabeleireiro.

Desse dia em diante minha vida se modificou. Trabalhar como cabeleireira foi a minha realização como pessoa e como profissional, porque eu acredito que tudo que a gente faz deve ser feito com amor, com dedicação, porque senão a coisa não sai bem feita, e a gente não fica feliz.

Trabalhei muitos anos com meu salão. Me casei. Meu marido era e é maravilhoso. Tenho meus filhos, que eu adoro, mas eu nunca parei um só minuto por causa da minha família. A minha vida profissional é feita com muita dedicação. Eu fiz e faço muitos cursos, participo de seminários e palestras para sempre estar atualizada, e poder dar o melhor de mim para as pessoas.

De quinze anos para cá eu só dou cursos. Tive que fechar meu salão porque eu não estava mais conseguindo dar conta das duas coisas.

Quando me aposentei, consegui ficar só dois meses em casa. Quase fiquei doente. Liguei para meu ex-chefe e disse, por favor, eu quero voltar, eu faço o meu trabalho de forma voluntária, você não precisa me pagar. O que eu quero mesmo é continuar a fazer o meu trabalho, ele é a minha vida!

Para minha felicidade, na semana seguinte, depois dessa conversa, eu já estava trabalhando aqui novamente. E aqui eu tenho muita liberdade para criar o que quiser, gosto muito do que faço, das pessoas que estão aqui, porque trabalho na (diz o nome da organização) há mais de dez anos dando curso. Eu não saberia te dizer o que seria de mim sem esse trabalho, sem ter o contato com essas pessoas que eu adoro e as admiro muito, e sei que as ajudo muito no seu desenvolvimento, porque elas são pessoas muito sofridas e discriminadas pela sociedade.

Olha...! Eu não preciso disso, meu marido ganha bem, eu já estou aposentada, mas as pessoas vivem dizendo que eu tenho que parar; mas eu não aceito, eu quero ser útil, tenho que ajudar as outras pessoas que ainda precisam da gente.

As pessoas sempre dizem: “mas, com você, os cursos são melhores, você é mais alegre, comunicativa. Mas como você consegue estar sempre feliz desse jeito?!” (ri). E eu digo para todo mundo, nós temos que estar sempre aprendendo e ensinando e temos que ser dinâmicos, não podemos parar no tempo. E eu tenho algo dentro de mim que me faz ser inquieta, me fazendo buscar sempre coisas novas. Eu tenho muita coisa ainda para desenvolver.

Nos depoimentos acima, inicialmente, fica evidente uma situação: as pesquisadas, mesmo em meio a situações contrárias a sua natureza - ser mulher -, não deixaram que o destino comandasse suas vidas, mas sim elas foram protagonistas desse destino. Ou seja, a condição de ser mulher, não as impediu de redefinir suas vidas, de buscar seus sonhos e torná-los realidade. Esta situação expressa a liberdade interior que cada ser humano tem e, segundo Frankl (1991), jamais deve ser perdida, porque ela é um dos instrumentos que possibilita sentido e existência às pessoas.

Outro elemento a ser analisado a partir dos depoimentos das pesquisadas diz respeito ao sentido que elas atribuíram ao trabalho, ao longo de sua trajetória profissional. Frankl (1991) lembra que o significado dado ao trabalho é um dos caminhos para encontrar sentido de vida. Sendo assim, para as depoentes o trabalho sempre esteve condicionado por sentimentos múltiplos, como a liberdade, a oportunidade de obter e proporcionar conhecimentos, além de realização plena como ser humano e principalmente como mulher.

Verifica-se o quanto estes sentimentos (liberdade, conhecimento e realização), que deram sentido às suas vidas, contribuíram para o seu autodesenvolvimento, seja no campo ,

pessoal, seja campo profissional. Acima de tudo, a maneira como conduziram suas ações ao longo de suas trajetórias profissionais lhes permitiu orientarem-se para o futuro.

O ato de orientar-se para o futuro faz com que o ser humano planeje, revigore e dê sentido para cada nova etapa de sua vida. Este ato, por sua vez, é único, altera-se de pessoa para pessoa e de um momento para o outro. Daí a importância em trabalhar a ocupação pós-aposentadoria a partir de um significado de autodesenvolvimento e emancipação do homem diante do mundo materialista no qual se vive atualmente.

4.4 A OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O SEU SIGNIFICADO

A partir dos dados expostos na Figura 22 verifica-se que 56,25% dos pesquisados conseguiram ingressar na organização por meio do contato com amigos e vizinhos.

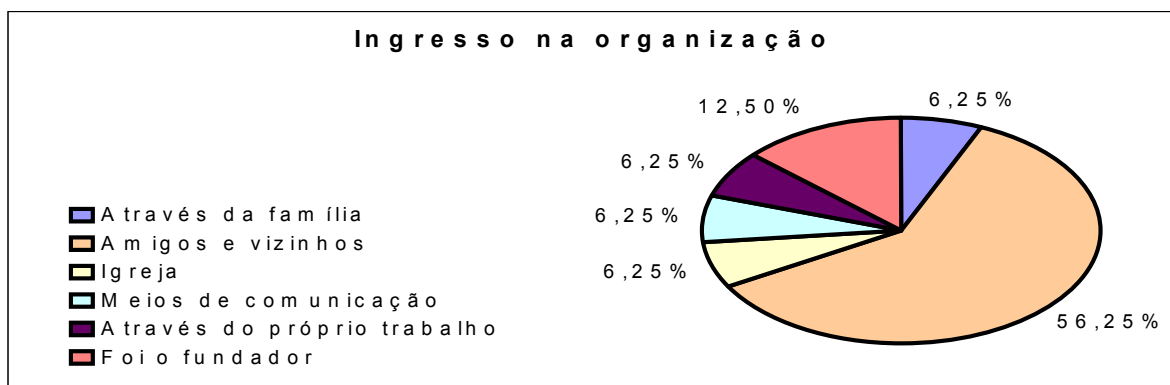


Figura 22- Forma de ingresso na organização

Um percentual de 87,50% das pessoas que participaram deste estudo afirmaram que, antes de ingressar na organização à qual estão desenvolvendo suas atividades ocupacionais, estavam deprimidas e sentindo um vazio existencial muito grande.

Desse modo, **os significados da ocupação** que exercem atualmente que obtiveram maior percentual representativo foram a continuidade no aprimoramento de seus conhecimentos e a satisfação pessoal e profissional. Juntos, estes dois elementos representam 81,25% e podem ser constatados a partir das informações da Figura 23.

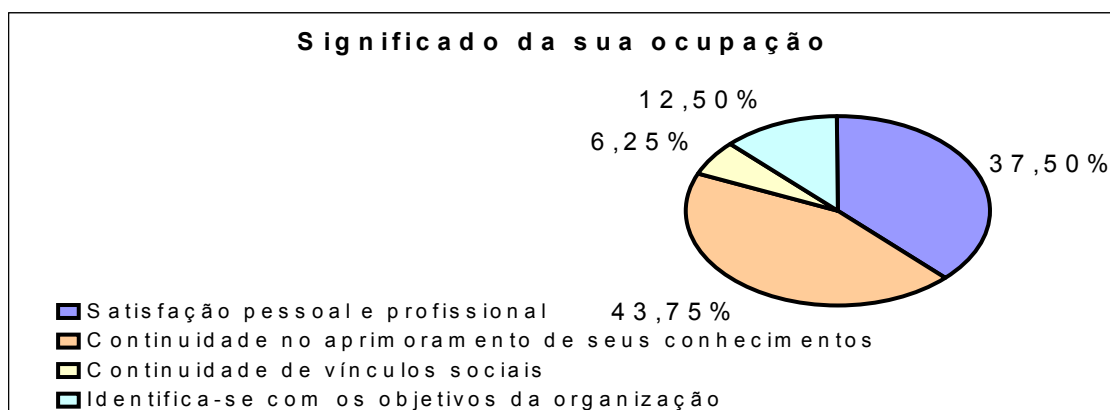


Figura n. 23 - Significado da ocupação pós-aposentadoria

Os relatos que se seguem confirmam os sentidos expostos na figura 23.

Aqui no (cita a organização) as pessoas conseguem se desenvolver pessoalmente. Este é um espaço muito rico para aqueles que querem enriquecer-se com coisas novas, coisas que só nos trazem sabedoria.(SIC/AGRADECIMENTO).

Eu me sinto ainda muito produtivo. O mercado me excluiu, e eu encontrei um outro caminho para mostrar que meus conhecimentos ainda são válidos, que é aqui na (cita a organização). Porque eu acho que o ser humano é movido por desafios e inquietações. Eu fui feliz todas as vezes que tive as inquietações, porque elas me fizeram ir em busca de coisas novas, e com isso eu sempre estou aprendendo. (SIC/MOTIVAÇÃO).

A aposentadoria é um benefício concedido, para muitas pessoas, muito cedo. Porque quando o trabalho feito por alguém começa a ter discernimento, quando o trabalhador está altamente qualificado, podendo dar o melhor de si, ele é expulso do mercado de trabalho. E aqui foi um local que eu consegui espaço para continuar meus aprimoramentos profissionais.(SIC/CONHECIMENTO).

O fato de o ser humano ter um tempo pré-fixado para realizar suas atividades profissionais é o resultado de uma sociedade moldada dentro da ótica do mercado. Agilidade, competitividade, individualidade, racionalização que prime pela eficiência e a eficácia são os critérios mais observados pelo mercado diante da instituição dos processos de trabalho na atualidade.

Contudo, fica evidente, a partir dos resultados deste estudo, que as organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade em geral e, com uma maior grau, as denominadas ONGs, estão mais dispostas a abrir espaços para as pessoas aposentadas desempenharem e/ou darem continuidade a suas atividades profissionais. Isso se deve ao fato de sua gestão adotar procedimentos mais participativos e menos burocráticos e hierárquicos, como ocorre nas organizações sociais formais, que apresentam um conjunto de regras mais rígidas quanto ao seu funcionamento.

Vale lembrar que tais atividades tanto podem estar ligadas à profissão que os aposentados exerceram no passado, quanto podem estar ligadas a novos e desafiantes espaços profissionais exercidos agora no interior das organizações sociais. Esta situação é possível, principalmente, porque eles conseguem construir suas atividades ocupacionais regidas sob a perspectiva do autodesenvolvimento e da emancipação, valores estes muito importantes para o seu cotidiano profissional.

4.4.1 Contextualizando as atividades ocupacionais pós-aposentadoria

É significativo o número de pessoas aposentadas que estão atuando na elaboração e/ou na operacionalização, em conjunto com a organização, de algum projeto social, visando a atender a população demandatária por esses serviços, chegando a 56,25% do total dos pesquisados. Percebe-se, também, que 31,25%, têm auxiliado na gestão da organização, por meio da sua experiência profissional. Esta informação vem ao encontro de um outro dado: 43,75% sentem-se úteis e valorizados na organização e estão há mais de dez anos atuando nela.

Verifica-se os **tipos de atividades** que os aposentados exercem no interior das organizações sociais, a partir da figura 24.

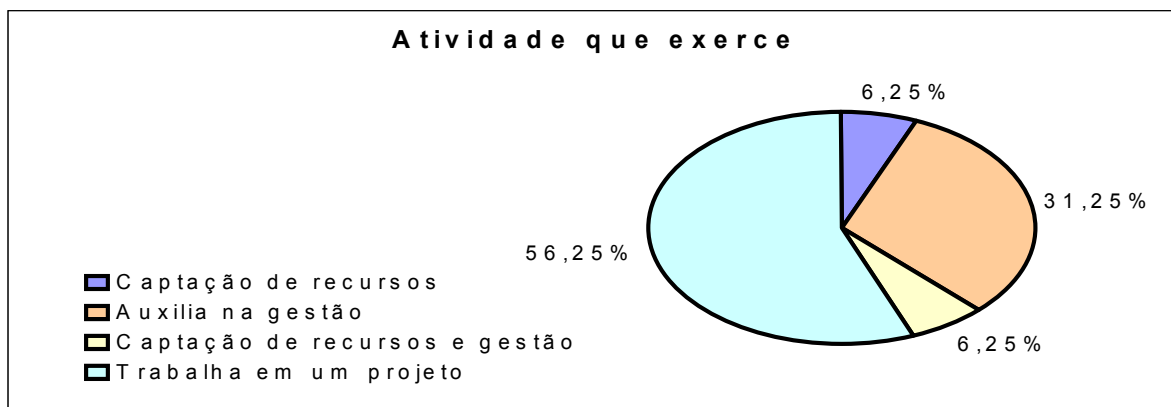


Figura n. 24 - Atividades exercidas pelos aposentados

E o mais importante disso tudo é que 37,50% desenvolvem sua ocupação pós-aposentadoria na mesma área em que trabalharam antes de se aposentar. Este dado revela que boa parte dos depoentes sempre se identificaram com sua escolha profissional e ainda se sentem capacitados para o seu desenvolvimento.

Estas informações podem ser demonstradas a partir dos relatos a seguir.

O mais importante para mim é que aqui eu posso ajudar essas crianças e adolescentes a terem uma perspectiva de vida. Eu sento com a direção, e discutimos todos os pontos positivos e negativos do que está sendo feito e do que precisa fazer para melhorar nosso trabalho.(SIC/COMPROMETIMENTO).

Eu sempre dou minha opinião, sempre que acho que posso contribuir não me omito em dar o meu parecer. Afinal de contas, eu gosto de tudo muito bem feito. (SIC/MOTIVAÇÃO).

O aprendizado é o grande ensinamento que podemos ter quando fazemos ou continuamos nossas atividades profissionais. E aqui eu consigo tocar a minha vida profissional porque estou sempre aprendendo algo novo e posso ajudar também com meus conhecimentos.(SIC/SABEDORIA).

É bom lembrar que pelo fato de os pesquisados possuírem renda via aposentadoria ou pensão, observa-se que 93,75% não recebem remuneração pela ocupação que exercem atualmente.

Evidencia-se que 62,50% dos aposentados desenvolvem semanalmente, de cinco a dez horas de atividades dentro da organização, de acordo com a Figura 25.

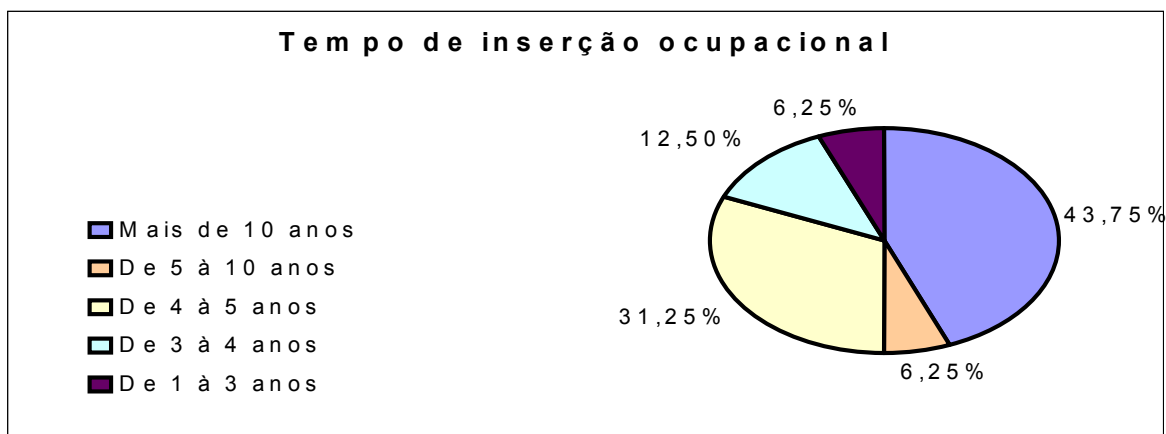


Figura n. 25 - Tempo de dedicação semanal dos aposentados à organização social

No entanto, de acordo com as informações dos aposentados, esse tempo sempre é maior, uma vez que acabam desenvolvendo outras atividades fora da organização, mas que vão atender às necessidades desta. Essas atividades extras podem ser: reuniões em conselhos, reuniões com empresas para captação de recursos, participação em cursos e seminários, participação em eventos promovidos pela própria organização, etc.

A continuidade de suas atividades profissionais, em 75% dos casos, proporcionou a melhora da sua auto-estima e a valorização profissional. Esta informação demonstra que o ser humano é multidimensional. Ou seja, especialmente para os participantes deste estudo, o fator econômico não é o grande impulsionador da continuidade de suas atividades profissionais. O maior benefício que possuem ao desempenharem suas funções profissionais atualmente fundamenta-se em algo que é intrínseco aos ser humano que é a noção de sentir-se útil, de ser uma pessoa ativa, participante e contribuinte das mais diversas manifestações da vida em sociedade.

Verificam-se as informações descritas a respeito dos aspectos positivos da ocupação pós-aposentadoria na figura 26.

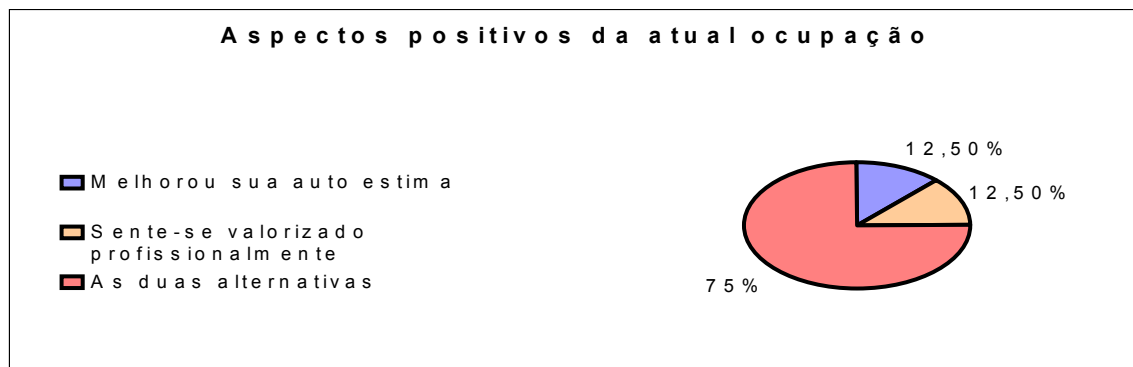


Figura n. 26- Aspectos positivos da ocupação pós-aposentadoria

Os relatos que se seguem corroboram as informações da figura 26.

A aposentadoria é altamente frustrante para quem luta no dia-a-dia. Ela só é boa nos primeiros dias, depois tudo parece perder sentido. Aí você pára e pensa: “eu preciso fazer algo, não posso ficar aí parada, eu tenho que fazer algo de útil para mim e para a sociedade”. (SIC/CONHECIMENTO).

Trabalhar aqui é a minha vida. Vivo 24 horas por essa instituição. Tenho experiência profissional; trabalhei toda a minha vida com crianças carentes, quando era professora em escola pública. Dar continuidade a essa função me faz sentir capaz e muito feliz, pois sinto que posso contribuir muito para o crescimento pessoal dessas crianças.(SIC/VIDA).

Eu sempre fiz o que gostava, desde a minha profissão até agora. Após 30 anos de trabalho, quando me aposentei, senti a necessidade de fazer alguma coisa, porque ficou um vazio dentro de mim. Acho que os meus conhecimentos não se perderam só porque me aposentei. Agora eu os utilizo para desenvolver outras funções, me realizo com isso.(SIC/REALIZAÇÃO).

Estes depoimentos vêm ao encontro de um outro dado muito significativo, que se refere à manutenção de seus vínculos com a organização. Ou seja, 75% dos pesquisados não deixariam de desenvolver suas atividades ocupacionais, como até então vêm exercendo, para ingressar em uma empresa privada, onde poderiam ser contratados com vínculo formal e receberiam remuneração pelo trabalho que realizariam. Tal informação expressa o que Agnes Heller, autora citada na pesquisa teórico-documental, expõe sobre as necessidades humanas. Após o atendimento das necessidades radicais e absolutas (comer, vestir-se, adquirir algum bem material) surgem outras necessidades que extrapolam o fator econômico, único valor

instituído pela sociedade de mercado. O que existe, na verdade, são as necessidades pós-materialistas, embasadas em sentimentos como a solidariedade, o sentimento de utilidade, de pertencimento e importância para um determinado segmento social. Estas informações são vislumbradas na figura 27.

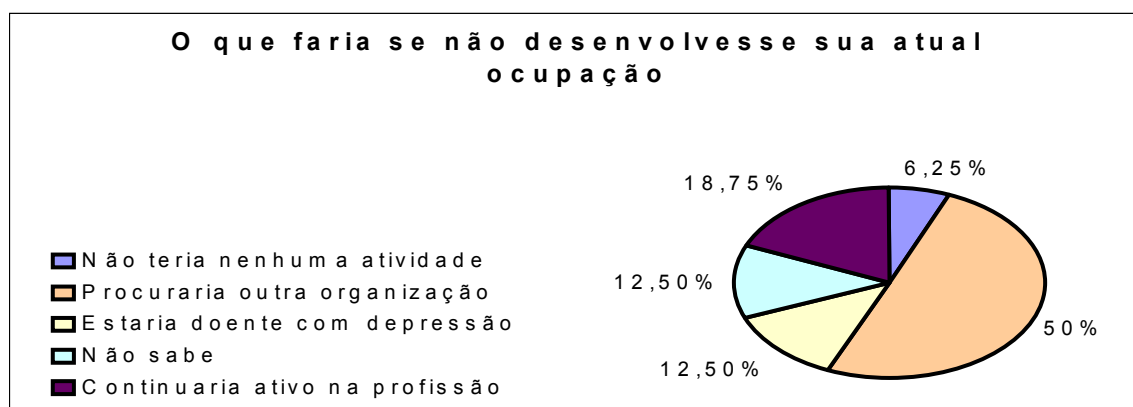


Figura n. 27- A necessidade da ocupação pós-aposentadoria

É visível, também, que a grande maioria dos pesquisados não ficaria totalmente inativa, caso não estivesse inserida na atual organização social. Somando todas as alternativas que expressam as informações sobre “continuidade da vida profissional”, verifica-se que 68,75% do total dos depoentes estaria de algum modo desenvolvendo alguma atividade.

As informações que abordam sobre a continuidade profissional são constatadas na figura 28.

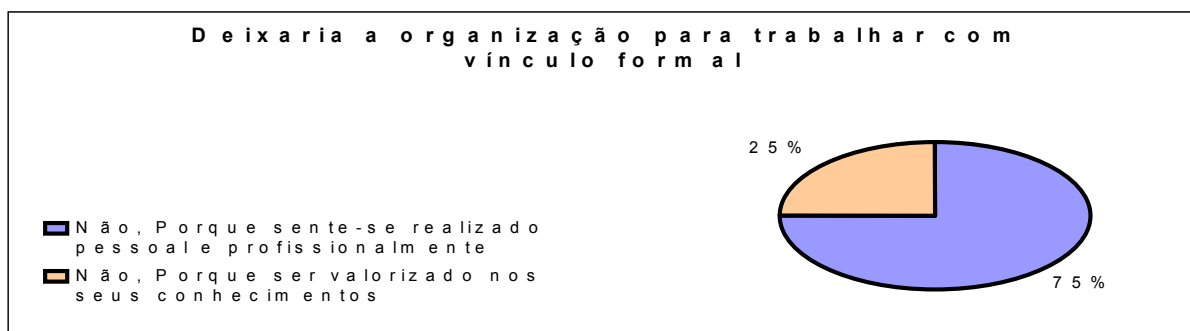


Figura n. 28- A importância da ocupação pós-aposentadoria

Os dados da figura 29, apontam as dificuldades enfrentadas pelas pessoas aposentadas que estão inseridas nas organizações sociais e desenvolvem atividades ocupacionais no seu

interior. Os depoentes expressam como maiores entraves para o desenvolvimento de sua ocupação: primeiro: a omissão do Estado diante das necessidades da organização, aliado à falta de recursos financeiros da própria organização; segundo: o afastamento do Estado no provimento de programas e projetos sociais operacionalizados pela organização em que atuam. Somadas estas respostas, obtêm-se um percentual de 37,50%.

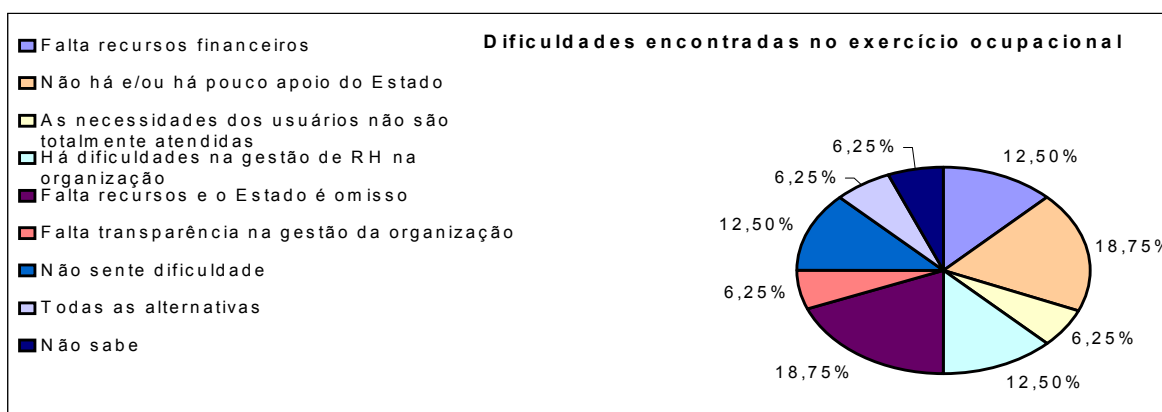


Figura n. 29- Dificuldades encontradas pelos aposentados no interior das organizações sociais

As dificuldades descritas corroboram as declarações que se seguem.

A relação com o Estado é a seguinte: se você não estiver a toda hora de olho no que eles vão fazer, como eles vão fazer e quem eles vão atender, você fica para trás. Eles esquecem totalmente a organização se a gente não fica em cima o tempo todo (SIC/SATISFAÇÃO).

A Prefeitura, no ano passado, me mandou cada professor ótimo, fizemos um trabalho muito bom. Esse ano, eu vi que as coisas mudaram, os professores que me enviaram deixam muito a desejar. O Estado é assim, não está nem aí se o projeto que desenvolvemos deu certo ou não, se as crianças que são atendidas aqui estão realmente recebendo uma boa formação... Ele não fiscaliza nada, está totalmente ausente quanto à qualidade dos serviços nessa área (SIC/VIDA).

Esse espaço aqui não é nada valorizado pela Prefeitura. Temos uma área boa, mas é mal cuidada, está tudo abandonado. Assim, o nosso trabalho fica pela metade, não conseguimos dar todo o resultado que poderíamos dar (SIC/GRATIFICAÇÃO).

O abandono do Estado é cada dia maior. Olha só!!!... Estamos no mês de março e ainda não recebemos os recursos destinados ao nosso projeto em forma de um convênio. Que responsabilidade é essa do Estado??!!.. Muda-se governo, sai um, entra outro, e a coisa está cada vez pior. Nós estamos cobrando o tempo todo, mas temos muita dificuldade para sermos ouvidos (SIC/CONHECIMENTO).

O afastamento do Estado no que se refere tanto à viabilização de recursos financeiros como à viabilização de recursos humanos para atuar na área social é o resultado de um

projeto político e econômico adotado pelo governo brasileiro. Este projeto prima pela redefinição do papel do Estado diante das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais pelo quais os países do mundo todo estão passando.

Na verdade o novo direcionamento dado ao Estado é guiado por forças puramente econômicas e políticas e tem como grande objetivo difundir ações voltadas para o mercado econômico e financeiro. Um dos órgãos internacionais com maior representatividade nesse cenário de redefinição do papel do Estado é o Banco Mundial.

Ainda no ano de 1997, este órgão elaborou um de seus relatórios sobre o desenvolvimento mundial. Neste documento o tema central abordado foi o “Papel do Estado”. O objeto da discussão centrou-se no delineamento do Estado diante do desenvolvimento das economias mundiais. Os autores deste relatório afirmam que o Estado fracassou ao tentar trabalhar o desenvolvimento político e econômico das nações mundiais. Este fato ocorreu devido às constantes e profundas transformações que a sociedade vem sofrendo, principalmente depois do período pós-guerra. Por isso, sustenta a idéia de que o Estado é um organismo importante e essencial para o desenvolvimento econômico e social. Porém, sua atuação deve mudar. Ele não poderá ser o promotor direto do crescimento econômico e social de um país, mas sim deverá ser um parceiro e facilitador desse processo.

Portanto, todas as ações que antes eram desempenhadas pelas organizações sociais, sob um cunho filantrópico, certamente estão perdendo cada vez mais espaços diante desse novo perfil do mundo dos negócios na área social. Ou seja, a partir do momento em que o Estado estabelecer parcerias com a sociedade civil, por meio de organizações sociais, visando a apoiar financeiramente os projetos sociais, não abrirá mão de dois elementos fundamentais: o profissionalismo e o comprometimento da organização para com o desenvolvimento de tais projetos. Pois se não houver profissionais altamente qualificados e comprometidos com a

população demandatária por projetos sociais, não serão obtidos resultados concretos para a mudança efetiva de seus padrões de vida.

O outro dado que foi identificado na pesquisa refere-se à relação que os pesquisados possuem com o profissional assistente social. Conforme demonstra a figura 30.

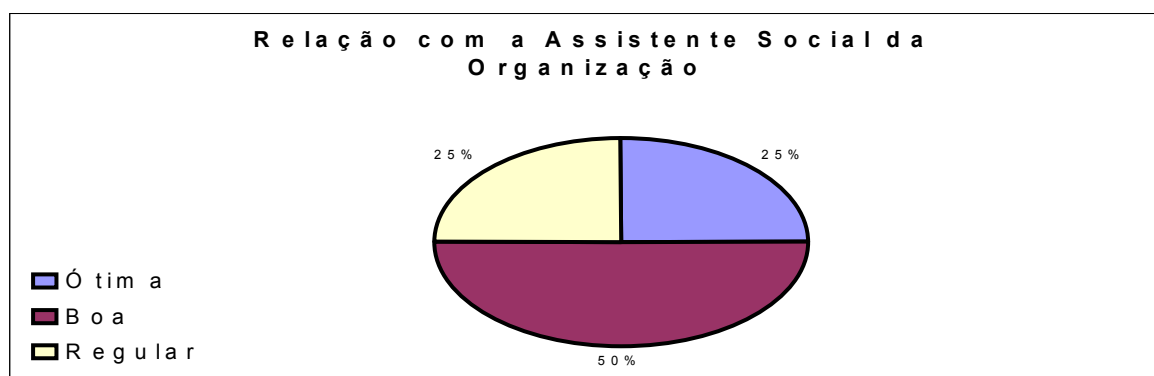


Figura n. 30- Relação dos aposentados com a assistente social da organização social

Com um percentual de 25%, registra-se uma relação considerada **ótima** entre os aposentados e o assistente social. Nestes casos se percebeu que há um maior envolvimento profissional entre eles, principalmente no que se refere à parceria na elaboração e no desenvolvimento das atividades ocupacionais dos aposentados. Tais atividades buscam realizar ações em prol dos usuários atendidos pelas organizações. Vale destacar que sentimentos como o respeito mútuo, a valorização profissional e a amizade prevalecem nesta relação. Evidencia-se esta constatação por meio dos depoimentos abaixo.

Minha relação com ela é ótima. Pensamos juntas todos os trabalhos que temos que fazer aqui. Ela é uma profissional muito responsável e comprometida com a organização. (SIC/CONHECIMENTO).

É uma profissional muito preocupada com os pacientes. Sempre faz trabalhos com a gente, principalmente na seleção de voluntários. Sempre está em busca de cursos e palestras para nós. Ela não só faz os cursos, como também indica pessoas para nos orientar. (SIC/REALIZAÇÃO).

Gosto muito de trabalhar com ela. Ele nos envolve em tudo, valoriza nossas experiências, talentos e sabedoria. Está sempre preocupada em fazer o melhor trabalho. Aliás, depois que ela assumiu essa organização, muita coisa melhorou. (SIC/SABEDORIA).

Quanto ao percentual de 50% que relataram possuir uma **boa** relação com o assistente social, identificam-se na fala dos depoentes dois elementos nessa relação. Primeiro: o profissional ainda é visto como uma pessoa “boazinha” e sempre está disponível para atender aos trabalhos filantrópicos que realizam. Há um vínculo muito forte de amizade. Por outro lado a relação profissional é pouco evidente. Segundo: percebeu-se também que os entrevistados pouco conheciam as funções do assistente social dentro da organização. Pois, quando interrogados para responderem, entre as ações que o assistente social desenvolve, qual acha mais importante para a organização, não souberam dizer. Por isso, preferiram afirmar que “achavam” que ela é uma profissional “boa”, evitando detalhar mais a sua resposta.

Verificam-se estas questões a partir das informações expressas a seguir.

Ela é boa, mas eu tenho pouco contato com ela. Acho que é porque ela tem muita coisa pra fazer. Sempre converso mais com a pedagoga daqui, porque a gente prepara as aulas para as “meninas” juntas.(SIC/APRENDIZADO).

É legal, ela sempre procura a gente quando precisa de algum suporte financeiro ou algum material, fraldas, alimento..., que a gente consegue com nossas promoções.(SIC/DOAÇÃO).

É uma relação “normal” por enquanto, é uma área que procuro não intrometer-me, pois poderia atrapalhar e eu quero ajudar.(SIC/COMPROMETIMENTO).

O percentual que afirmou que a relação com o assistente social é **ruim** chegou a 25%. As problemáticas levantadas por eles quanto a esta questão se referem em primeiro lugar: ao fato de o profissional demonstrar ter pouco comprometimento com a organização, e sua qualificação profissional não ser adequada para as suas necessidades. Segundo aspecto detectado: os aposentados não conseguem estabelecer um trabalho em parceria com esta profissional, sempre que a procuram está com pouco tempo para atendê-los. Esta situação desencadeia uma grande dificuldade sentida pelos aposentados, especialmente relacionada ao apoio técnico em algum projeto desempenhado por eles no interior das organizações sociais.

Veja os relatos que se coadunam com esta problemática.

Como pessoa é muito boa, mas como profissional é pouco comprometida. Ela não se envolve com nada, eu vivo dando idéias para ela... Isso aqui precisa ser mais

valorizado pela sociedade, precisa ser mais visto por todo mundo. Mas ela não é uma pessoa dinâmica.(SIC/GRATIFICAÇÃO).

É uma profissional esforçada, mas falta experiência profissional. Ela ainda comete muitos erros.(SIC/VIDA)

Tenho muito pouco contato com ela. Minhas idéias são totalmente diferentes das dela. Há interesses divergentes quanto ao nosso trabalho aqui na (diz o nome da organização)(SIC/SOLIDARIEDADE).

Ela se esforça bastante, mas não conseguiu trazer as informações que nós precisávamos para dar andamento e melhorar nosso trabalho. Por exemplo, eu solicitei a ela um estudo socioeconômico de todas as famílias que nós atendemos, e ela ainda não me trouxe esse estudo. E olha, já faz mais de seis meses que eu fiz essa solicitação!!(SIC/FELICIDADE).

4.4.2 Os valores éticos e políticos da ocupação pós-aposentadoria

As informações descritas a seguir mostram o resultado da observação participante, um dos instrumentos utilizados pela pesquisadora neste estudo visando a aprofundar a coleta de dados. Portanto, os percentuais expressos via gráficos, neste momento, demonstram a análise de dez sujeitos participantes da pesquisa.

Um dos aspectos observados durante a aplicação da técnica de observação participante foi perceber se os sujeitos entrevistados preocupam-se com o seu aprimoramento profissional e de que maneira realizam tal aprimoramento.

Identificou-se que um percentual significativo dos depoentes, 60%, realizam **aprimoramentos técnicos** na área em que atuam dentro da organização. Estes aprimoramentos são feitos por intermédio de cursos de pequena e média duração, palestras e seminários. Para os participantes deste estudo, que fazem questão de se manterem atualizados, tanto dentro de sua área profissional como em outra em que já vêm atuando, a iniciativa em participar destes eventos parte dos próprios aposentados. Esse aprimoramento técnico ocorre em função deles perceberem que possuem capacidades intelectuais, psicológicas e físicas para aprofundar seus conhecimentos. Acima de tudo, sentem-se mais preparados tanto para assimilar novos conteúdos, como, por demonstrarem preocupação em oferecer seu trabalho junto à população atendida pela organização com qualidade.

As informações a respeito do aprimoramento técnico dos aposentados são vistas nos relatos abaixo.

É muito importante para mim e para outras pessoas que estão aqui fazer os cursos que o (diz o nome da organização) nos proporciona. Se nós não nos mantivermos em constante aprimoramento, nós não conseguimos atender às pessoas que nos procuram aqui para receber ajuda.(SIC/AGRADECIMENTO).

Para trabalhar com a população idosa aqui no (diz o nome da organização), eu tive que fazer muitos cursos, principalmente na área de Gerontologia. Tem coisas que eu aprendi, que eu nunca imaginei que fosse dessa forma, de como lidar com as pessoas, o porquê dos problemas que eles têm... Até para o meu autoconhecimento, foi muito importante.(SIC/SABEDORIA).

Quando eu entrei aqui, tive que aprender muito sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu não sabia.... Ou, melhor dizendo, eu sabia muito pouco sobre essa legislação, porque eu sempre trabalhei na previdência com a política de aposentadoria para o trabalhador. Então, todo o meu conhecimento eu construí aí, nessa linha. Mas agora eu trabalho com crianças e adolescentes, por isso tive que estudar muito sobre essa temática.(SIC/CONHECIMENTO).

Se, de um lado, há um percentual muito bom de aposentados preocupados com seu aperfeiçoamento técnico, principalmente na ocupação que desenvolvem por outro lado, há aqueles que nunca fizeram nenhum curso, chegando a 30%, depois que se inseriram na organização. Existem também aposentados que participam poucas vezes de cursos que visem ao seu aprimoramento profissional, não passando de 10%. Estes cursos, na sua grande maioria, são promovidos pela organização em que estão inseridos. Raramente buscam algo que vai além do que é oferecido por ela . Veja os relatos que condizem com estas informações, assim como com a figura 31.

Eu não preciso de nenhum curso. Esse “pessoalzinho” aí da universidade acham que sabem de tudo, mas não sabem é nada. Eu vou dar palestras para as escolas, para as entidades sobre a AIDS, e eu sou muito elogiada, pelo modo como eu exponho o assunto. Não fico aí falando difícil como vocês teóricos...(SIC/SOLIDARIEDADE).

Não, a gente nunca participou de cursos, de nada disso. Tem o pessoal lá do Hospital Infantil que faz muitos desses cursos, mas a gente ainda não se mexeu para isso.(SIC/DOAÇÃO).

Nunca fiz nenhum curso, comecei a trabalhar aqui há mais de dez anos, e nunca ninguém me disse se era importante fazer algum curso.(SIC/AMIZADE).

A gente participa dos cursos e palestras que a assistente social encaminha para fazer, mas são poucas as vezes que fazemos esses cursos.(SIC/REALIZAÇÃO).

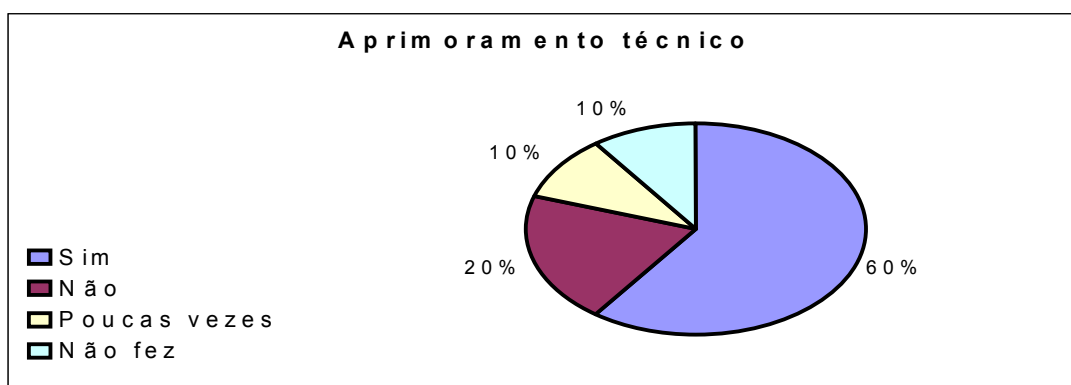


Figura n. 31- Realização de aprimoramentos técnicos dos aposentados

Outra informação constatada pela pesquisadora, durante a observação participante, se refere à **relação** que os depoentes possuem **com os gestores da organização**. De acordo com a figura 32, verifica-se que 20% dos aposentados possuem uma **ótima** relação com o gestor. O respeito mútuo e a valorização profissional e pessoal são os aspectos que mais marcam essa relação. Quanto àqueles que possuem uma **boa** relação, chega-se a 20%.

Evidencia-se, a partir dos relatos abaixo, que o elemento fundamental na relação entre os pesquisados com os gestores se estabelece a partir de ações de amizade, com muito pouco profissionalismo.

Se não fosse ela, eu não estaria aqui. Ela me recebeu muito bem, me deu atenção, me fez sentir uma pessoa importante, valorizou a minha experiência e a minha vontade de estar aqui.(SIC/SATISFAÇÃO).

Tudo que fizemos tem o apoio da nossa coordenadora. Ela nos incentiva muito, nos dá muita força. Mas o que eu mais gosto nela é que ela acredita em nosso potencial. E isso nos fortalece muito.(SIC/AGRADCIMENTO)

Porém, é no percentual que se apresentam os resultados **regular e ruim**, que somados, chegam a 40%, conforme exposto na figura 32, que a relação entre os depoentes e os gestores mostra-se muito deficiente. Tal deficiência ocorre especialmente a partir de uma relação altamente burocrática e hierarquizada. Percebe-se claramente a divisão de poderes e saberes entre os gestores e os aposentados, na qual as regras e as normas da instituição devem ser seguidas, sem contestação. Além disso, os gestores raramente mantêm contato com os

aposentados, havendo um tratamento diferenciado quanto à importância destes para a organização. Verifica-se esta situação por meio dos depoimentos a seguir.

O administrador vem aqui, conversa com a gente de vez em quando, principalmente quando temos reunião, que é feita uma vez por mês. Ele sempre pede a nossa ajuda, para colaborarmos com recursos financeiros, nas obras que eles fazem aqui.(SIC/DOAÇÃO).

A gente tem uma relação um pouco complicada, nunca consigo fazer com que me ouçam.(SIC/GRATIFICAÇÃO).

Eles nunca conversam comigo, eu venho aqui, faço meu trabalho e vou embora. Tenho um pouco de receio deles, acho bom não me envolver.(SIC/AMIZADE).

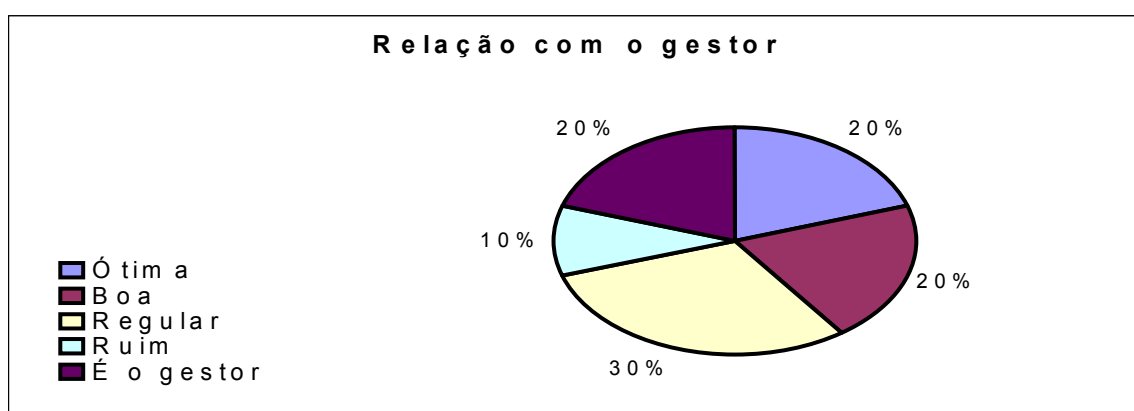


Figura n. 32- A relação dos aposentados com os gestores da organização

Neste estudo também se observou como os aposentados avaliam **a importância do seu trabalho, tanto para a organização**, por meio de seus beneficiários, **como para a própria sociedade**. Um percentual de 60% consideram muito importante, e 40% acreditam ser importante. É interessante notar, que 30% dos sujeitos participantes desta pesquisa, acreditam em um novo direcionamento do trabalho em uma sociedade que está apresentando um número cada vez maior de pessoas aposentadas. Contudo, ainda não sabem explicar como essa reorganização do trabalho se dará.

As informações descritas acima também podem ser visualizadas na figura 33.

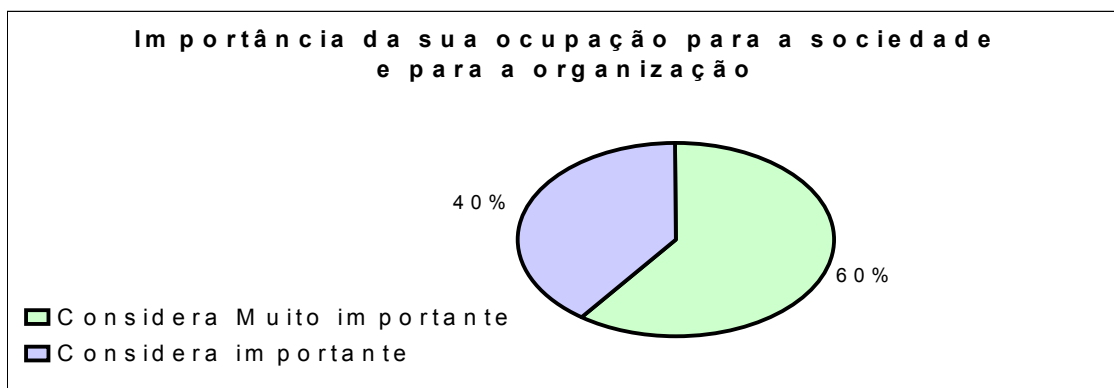


Figura n. 33- A percepção dos aposentados sobre a importância da ocupação pós-aposentadoria para a sociedade em geral

O que fica evidenciado, diante destas informações, é que as pessoas aposentadas sentem a necessidade de continuar produtivas. Porém, afirmam que os espaços de produção em que gostam de estar inseridas devem proporcionar-lhes o seu autodesenvolvimento e a sua emancipação. Diante disso, identifica-se que a ocupação pós-aposentadoria, nestas circunstâncias, reflete sentimentos mais humanitários como a solidariedade social, a ética e o respeito à vida; sentimentos estes contrários à lógica do sistema de mercado, que vem comandando a relação entre capital e trabalho desde a Revolução Industrial. Esta situação é reiterada pelos depoimentos dos entrevistados.

O governo e a própria sociedade ainda não pararam para pensar que o Brasil já é considerado uma nação com um número muito grande de idosos. E o pior disso tudo é que nós estamos nos envolvendo cada vez mais com a sociedade, em lugares que somos aceitos e respeitados como aqui; em lugares que a gente possa escolher o que fazer. E nós fazemos o que gostamos, que é ajudar essas pessoas.(SIC/SABEDORIA).

Certamente que o Brasil terá que mudar muita coisa quando tiver mais idosos do que jovens. Acho que já está demorando muito para se preparar para essa nova situação. Mas de uma coisa eu sei, a gente tá aí; trabalhando, estudando e sempre aprendendo. Tenho 64 anos e me sinto muito preparada para assumir muitas coisas. Mas eu não quero perder minha liberdade, quero fazer coisas que gosto.(SIC/AGRADECIMENTO).

Olha, eu fui convidada para trabalhar aqui. Sei que tenho competência para estar aqui; e acredito que a tendência será esta, cada vez mais pessoas preparadas e com mais idade assumirão atividades profissionais. Mas elas só farão aquilo que gostam. Veja só, eu não estou aqui por necessidade financeira, estou aqui porque me realizo e sei do meu potencial. É por isso que ninguém me obriga a fazer nada do que não gosto.(SIC/VIDA).

A observação feita pela pesquisadora também procurou focar se os aposentados passam por **situações discriminatórias** quanto ao exercício de suas atividades ocupacionais no interior das organizações sociais. Nesse sentido, de acordo com os dados da figura 34, há um percentual de 70% do total dos depoentes que relataram não se sentirem discriminados e desvalorizados na organização em que estão inseridos. Evidencia-se, por outro lado, que 30% dos pesquisados passam e/ou já passaram por situações que podem ser expressas como discriminatórias. Citam-se como alguns exemplos: o gestor da organização não os conhece ou poucas vezes mantém contato com eles, e, quando o faz, demonstra não estar interessado no trabalho desenvolvido. Outro exemplo se refere aos próprios funcionários da organização; muitos nunca estabeleceram qualquer contato com os pesquisados, apesar de os verem semanalmente na organização, atuando com o público-alvo. Fica evidente, neste caso, um distanciamento profissional e pessoal entre os funcionários com vínculo formal e os aposentados.

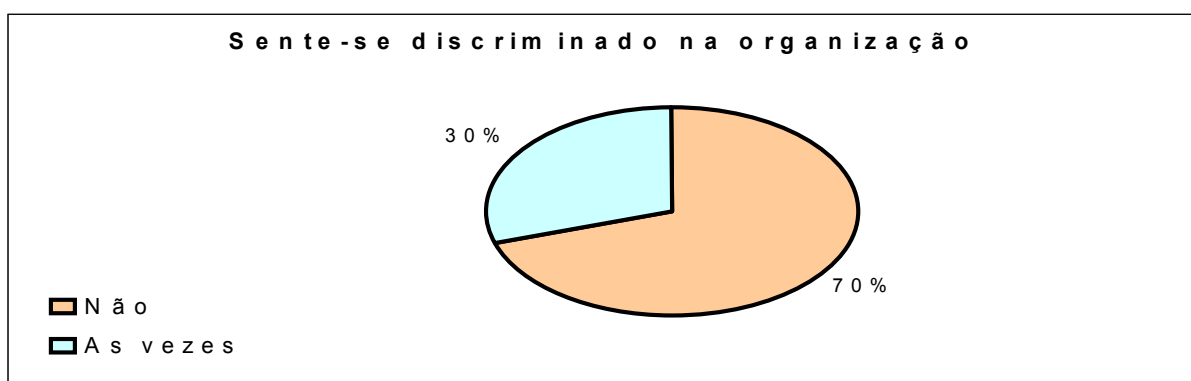


Figura n. 34- A discriminação sentida pelos aposentados no interior das organizações sociais

Um dos resultados mais surpreendentes nesta pesquisa foi a resposta dada pelos depoentes quando indagados, durante o desenvolvimento de suas atividades ocupacionais sobre como classificariam tais atividades.

A figura 35, mostra que 100% dos entrevistados consideraram suas ações como trabalho. As demais respostas, emprego ou ocupação, não foram consideradas.



Figura n. 35- Como os aposentados classificam a sua ocupação atual

Veja esta informação a partir dos relatos que se seguem:

O que faço aqui é um trabalho, porque continuo a desenvolver minha profissão, que sempre foi pedagoga. Só que, agora, assumi outra função em conjunto com a Pedagogia, a administração dessa entidade. E isso para mim é trabalho, porque produzo algo para alguém, produzo conhecimento e ensino para essas crianças.(SIC/VIDA).

Tudo que faço aqui é trabalho para mim. Porque o trabalho na minha vida sempre representou gratificação pessoal e auto-estima...É o que eu sinto estando aqui.(SIC/AGRADECIMENTO).

Para mim representa trabalho, porque o trabalho é fazer algo de útil, e ocupar-se e fazer algo que não tem sentido é só para passar o tempo.(SIC/SABEDORIA).

Eu vejo que a minha função é trabalho. O trabalho deixa a gente feliz. Quem não trabalha só pensa coisa ruim. Aqui eu trabalho, sou feliz, é muito gratificante, não tem preço pra mim.(SIC/AMIZADE).

Tudo isso é para mim muito mais do que ocupar-se. É algo que me preenche espiritualmente e mentalmente. Eu consigo com esse trabalho exercitar minha mente, me sinto útil e fortalecida para viver.(SIC/DOAÇÃO).

Isso se deve aos valores que a sociedade foi incorporando sobre o significado do trabalho ao longo da sua história, na qual ele se tornou um instrumento do sistema capitalista. Ou seja, o ato de trabalhar sempre deve estar aliado ao sentimento de utilidade, de valor visando a proporcionar ao trabalhador o acesso aos bens materiais que o próprio sistema capitalista instituiu na vida das pessoas.

Há de se ressaltar um fato positivo nesse resultado, nenhum participante está se sentindo obrigado a desempenhar suas ocupações atualmente. Pelo contrário, somente estão inseridos nas organizações por vontade própria. Esse processo, na sociedade contemporânea, é muito difícil de acontecer, visto que a grande maioria dos trabalhadores somente desenvolvem suas funções profissionais por necessidade financeira. O trabalho, nessas condições, é visto com um emprego, no qual o principal objetivo quanto à sua obtenção está atrelado à noção econômica e não de autodesenvolvimento pessoal e profissional, e muito menos de emancipação do trabalhador em relação ao trabalho que realiza.

5 ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA

Ao se observar a ocupação de pessoas aposentadas no interior das organizações sociais da Grande Florianópolis, também podem ser apontados alguns elementos para se pensar a construção de uma política pública de ocupação pós-aposentadoria. Entre esses elementos podem se destacar: primeiro, o **comprometimento com a organização** em que o aposentado vai atuar.

Os dados da figura 36 demonstram que 50% dos depoentes se sentem muito comprometidos com a organização em que estão inseridos.

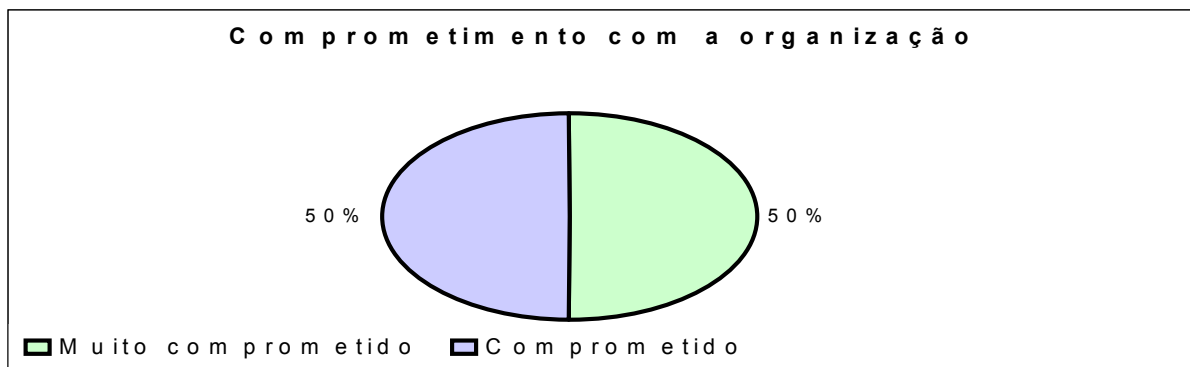


Figura n. 36- Nível de comprometimento dos aposentados com as organizações sociais

Esse comprometimento é observado quando eles passam a maior parte do seu tempo fora da organização, preparando suas atividades ou mesmo até aqueles casos em que os aposentados se dedicam mais de 20 horas semanais dentro da organização. Aqueles que se sentem comprometidos geralmente estão sempre preocupados em desempenhar da melhor maneira possível suas atividades, porém não abrem mão de viver sua vida privada.

Constata-se esse nível de comprometimento também por meio dos relatos abaixo.

Vivo 24 horas por essa instituição. Assim como eu abracei a causa defendida na (diz o nome da organização), eu também quero que todos que estão trabalhando em prol dessas crianças também tenham o máximo de responsabilidade e respeito por elas. Sou muito exigente com todos aqui, eu não quero pessoas com má vontade trabalhando para essas crianças.(SIC/VIDA).

Trabalhar com os problemas dessas crianças e dessas famílias não é fácil. Mas eles precisam de pessoas que façam trabalhos para eles com dedicação. Tudo o que faço aqui é feito com muito amor e responsabilidade, porque se não a coisa não sai bem feita.(SIC/GRATIFICAÇÃO).

As informações sobre como os aposentados incorporam os elementos de **respeito e solidariedade** para com o público-alvo atendido pela organização social em que estão inseridos, também fizeram parte deste estudo, e constam na figura 37. Pois se entende que tais elementos também são marcas muito fortes no desenvolvimento de sua ocupação. O resultado mostrou que 40% do total dos participantes deste estudo demonstram estes sentimentos com

muita vivacidade. Esse percentual está mais presente naqueles com dedicação semanal à organização de cinco a dez horas, principalmente com mais de dez horas. Destaca-se que os demais pesquisados, totalizando 60%, também mostram tais sentimentos, porém com menos intensidade.

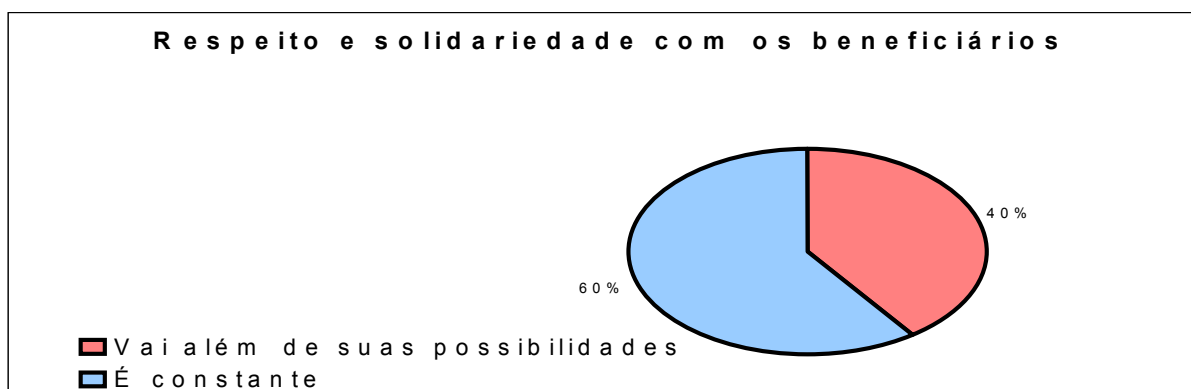


Figura n. 37- Nível de respeito e solidariedade expresso pelos aposentados para com o público-alvo demandatário da organização social que atuam.

Veja estas informações a partir dos relatos a seguir:

Esta é uma ação que merece ser vista com outros olhos. Este trabalho exige respeito e muito comprometimento. Não é porque somos voluntárias que estamos aqui para passar o tempo. Esse trabalho exige dedicação, porque estamos lidando com gente, que merece ser atendida com respeito.(SIC/REALIZAÇÃO).

Nosso trabalho procura trazer a alegria para essas pessoas, que sofrem muito com a doença. Aqui a gente vê que muitos dos nossos problemas são muito pequenos perto do que elas têm.(SIC/ALEGRIA)

Eu sempre estou envolvida com os trabalhos lá do (diz o nome da organização). Eu só vou lá uma vez por semana, mas os outros dias sempre estou fazendo alguma coisa para levar para lá no meu dia.(SIC/DOAÇÃO).

O trabalho com os portadores de HIV me completou como ser humano. Me tornou mais humana, porque eu mesmo senti e sinto o preconceito de outras pessoas, quando digo que trabalho com portadores de HIV. Trabalhando aqui aprendi a conhecer a vida dessas pessoas e a entender por que vivem dessa maneira.(SIC/SOLIDARIEDADE).

Neste estudo, se procurou também conhecer a visão política dos depoentes. De acordo com a figura 38, dos dez entrevistados que se submeteram à observação participante, apenas três ou 30% demonstram ser politizados e conhecem plenamente os direitos dos usuários atendidos na organização em que atuam. Verifica-se também que 50% dos depoentes, estabelecem seu vínculo ocupacional em nível mais filantrópico, não se preocupando com o desenvolvimento de ações que visem à defesa e à garantia dos direitos sociais da população demandatória por serviços sociais públicos. E um percentual de 20% não tem a mínima noção de direito social.

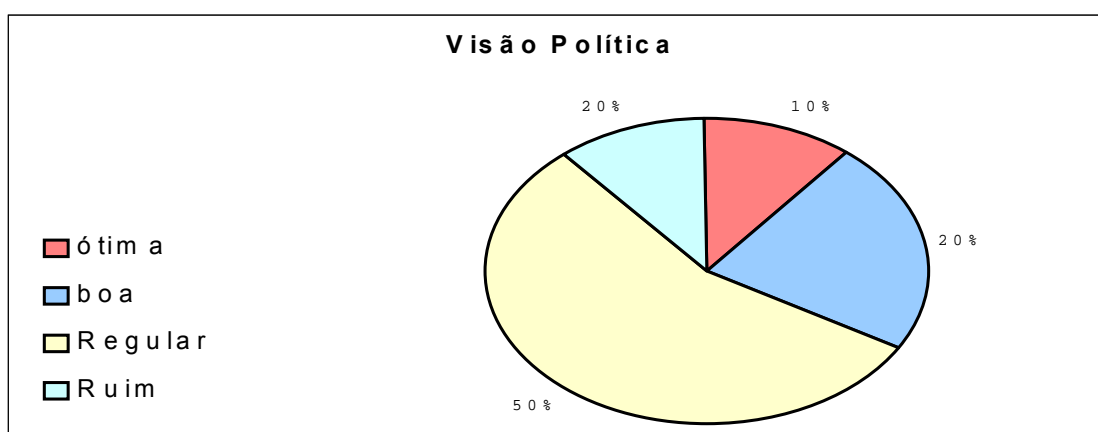


Figura n. 38 - Grau de percepção política dos aposentados

Além da representação gráfica em que aborda a visão política dos pesquisados, pode-se reiterar esta informação via seus depoimentos.

A (cita o nome da organização) nasceu da ausência do Estado e agora luta politicamente para implementar uma política na área da saúde para os portadores de HIV.(SIC/SOLIDARIEDADE).

O trabalho que eu e a assistente social construímos aqui está amparado em um enfoque do direito social e da promoção social. Aquela história que tinha aqui, que visava à caridade, o ato de ver essas crianças como “coitadinhas” ou como “bandidinhas”, a gente procurou reverter tudo isso com a comunidade e com os próprios diretores.(SIC/CONHECIMENTO).

Eu acho que eles precisam de ajuda, coitados, sofrem tanto aqui, Uns foram abandonados pela família, outros nem família têm?! O que seria deles sem a gente.??!! (SIC/AMIZADE).

A gente faz enxoval para os bebês, faz bolos e traz para elas comerem, faz bingo para elas se divertirem...Coitadas, elas estão tão longe de suas casas e de suas famílias, precisam de um pouco de atenção!(SIC/DOAÇÃO)

Durante a observação participante puderam-se detectar sinais de **competitividade e centralização nas decisões** em 20% dos depoentes. Um percentual também de 20% demonstrou algumas vezes esses sinais. Tais sinais se referem principalmente à condução de suas atividades ocupacionais, tanto com os funcionários da própria organização, como também na relação com os usuários atendidos por ela. Essas informações podem ser detectadas tanto nos relatos a seguir.

Olha, você está vendo, sou eu quem tenho que fazer tudo por aqui. Eu tenho que ficar de olho bem aberto para que tudo saia muito bem feito. E não adianta pedir para os outros fazerem, sempre vai sair com algum problema. Então eu prefiro eu mesma tomar peito em tudo.(SIC/SOLIDARIEDADE).

Quando tem que fazer alguma coisa, eu pego e assumo a coisa. Porque eu tenho mais tempo que as outras. Acho que tudo aqui tem que ser feito com rapidez, não podemos esperar muito.(SIC/ALEGRIA).

Esse trabalho exige que se fique de olhos bem abertos o tempo todo. Eu tenho que controlar o que as pessoas fazem, como fazem e por que fazem. Caso contrário, isso não vai para frente, e eu não terei o resultado que preciso e necessito ter com essas crianças.(SIC/VIDA).

Na figura 39, aparecem os elementos de competitividade e centralização nas decisões, corroborando com os relatos anteriores.

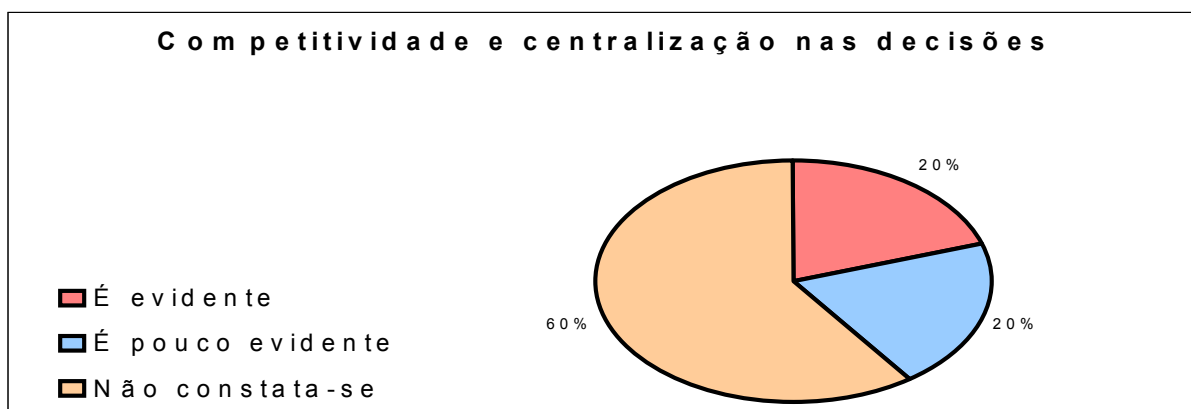


Figura n. 39- Níveis de competitividade e centralidade expressos na atuação ocupacional dos aposentados

5.1 AS AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA GESTÃO DE PROJETOS DE OCUPAÇÃO PÓS-APOSENTADORIA

Constata-se na figura 40 que o envolvimento do Serviço Social nos processos de recrutamento, treinamento e seleção dos aposentados quanto ao seu ingresso nas organizações pesquisadas chega a 40%. Nestas situações o profissional assistente social também desempenha funções de assessoramento e acompanhamento das atividades e dos projetos desenvolvidos pelos aposentados.

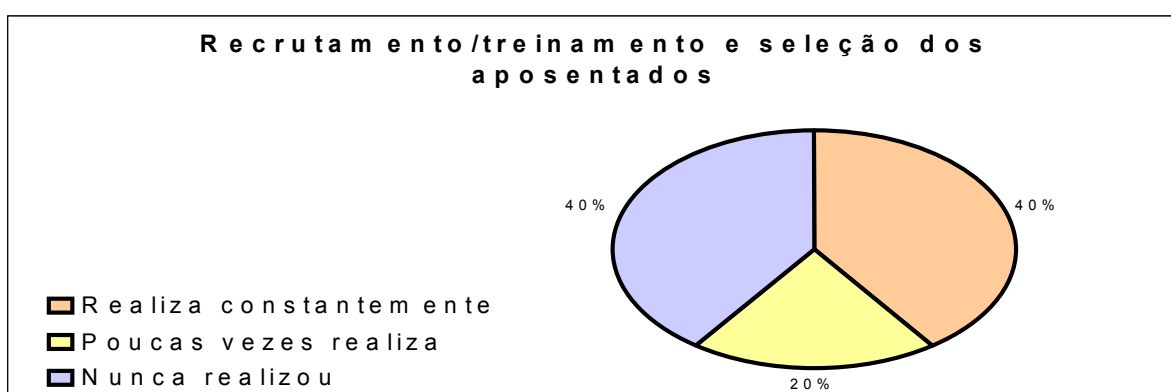


Figura n. 40- Participação do assistente social em recrutamento, seleção e treinamento dos aposentados

As informações listadas na figura 40 vêm ao encontro de outro dado, identificado na observação participante, em que nas organizações sociais que possuem o profissional assistente social atuando com mais ênfase nos processos de recrutamento, treinamento e seleção dos aposentados, visando a aprimorar o seu trabalho por meio da participação ativa dos aposentados, há um percentual de 40% de aprovação, considerando as respostas **ótimo** e **bom** (por parte dos aposentados), no que se refere à qualidade e à eficiência dos projetos sociais elaborados e executados por este profissional.

Com base nos estudos bibliográficos feitos e na própria realidade pesquisada, pode-se afirmar que ações via projetos de ocupação pós-aposentadoria que visem ao auto-desenvolvimento e à emancipação do segmento social aposentado é uma demanda ainda

muito pouco explorada pelo Serviço Social, pois, tradicionalmente, o assistente social, atuou com esse segmento em uma perspectiva assistencialista, em que as ações estavam voltadas para o atendimento das necessidades puramente focalizadas (medicação, vestuário e alimentação).

Depois, o trabalho começou a ser vislumbrado em uma outra ótica, a do direito social, na qual se percebiam os aposentados como sujeitos que deveriam lutar pela garantia e ampliação de sua cidadania. Paralelamente a este movimento, buscou-se trabalhar questões mais relacionadas a atividades culturais, de lazer e de recreação. Tais elementos devem ser vistos como estratégias importantes no sentido de dar visibilidade à população de aposentados, que vem crescendo significativamente em todo o mundo, inclusive no Brasil.

O que se quis mostrar nesta dissertação não é o desmerecimento de todas essas ações junto ao público aposentado, que devem ser muito valorizadas e consideradas como parte da construção da identidade de uma população cada vez mais atuante e presente em todas as esferas da nossa sociedade. Ao contrário, ao estudar o tema da ocupação pós-aposentadoria, procurou-se primeiro: mostrar que o trabalho, transformado pela sociedade moderna em emprego e desempenhado apenas como um meio de se ter acesso a bens materiais nunca trouxe o desenvolvimento pleno do homem somente proporcionou para a grande maioria dos trabalhadores sofrimento e insegurança pessoal e profissional. Segundo: ao abordar o tema aqui estudado, procurou-se chamar a atenção para as múltiplas necessidades do ser humano. Ou seja, a necessidade que o homem tem de relacionar-se, de sentir-se útil para si e para a sociedade, de poder ser cidadão participativo e ativo nas mais diversas manifestações da vida social, econômica, política e cultural, que não desaparecem após o seu afastamento do mercado de trabalho formal, pelo contrário, elas ganham um novo sentido.

Este sentido, a partir dos dados obtidos neste estudo, pode estar centrada na construção de projetos de vida pós-aposentadoria que atendam as suas necessidades pessoais e profissionais, pautadas no seu autodesenvolvimento e na sua emancipação como sujeito.

Estas informações só vêm a reiterar que a idade não é um elemento limitador da continuidade de uma vida produtiva para as pessoas já aposentadas. Mais do que isso, ela é um dos mecanismos mais eficientes, que as organizações sociais podem dispor quanto à formulação e à implementação de novos e ousados projetos, visando a impulsionar e melhorar os seus negócios na contemporaneidade.

Como foi identificado nesta pesquisa, as atividades desenvolvidas pelos aposentados nas organizações sociais buscam sanar as mais diversas dificuldades enfrentadas por elas no que se refere ao atendimento do seu público-alvo. Estas atividades estão relacionadas em níveis operacionais, nos quais os aposentados atuam em algum projeto específico junto à população demandatária (recreações, orientações pedagógicas, pesquisas sobre um determinado tema de estudo que a organização quer desenvolver, elaboração de panfletos e orientações sobre os direitos dos usuários atendidos por estas organizações, além de ministrar palestras e assessorar na coordenação de eventos promovidas por elas).

Os aposentados participam na elaboração de projetos de captação de recursos em parceria com os demais profissionais que atuam na organização, sendo estes funcionários contratados sob vínculo formal de trabalho. A captação de recursos é feita também de forma tradicional, contemplando venda de rifas, organização de jantares, cafés coloniais, bingos, “brechós” ou ainda solicitando junto a alguma empresa privada auxílio financeiro ou em forma de material para suprir as necessidades da população que atendem. Por fim, outra atividade desempenhada pelos aposentados refere-se à gestão da organização social, feita sempre com o apoio técnico dos demais profissionais vinculados à organização.

Diante destas informações percebe-se o quanto é imprescindível ao profissional assistente social, estar atento às transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, percebendo que o trabalho com a gestão de projetos pós-aposentadoria é um dos espaços de atuação para ele. E para trabalhar com esta nova demanda social, o assistente social necessita estar preparado com profundo conhecimento técnico a respeito das tendências para o mercado produtivo no futuro, como também, a respeito de uma sociedade formada predominantemente por uma população de aposentados.

Apresenta-se a seguir, nas figuras 41 e 42 uma síntese da análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo, que buscou levantar as atividades que as pessoas aposentadas desenvolvem nas organizações sociais que prestam serviços públicos na Grande Florianópolis, identificando o significado atribuído ao trabalho que realizam, bem como, perceber como se estabelece a relação profissional entre elas e a assistente social da organização a qual estão inseridos.

Descrição dos Dados	Principais Resultados
Tipologia das organizações	68,75% pertencem à ONGs
Tempo de Fundação e Público-alvo	25% existem de 5 a 10 anos e 37,50% atendem a todos os segmentos sociais
Identificação dos sujeitos pesquisados	56,70% pertencem a faixa etária de 60 à 70 anos; 75% pertencem ao sexo feminino; 43,80% possuem curso superior com e sem especialização; 75% possuem renda via aposentadoria; 69,75% possuem renda maior que dez salários mínimos; 93,75% possuem moradia própria; 50% possuem uma boa saúde;
Trajatória profissional	43,75% iniciaram atividades profissionais sob vínculo informal entre 10 e 15 anos; 56,25% tiveram como principal atividade de trabalho informal pautada nos cuidados da casa e irmãos menores; 56,25% acessaram ao trabalho sob vínculo formal com mais de 20 anos; 56,25% dos entrevistados escolheram a sua profissão por gostar dela. O significado da profissão escolhida para 50% dos entrevistados se referia à realização pessoal e profissional.

Figura n. 41- Síntese dos principais resultados da pesquisa empírica.

Descrição dos Dados	Principais Resultados
A ocupação pós-aposentadoria nas organizações sociais e o seu significado	56,25% dos pesquisados ingressaram na organização via contato com amigos e vizinhos. Para 43,75% dos pesquisados, a atual ocupação significa continuidade no aprimoramento de seus conhecimentos e para 37,50% significa satisfação pessoal e profissional.
As principais atividades ocupacionais pós-aposentadoria	56,25% dos pesquisados atua na elaboração e/ou na operacionalização de algum projeto social e 31,25% auxilia na gestão da organização que estão inseridos. 62,50% dos aposentados desenvolvem semanalmente, de cinco a dez horas de atividades dentro da organização; 68,75% do total dos entrevistados estaria de algum modo inserido em alguma organização social; 75% não deixaria a atual organização para trabalhar sob vínculo formal e com renda em outra organização.
As dificuldades encontradas no exercício ocupacional	37,50% relatam como maior dificuldade o afastamento do Estado na provisão de recursos para as organizações
Relação com a assistente social da organização	50% têm uma boa relação, 25% uma ótima relação e 25% têm uma relação regular com a assistente social.
Os valores éticos e políticos da ocupação pós-aposentadoria	60% realizam aprimoramento técnico; 30% possuem uma ótima relação com o gestor da organização; 60% consideram sua atual ocupação muito importante para o desenvolvimento da sociedade, dos usuários e da sociedade; 70% não sentem-se discriminados pelos demais profissionais que atuam na organização que estão inseridos; 100% consideram sua ocupação como trabalho.
Elementos para elaboração de políticas públicas de ocupação pós-aposentadoria	50% são muito comprometidos com a organização; 60% estabelecem seus relacionamentos junto aos usuários da organização pautados no respeito e na solidariedade; 30% possuem uma ótima e/ou boa visão política; 60% dos entrevistados não possuem comportamentos que se caracterizam como de competitividade e de centralização nas decisões durante suas atividades ocupacionais.
As ações do Serviço Social na gestão de projetos de ocupação pós-aposentadoria	40% dos profissionais realiza constantemente, atividades com os aposentados no interior das organizações sociais.

Figura n. 42- Síntese dos principais resultados da pesquisa empírica.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A construção desta dissertação teve como objetivo principal levantar as atividades que as pessoas aposentadas desenvolvem nas organizações sociais que prestam serviços públicos na Grande Florianópolis, identificando o significado atribuído ao trabalho que realizam bem como, perceber como se estabelece a relação profissional entre elas e a assistente social da organização a qual estão inseridos.

Tal objetivo foi plenamente alcançado a partir de uma pesquisa de campo, sustentada primordialmente por uma abordagem teórico-documental acerca de temática ocupação humana, tendo como objeto de estudo a ocupação pós-aposentadoria.

Nesse sentido, esta dissertação teve como ponto inicial no primeiro capítulo a exposição do assunto, a definição dos principais termos em que são abordados no decorrer da pesquisa, a discussão do problema, a apresentação dos objetivos geral e específicos, a justificativa para a escolha do tema e os limites da pesquisa.

No segundo capítulo foi exposto o levantamento da pesquisa teórico-documental. Este capítulo foi construído em três sessões em que abordam aspectos referentes ao tema estudado. Na primeira sessão se realizou o resgate sócio-histórico das categorias trabalho, emprego e ocupação, desde o regime feudal até os dias atuais. Ressalta-se, nessa sessão, a importância de o homem resgatar o termo ocupação nos espaços de produção e reprodução social e econômica na contemporaneidade, e, aponta-se como um dos segmentos para esta redefinição do significado do trabalho os aposentados que estão inseridos em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade e que pertencem à Grande Florianópolis. Algumas considerações sobre esta sessão são apresentadas a seguir.

Pode-se afirmar que, ao longo da história da humanidade por meio das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em que a vida humana é construída, é que se vão conquistando diferentes espaços para que esta possa se desenvolver.

Uma das estratégias encontradas pela sociedade para concretizar o seu desenvolvimento fundamenta-se na reelaboração contínua, do significado que o trabalho tem no âmbito da vida cotidiana dos homens.

Assim sendo, a evolução do trabalho, especialmente nos últimos 300 anos, compreendendo desde a Idade Moderna com o advento da Sociedade Industrial, instituiu transformações profundas quanto a sua organização social, política e econômica. Tais transformações são percebidas desde às inovações tecnológicas com maquinários e ferramentas no processo de produção de bens e serviços, até a consolidação de novos valores ideopolíticos a respeito do sentido atribuído ao trabalho.

Esses novos valores são observáveis, especialmente ao longo do século XX, quando o trabalho se tornou para o homem uma das maiores fontes de status social. Seu foco principal, que nos primórdios era de realização pessoal e profissional, foi sendo desmantelado, em favor de uma outra lógica, que prima exclusivamente pelo acesso aos bens materiais. Essa situação é o resultado lógico do desenvolvimento de uma sociedade moldada por um sistema político e econômico que valoriza as leis do mercado capitalista, com ênfase para a competitividade e a individualidade nas relações sociais e de produção.

Assim, os espaços sociais, políticos, econômicos e culturais somente conseguem fazer parte da vida dos indivíduos quando estes estão inseridos no mercado de trabalho, fundamentalmente por meio do contrato formal que, nos dias atuais, tem se tornado cada vez mais raro.

Portanto, para aqueles indivíduos que não puderem mais fazer parte desse universo produtivo, sua situação social, econômica e inclusive psicológica pode ser amplamente

afetada. Entre estes indivíduos, pode-se citar como um dos exemplos as pessoas aposentadas, que, ao saírem da organização onde trabalharam e a qual dedicaram boa parte de suas vidas, muitos destes trabalhadores têm sentimentos de incertezas e desamparo, diante de um futuro que não foi devidamente preparado, especialmente no que se refere à continuidade da vida produtiva.

Contudo, muitos aposentados, nos dias atuais, têm encontrado oportunidades de dar continuidade a sua vida profissional, inserindo-se em organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade em geral e pertencem à Grande Florianópolis.

É bom lembrar que a forma como estes sujeitos sociais se engajam no interior destas organizações sociais tem se refletido por ações tidas como ocupacionais. Estas são desenvolvidas a partir do seu autodesenvolvimento e da sua emancipação, diante do sistema produtivo que vivenciam na atualidade. Ou seja, procuram trabalhar no sentido de equilibrar as múltiplas dimensões da vida humana, resgatando novos pressupostos para o trabalho, embasados em valores como a ética, o respeito à vida e a solidariedade, permitindo com isso a criação de um novo redirecionamento da vida pessoal e coletiva.

Vale ressaltar que estas considerações a respeito da ocupação pós-aposentadoria são o resultado de uma determinada realidade pesquisada, e principalmente com um determinado grupo pesquisado, não podendo ser aplicada, neste momento, a outras situações semelhantes necessitando, portanto, de uma ampliação do universo a ser estudado.

Na segunda sessão deste primeiro capítulo enfocam-se as políticas sociais gerontológicas existentes na atualidade. Trata-se inicialmente do conceito de política; em seguida descrevem-se os modelos teóricos pelos quais as políticas públicas são elaboradas, bem como apontam-se as diretrizes das políticas sociais diante da reforma do Estado. Para finalizar esta sessão, apontam-se as políticas gerontológicas da área da assistência social, do trabalho e do emprego.

A partir da literatura levantada nesta segunda sessão, fica evidente que as políticas sociais na área da Gerontologia têm encontrado dificuldades para trabalhar programas e projetos sociais que subsidiem o planejamento de ações sob o enfoque da ocupação pós-aposentadoria, fundamentalmente, a partir de uma concepção do autodesenvolvimento e da emancipação das pessoas já aposentadas.

De um modo geral, as políticas sociais gerontológicas no Brasil são implementadas pelo Estado, no atendimento das necessidades assistenciais (especialmente no que se refere à medicação e à alimentação). Esta ênfase assistencial dada pelo poder público, aos programas e projetos sociais gerontológicos ocorre, principalmente, em função de a grande maioria dos aposentados não usufruírem de uma remuneração adequada para sanar suas necessidades básicas. Com isso, há um grande número de aposentados que dependem do sistema público para conseguirem sobreviver.

Na verdade, é no momento da aposentadoria que se evidencia o aprofundamento das questões sociais para aqueles brasileiros que não tiveram oportunidades para dar continuidade aos seus estudos, não conseguindo, com isso, garantir um espaço profissional que lhes proporcionasse condições de vida mais dignas para se desenvolverem e se prepararem para esta fase da vida, que exige tantos cuidados como qualquer outra.

Por outro lado, há uma outra demanda de aposentados que vem emergindo nesse cenário de mudanças demográficas intensas. Ou seja, há um contingente cada vez maior de pessoas aposentadas, com imensa capacidade técnica, física e psicológica para dar continuidade a uma vida ocupacional. Porém, o que se observa é que os espaços organizacionais, tanto na esfera pública como na área privada, não estão adequadamente preparados para trabalhar a ocupação pós-aposentadoria, visando ao seu autodesenvolvimento e à sua emancipação.

Diante dessa realidade, faz-se necessária a implementação de políticas sociais na área da Gerontologia sob a perspectiva da ocupação pós-aposentadoria. É bom lembrar que estas

políticas sociais devem visar ao preparo, à requalificação profissional e à inserção de pessoas aposentadas em espaços produtivos que não estejam aliados unicamente ao sistema de mercado. Entre esses espaços, citam-se como exemplo as organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade.

Essa parceria entre políticas sociais de ocupação pós-aposentadoria com as organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade, sejam elas privadas, sejam estatais ou não estatais, pode permitir o fortalecimento, a eficiência e a efetividade de projetos sociais desenvolvidos por estas organizações, no sentido de atender às demandas dos vários segmentos sociais existentes em nossa sociedade.

Na terceira e última sessão desta pesquisa teórico-documental apresentam-se as tipologias e os conceitos das organizações sociais, tendo como parâmetro de estudo as organizações privadas, as organizações públicas estatais e as organizações públicas não-estatais. Apontam-se nessa sessão os desafios do Serviço Social no interior destas organizações diante das questões sociais demandadas pelo seu público-alvo. Por fim, apresenta-se como o profissional assistente social pode ser um gestor de projetos de ocupação pós-aposentadoria, e arrolam-se quais atividades podem se caracterizar como de ocupação para este segmento social.

Pode-se inferir, com base nas leituras teórico-documentais e na pesquisa de campo, que um dos espaços de construção de projetos de ocupação pós-aposentadoria são as organizações sociais que prestam serviços públicos à comunidade. Contudo, as organizações públicas não estatais são as que proporcionam maior acessibilidade para os aposentados desenvolverem suas atividades ocupacionais, dentro da perspectiva de autodesenvolvimento e emancipação.

A forma administrativa como estão engajados nessas organizações se expressa por meio do trabalho voluntário, (regido por um contrato de trabalho voluntário). Vale lembrar que o trabalho voluntário deve ser visto como um instrumento de apoio às organizações. O voluntariado necessita ser tratado como um parceiro nos negócios da organização, não

podendo servir de base para a sua estrutura organizacional, uma vez que suas ações são espontâneas, porém não podem ser desprovidas de grande responsabilidade para com a população que estão atendendo.

Como esta pesquisa não teve como foco de estudo o voluntariado, recomenda-se que este tema possa ser melhor explorado pelo Serviço Social, que, em muitos momentos, tem demonstrado um certo desprezo por este movimento social, criando inclusive estereótipos não condizentes com a realidade vivenciada por muitas organizações sociais na contemporaneidade.

No que tange às dificuldades enfrentadas pelos profissionais assistentes sociais no interior das organizações sociais, sejam elas públicas estatais, sejam públicas não-estatais ou privadas, apontam-se algumas considerações.

As demandas por programas e projetos na área social têm crescido substancialmente, mostrando cada vez mais o verdadeiro retrato da barbárie e da injustiça social pelas quais a vida humana vem sendo construída em pleno século XXI. A ação do assistente social, nesse processo de caos social, deve ser guiada inicialmente por um amplo e profundo conhecimento a respeito da realidade social, política, econômica e cultural que permeia a vida cotidiana.

O Serviço Social, diante dessa realidade, deve ultrapassar os paradigmas instituídos ao longo de sua trajetória profissional e pessoal. Romper barreiras, ousar na implementação de novas idéias, com teorias que realmente possam dar subsídios a sua prática profissional e, principalmente, que possam proporcionar resultados concretos, atendendo às reais necessidades do público-alvo demandatário por serviços sociais, deve ser o grande impulsionador de suas ações profissionais.

Para que tais redimensionamentos de sua prática profissional se concretize, o assistente social precisa aprofundar seu conhecimentos em áreas técnicas que vão além daquelas que a academia proporcionou para sua formação profissional. Nos dias atuais, atuar

na área social não se resume apenas em ser um executor de projetos e programas sociais. Pelo contrário, a capacidade técnica do assistente social se fundamenta na gestão social, que prima por incorporar vários elementos da área administrativa, como a gestão de recursos humanos nas organizações, a captação de recursos, a elaboração, o gerenciamento e a avaliação de projetos sociais, o estabelecimento de parcerias e/ou articulação de redes de prestação de serviços sociais, entre outros.

Diante dessa realidade, recomenda-se que o profissional assistente social deve estar constantemente qualificando-se, para assumir tais funções na área da gerência social. Caso contrário, poderá ser excluído do mercado de trabalho formal. Como consequência dessa exclusão, entende-se que uma profissão que não consegue se consolidar de maneira eficiente e eficaz na sociedade contemporânea tende a desaparecer.

Diante da complexidade do tema estudado, a ocupação pós-aposentadoria, no terceiro capítulo é exposta a metodologia utilizada na exploração da realidade pesquisada. A pesquisa foi feita em caráter quali-quantitativo, tipificando com base em critérios descritivos e exploratórios.

No quarto capítulo são apresentadas graficamente as informações provenientes da pesquisa de campo, contemplando as categorias que foram trabalhadas na pesquisa teórico-documental. As organizações sociais pesquisadas apontam como um dos principais problemas enfrentados, no que se refere ao direcionamento de seus trabalhos, a falta de recursos financeiros e a omissão do Estado diante das demandas sociais atendidas por elas. Estes dois problemas somam um percentual de 37,5%.

Diante desta situação, a pesquisadora entende que estas dificuldades, por um lado, refletem os ideais políticos e ideológicos do sistema neoliberal, que força a saída do Estado no provimento de políticas públicas na área social. Mas, por outro lado, há outro aspecto ainda mais relevante que deve ser considerado. Trata-se do papel político que as organizações

sociais, especialmente as públicas não-estatais, devem incorporar e aprimorar a partir do momento em que aceitam assumir o desenvolvimento de projetos e programas na área social.

Em função desse papel político que devem exercer, é que se percebe o quanto estão debilitadas e pouco preparadas para lidar com as interfaces sociopolíticas nas quais estão inseridas. Esse é o resultado de uma participação política, por parte dos cidadãos brasileiros, que privilegiou uma cultura clientelista e paternalista, aprofundadas, hoje, pelas estratégias governamentais que ainda não conseguiram ultrapassar projetos sociais de natureza compensatória.

Recomenda-se, diante dessas dificuldades, a conscientização dos dirigentes das organizações sociais sobre a importância de elas desenvolverem e aprimorarem suas atividades sociais, aliadas a atividades políticas. Este ato vai possibilitar o seu envolvimento nos mais diversos grupos da sociedade, garantindo com isso a interlocução e a negociação, no sentido de se concretizar a cidadania de seu público-alvo, além de instaurarem uma mudança de valores na sociedade, hoje envolvida na apatia e no individualismo.

Evidencia-se, também, que um dos profissionais preparados para atuar em atividades políticas com as organizações sociais, especialmente as denominadas ONGs, é o assistente social. Seus conhecimentos técnicos e teóricos, se bem trabalhados, tornam-se mecanismos estratégicos com vistas à elaboração de uma visão crítica e inovadora dos projetos sociais, dificultando o afastamento do Estado no que se refere à área social.

Com base nos dados coletados da pesquisa de campo pode-se comprovar que as atividades ocupacionais desempenhadas pelos aposentados estão difundidas, fundamentalmente, na gestão das organizações sociais, com 31,25%, e na participação direta em projetos e programas sociais desenvolvidos por elas, chegando a 56,25% do total dos pesquisados. Estes dados nos apontam algumas considerações.

Sabe-se que há muitas literaturas que descrevem o trabalho pós-aposentadoria, as quais merecem todo respeito e admiração. Estas literaturas mostram uma outra realidade pela qual passam grande parte dos aposentados no Brasil. Referem-se à situação de miserabilidade e exclusão social que este segmento social mais empobrecido enfrenta, necessitando, com isso, trabalhar apenas para sobreviver. Os trabalhos que desenvolvem, na maioria das vezes, são insalubres e mal remunerados, piorando a situação de saúde e sobrevivência destes aposentados.

Porém, este estudo procurou mostrar outra realidade. O trabalho humano visto sob outro significado, que é o de autodesenvolvimento e de emancipação, tratando-se, então, da ocupação pós-aposentadoria. Nesse sentido, recomenda-se, especialmente para os profissionais assistentes sociais e para as profissões que trabalham com este segmento social, uma nova visão, acompanhada com inovadoras proposições sobre a ocupação pós-aposentadoria.

Ou seja, tal ocupação não pode estar ligada a sentimentos de sofrimento, incertezas e desprezo, como acontece para a maioria dos aposentados que trabalham para complementar sua renda, visando a atender às suas necessidades básicas. O que se quer mostrar, na verdade, é que há um segmento social com imensa capacidade de contribuir com o desenvolvimento de nossa sociedade, porém não tem encontrado espaços, e nem profissionais dispostos e preparados para trabalhar com projetos profissionais pós-aposentadoria.

Recomenda-se que os projetos de ocupação pós-aposentadoria devem estar direcionados para atividades que priorizem o conhecimento, a sabedoria e a experiência de vida e profissional, proporcionando assim a eficiência e a eficácia dos programas e projetos elaborados e operacionalizados pelas organizações sociais, bem como melhorando a própria condição de vida de seu público-alvo.

Esta situação pode ser exemplificada a partir da ocupação de um dos depoentes dessa pesquisa. Sua atividade profissional sempre esteve relacionada à área de Pedagogia. Agora, está aposentada, inserida em uma creche comunitária que faz trabalhos de apoio pedagógico para as crianças da sua comunidade e que estão em idade escolar. Fica evidente que os seus conhecimentos técnicos e teóricos, aliados a sua sabedoria e experiência profissional e pessoal, podem ser mais bem aproveitados pela organização, como coordenadora pedagógica, ou até mesmo como gestora desta organização.

Percebe-se, com este exemplo, que, ao se elaborarem projetos sociais que visem a ocupação de pessoas aposentadas, os gestores sociais devem estar conscientes dos reais significados da ocupação para as pessoas que farão parte de tais projetos. Estas pessoas devem ser tratadas com respeito; valorizando-se seus conhecimentos e habilidades técnicas. Acima de tudo, devem ser vistas como parceiros de projetos de ocupação pós-aposentadoria, e não como meros espectadores desse processo.

O sentido atribuído ao trabalho que realizam está calcado em valores estanques, aqueles que o mercado sustenta. Ou seja, a realização pessoal e profissional somou 37,50% do total dos entrevistados, e a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos chegou a 43,75%. Isso demonstra que o trabalho na vida dessas pessoas possui uma dimensão de autodesenvolvimento e emancipação em relação ao sistema produtivo contemporâneo.

O que se pode considerar, diante destes dados, é que a vida humana, ao contrário do que o sistema econômico sempre proferiu, não é regida exclusivamente pelo fator financeiro. Relações sociais e de produção, regidas unicamente por elementos materialistas, não conseguem sobreviver por muito tempo, no sentido de proporcionar a direção de todas as ações do homem.

Estes dados nos fazem recomendar que os projetos de ocupação pós-aposentadoria devem possibilitar às pessoas desenvolverem atividades ocupacionais com ampla capacidade de criatividade e sensibilidade, visando à melhoria das condições de vida do ser humano.

Cabe aos gestores de projetos sociais que pretendem trabalhar a ocupação pós-aposentadoria, como também aos próprios aposentados que queiram dar continuidade a sua vida profissional, nesta nova fase de suas vidas, transcender relações sociais voltadas somente para o mundo material. O que devem almejar com projetos dessa natureza é o fortalecimento das habilidades pessoais e profissionais desses trabalhadores, despertando em suas ações cotidianas um novo sentido para o trabalho humano, que deve estar pautado no autodesenvolvimento e na emancipação de sua própria condição de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Annah. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro, FORENSE UNIVERSITÁRIA, 2001.

ARRETCHE, Marta. *Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinações da descentralização*, Rio de Janeiro, RENAN, 2000.

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília, UNB, 1985.

BANCO MUNDIAL. *O Estado num mundo em transição*. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Banco Mundial, Washington, 1997, 1-177.

BARROSO, Maria José. A iniciativa Pública e Privada nos Serviços de Saúde, Educação, Cultura e Lazer. *Terceira Idade*, ano X, n. 17, São Paulo, agosto de 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1999.

BENN, A.E. *Dicionário de administração*. Trad. Neil da Silva. Belo Horizonte, ITATIAIA, 1964.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, e Decreto nº 1.948, de 03 de julho de 1996. *Política Nacional do Idoso*. 1997.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS*, 2001.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Organizações Sociais*. Cadernos MARE da Reforma do Estado. Caderno n. 2, 4., Brasília, MARE, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1992.

_____. *Dicionário de Política*. Brasília, Brasília, UNB, 1998

BRIDGES, Willian. *Mudança nas Relações de Trabalho*. São Paulo, MAKRON BOOKS, 1995

CABANELLAS, Guillermo. *Diccionario enciclopédico de derecho usual*. 16. Buenos Aires – República Argentina, HLEIASTA SRL, 1981.

CAPRA, FRTJOF. *O ponto de mutação*. São Paulo, CULTRIX, 1982.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. *Gestão social: alguns apontamentos para o debate*. RICO, Elisabete de Melo Rico & Raquel Raichelis (orgs.) *Gestão social: uma questão em debate*. São Paulo, EDUC; IEE, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 2. São Paulo, CORTEZ, 1995.

COHN, Amélia. *Descentralização, saúde e cidadania*. Lua Nova, n. 32, São Paulo, CEDEC, 1994.

CONTANDRIOROULOS. Jean Pierre. *Saber preparar uma pesquisa*. São Paulo, HUCITEC, 1994.

CORULLÓN, Mônica Beatriz Galliano. *Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã*. São Paulo, PEIRÓPOLIS, 2002.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

DE MASI, Domênico. *A sociedade Pós-Industrial*. 3. São Paulo, SENAC, 2000.

DRAIBE, Sonia & HENRIQUE, Wilnês. *Welfare State, Crise e Gestão da crise*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 6, São Paulo, ANPOCS, 1988.

_____. *O Welfare State no Brasil, características e perspectivas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 12, São Paulo, ANPOCS, 1988.

DRUCKER, Peter F. *O melhor de Peter Drucker: a sociedade*/Tradução de Maria Lúcia L. Rosa. São Paulo, NOBEL, 2001a.

_____. *O melhor de Peter Drucker: a administração*/Tradução de Maria Lúcia L. Rosa. São Paulo, NOBEL, 2001b.

DYE, Thomas R. Models of politics: some help in thing about public policy. *Understanding public policy*. 8. New Jersey, PRENTICE-HALL, 1995, 17-42.

ESPING-ANDERSEN, GOSTA. *O futuro do Welfare State na nova ordem mundial*. Revista Lua Nova, n 35, São Paulo, CEDEC, 1995, 73-112.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, NOVA FRONTEIRA, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, NOVA FRONTEIRA, 1988.

FERREIRA, José Maria Carvalho. *Novas tecnologias e organização do trabalho*. Caderno de comunicação nº 02, Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho – UFSC, Florianópolis, setembro de 2002.

FINNLEY, M. I. *A economia antiga*. Porto, AFRONTAMENTOS, 1980.

FLEURY, Sonia. Em busca de uma teoria do Welfare State. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1994, 101-118.

_____. Seguridade social na América Latina: *Estado sem cidadãos* Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1994, 11-14 e 43-64.

FLORIANÓPOLIS (Município) Lei nº 5371, de 24 de setembro de 1998. *Política Municipal do Idoso*

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 1997.

FRANÇA. Lucia. Preparação para a Aposentadoria: desafios a enfrentar. VERAS, Renato (org.). *Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999.

FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido: um psicólogo num campo de concentração*. Trad. Walter Schlupp e Carlos Aveline, 15. (revisada). SÃO LEOPOLDO, SINODAL E VOZES, Petrópolis, 1991.

_____. *Sede de sentido*. 2. São Paulo, 1998.

FRIAS, Sandra Rabelo. Aposentadoria, Tempo livre, Lazer e a Descoberta do Trabalho Voluntário. VERAS, Renato (org.) *Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999.

GERONTOLOGIA MUNDIAL, Plan de Accion Internacional de Viena sobre el Envejecimiento. año 2, n. 2, Viena, octubre-novembre de 1998.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*. São Paulo, RECORD, 1999.

_____. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo, UNESP, 1996.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, ATLAS, 1994.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais* > Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, mai/jun. 1995.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 3. Rio de Janeiro, RECORD, 1999.

GRAHAM, Cole Blease. *Para administrar a organização pública*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1994.

GUERREIRO, T. & RODRIGUES, R. Envelhecimento Bem-sucedido: utopia, realidade ou possibilidade? Uma abordagem transdisciplinar da questão cognitiva. VERAS Renato. (org.) *Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição* Rio de Janeiro, Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999, 51-69.

HARMAN, Willis, HORMANN, John. *O trabalho criativo: o papel construtivo dos negócios numa sociedade em transformação*. São Paulo, CULTRIX, 1993.

HELLER, Agnes. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona, PENÍNSULA, 1986.

HIRSCHMAN, Albert. O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. São Paulo, PAZ E TERRA, 2000.

HOBBS, Tomas. Do Estado. *Os Pensadores*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, NOVA CULTURAL, 1998, 103-218.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 17 ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.

IAMAMOTO, Marilda V. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo, CORTEZ, 2001.

_____. *Questão Social na contemporaneidade*. São Paulo, Palestra Proferida na PUC-SP no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 18 de abril de 2002 (texto digitado)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Perfil dos idosos brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 01 de agosto de 2002.

KAMEYAMA, Nobocu. *As novas tendências das políticas sociais*. [2001?] (Texto digitado).

KLIKSBERG, Bernardo. Gerenciamento Social: dilemas gerenciais e experiências inovadoras. *Pobreza: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial*. Brasília, ENAP, 1994, 127-146.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER, 1993.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro, FRANCISCO ALVES, 1982.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Vol II 12º. Rio de Janeiro, 1989.

_____. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. Barcelona, GRIJALBO, 1977.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo, PÁGINA ABERTA, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo, MARTINS FONTES, 1993.

MENDONÇA Jurilza Maria Barros de. Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social. *Terceira Idade*, ano X, n. 17, São Paulo, agosto de 1999.

MENEGASSO, Maria Ester. *O Declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade: um protótipo para promover condições de empregabilidade na empresa pública dos setor bancário*. 1998, 326 p. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. *Organizações, conceitos e formas*. (texto digitado) Florianópolis, dezembro de 2001.

_____. & SALM. José Francisco. Qualidade total: uma premissa para o desenvolvimento pessoal. *Revista de Negócios*, Blumenau, FURB, ano I, n. 1, , out/dez. 1995, 11-21

MERTON. Robert King. Estrutura burocrática e personalidade.. *Sociologia da burocracia*, 4. Rio de Janeiro, ZAHAR, CAMPOS, EDMUNDO, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. 4. São Paulo, HUCITEC, ABRASC, 1996.

_____. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 5. Petrópolis, VOZES, 1996.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). A.5- *Valor de Benefícios concedidos*. Disponível em:<<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em junho de 2002.

MORAGAS, Ricardo. M. *Gerotologia Social, envejecimiento y calidad de vida*. Barcelona, HEIDER, 1991.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma do Estado*. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1998.

_____. *Em defesa da Política*. São Paulo, SENAC, 2001.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO *La OIT y las personas de edad avanzada*. Relatório. Ginebra, 1992.

OLIVEIRA, Carlos R. de. *História do trabalho*. São Paulo, ÁTICA, 1987.

PARSONS, Talcott. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo, PIONEIRA, 1974.

PEPPE, Atílio Machado. Políticas do Ministério do Trabalho e do Emprego. *Terceira Idade*, ano X, n. 17, São Paulo: agosto de 1999.

PERREIRA, Bresser & GRAU, Nuria Cuniil. *Entre o estado e o Mercado: o público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro, FGV, 1999, 107-150.

_____. *Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Lua Nova. São Paulo, CEDEC, 45, 1998, 49-96.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1980.

RAMOS, Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, FGV, 1987.

_____. O conceito de ação administrativa. *Administração e Contexto brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 199?.

RAIQUELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo, CORTEZ, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social. Métodos e Técnicas*. São Paulo, ATLAS, 1985.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo, MAKRON BOOKS, 1995.

RODRIGUES, N. O processo de comunicação familiar: a participação do idoso. SCHONS, C.R.N. & PALMA, L.T.S. (orgs.) *Conversando com Nara Rodrigues*. 2. Passo Fundo, UPF, 2000, 57-65.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor- uma revolução associativa global. *Revista de Administração*. São Paulo, nº 33 (1), jan./mar. 1998, 5-11.

SALGADO, Marcelo. *Velhice, uma questão social*. São Paulo, SESC, 1980.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. São Paulo, BEST SELLER, 1994.
_____. *Dicionário de administração e finanças*. São Paulo, BEST SELLER, 1996.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 11.436, de 07 de junho de 2000. *Política Estadual do Idoso*.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, CORTEZ, 1995.

SARMENTO, Helder. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolíticas ao redimensionamento de suas funções. *Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 4: o trabalho do(a) assistente social e as políticas sociais*, Brasília, UNB, 2000.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.37, nº 2, abr/jun., 1997, 18-30

SEIFFERT, Raquel Quadros. *Gerontologia: introdução sociopolítica*. Florianópolis, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação* – Edna Lúcia da Silva, Estela Muszkat Menezes, Florianópolis, Laboratório de Ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

SOBRAL, Begnino. *Relações de Trabalho na Nova Realidade Populacional Brasileira*. VERAS, Renato (org.). *Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999.

SOUZA, Arnaldo e FONSECA, Ana Maria Medeiros. O debate da renda mínima: a experiência da Campinas. *Perspectiva*, vol. 11, n. 4, São Paulo, out-dez. de 1997.

SOUZA, Maria Luiza de. *Serviço Social e instituição: a questão da participação*. São Paulo, CORTEZ, 1982.

SUNKEL, Osvaldo. *Some Social and political contradictions of globalization and neoliberalism*. Preliminary version text, March 1998.

TENÓRIO, Fernando (org.). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 2. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, ATLAS, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Grupo de Estudo em Políticas Sociais, Organizações e Instituições – GERASOL. *Banco de dados das Organizações Sociais pertencentes à Grande Florianópolis*. Disponível em: <<http://www.portalsocial.ufsc.br>>. Acesso em 30 de agosto de 2002.

VIANA, Maria Lucia W. *A americanização da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro, Revam/UCAM, IUPERJ, 1998,17-51.

WEBER, Max. *Economia y sociedad: Esbozo de sociologia comprensiva*. México, FONDO DE CULTURA ECONOMICA, 1984.

_____. *A política como vocação*. São Paulo, CULTRIX, 1996.